AS RELAÇÕES ENTRE A ÁUSTRIA E O BRASIL

EZEKIEL STANLEY RAMIREZ

brasiliana

volume 337

AS RELAÇÕES ENTRE A ÁUSTRIA E O BRASIL

O presente livro é um modelar exemplo de pesquisa histórica arquival. Revela quanto podemos e devemos enriquecer nosso acervo documental através de estudos sistematizados e coordenados e cópias abundantes. Os arquivos oficiais da antiga monarquia austríaca foram estudados por Varnhagen que obteve do govêrno imperial autorização especial. Mas não viu tudo. O autor dêste trabalho encontrou em vários documentos uma nota a lápis: "Não deve ser mostrado ao Sr. Varnhagen", o que prova que havia temor de abrir ao estrangeiro o escrínio dos segredos diplomáticos.

Mais tarde, Tobias Monteiro obteve uma cópia completa de tôda a correspondência de Mareschall. Só com ela trabalhou. Mas tanto um historiador quanto outro limitaram-se aos fatos políticos. A pesquisa de Ramirez, além de ampla, estendeu-se aos campos das relações científicas e comerciais, onde encontrou material importantíssimo. Está claro que em muitas passagens sente-se que há matéria para um amplo desdobramento de pesquisas. Alguns temas estão meramente aflorados. Mas algumas figuras assumem aqui o primeiro plano em nossa história cultural.

Não é possível que o leitor deixe de emocionar-se ao ler a narrativa das tribulações de Natterer, verdadeiro mártir da ciência, a quem o Brasil está devendo a única homenagem condigna de um sábio: uma edição cuidada de seus escritos e relatórios sôbre a nossa terra.

Esta publicação deve-se aos esforços do Prof. Ronald Hilton, que se empenhou desde há muito aturadamente por sua edição no Brasil. O diretor desta coleção recebeu os originais em inglês, com um apêlo caloroso para sua publicação, das mãos do Embaixador Roberto Assumpção. Motivos de ordem material retardaram seu aparecimento por vários anos. Ao oferecermos ao público estudioso êste estudo, estamos convencidos que prestamos uma séria contribuição ao melhor conhecimento dos problemas brasileiros e também ao estreitamento das relações culturais entre a Áustria e o Brasil.

A. J. L.

AS RELAÇÕES ENTRE A ÁUSTRIA E O BRASIL

BRASILIANA
Volume 337

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

EZEKIEL STANLEY RAMIREZ

AS RELAÇÕES ENTRE A ÁUSTRIA E O BRASIL

1815 - 1889

Tradução e notas de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
(da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro)

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Êste trabalho, em sua forma original, constituiu uma dissertação apresentada em 1952 à Sociedade de Estudos Hispano-americanos e à Comissão de Estudos Superiores da Universidade de Stanford (EUA) em cumprimento das condições necessárias à obtenção do grau de doutor em filosofia.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo 2, SP

1968
Impresso no Brasil

As notas do tradutor vão assinaladas por asteriscos e encontram-se no rodapé.

SUMÁRIO

TÁBUAS

Introdução

O livro de Ramirez começou como uma tese de doutoramento apresentada no Instituto de Estudos Hispano-americanos e Luso-brasileiros da Universidade de Stanford. Como diretor do Instituto, tive a satisfação de dirigir as pesquisas do autor, cuja tese foi aprovada com grandes louvores pelo comitê nomeado pela Universidade. Efetivamente, a tese, fruto de três anos de buscas nos arquivos de Viena, é uma contribuição muito original ao nosso conhecimento da história do Brasil. Os historiadores brasileiros já tinham uma idéia da complexidade das relações entre a Áustria e o Brasil no século dezenove, e conheciam a documentação brasileira, mas a documentação austríaca, muito mais rica e, no fundo, muito mais importante, era quase totalmente desconhecida. Pode-se dizer sem exagêro que o estudo de Ramirez transforma a nossa visão das relações entre o império austríaco e as Américas no século passado, já que o Brasil era simplesmente para o govêrno austríaco o veículo para uma política continental, que, por sua vez, era parte essencial da política internacional do império austríaco. O tema tem dimensões de que antes não se suspeitava.

Tanto o Dr. Ramirez como eu nos sentimos honrados pelo fato de que a obra tenha aparecido na famosa coleção "Brasiliana". Tècnicamente, é uma obra original, já que o texto inglês ainda não foi publicado. Desejamos expressar o nosso agradecimento ao Dr. Américo Jacobina Lacombe pelo trabalho notável que êle realizou como tradutor e diretor da coleção. Eu sei pessoalmente o esfôrço enorme que êle fêz para que o texto final fôsse de uma limpeza científica total. Ao mesmo tempo revelou, sem querê-lo, o vasto conhecimento que êle tem dêste período da história brasileira. O Dr. Lacombe já tinha muitos admiradores; agora tem mais dois.

O instituto de Stanford, que patrocinou o trabalho de Ramirez, foi um grande centro de estudos luso-brasileiros. Ao fundar o instituto insisti em que a expressão "luso-brasileiro" devia figurar no nome para indicar a nossa preocupação especial com aquela cultura. Tive a honra de estimular uma série de esforços no campo da erudição luso-brasileira, como por exemplo a famosa obra lexicográfica de James L. Taylor. O instituto desapareceu, vítima da política universitária. Foi um crime. Para continuar a nossa tarefa, livres da política universitária, fundamos o California Institute of International Studies, no qual os estudos brasileiros ocuparão um lugar de preferência. Começamos uma segunda etapa, que promete ser ainda mais fecunda que a primeira.

RONALD HILTON

Professor, Stanford University. Executive Director, California Institute of International Studies.

Prefácio

Êste estudo — *Relações entre a Áustria e o Brasil, 1815-1889* — é fundamentalmente baseado em fontes originais, dos vários departamentos dos Arquivos Nacionais Austríacos, em Viena, departamentos que vão descritos em minúcia na bibliografia.

O autor, hoje pesquisador do govêrno norte-americano, preparou êste estudo em Viena, entre 1949 e 1952. Obteve competente orientação por parte da direção do *Haus-Hof- und Staatsarchiv,* especialmente por parte da Dr.ª Anna Benna e do Dr. Richard Blas. A seleção e o tratamento do material foram sugeridos pelo conde Egon von Corti, autoridade eminente em história das relações exteriores da Áustria. O Dr. Heinz Rosenthal leu o primeiro esbôço e ofereceu muitas e úteis sugestões.

Pretende êste trabalho mostrar a extensão das relações da Áustria com o Brasil. A predominância das fontes austríacas utilizadas leva a dar maior ênfase à participação da Áustria nessas relações. A falta de fontes brasileiras na Europa Central impediu uma investigação completa do ponto de vista brasileiro. Fêz-se, contudo, um consciencioso esfôrço para ser imparcial no exame das fontes disponíveis.

O período em tôrno do casamento da princesa Leopoldina da Áustria com o Príncipe Real Dom Pedro é rico de material de informação. Durante o reinado de D. Pedro I, até a morte de D. Leopoldina, mesmo até a morte de Francisco I, os laços de família entre as duas côrtes eram muito estreitos e os documentos oficiais dêste período compreendem dúzias de pacotes. Só os mais importantes puderam ser aproveitados neste trabalho. Há um considerável decréscimo de documentos depois da morte do Imperador Francisco I em 1835, quando as

relações políticas e de família se enfraqueceram e se tornaram mais formais.

Os documentos estão escritos na maior parte em alemão ou francês. Há uma tradução francesa junto aos documentos escritos em português. Daí se pode concluir que o funcionalismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria não dominava o português.

A descrição das relações políticas e diplomáticas foi completada e enriquecida com a descrição das relações culturais, eclesiásticas e comerciais, que ocupam espaço considerável neste estudo.

O período abrangido — do Congresso de Viena à queda do Império do Brasil — serve de quadro para êste estudo que é um panorama entre uma antiga e refinadíssima côrte européia e uma monarquia nova e relativamente rude, a única na América do Sul.

Viena, 1952

AS RELAÇÕES ENTRE A ÁUSTRIA E O BRASIL

I

Introdução

A Áustria foi durante o século XIX a encarnação do Velho Mundo: o coração da Europa, o centro da tradição ocidental. Nela confluíam as várias correntes culturais dos séculos passados. O Brasil era nôvo, imenso, recém-nascido, e pouco conhecido fora de suas fronteiras. Tinha fracas raízes na cultura européia e estava exposto a tôdas as influências e impulsos.

Na esfera política, a Áustria era ainda o foco da Europa, mantenedora da concepção medieval de *monarquia universal,* e pretendia ser o poder central da Europa. Tinha conseguido conservar essas pretensões apesar das ameaças da Revolução Francesa e das guerras de conquista napoleônicas, e acabava de apresentá-las, revestidas da nova forma de *Santa Aliança,* no Congresso de Viena.

No comêço do século XIX o Brasil era ainda uma colônia, parte do Império Português, e começara apenas a pensar em tornar-se um Estado independente. A Casa de Habsburgo encarnava a idéia tradicional do soberano "pela Graça de Deus". Os imperadores austríacos constituíam uma longa série de cabeças coroadas cujo início datava dos tempos de Carlos Magno. O Império do Brasil era jovem; fôra criado por um movimento popular e era falto de tradição. Estava tão longe da Áustria que sòmente uns poucos austríacos se davam conta de sua existência. A extensão, importância, beleza e riqueza do Brasil eram desconhecidas.

Talvez nunca o Brasil se constituísse em nação se a Revolução Francesa não houvesse destruído muitas tradições políticas da Europa, tal como o direito divino dos reis. Depois da Revolução, as idéias de liberdade e igualdade dos homens encontraram guarida no Nôvo Mundo, onde foram entusiàsticamente recebidas. As grandes colônias na América Meridional tomaram consciência da própria existência nacional.

Valendo-se da momentânea fraqueza da Espanha, travaram sangrentas batalhas pela independência. Nessa luta contra o predomínio tradicional da Espanha, as colônias abandonaram as velhas formas de govêrno e transformaram os novos ideais de liberdade e igualdade em símbolos das aspirações nacionais. A mudança rápida de dependência colonial em independência democrática, foi naturalmente acompanhada de rudes lutas e guerras civis. Êstes acontecimentos do hemisfério meridional do Nôvo Mundo, que ocorreram nos primeiros vinte anos do século XIX, pareciam uma séria ameaça à Europa conservadora que se restabelecera. Representavam uma séria e inevitável ameaça por causa das suas repercussões na Espanha, que se tornou o ponto nevrálgico da nova ordem européia.

O Brasil, porém, foi poupado de lutar contra a mãe-pátria. Ameaçado pelos exércitos de Napoleão, o rei de Portugal transmigrou a bordo de um navio inglês para sua colônia e ali continuou a governar. Quando o Brasil tomou consciência de sua capacidade de tornar-se uma entidade nacional, já estava pacìficamente elevado à categoria de reino autônomo desde 1815. A princípio a posição interna e internacional dêsse nôvo reino sul americano era instável. O fortalecimento dêsse bastião avançado do princípio monárquico devia interessar Metternich. Em 1815 tinha êle em mente sustentar a monarquia portuguêsa e nada mais; estava longe de encarar a idéia de um Estado brasileiro independente.

Portugal estava dentro da faixa de influência de Metternich que se estendia de Lisboa a Constantinopla. Depois da mudança do rei para o Brasil, Portugal fôra entregue às suas próprias fôrças e caiu sob forte influência inglêsa. As novas correntes liberais fizeram-se sentir cada vez mais fortes nestes confins da Europa, para desgôsto do *cocheiro da Europa,* como era freqüentemente chamado Metternich. Essas fôrças ameaçavam impedir pela fôrça das armas a restauração do reino de Portugal "pela Graça de Deus". A fim de eliminar êsse perigo e também reforçar o princípio monárquico, era preciso estabelecer ligações mais fortes com a Áustria, poder central da Santa Aliança.

A velha tradição dos Habsburgos de estabelecer laços de família veio, assim, ao encontro dos desejos das duas dinastias. As princesas austríacas eram educadas na idéia do sacrifício dos desejos pessoais ao interêsse do Estado. Assim, Leopoldina foi escolhida para estabelecer uma ligação com esta guarda

avançada da monarquia européia no Nôvo Mundo. Foi êste o princípio de frutuosas relações entre a Áustria e o longínquo Brasil. Seguir os variados traços dessas relações dentro da abundância dos fatos históricos é a tarefa dêste trabalho.

Deve-se creditar a D. Leopoldina não se terem limitado as relações às questões políticas, mas se terem estendido às relações culturais. A filha do Imperador da Áustria, com tato e coragem, com instinto maternal e nimbada pela tristeza, ganhou a confiança do povo brasileiro. Sua natureza afetiva reforçou a ligação através do oceano. Em assuntos políticos, o fim de Metternich era salvar a monarquia em Portugal e no Brasil, e a influência política da Áustria seria decisiva para essas duas nações. Em matéria de relações pessoais, porém, coube a D. Leopoldina estabelecer os laços entre os corações dos povos da Áustria e do Brasil e manter uma proteção carinhosa, especialmente para os emigrantes da Alemanha e da Áustria.

Enquanto existiram estreitos laços de família entre as duas dinastias, as relações políticas e culturais foram as mais cordiais. A cortesia cerimoniosa e os interêsses de família da dinastia Habsburgo constituíam, naturalmente, o fundamento de todos os problemas. Era uma estranha atitude que só pode ser entendida em face da situação política no momento em que os interêsses das dinastias eram considerados paralelos aos interêsses gerais do Estado. Êsses laços dinásticos e de família se tornaram cada vez mais formais e impessoais. As mortes de Leopoldina, de Francisco I e de Pedro I enfraqueceram os laços. Sob Pedro II o formalismo oficial deu entrada nos papéis diplomáticos. As relações comerciais e culturais revelaram-se mais reais e duráveis. Dentro dos quadros dêste estudo tiveram elas destaque semelhante ao das relações políticas.

Êste estudo, retratando as simples relações entre dois Estados tão distantes entre si no espaço e no tempo, um — o mais velho império do Velho Mundo, o outro — o único e mais nôvo império do Nôvo Mundo (o Império de Maximiliano no México não passa de um episódio trágico), não deixa de ter interêsse histórico para os que se encontram hoje sob o pêso de complexas relações internacionais, num momento em que os progressos técnicos eliminaram as distâncias entre os Estados e as relações dinásticas não servem mais para manter a amizade entre as nações.

II

Relações anteriores à declaração da Independência do Brasil

Empregou tôda sua habilidade diplomática no Congresso de Viena o príncipe de Metternich, para estabelecer a ordem na confusão deixada pelas guerras napoleônicas. O princípio básico da sua política era o estabelecimento da legalidade entre as potências a dirigir. Goethe chamou-o uma vez o "Dom Quixote do legitimismo". E de fato foi o legitimismo o conceito básico da teoria política nas décadas seguintes ao Congresso de Viena.

Metternich estava atento para enfrentar as facções liberais e democráticas que tentavam tomar o poder contrariando suas concepções políticas. Pôsto que falhasse algumas vêzes, não impedindo o estabelecimento de governos "ilegítimos" no estrangeiro, foi quase sempre capaz de promover a contra-revolução nos campos do legitimismo. A América Espanhola foi campo fértil para a observação de casos que representavam tìpicamente o poder ilegítimo. Metternich seguiu, por isso, atentamente a evolução das idéias que animavam o rompimento das colônias, no Nôvo Mundo, com a Espanha. A separação dessas colônias da Metrópole teria certamente repercussão na Europa. Compreendeu êle que era muito tarde para salvar as colônias espanholas da América, mas sentiu que devia ser tentado um esfôrço extremo para evitar que o Brasil declarasse sua independência de Portugal.

Já que as possessões portuguêsas na América do Sul não estavam dispersas, mas compreendiam um imenso bloco, o que apresentava inúmeras vantagens para a segurança geográfica, acreditou Metternich que o Brasil poderia e deveria permanecer sob o govêrno legal de um governante europeu, mantendo o princípio monárquico no Nôvo Mundo. Viu assim

com satisfação o movimento que arrebatou à coroa espanhola suas colônias não se completar no Brasil. Mesmo após a declaração de Independência, o Brasil continuou a ser governado pela mesma família real. Por meio de hábeis ajustes, foi mantida a monarquia e isso satisfez o conceito de legitimismo de Metternich.

Ficou, no entanto, decepcionado o grande chanceler quando em 1810 o Príncipe Regente D. João, que, como Regente de Portugal havia fugido num navio inglês (*) para o Rio de Janeiro (1) diante do avanço dos franceses, abriu os portos de sua nação aos interêsses comerciais dos inglêses (2). Cinco anos depois, D. João, após a morte de sua mãe alienada, tornou-se rei (**) e assegurou ao Brasil igualdade política com Portugal, no momento governado por oficiais do exército inglês (3).

Quando D. João se viu cercado pelas ondas do liberalismo, tentou salvar a situação e obter a necessária segurança pelo estabelecimento de ligações matrimoniais com a Casa de Habsburgo. Metternich favoreceu esta ligação porque, através dela, procuraria arrancar Portugal da crescente influência da Inglaterra e fortaleceria o Brasil na luta contra o crescente movimento jacobino. Quando Navarro (***), representante de Portugal, iniciou as negociações sôbre o casamento em Viena, recebeu resposta favorável (4). Dom João visava à realização de um velho desejo: o duplo casamento entre seus

---

(*) Dom João chegou ao Brasil em navio de guerra português, com tôda a esquadra portuguêsa. A esquadra inglêsa, comandada por *Sir* Sidney Smith, simplesmente comboiou-o.

(1) Daqui por diante diremos simplesmente Rio.

(2) Os acôrdos comerciais de 19 de fevereiro de 1810 proporcionaram à Inglaterra inúmeras vantagens que sobrelevavam até o próprio comércio português. V. o cap. IX: Relações comerciais, adiante.

(**) O tratado com a Inglaterra é de 1810. A rainha morre em 1816. D. João é aclamado rei em 1818. *Oito* anos depois, devia dizer, assim o A.

(3) A Regência de Lisboa teve à sua testa o general inglês Beresford até a Revolução de 1820.

(***) O nome do diplomata era Rodrigo *Navarro de Andrade.* Foi depois barão de Vila Sêca. E não simplesmente Navarro. Figura no Dicionário de Argeu Guimarães (pp. 314 e 477), que consta da bibliografia.

(4) *Haus-Hof-und Staatsarchiv,* daqui por diante citado apenas o nome do departamento interessado. V. a bibliografia para completa explicação: *Familienarchiv, Ministerium des Kaiserlichen Hauses, Vermähhlungen,* pasta 22, folio 1 (28 de julho de 1816).

filhos Pedro e Isabel com os filhos do Imperador Francisco I da Áustria, Leopoldina e Ferdinando (5) (*).

Documentos de Lisboa mostravam que tal plano era desejado desde 1806 (6). Quando o casamento de D. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina pareceu firmado, D. João tudo fêz para conseguir incluir sua filha Isabel no acôrdo. Mas o Príncipe Herdeiro da Áustria, Ferdinando, não estava inclinado a casar-se, ainda que já tivesse 22 anos. Durante todo o tempo de sua estada no Rio, Dom João incessantemente trabalhou para obter o casamento do arquiduque Ferdinando com Isabel, mesmo depois do representante da Áustria afirmar que êste acôrdo não era viável (7). Com o passar dos tempos Francisco I tornou-se cada vez menos disposto a entrar em outro acôrdo matrimonial com D. João VI, especialmente depois que D. Leopoldina não encontrou completa felicidade no Brasil, como se dirá adiante. Quando o embaixador barão von Stürmer, da Áustria, fêz sua visita final oficial à Côrte Portuguêsa no Brasil, foi obrigado a informar que havia já outro plano para o casamento do Príncipe Herdeiro. Após muitas hesitações Francisco I deu afinal permissão para que Leopoldina pudesse casar com o Príncipe Real D. Pedro do Brasil. Não lhe agradou ver sua filha partir para um país distante, ainda ameaçado de revoluções. Assim mesmo seu

---

(5) Isto lembra um dos grandes casamentos duplos celebrados 300 anos antes, fazendo da Casa de Habsburgo uma potência mundial.

(*) (D.) Dom PEDRO (1798-1834). Príncipe da Beira, depois Príncipe Real do Reino Unido, foi finalmente Imperador do Brasil, com o nome de D. Pedro I, e Rei de Portugal, com o nome de D. Pedro IV.

Dona ISABEL MARIA [e não Isabela] (1801-1876), Regente do Reino de Portugal de 1826 a 1828. Faleceu solteira.

Dona CAROLINA JOSEFA LEOPOLDINA (1797-1826) veio, realmente, a casar-se com D. Pedro I.

Arquiduque FERDINANDO I (1793-1875), foi Imperador da Áustria de 1835 a 1848, quando renunciou em favor do sobrinho Francisco José I. Casou com Maria Ana de Sardenha em 1831.

(6) Nas instruções ao barão de Neveu, de 19 de março de 1817, Metternich reportava-se a êsse ponto. *Staatskanzlei.* Brasil: Instruções para o Rio (19 de março de 1817).

(7) *Ibid.* Ofício do Rio de 29 de maio de 1819. Vez por outra Dom João volta à questão. Cf. ofícios de 21 de janeiro, 10 de outubro e 31 de outubro de 1818; 29 de maio, 27 de julho e 13 de outubro de 1819; 19 de abril de 1820; despachos para o Rio, 19 de março de 1817; 21 de janeiro, 23 de fevereiro de 1818; 19 de fevereiro e 16 de novembro de 1819; 22 de junho e 7 de julho de 1820, para só falar em alguns. Isabel teve posteriormente um papel na luta entre D. Pedro e seu irmão D. Miguel. De 10 de março de 1826 a 26 de fevereiro de 1828 foi Regente de Portugal.

consentimento só se fêz público depois que o nôvo representante de Portugal, o marquês de Marialva, declarou que a côrte estava decidida a voltar para Portugal logo que o Brasil demonstrasse que havia escapado seguramente das chamas da guerra da independência que avançavam nas colônias espanholas ([8]), até mesmo Leopoldina, educada na tradição dos Habsburgo, não alimentava grandes esperanças quanto ao casamento. Deu, porém, a Marialva, a resposta afirmativa que êle esperava.

O extremo formalismo e o esplendor com que o representante português conduziu as negociações em Viena, devem ter aborrecido Dom João VI que era conhecido como muito conservador em matéria de despesas. De uma feita Marialva presenteou a arquiduquesa com um retrato de D. Pedro guarnecido de uma cercadura de brilhantes do Brasil. A 29 de novembro de 1816, o contrato de casamento foi concluído e assinado ([9]). A cerimônia do casamento foi celebrada a 13 de maio do ano seguinte na igreja de Santo Agostinho de Viena. O Príncipe D. Pedro foi representado pelo arquiduque Carlos, herói da batalha de Aspern (*). Os jornais locais deram a seguinte notícia:

> O casamento por procuração de Sua Alteza Imperial a Arquiduquesa Leopoldina com Sua Alteza Real o Príncipe Real de Portugal e do Brasil realizou-se têrça-feira, 13 dêste mês. Tôda a Casa Imperial estava reunida às seis e meia da tarde no Paço. Estava também presente o Embaixador de Portugal. Dirigiram-se então Sua Majestade o Imperador, Sua Majestade a Imperatriz e a Real Noiva à Igreja da Côrte de Santo Agostinho, acompanhados de tôda a Côrte, o Embaixador de Portugal e o Arquiduque Imperial Carlos. O Arcebispo de Viena, convidado para celebrar o matrimônio dos altos noivos, já ali se encontrava com os assistentes. Celebrado o casamento, cantou-se o hino ambrosiano. A Família Imperial retirou-se, então, para os seus aposentos. Aí recebeu a Arquiduquesa Imperial Leopoldina os cumprimentos do Corpo Diplomático, dos ministros austríacos e, em seguida, das senhoras. Finalmente foi servido um jantar de casamento nos salões de gala, com a presença do Imperador, da Imperatriz, do Corpo Diplomático e de tôda a Côrte Imperial. A

---

(8) *Ibid.* Ofício do enviado português Navarro ao embaixador Marialva, então em Paris (21 de agôsto de 1816). Uma cópia interceptada está no *Staatskanzlei*.

(9) O original do contrato de casamento está no *Familienarchiv*.

(*) O arquiduque Karl Ludwig de Habsburgo (1771-1847) foi o maior chefe militar de quantos enfrentaram as fôrças francesas da Revolução e do Império. Depois de enfrentá-las várias vêzes com sucesso, venceu a batalha de Aspern-Lessing. Autor de livros clássicos de estratégia e de memórias. Seu filho, o arquiduque Alberto, foi dos mais célebres generais da Europa.

Orquestra da Côrte tocou durante o ato. Após o jantar, o Imperador e a Imperatriz, acompanhados pela recém-casada, retiraram-se para os aposentos privados (10).

O ponto culminante das cerimônias do casamento foi atingido no Augarten de Viena, onde, a 1.º de junho, Marialva que tinha tido poucas oportunidades para revelar o esplendor, riqueza e hospitalidade de sua nação deu uma suntuosa recepção para a qual fizera preparativos durante todo o inverno. A pompa e o esplendor exibidos na recepção de Marialva ficaram na Áustria como um exemplo do máximo das celebrações de casamento. A lista dos convidados atingia mais de 2.000 nomes e incluía a mais alta nobreza da Áustria e da Hungria, o Corpo Diplomático, as celebridades de Viena, o Imperador, a Imperatriz, o arquiduque Carlos, o Príncipe Real da Baviera, todos os arquiduques e arquiduquesas da Áustria, o duque de Saxe e Leopoldina. A ceia tinha lugares para 1.200 pessoas. Começou a recepção às 8 horas da noite e durou até 4 horas da madrugada:

(...) os membros da Côrte e as Imperiais Pessoas chegaram às 9 horas. Iniciaram-se então as danças pelo anfitrião, representante do Brasil, que dançou com a recém-casada uma *polonaise*. Continuaram as danças até 11 horas quando foi servido o jantar. Suas Altezas foram servidas sob um dossel magnífico, erguido sôbre uma suntuosa mesa em que se ostentavam 40 serviços. Junto estavam duas outras mesas, onde foram servidos Suas Altezas Imperiais, os Arquiduques Carlos, José Palatino (*) e respectivas senhoras. Os outros convidados foram colocados nas duas recém-construídas galerias em várias mesas, ricamente ornamentadas, com 16 e 20 lugares. Não estão mencionadas as mesas laterais e aparadores, onde 1.200 pessoas foram amàvelmente tratadas. Terminado o jantar, era 1 hora da manhã. Voltou então aquela distinta sociedade para o salão de danças. (...) Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz, com a Arquiduquesa retiraram-se cêrca de 2 horas. (...) A festa terminou às 4 horas (11).

O casamento de Leopoldina, devia incentivar uma intensa cooperação política, cultural e comercial entre a Áustria e o

---

(10) Têrmos do comunicado oficial aos jornais, *Staatskanzlei. Zeremonialprotokoll*, pasta 13, doc. 26. A notícia apareceu no *Wiener Zeitung* de 16 de maio de 1817.

(*) Arquiduque José Antônio João (1776-1846), Palatino da Hungria.

(11) *Ibid. Zeremonialprotokoll* de 1817, doc. 38 e segs. O marquês de Marialva fizera extensas obras no edifício. Cf. *Hofarchiv. Obersthofmeisteramt*, pasta 500. Depois das festas o marquês doou o salão de baile a uma sociedade de saúde de Viena. Mas como era uma construção precária teve de ser demolido. A venda do material, porém, foi empregada em obras sociais. *Ibid.*, pasta 334 (1817).

Brasil. Pouco tempo antes do casamento, duas fragatas austríacas, a *Áustria* e a *Augusta,* partiram para o Rio. Iam a bordo os móveis e decorações para a Embaixada da Áustria recém-instalada no Rio (*), todo o equipamento para uma expedição científica ao interior do Brasil e numerosas amostras de produtos comerciais austríacos para serem exibidas no Brasil ([12]). O embaixador recentemente nomeado para o Brasil, conde de Eltz, acompanhava a noiva que devia partir de Livorno.

Metternich dirigiu em pessoa as cerimônias da despedida. Seguindo os exemplos de pompa dados por Marialva, o cortejo matrimonial deixou Viena com esplendor a 3 de junho. Em uma quinzena tinham atingido Florença. Aqui houve falha porque a escolta oficial portuguêsa, que deveria acompanhar a arquiduquesa, tinha sido empregada em abafar a revolução irrompida em Pernambuco. Metternich estabeleceu uma côrte para a arquiduquesa perto de Florença, em Poggio Imperiale, enquanto aguardava a chegada da escolta e o transporte para o Brasil ([13]). A arquiduquesa ficou profundamente desapontada com êste atraso, e foi preciso trazer de Parma sua irmã favorita [Maria Luísa, viúva de Napoleão], para consolá-la. Em carta ao pai, a arquiduquesa mostrou abertamente seu desprazer:

> V. ficará certamente triste por lhe dizer eu que sou diàriamente informada de que a esquadra portuguêsa está a chegar e, todos os dias, verificar que é notícia falsa. O correio que trará a notícia de que a esquadra partiu de Lisboa ainda não chegou. Parece-me incrível que tenhamos sido impelidos a andar depressa em Viena porque a esquadra estava à nossa espera... e estejamos agora isolados de tudo que me é caro... Estou sem entender. O conde de Metternich está ainda comigo e sustenta que certamente eu tenho um bom futuro em vista... Meu tio [Ferdinando III, grão-duque de Toscana] e minha irmã me consolam, mas não há consôlo quando penso que poderia ter ficado junto de v. todo êsse tempo ([14]).

(*) Von Eltz desempenhou-se de sua missão com um espírito de economia chocante. Nem sequer desencaixotou a bela porcelana que fôra exposta em Viena. TOBIAS MONTEIRO, *História do Império: a elaboração da independência,* Rio, 1927, p. 181, nota.

(12) V. Cap. VI — Desenvolvimento das relações científicas e culturais, e IX — Relações comerciais.

(13) *Familienarchiv. Ministerium des Kaiserl. Hauses, Vermählungen,* p. 22.

(14) *Ibid., Familienkorrespondenz,* pasta 304. Autógrafo de D. Leopoldina datado de Poggio Imperiale, 24 de julho de 1817.

Durante êsse período os representantes inglêses propuseram que os planos da partida de Leopoldina fôssem temporàriamente alterados. O embaixador britânico ressaltou que as circunstâncias críticas no Brasil e em Portugal tornavam perigosa a continuação da viagem. Entretanto os inglêses tentavam influenciar Francisco I no sentido de insistir com Dom João VI para mudar a Côrte do Rio para Lisboa. Francisco I respondeu, desviando o assunto, que sua filha se tinha tornado portuguêsa pelo casamento, e, portanto, era seu dever seguir as ordens de seu rei. Leopoldina declarou, então, pùblicamente que se sua nova família estava correndo qualquer perigo, era de seu dever juntar-se a ela, logo que possível ([15]).

A esquadra portuguêsa chegou finalmente a Livorno a 24 de julho. Os navios *Dom João VI* e *Dom Sebastião* necessitaram de três semanas para prepararem-se para a viagem de volta. As cerimônias de despedida foram celebradas em Livorno a 12 de agôsto; nessa ocasião Metternich assinou solenemente os documentos de entrega da arquiduquesa aos portuguêses ([16]). O comboio matrimonial partiu a 15 de agôsto com D. Leopoldina e 28 pessoas da comitiva na nau *Dom João VI* e o embaixador conde de Eltz com seus auxiliares na *Dom Sebastião.*

A esquadra chegou a 5 de novembro ao Rio, onde durante vários dias celebraram-se as festas do casamento. O jovem par foi aboletado numa casa de campo nos terrenos da Quinta da Boa Vista. D. Leopoldina conquistou logo os corações de todos os membros da Côrte, mas sentiu em breve que o Brasil não era a maravilha que tinha sido induzida a pensar. Os funcionários em Viena também ràpidamente haviam verificado provas cabais de que a cultura portuguêsa não podia ser comparada com a alta categoria de cultura exibida e praticada pela Família Imperial da Áustria. A carta de um austríaco proprietário de mina no Brasil a seu sócio de Viena foi interceptada por Metternich e narrava o seguinte:

> Por falar no Príncipe Herdeiro (...) pôsto que não seja destituído de inteligência natural, é falho de educação formal. Foi criado entre cavalos, e a Princesa cedo ou tarde perceberá que êle não é capaz de

---

(15) Com relação à interferência inglêsa, v. ofício de Neveu, de Viena, in *Staatsabteilungen.* Inglaterra, 30 de agôsto de 1817.

(16) *Familienarchiv. Ministerium des Kaiserl. Hauses, Vermählungen,* pasta 22.

coexistir em harmonia. Além disso, a Côrte no Rio é muito enfadonha e insignificante, comparada com as côrtes da Europa (17).

Os primeiros relatórios do conde de Eltz, que levara instruções para cooperar com os portuguêses, dentro dos princípios políticos de Metternich, na solução dos principais problemas, revelaram que havia grandes descontentamentos causados pelos portuguêses no Brasil. Os três maiores problemas em face da Côrte portuguêsa eram: 1) tensão com a Espanha acêrca das colônias do Prata (um rompimento diplomático devia ser evitado a todo custo); 2) a volta de Dom João para Portugal e o estabelecimento de uma regência no Brasil; 3) a escravidão. O último item era o principal obstáculo no Brasil. A estrutura social e comercial do Brasil estava baseada na escravidão; a solução, portanto, dêsse problema não poderia ser encontrada com uma simples penada. A escravidão era o alicerce da monarquia, e, uma vez abolida, a monarquia imediatamente caiu.

O campeão do combate à escravidão no Brasil era a Inglaterra. No Congresso de Viena, em 1815, a França e a Inglaterra haviam pensado numa solução para a abolição do tráfico em todo o mundo. A declaração, então redigida, foi assinada pelo representante de Portugal que ajuntou algumas reservas. Portugal declarou-se pronto a abolir o tráfico de escravos dentro de oito anos se a Inglaterra estivesse disposta a anular o tratado de comércio de 1810 e indenizar Portugal de todos os navios negreiros capturados desde junho de 1814. Se a Inglaterra não aceitasse entrar nesse acôrdo, Portugal declararia a tôdas as outras potências que não faria a abolição da escravidão dentro de oito anos, mas a iria reduzindo gradualmente, na medida das possibilidades.

---

(17) *Staatskanzlei.* Brasil: *Personalien,* 10 de novembro de 1818. Extrato de uma carta do barão de Eschwege (*) diretor das Minas de M. Gerais, a um amigo vienense sr. de Baumbach. Os censores da correspondência de Metternich abriram a carta, copiaram-na, e reenviaram-na ao destinatário. Com referência à polícia destinada à abertura de cartas, cf. J. K. MAYR, *Metterniches geheimer Briefdienst, Postlogen und Postkurse,* Viena, 1935.

(*) Guilherme Luís von Eschwege, barão de Eschwege (1777-1855), nascido em Eschwege (Hesse), formado em engenharia de minas, entrou em 1803 a serviço de Portugal. Com a vinda da côrte para o Brasil, foi incumbido da direção do Real Gabinete de Mineralogia, no Rio, e percorreu várias vêzes o território de Minas Gerais, procurando incrementar a mineração, já em declínio. Retornou a Portugal em 1821 e em 1829 passou à Alemanha, onde escreveu algumas obras fundamentais para estudo das riquezas minerais do Brasil. A principal é a *Pluto brasiliensis,* Berlim, 1833, traduzida em português por Domício de Figueiredo Murta e publicada nesta coleção "Brasiliana" sob o n.º 257. Muitas outras obras

Decidiu finalmente Portugal entrar em acôrdo para regular o tráfico de escravos, limitando-o a determinadas zonas. Em contraste com a forte pressão inglêsa, Metternich assegurou ao Brasil a atitude favorável da Áustria nessa questão vital (18). Na conferência dos aliados em Aquisgrano, a Inglaterra apresentou de nôvo o problema do tráfico dos escravos, e decidiu-se que as grandes potências européias deveriam fazer um protesto conjunto perante o rei de Portugal. Como a Áustria não poderia esquivar-se à petição coletiva, o seu delegado recebeu instruções para proceder de acôrdo com os representantes das côrtes de Paris, Londres, Berlim e São Petersburgo (19). O Imperador Francisco I escreveu pessoalmente a D. João VI explicando sua posição. Finalmente a nota coletiva e a influência pessoal de Francisco I tiveram bom êxito, e o Brasil concordou em reduzir o tráfico de escravos e substituí-lo pelo fomento da imigração branca. O rei D. João VI esquematizou êste plano como consta de uma carta sua ao Imperador Francisco I:

> Resolvi êste problema da maneira mais conveniente sem pôr em risco de confusão geral o Brasil. Decidi substituir por colonos brancos os escravos negros. Nessa emergência preferi os métodos indiretos. O tráfico negro já diminuiu de muito, e espero que, em pouco tempo, Vossa Majestade Imperial ficará satisfeito quando vir seus desejos realizados (20).

Posteriormente a firme pressão inglêsa sòmente forçou algumas promessas por parte do Brasil, que não as pôde cumprir, o que constantemente favoreceu novos conflitos. O Brasil tinha de suportar a pressão, e um nôvo tratado de comércio com a Inglaterra, de 18 de outubro de 1825, determinou que o tráfico de escravos seria abolido dentro de quatro anos, isto é, de 1831 em diante o tráfico seria declarado pirataria e tratado nesse sentido (*). Mas no entanto o tráfico continuou

---

encontram-se sòmente no idioma original, entre as quais o *Diário*, que apresenta grande interêsse. Uma edição em vernáculo do *Pluto brasiliensis* aparecera em 1922, em tradução de Rodolfo Jacob na *Collectanea de scientistas extrangeiros* (Assumptos mineiros), publicada pelo govêrno de Minas Gerais, vols. I e II. Nessa coleção também apareceram as *Contribuições para a geognóstica do Brasil*, Belo Horizonte, 1932, v. II, t. II.

(18) *Staatskanzlei*. Brasil: despacho para o Rio, de 28 de maio de 1817.

(19) *Ibid.*, 4 de novembro de 1818.

(20) Carta original de D. João VI ao Imperador Francisco I, de 21 de agôsto de 1819. *Ibid.*, suplemento ao ofício do Rio, de 21 de agôsto de 1819.

(*) Os tratados de comércio e o contra o tráfico assinados no Rio a 18 de outubro de 1825 não foram ratificados pela Inglaterra e nunca entraram em vigor.

A 23 de novembro de 1826, porém, formou-se uma simples convenção para a abolição do tráfico. Nesta se estabelecia no art. I: "Acabados três anos depois

ilegalmente e em 1837 o representante da Áustria informou que 60.000 escravos haviam sido importados para o Brasil em 1836. Em sua opinião a redução do tráfico de escravos só seria possível se as grandes potências européias pudessem controlá-lo por meio de patrulhas navais que deveriam pesquisar todos os navios de carga. Seria preciso que o tráfico ficasse menos vantajoso para que cessasse gradualmente ([21]).

A Áustria compreendeu claramente que o tráfico era uma necessidade física para o Brasil e conseguintemente nunca recorreu à pressão para apressar a abolição dos escravos. Daiser, encarregado de negócios no Brasil, expõe convincentemente as bases do tráfico de escravos no Brasil. Sua exposição pode ser considerada como a posição oficial do govêrno austríaco em relação ao tráfico:

Não há trabalhadores suficientes no Brasil. Só há escravos para cultivar a terra, cujo produto constitui a maior riqueza do país. A Inglaterra quer abolir o tráfico de escravos, sob o fundamento que nenhuma nação civilizada pode aprová-lo. Mas no Brasil existe a escravidão e está algumas vêzes identificada com a existência da nação. A abolição neste momento causaria a ruína da gente branca sem trazer felicidade aos prêtos, que, sem exceção, são mais felizes aqui do que na própria pátria. A prova é que nenhum quer voltar à terra natal. A finalidade filantrópica não seria atingida e o comércio e a indústria inglêses perderiam imensamente se alguém levasse esta nação a essa miséria. Seria impossível pagar as grandes importações de produtos de países estrangeiros das quais a maior percentagem vem da Inglaterra. A maior parcela das dívidas públicas pertence à Inglaterra que perderia, assim, uma larga soma de capital. Na execução dêsse tratado, o govêrno inglês portou-se com pouca reflexão. Os brasileiros prometeram coisas que não podem cumprir e os inglêses aceitaram uma promessa que, é fácil prever, não pode ser mantida. O princípio da abolição dos escravos não é um êrro e a emancipação dos escravos é incontestàvelmente justa e moral, e deve, por conseqüência, ser adotada como um princípio de Estado; *mas* não pode ser pôsto em prática senão por meio de transições, isto é, progressivamente e tentando substituir os únicos trabalhadores existentes nesta terra por brancos livres, que só podem ser atraídos ao Brasil por um sistema de colonização que existe melhor em planos do que na prática. Os chamados colonos não passam de es-

---

da troca de ratificações (...) não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na Costa d'África, debaixo de qualquer pretexto ou maneira que seja. E a continuação dêste comércio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa súdita de S. M. I. será considerado e tratado de pirataria". (*Coleção das Leis 1826,* Rio, 1880, p. 75.)

A lei brasileira de 7-XI-1831 — confirmou a proibição e declarou livres os importados (a execução plena será em 1850-54).

Nôvo tratado do comércio com a Inglaterra foi assinado em 17 de agôsto de 1827 e vigorou até 1844, quando foi denunciado pelo Brasil.

(21) *Ibid.,* ofício do Rio, de 17 de janeiro de 1837,

cravos brancos. Esta grave questão do tráfico de escravos, da qual muito se tem escrito e falado, mas nada se tem feito, é sòmente uma fonte de aborrecimentos e de esforços, que amargura os espíritos (22).

Em dezembro de 1841 concluiu-se em Londres um tratado formal entre quatro grandes potências da Europa, que se comprometeram a exercer conjuntamente um contrôle de todos os mares, de forma a cessar o tráfico de escravos (23). Contudo a escravidão decresceu automàticamente durante a década seguinte na proporção do aumento da imigração branca, que foi um dos mais importantes fatôres na solução da questão servil no Brasil.

A abolição dos escravos não era o único acontecimento que inquietava o Brasil no princípio do século XIX. A volta do rei D. João VI e sua Côrte a Portugal era também um tema dos mais importantes quanto ao destino da monarquia, tanto no Brasil quanto em Portugal. Logo após se ver liberto da ocupação francesa o reino europeu, a Inglaterra insistiu junto ao rei para sua volta. Mas a Áustria preferia a ida do Príncipe Real, como Príncipe Regente de Portugal. A Inglaterra havia liderado o reino, até aquêle momento, tendo o general Beresford pràticamente como Regente de Portugal. Mas os descontentes aumentavam de ano para ano.

Não sòmente os portuguêses estavam desgostosos com o domínio inglês, como temiam que a Côrte permanecesse definitivamente no Rio, ficando assim Portugal sob o govêrno de sua antiga colônia. Além disso a manutenção da Casa Real no Rio custava enormes somas, obtidas dos portuguêses empobrecidos, que não eram certamente devotados à casa reinante portuguêsa.

Havia dois partidos constituídos em Portugal. O grupo mais forte favorecia a unificação com a Espanha, mesmo que essa união ibérica só fôsse possível com completo desprêzo de todos os direitos dinásticos. Um grupo minoritário era composto principalmente de revolucionários que trabalhavam contra a unificação com a Espanha. Metternich era contra a unificação, já que ela só se poderia consumar com o completo desrespeito às suas teorias políticas.

Lorde Castlereagh tentava então promover a volta do rei a Portugal. A Áustria foi atraída a essa causa a fim de que

(22) *Ibid.*, 21 de dezembro de 1839.

(23) Tratado original no *Haus-Hof-und Staatsarchiv*, Viena.

os Habsburgos empregassem a influência resultante da aliança de família com a Casa de Bragança. Concordou ela com o plano de ação conjunta, mas declinou de indicar o processo a ser seguido. A intenção de Metternich era estabelecer o príncipe D. Pedro em Lisboa e induzir o rei D. João VI a:

(...) consentir num acôrdo que permita a paz em tão importante parte de seu império. (...) A côrte portuguêsa aproveitaria o ensejo do casamento do príncipe D. Pedro com a arquiduquesa D. Leopoldina, especialmente se o príncipe se estabelecesse em Lisboa. Seríamos os primeiros a propor essa idéia, mas agora que Sua Majestade não pode supor qualquer malícia da parte do Imperador em servir aos seus desejos, temos o direito de expor, com tôda a franqueza as poderosas razões que aconselham D. João a se ocupar com o país cuja conservação é para êle da maior importância. Não que o Imperador da Áustria tema ver sua filha ligada por tôda a vida a outro hemisfério, mas é movido pelo verdadeiro interêsse que nutre pela glória, felicidade e prosperidade do rei D. João VI, tão desejadas por Sua Majestade.

O gabinete do Rio deverá levar na devida conta as ponderosas razões que tornam urgente que o rei D. João VI se compenetre da importância e da necessidade de estabelecer, logo que possível, o Príncipe Real em Portugal com o título e os podêres de um rei prudente (24).

Lorde Castlereagh apresentou uma vez a proposta britânica ao embaixador austríaco em Londres, sugerindo que se instasse pela volta de D. João VI ou por meio da retenção da princesa Leopoldina, ou enviando-se a Lisboa a frota que a conduzia, em vez de ao Rio. Metternich, porém, recusou essas sugestões por que não estava interessado em vencer a luta portuguêsa nas águas da Inglaterra. Pelo contrário, queria servir-se da situação para libertar Portugal da influência inglêsa. Refutou, portanto, os argumentos do primeiro ministro de Inglaterra:

A solução desta importante questão doravante só pode caber ao soberano austríaco porque no dia em que se der a entrega de Leopoldina só ao rei de Portugal cabe o direito de tomar uma decisão (25).

Contudo, Metternich estava, agora, assaz convencido das vantagens de enviar D. Pedro a Lisboa como vice-rei. A presença em Portugal de um membro da família real certamente venceria as discórdias internas do país e as simpatias se voltariam de nôvo para a dinastia. Mas foi só após a instalação de uma Legação Austríaca no Rio, permitindo um contato

(24) *Staatskanzlei.* Brasil: despacho para o Rio, de 28 de maio de 1817.
(25) *Ibid.*, suplemento às instruções ao conde de Eltz, de 14 de agôsto de 1817.

direto com o rei e o gabinete do Rio, que se tornou óbvio o verdadeiro motivo da oposição à ida do Príncipe Real para Lisboa: D. João pessoalmente não confiava no filho. Dois partidos se haviam formado pela intriga na Côrte. Combatiam-se mùtuamente e procuravam exercer influência decisiva sôbre os membros da Família Real. O Príncipe Real de nenhum modo ocultava seu ódio aos cortesãos que cercavam o pai (26). D. Leopoldina muito sofria por causa das desavenças entre pai e filho. O desapontamento transparece em suas cartas. Sentiu que a hostilidade crescia em tôrno dela. Estava convencida de que desconfiavam dela. Quando soube que suas cartas estavam sendo censuradas aborreceu-se (27). No entanto continuou a viver tão normalmente quanto possível, pôsto que fôsse difícil comportar-se através dos fogos cruzados das intrigas. Chegou a confessar ao embaixador da Áustria uma vez:

> Deveis saber como é doloroso depois de ter sido tão feliz em casa, onde éramos tão dedicados um ao outro, achar-me aqui onde cada um está contra o outro, onde todos intrigam e todo o mundo briga. A gente se sente numa posição muito delicada ao encontrar-se a todo momento entre o pai e o filho (28).

O embaixador austríaco, que após o casamento representava não sòmente o Estado Austríaco, mas se tornara um mediador de confiança entre as famílias Habsburgo e Bragança, sentiu uma indisposição íntima de D. João a mandar o Príncipe Real para Portugal. Aqui, igualmente, o rei empregou o seu velho sistema de dar tempo ao tempo, para resolver o problema enfadonho. Certas frases como: "Meu filho não pode ser mandado por que é ainda muito môço", ou "Não é hábito da Casa de Bragança enviar o Príncipe Real para longe da Côrte", não conseguiam ocultar a incerteza interior do rei. Metternich conhecia a situação e deu instruções ao embaixador da Áustria para adiar por certo tempo a solução do caso (29).

Com referência a tôdas as outras questões, contudo, o rei revelou muito boa vontade em atender aos desejos da Áustria. Numa ocasião, proibiu, por ordem régia, tôdas as sociedades

---

(26) *Ibid.*, carta cifrada do Rio, de 9 de maio de 1818.

(27) Logo depois da chegada, D. Leopoldina foi avisada dessa situação. O barão de Neveu enviou um ofício cifrado a Viena descrevendo o dilema da arquiduquesa.

(28) *Ibid.*, ofício do Rio, de 19 de abril de 1820.

(29) *Ibid.*, despacho para o Rio, de 14 de março de 1818.

secretas quando foi informado por Metternich de que muitos franceses refugiados e muitos italianos, procurados pela polícia austríaca, tinham vindo para o Brasil, onde se desconfiava que iriam fundar um ramo das sociedades revolucionárias dos carbonários e da *Giovane Italia,* ou organizações semelhantes ([30]).

O Príncipe Real estava, porém, inclinado a aceitar a posição de vice-rei de Portugal e D. Leopoldina encantada com essa possibilidade. Também as relações entre o pai e o herdeiro melhoraram durante o período em que D. Leopoldina estava esperando o primeiro filho ([31]). O representante da Áustria porém compreendeu logo que D. João nunca tomaria uma decisão, considerando suas hesitações e relutância em chegar a uma solução, a não ser forçado pelo curso dos acontecimentos. A Inglaterra, porém, persistiu em seus intuitos e por volta de 1819 o rei considerou de nôvo a idéia de voltar para a Europa. Os elementos constitucionais em Portugal (revolucionários segundo Metternich), pensaram ter chegado o momento dêles. Conseguintemente a monarquia absoluta em Portugal estava sèriamente ameaçada. Navarro de Andrade, representante português em Viena, submeteu às autoridades austríacas uma nota oficial solicitando que a Quádrupla Aliança renovasse a garantia da integridade portuguêsa. Metternich recusou dizendo: "ce serait, il me semble, se presser imprudemment de sonner l'alarme" ([32]). A Portugal se ofereceu então uma garantia direta da Inglaterra, sob condição da volta à Europa do rei ou do Príncipe Real:

> (...) mas essa garantia nunca seria aceita já que o desejo do rei era dar-se ao luxo de agitar-se em face dos perigos da situação, continuando, de um lado, a tratar os portuguêses como uma colônia e permitindo-se ser conduzido, por outro lado, pela perigosa esperança de aproveitar-se das desgraças momentâneas da Espanha para estender seus domínios na América do Sul ([33]).

A garantia inglêsa foi imediatamente comunicada a Metternich que concordou plenamente, porque compreendeu

---

(30) *Ibid.*, ofício do Rio, de 9 de maio de 1818 [é o alvará de 30 de junho de 1818].

(31) *Ibid.*, 10 de outubro de 1818. Em 4 de abril de 1819 D. Leopoldina deu à luz seu primeiro filho., D. Maria da Glória, depois D. Maria II, rainha de Portugal. Esta foi casada em primeiras núpcias com Augusto de Leuchtenberg, irmão de sua madrasta, a 26 de janeiro de 1835. Mais tarde, a 19 de abril de 1836, casou-se com Fernando de Saxe-Coburgo. Morreu em 15 de novembro de 1853.

(32) *Ibid.*, despacho ao barão de Stürmer, de 7 de julho de 1820.

(33) *Ibid.*

que a política perigosa de D. João estava a ponto de destruir a Casa de Bragança em ambos os continentes. Em junho de 1820 lorde Beresford apareceu no Rio para alertar a Côrte dos riscos que corria. Informou que existia:

(...) na Casa de Bragança uma extrema reserva, com um manto de mistério e completa inércia, enquanto em Portugal o povo procurava ativamente um meio de se livrar do rei (34).

Em Conselho da Coroa Beresford pediu que ou voltasse o rei, ou enviasse o Príncipe Real a Portugal. O gabinete do Rio parecia então disposto a tomar uma decisão e a maioria dos seus membros votou no sentido da ida do Príncipe Real. Mas, entretanto, graves acontecimentos já se haviam dado em Portugal. Em 26 de agôsto rompeu uma revolução no Pôrto, estando ausente Beresford. O movimento liberal em Lisboa juntou-se ao do Pôrto e a 18 de setembro a revolução dominou o país inteiro. As notícias paralisaram a Côrte do Rio. O rei ficou inteiramente perplexo. A Inglaterra e a Áustria procuraram solucionar juntas a situação. Quando D. João VI soube do emprêgo de tropas austríacas para esmagar os distúrbios de Nápoles, tomou nova coragem. Mas o representante austríaco explicou que a Áustria jamais interviria em Portugal como o fizera em Nápoles. Entrementes a situação no Brasil também se tornara mais e mais crítica. Repousavam grandes esperanças na volta do mais capaz dos diplomatas portuguêses, o conde de Palmela, que se esperava fôsse suficientemente hábil para dominar a situação. A 23 de dezembro de 1820 chegou Palmela ao Rio, juntamente com o nôvo enviado austríaco nomeado, o barão de Stürmer. Mas outra vez o rei encontrou uma desculpa para nôvo adiamento da partida do Príncipe Real: a gravidez da princesa (35). A situação estava agora tão adiantada no mau caminho que nem mesmo Palmela poderia melhorar as condições. Havia resistência em tôda parte. Era impossível manter govêrno absoluto em Portugal e govêrno constitucional no Brasil. No momento mais agudo da crise, o enviado da Áustria teve uma conversa dramática com o rei. O relatório foi elaborado sob a forma de um diálogo:

---

(34) *Ibid.*, ofício do Rio, de 2 de junho de 1820. Lorde Beresford voltou para Lisboa em agôsto, mas não desembarcou porque a revolução já dominava o país inteiro.

(35) D. Leopoldina deu à luz, a 6 de março de 1821, um príncipe que se chamou João Carlos.

No dia 24 dêste mês Sua Majestade falou-me a respeito da situação política. "Bem", disse o rei, "tive notícias de Lisboa hoje de manhã."

O enviado: — Espero que as notícias sejam do agrado de V. M.

O rei: — Tudo está na mesma. O chefe do govêrno, que não consegue manter-se na posição, escreve-me da maneira mais respeitosa. Conheço-o e quis fazer dêle protetor de Lisboa, mas êle não aceitou. No entanto, quando se tratou de fazê-lo líder popular apareceu, e não se fêz de rogado. Seu Imperador nada me disse a respeito. Não me deu nenhum aviso.

O enviado: — A situação aqui não o permitiu. Eu estava para partir de Gibraltar quando as primeiras notícias da revolução portuguêsa chegaram. Mas não posso duvidar das boas intenções de S. M. o Imperador da Áustria. O que aconteceu em Portugal deve-lhe ter causado tanta tristeza quanto a V. M. Sabe V. M. o vivo interêsse que o Imperador alimenta em tudo que se refere a V. M. Êle será sempre o mesmo. Poderia êle, na qualidade de membro da Confederação Européia, ser indiferente a tais acontecimentos?

O rei: — Eis as más conseqüências das idéias liberais e democráticas.

O enviado: — É uma epidemia que grassa em tôda a Europa e que passará como qualquer outra.

O rei: — Espero que não domine a Áustria.

O enviado: — Os súditos italianos atingiram-nos de perto.

O rei (com ar de satisfação): — O seu exército está em caminho e os soberanos estão reunidos em Troppau. Espero que façam alguma coisa em meu favor.

O enviado: — Infelizmente a distância é tão grande que V. M. será forçado a tomar uma decisão antes de saber o resultado da deliberação dêles. A volta do Príncipe Real a Portugal será certamente causa de aborrecimentos a V. M., mas creio que V. M. não poderá adiá-la.

O rei (após um momento de reflexão em que suspirou profundamente): — Oh, sim, e muito. (Esta resposta exige uma explicação. Sua Majestade só relutantemente separar-se-á de seu filho, porque tem médo dêle e não confia nêle. D. João deseja que o filho permaneça junto a êle, mas êste sentimento não é ditado pelo amor paterno.)

O enviado: — Meu amo, o Imperador, sempre julgou que êsse passo seria do maior interêsse de V. M., e se não reiterou êste conselho é porque temeu que V. M. o atribuísse ao desejo de ver sua filha de volta à Europa.

O rei: — As idéias liberais devem ser exterminadas.

O enviado: — Não deviam ter tido permissão para nascer, mas no ponto em que chegaram as coisas, antevejo com tristeza que V. M. será forçado a capitular... Parece-me até que cada dia que se perde nesse assunto é uma infelicidade para V. M.

O rei (suspirando): — A Inglaterra insiste por que eu me resolva.

O enviado: — Não creio que lhe possa dar melhor conselho, e mais conveniente aos seus legítimos interêsses. O perigo no Brasil não é menos grave do que em Portugal.

O rei: — Eu sei.

O enviado: — Eu vi como pensam na Bahia. Em Pernambuco é ainda pior.

O rei: — Entre os oficiais presos pelo general Rêgo há dois coronéis em que confiava muito.

O enviado: — Felizmente V. M. está acima da ingratidão.

O rei: — Quando aqui cheguei, sòmente meus criados me serviam. O senhor já pensou que aqui estive durante 13 anos?

O enviado: — Mas V. M. não perdeu o seu tempo. Está fundado um império que algum dia será um dos mais prósperos da terra.

O rei (iluminando-se. Eu tocara no seu ponto predileto): — É uma bela terra, não acha? (Falou durante algum tempo sôbre a baía de Guanabara, a capacidade dos brasileiros, a riqueza da terra e várias outras qualidades do país.)

O enviado: — Compreendo que V. M. se entristeça em deixar êste país.

O rei: — É verdade. (Depois ajuntou como para me sondar) Mas afinal, sou europeu. Nasci em Lisboa.

O enviado: — Mas o hábito de aqui morar por treze anos e o amor de um povo que deve tudo a V. M. são suficientes para fazerem com que V. M. esqueça Portugal. O Príncipe Real não está nas mesmas condições. É jovem e ansioso por servir a V. M. em qualquer hemisfério.

O rei (mudando de assunto): — Parece provável que teremos em poucos meses uma constituição como a espanhola, que o rei tenha de sancionar e na qual será pedida a volta do Príncipe Real. Esta terra, creio que seguirá o impulso de Portugal, se um bando de descontentes se aproveitar de uma oportunidade inesperada para levantar a bandeira da rebelião (36).

O movimento revolucionário pôde seguir o seu curso e não foi surprêsa que o movimento constitucionalista se fizesse ouvir afinal no Brasil. Um folheto cheio de acusações a Portugal e perguntando se o rei deveria permanecer no Brasil causou grande sensação (*). A fim de enfraquecer a impressão

---

(36) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 29 de janeiro de 1821.

(*) O folheto a que se refere Stürmer causou enorme sensação. A êle se referem quase todos os autores que trataram da época (Tobias Monteiro, Otávio Tarquínio de Sousa especialmente). Em notas à *História da Independência,* de F. A. de Varnhagen (3.ª ed.), S. Paulo, 1957, pp. 32-34, Hélio Vianna esclarece decisivamente a questão. O autor do folheto aparecido em francês: *Le Roi et la Famille Royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances presentes retourner en Portugal ou bien rester au Brésil?* foi um aventureiro francês chamado F. Cailhe de Geine, que aqui terminou inglòriamente sua existência. Quem o mandou imprimir, por servir a seus pontos de vista, foi o próprio rei, conforme os papéis de Vila Nova Portugal, hoje na secção de mss. da Biblioteca Nacional. Tobias Monteiro analisa êsse ofício de Stürmer, a quem também foi atribuída a autoria. V. Tobias Monteiro, *História do Império — A elaboração da independência,* Rio, 1927, p. 281.

do folheto, espalhou-se o boato de que tinha sido escrito pelo enviado da Áustria, ou mesmo pelo próprio Metternich ([37]). Os rumôres de revolução finalmente convenceram o rei de que devia enviar o Príncipe Real a Portugal, mas sem a companhia de D. Leopoldina, que deveria permanecer no Rio, como uma segurança contra qualquer ação precipitada de D. Pedro. D. Leopoldina opôs-se tenazmente a essa decisão, mas no correr de uma viva discussão com Stürmer, o enviado respondeu aos argumentos sentimentais da princesa com razões de Estado ([38]). A 7 de fevereiro as côrtes de St. James e de Viena receberam comunicação oficial da partida de D. Pedro ([39]). Mas o navio partiu a 8 de fevereiro sem o príncipe. Agora era D. Pedro que, a conselho do conde dos Arcos, recusava-se a partir sem a mulher. Dom João VI gostou de ver a matéria novamente adiada e ordenou que a partida fôsse dilatada até depois do nascimento do neto. O fato de enganar as côrtes européias não perturbou D. João VI que punha suas esperanças no Congresso de Troppau: "Escrevem-me positivamente que o Congresso de Troppau se ocupará de meus negócios. Os inglêses só sonham com uma constituição" ([40]).

Mas Stürmer informou a D. João que essas esperanças eram vãs. Quaisquer que fôssem as decisões de Troppau, chegariam tarde. "Tout est perdu, sire, si vous n'y portez remède sur-le-champ" ([41]).

---

(37) *Ibid.*, 30 de janeiro de 1821.

(38) *Ibid.*, suplemento ao ofício do Rio, de 3 de março de 1821. D. Leopoldina insistiu fortemente na defesa dos seus direitos. Pedia que consentissem acompanhar o marido a Portugal, ainda que estivesse no nono mês de gravidez. Escreveu numa carta ao barão de Stürmer: "Estou disposta a tirar proveito de qualquer meio (até de uma revolta) que me permita acompanhar meu marido. Êstes austríacos que desejam que eu permaneça aqui estão no caminho errado e não têm em vista os melhores interêsses da Casa d'Áustria. Quero que o sr. saiba que se o sr. e o conde de Palmela não conseguirem adiar a partida de meu marido, guardarei contra os senhores todo meu rancor e minha raiva. Fiquem certos de que me pagarão um dia"(*).

(*) A propósito da nota 38 é imprescindível ajuntar algo a respeito da tentativa de D. Leopoldina ir para Portugal *mesmo contra a vontade da família real, escondida.* É o que se vê de uma carta a Schaeffer — agente diplomático na Alemanha. Está publicada na *Revista do Instituto Histórico* — tomo LXXV, parte II, p. 109 e na Publicação especial do *Arquivo Nacional* sôbre a Imperatriz D. Leopoldina, Rio, 1926 (com texto alemão e português). Êste episódio está comentado por TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 288.

(39) *Ibid.*, 7 de fevereiro de 1821.

(40) *Ibid.*, 3 de março de 1821.

(41) D. João ainda contava com o auxílio da Áustria e sentiu-se ofendido com a observação de Stürmer. (*Ibid.*, 3 de março de 1821.)

Durante uma sessão do Conselho de Ministros D. João queixou-se da recusa de D. Pedro em partir para Portugal e disse, de repente, como se tomado de inspiração: "Bem, se meu filho não quer ir para Portugal, vou em pessoa. Dou-lhes minha palavra de rei e estou pronto a fazê-lo" (42).

As meias medidas em face da crescente agitação das massas agravaram a situação. Panfletos e apelos às armas eram distribuídos largamente e o rei era abertamente escarnecido. Um artigo dizia:

> Há uma maneira muito simples de acabar com tudo isso. É fazermos o mesmo que êle fêz. Êle declarou louca a própria mãe. Por nossa vez declaremo-lo incapaz (43).

Prova-se agora que o rei tinha razão em acreditar que D. Pedro e o conde dos Arcos estavam conspirando contra êle. A 26 de fevereiro rompeu uma revolução no Rio, e D. João foi forçado a jurar a Constituição portuguêsa pôsto que ainda não estivesse completa (44). A revolução foi instigada pelos portuguêses, e seus líderes se encontravam no meio do povo favorecendo o Príncipe Real. O fato é que ela servia os propósitos portuguêses e o enviado austríaco interpretou-a como um prenúncio de outra revolução:

> (...) Era impossível que não fôsse seguida, mais cedo ou mais tarde, por uma contra-revolução brasileira, e pode-se apostar que os dois reinos deixarão de ficar unidos sob o mesmo cetro. Hoje penso que tôda a América do Sul terminará por formar uma união de Estados federados (45).

O conde de Palmela apresentou sua demissão e D. João, que ainda esperava uma intervenção das potências européias ("Je compte beaucoup sur l'Autriche"), preparou-se para partir. O Príncipe Real D. Pedro, que exigiu uma participação conveniente no govêrno, interessou-se vivamente pelos novos acontecimentos. Por ocasião das primeiras eleições distritais, rompeu nova revolta, a 21 de abril no Rio. As massas, lideradas por um alfaiate francês Duprat, proclamaram a soberania do povo. A multidão invadiu o Paço Real e pediu a D. João

---

(42) *Ibid.*, 3 de março de 1821.

(43) *Ibid.*

(44) *Ibid.*, falando ao enviado austríaco D. João referiu-se aos acontecimentos de 26 de fevereiro e ao juramento da Constituição desta maneira: "A-t-on jamais fait jurer à quelqu'un, me dit-il, ce qu'il ne connaît pas et qui peu-être n'existe pas ?"

(45) *Ibid.*

que jurasse a Constituição espanhola de 1812 até que a Constituição das Côrtes ficasse pronta. D. João, temendo pela vida, assinou tudo. Só a intervenção resoluta de D. Pedro salvou a monarquia. Dispondo de leais soldados, evacuou a baioneta a sala de sessões da assembléia (*).

Tudo estava, assim, perdido para o rei D. João VI. A 25 de abril, uma esquadra composta de 11 navios, conduzindo D. João, a Casa Real e o tesouro real, deixou o Rio. Só o Príncipe Real permaneceu no Brasil como regente do país e governador régio. Foram-lhe conferidos amplos podêres, contrabalançados, porém, por um Conselho de Regência. A princípio D. Pedro foi incapaz de dominar o caos. A situação estava dominada pelas tropas portuguêsas em condições anárquicas ([46]). Até o representante da Áustria teve de estabelecer sua guarda de segurança. A oposição entre portuguêses e brasileiros tornou-se cada vez mais evidente. A maior parte dos membros do Corpo Diplomático partiu para Portugal e o barão de Mareschall ficou como o único representante da Áustria no Brasil. A atitude do Príncipe Regente em relação a êle era muito reservada. Nesses dias D. Leopoldina portou-se com calma admirável, com que conquistou o respeito tanto dos brasileiros como dos portuguêses ([47]).

Depois da partida de D. João, a situação do Brasil permaneceu confusa. Enquanto eram visíveis os primeiros sinais

---

(*) É a assembléia de eleitores na Praça do Comércio destinada a eleger os deputados pela Província do Rio de Janeiro às Côrtes de Lisboa, e que terminou por se transformar numa quase convenção delirante. (V. TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, e VARNHAGEN, *op. cit.*, pp. 32-33.)

(46) D. Leopoldina, que se tornara muito amiga do povo brasileiro, descreve a situação numa carta a seu pai: "(...) aqui reina uma verdadeira desgraça, todos os dias são novas perturbações. Os verdadeiros brasileiros são gente boa, sossegada, mas as tropas portuguêsas estão animadas das piores intenções. Lamento dizer que meu marido, que é tão partidário dos novos princípios, não quer dirigir os negócios com a severidade necessária, porque excitar o mêdo é o único meio de reprimir os levantes." Carta autógrafa na *Familienarchiv. Familienkorrespondenz,* pasta 308(**).

(**) Existem cópias de 30 cartas em alemão, da princesa D. Leopoldina ao pai, no arquivo da Família Imperial, outrora no Castelo d'Eu, e hoje no Museu Imperial de Petrópolis. Estão publicadas em apêndice ao livro de Luís NORTON, *A Côrte de Portugal no Brasil* (Brasiliana), S. Paulo, 1938, p. 435.

Os textos não conferem exatamente com os citados por Ramirez. A carta cujo trecho é citado na nota 46 é a de 9 de junho de 1821. Talvez a tradutora da publicação de NORTON (Lúcia Lahmeyer) não tenha seguido literalmente o texto alemão.

(47) Vê-se claramente, pela correspondência, que D. Leopoldina esposou calorosamente a causa do povo brasileiro na luta contra Portugal e chegou a desejar a independência do país. Foi, por isso, amada e venerada pelos brasileiros.

de uma nascente unidade brasileira, como nação independente, nas províncias do sul, as províncias do norte apoiavam as Côrtes de Lisboa e pediam independência regional. Se o Príncipe Real tivesse deixado o Brasil neste momento, o Brasil estaria perdido por Portugal. As Côrtes de Lisboa cometeram o mesmo êrro que levaram as Côrtes Espanholas a perderem as colônias espanholas; procuraram estabelecer contatos diretos com cada província em particular. O representante da Áustria comunicou a Viena:

> É inconcebível como as medidas tomadas pelas Côrtes conseguiram em tão curto prazo desorganizar êste país inteiramente, criar um profundo rancor pelos portuguêses e um espírito de independência que julgo impossível suprimir por um longo período ([48]).

No entanto a lealdade em relação à velha dinastia estava ainda viva por tôda parte. A aproximação de D. Pedro dos portuguêses e a partida de D. João para Portugal fêz com que muitos brasileiros se considerassem abandonados pela Casa de Bragança. As Côrtes continuaram a ganhar poder e a estabelecer governos regionais em cada província. Estas disposições e a ordem a D. Pedro para voltar a Lisboa, provaram que o Brasil estava de nôvo para ser reduzido ao estado primitivo de colônia. A consciência nacional despertada já agora resistia a essas intenções. A contra-revolução contra o govêrno das Côrtes começou exatamente como o representante da Áustria previra ([49]). No Rio milhares de assinaturas foram colhidas, requerendo ao Príncipe Real que ficasse no Brasil. A corajosa atitude de José Bonifácio de Andrada e Silva contra a arrogância dos portuguêses, encorajou muito as aspirações de unidade que existiam nas províncias meridionais, especialmente em São Paulo. Um grupo de homens altamente cultos liderou êste movimento: "O comêço de união entre as províncias foi obra da reunião da Academia das Ciências" ([50]). A 9 de janeiro uma petição entregue pelo povo pedia ao príncipe que decidisse se ficaria ou não no Brasil. Então D. Pedro resolveu resistir às Côrtes e ficar: "Como é para bem de todos, fico !" (*).

---

(48) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 24 de outubro de 1821.

(49) *Ibid.*

(50) *Ibid.*, 7 de janeiro de 1822.

(*) Havia no Rio, funcionando na Biblioteca do Paço, uma *Academia Fluminense das Ciências e Artes*, fundada em outubro de 1821, com a aprovação do príncipe D. Pedro. É a esta academia que se refere Stürmer ? Realmente a ela

Organizou-se nôvo ministério sob a chefia de José Bonifácio de Andrada. Pela primeira vez, desde a demissão de Palmela, apareceu um homem de elevação política que sabia o que queria e que tinha energia necessária para pôr em ação sua vontade. A História merecidamente chama ao Andrada — o Patriarca da Independência do Brasil.

O Príncipe Real em breve conquistou a confiança do povo brasileiro. Conseguiu até com êxito prevenir o motim dos soldados portuguêses. Ficaram isolados pelo desprêzo do povo e partiram sem travar batalha. A 15 de fevereiro de 1822 as tropas deixaram o Rio, e o nôvo conselho decidiu que daí por diante não seriam mais recebidas tropas portuguêsas no Brasil. A partida delas representou a dissolução final dos laços entre o Brasil e a metrópole. Nesse momento o representante da Áustria pediu novas instruções ([51]).

No sul do Brasil as aspirações de unidade eram fortemente intensificadas, e Metternich punha grandes esperanças em seu progresso: "Se essa união fôr consolidada, a Casa de Bragança recuperará, mais cedo ou mais tarde, a maior parte do Brasil" ([52]).

A Regência seguia um caminho diretamente contrário às Côrtes, mas, como D. Pedro não havia ainda escolhido um título para si, foi levado à opor-se diretamente ao pai. Mareschall assim se referiu a D. Pedro:

---

pertenciam quase todos os líderes da Independência. Mas até agora ninguém a incluíra no movimento político.

A frase do príncipe, constante da ata do Senado da Câmara é — "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico".

V. *Fac-simile de documentos do Senado da Câmara do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal. (Arquivo Municipal), 1922, II, p. 33.

(51) O rompimento entre D. Pedro e as Côrtes de Lisboa fêz com que as tropas portuguêsas assumissem uma atitude ameaçadora. D. Pedro, temendo pela segurança de sua família, partiu apressadamente para a fazenda de Santa Cruz, longe do Rio. A precipitação da partida foi difícil a D. Leopoldina que estava de nôvo nos últimos meses de gravidez. Devido aos abalos da viagem, seu filho D. João Carlos apanhou uma séria moléstia de que veio a morrer a 4 de fevereiro de 1822. Com isso cumpriu-se uma velha sina da Casa de Bragança, segundo a qual todos os primogênitos devem morrer nos primeiros anos. Esta lenda deriva de uma maldição de um frade franciscano a quem o primeiro Bragança rei, D. João IV, teria dado um ponta-pé na canela. É curioso que todos os Braganças dizem que possuíam uma mancha do tamanho de um peixe na canela. Tanto D. João quanto D. Pedro acreditavam firmemente na lenda e dispensaram à Ordem Franciscana uma posição privilegiada no Brasil. Consagravam igualmente seus filhos no altar de São Francisco. Florian KIENZL, *Kaiser von Brasilien, Herrschaft und Sturz Pedros I und Pedros II,* Berlim, 1942, p. 113.

(52) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 22 de janeiro de 1822.

Êle não pode esquecer o respeito que deve ao pai como soberano e a satisfação que sentiu ao saber que êle faz o papel de defensor e não de adversário da causa imperial (53).

Onde quer que aparecesse o príncipe era triunfalmente recebido. Sua viagem pela província de Minas Gerais, para pacificar certas desavenças, foi como uma procissão triunfal. Também no seu aniversário, notas congratulatórias e vivas ao Príncipe Regente foram amplamente distribuídos: "Protetor e Defensor Constitucional dos Direitos do Reino Unido do Brasil". D. Pedro estabeleceu uma guarda de honra pessoal e durante a parada de 13 de maio desfilaram pela primeira vez uniformizados à moda austríaca, para grande surprêsa do representante da Áustria.

Vi a guarda de honra, que é formada de oficiais voluntários que acompanharam o Príncipe na viagem a São Paulo. Os membros da guarda têm uniformes exatamente como os da guarda boêmia que acompanha Sua Majestade o Imperador da Áustria em sua última campanha. Não tenho idéia de como êles conseguiram fazer uniformes idênticos. Presumo que a arquiduquesa Leopoldina, querendo honrar D. Pedro, ajudou na escolha dos uniformes (54) (*).

D. Pedro só podia conquistar o favor do povo assegurando-lhe um govêrno constitucional. Tal passo foi fortemente reprovado pela Áustria porque a Côrte vienense, especialmente Metternich, tinha horror à própria palavra CONSTITUIÇÃO. Mas a constituição era a única maneira de unificar o país e salvar a monarquia, mesmo quando os *slogans* pleiteando eleições, liberdade de imprensa e soberania do povo, fôssem considerados revoltas contra os princípios da monarquia. O Brasil pretendia estabelecer um sistema de govêrno semelhante ao existente nos Estados Unidos da América, com a diferença que o Brasil teria um rei, em vez de um presidente (55).

D. Leopoldina acompanhou a marcha dos acontecimentos com muito interêsse. Para ela constituição era o mesmo que

---

(53) *Ibid.*, 16 de fevereiro de 1822.

(54) *Ibid.*, 17 de maio de 1822.

(*) O uniforme da Guarda de Honra, criada por decreto de 1.º de dezembro de 1822, é ainda usado no Brasil pelo 1.º Regimento de Cavalaria. "O uniforme branco enfeitado de vermelho, com dragonas de escamas de ouro e correame prêto, trai uma influência esporádica no nosso exército do gôsto militar austríaco, lembrando os elegantes dragões vienenses de 1820 a 1830, nos croquis de Lucien Vallet". V. Gustavo BARROSO, *História militar do Brasil*, Brasiliana, S. Paulo, 1935, p. 43. Esta influência está agora comprovada.

(55) *Ibid.*, 3 de junho de 1822.

revolução. E os excessos dos soldados no Rio alimentavam os seus temores. Por êsse tempo não havia representação oficial da Áustria no Brasil e a Princesa Real era considerada o símbolo do Estado Austríaco e da Casa de Habsburgo no Brasil. Em carta à família ela assim exprime os seus sentimentos:

> Aqui há terrível confusão. Por tôda parte dominam as idéias novas e da moda a respeito de liberdade e independência (*). Um congresso como o dos Estados Unidos está sendo organizado. Infelizmente meu marido ama tudo que é moderno e está muito entusiasmado com êste movimento. Temo que terá de pagar caro por êste entusiasmo. O povo desconfia de mim, o que me põe muito contente porque assim não tenho que manifestar minha opinião. (...) Se tudo se perder, se seguir o mesmo rumo da Revolução Francesa, como temo muito que aconteça, voltarei com meus filhos à minha querida pátria natal porque estou certa de que meu marido não conseguirá ver a verdade repontar para êle ([56]).

José Bonifácio de Andrada era no fundo rigoroso monarquista. Mas as províncias do Norte condicionavam a unificação do país à realização de eleições gerais para as Côrtes Brasileiras. Após a adesão de Pernambuco, só a província da Bahia permanecia indecisa. Êste era o ponto nevrálgico da questão. Havia na Bahia muita tropa portuguêsa.

A conselho do Andrada o Príncipe Real foi a São Paulo a fim de resolver certa desavença. Tornou esta viagem também uma viagem triunfal, decisiva na luta pela independência. Durante esta excursão D. Pedro recebeu notícias do Rio de que Lisboa estava para enviar uma fôrça expedicionária para combater o Brasil. Era, pois, tempo para ação decisiva. A 7 de setembro de 1822 foram lançadas as famosas palavras — "Independência ou Morte !", que se tornou o lema para todo o país. D. Pedro retornou ao Rio imediatamente. Aí no seu aniversário, a 12 de outubro, no Campo de Sant'Ana, foi aclamado "Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo". A 1 de dezembro procedeu-se à cerimônia da coroação, completando-se a independência do Brasil ([57]).

Na Áustria tudo que fôsse mudança de situação era considerado revolução, e o Imperador e Metternich duvidaram

(*) A carta de D. Leopoldina ao pai, de 23 de junho de 1822, consta no livro citado de NORTON, à pág. 452. Mas o texto é inteiramente discordante. Creio mais na versão Ramirez, que traduziu do original, tanto mais que Lúcia Lahmeyer saía demais da letra em suas traduções. Mas aqui a coisa vai muito longe. Onde Ramirez traduziu idéias da "moda a respeito de liberdade e independência", a versão Lahmeyer diz: "idéias de Liberdade e indecências !".

(56) *Familienarchiv. Familienkorrespondenz,* pasta 308. Original da carta de D. Leopoldina à família em Viena, de 23 de junho de 1822.

(57) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 25 de setembro de 1822.

sèriamente da sabedoria dos acontecimentos no Brasil. D. Leopoldina previu a reação austríaca, mas durante o curso dos fatos, havia tomado incondicionalmente o partido do marido. A seguinte carta de D. Leopoldina ao pai demonstra que ela procurou justificar a atitude de D. Pedro. Os vários tópicos da carta revelam igualmente a lealdade de D. Leopoldina em relação ao Brasil e o natural desejo de manter laços apertados com a Áustria:

(...) Desde que meu marido assumiu o govêrno dêste país, sabe Deus que não por desejo de reinar nem por ambição, mas para satisfazer aos desejos do bom povo brasileiro que se sentia sem um chefe e dividido em correntes que ameaçavam anarquia, foi forçado a tomar o título de Imperador a fim de contentar a todos e estabelecer a unidade. Estou certa de que qualquer pessoa na sua posição teria feito o mesmo. Estou convencida, meu querido pai, de que alguém deve ter-lhe escrito que aqui se prepara uma constituição à moda da indigna de Portugal ou da sanguinária de Espanha. É uma infame mentira e para prová-lo citarei os seguintes argumentos.

A Família Imperial não só está a salvo como também é amada e querida por todo o povo. Disso temos as mais tocantes e satisfatórias provas. O destino do Brasil interessa altamente aos podêres europeus, especialmente no que tange aos interêsses comerciais. As nossas Côrtes não têm desejo mais ardente do que o de estabelecer tratados comerciais com as terras da Áustria. A extraordinária riqueza do Brasil em peles, madeiras e mantimentos, poderão, dessa maneira, ficar à disposição da minha querida pátria. As Côrtes dispõem de membros do mais alto valor que veneram o poder real e sabem como preservá-lo. (...)

Deseja-se aqui que, se Deus não nos der um filho, um de meus primos se case com uma de minhas filhas. Também desejamos que um príncipe da Casa d'Áustria se convença de reinar sôbre as terras espanholas da América quando elas quiserem um govêrno monárquico constitucional. O Brasil estaria preparado para ajudar no que fôsse possível. Estas terras desejam ver-se livres do jugo espanhol.

Só me resta desejar que v., meu querido pai, seja nosso amigo e aliado. E seria para meu marido e para mim um dos dias mais felizes se tivéssemos disso certeza. Se, contra os meus desejos, se der o contrário, v. poderá ficar certo, meu querido pai, de que serei sempre brasileira de coração porque assim o exige meu dever como mulher e como mãe e minha gratidão que devo manifestar a um bom povo que nos sustentou quando todos os outros podêres nos abandonaram ([58]).

Mas infelizmente as autoridades brasileiras e austríacas não estavam tão interessadas quanto D. Leopoldina em estreitar os laços de amizade.

Metternich desejava muitíssimo a manutenção da monarquia no Brasil já que êste país era agora o único Estado mo-

---

(58) *Familienarchiv. Familienkorrespondenz,* pasta 308. Carta autógrafa de D. Leopoldina ao Imperador Francisco I, datada de 6 de abril de 1823.

nárquico entre tantas repúblicas latino-americanas. Em quase todos, notáveis personalidades, *libertadores* haviam-se aproveitado do momento de fraqueza dos podêres reinantes para usurpar uma posição semelhante à régia em seus países e vizinhanças ([59]). O Brasil havia também conseguido sua independência por via revolucionária; mas o *libertador* do Brasil não era um homem das classes inferiores ou burguês. Era o próprio regente, membro da Família Real Portuguêsa, fundador de nova dinastia no Brasil.

Assim um nôvo reino independente, de origens coloniais e revolucionárias, nasceu no hemisfério ocidental enquanto a Europa tudo contemplava ansiosamente através de seus olhos monárquicos.

---

(59) Um estudo comparativo da história, legislação e a constituição das nações *libertadas* do nôvo e do antigo mundo revelaria semelhanças muito interessantes.

III

Reinado de Dom Pedro I

Apenas terminadas as suntuosas festas da coroação, os problemas do nôvo e esperançoso Estado do Brasil começaram a surgir sob infinitas variedades diante do jovem monarca. Os anos do reinado de D. Pedro foram realmente ricos em acontecimentos históricos, em situações políticas que variaram constantemente, em erros e perigos e em interêsse humano. O malôgro final que sofreu a política de D. Pedro I não deve ser atribuído sòmente às faltas pessoais do soberano, porque mesmo um político experimentado de mentalidade superior não seria bem sucedido na condução dêsse barco em sua viagem inaugural através de insondáveis profundezas. Contando apenas vinte e quatro anos, D. Pedro não tivera uma educação que o preparasse convenientemente, nem uma orientação política suficiente. Estava mal aparelhado para dominar tôdas as complexidades do govêrno, especialmente durante os anos de formação.

Durante os primeiros anos da monarquia a Áustria animou o jovem soberano a realizar o ideal de govêrno tal como o concebiam Francisco I e Metternich. Eram êsses estadistas representados na Côrte do Rio por um competente diplomata, o barão de Mareschall, que conseguiu obter forte posição de confiança na Côrte Imperial do Brasil. Gozou também de plena e irrestrita confiança da Imperatriz Leopoldina (1), e, através dela, obteve também forte influência sôbre D. Pedro. A seu modo, tranqüilo e positivo, Mareschall procurou desempenhar-se em tôdas as suas atividades de acôrdo com os propósitos secretos de Metternich.

(1) D. Leopoldina mencionava freqüentemente o barão de Mareschall nas cartas ao pai: "O barão de Mareschall, que cada dia estimo mais (...)"; "(...) que posso recomendar cordialmente como homem honesto e leal (...)" *Familienarchiv. Familienkorrespondenz,* pasta 310, 311 (1823, 1824). Para um esbôço biográfico do barão de Mareschall, v. Constantin VON WURZBACH, *Biographisches Lexikon des Kaisertums Österreich,* Viena, 1867, v. 16, p. 434.

A primeira grande missão com que se defrontou D. Pedro foi a proteção de seus direitos majestáticos: a elaboração de uma constituição que mantivesse os princípios monárqucios e impedisse o govêrno de ser um instrumento nas mãos da Assembléia Constituinte, tal como acontecera com seu pai em Portugal (2). No dia da coroação e da aclamação, a conselho de José Bonifácio, D. Pedro acrescentou a seu juramento perante a Constituinte brasileira (*): "(...) se fôr digna do Brasil e de mim". José Bonifácio era monarquista e seus pontos de vista acompanhavam muito de perto os ideais e intensões da Santa Aliança. Foi devido a sua influência que os líderes do partido democrático [Joaquim Gonçalves] Lêdo e [José Clemente] Pereira foram exilados. De modo que Mareschall pôde comunicar a Viena em 1823: "O partido monárquico está inteiramente por cima nesta capital. A mudança foi gradual, mas completa" (3).

Para Metternich a evolução do Brasil não tinha sido uma surprêsa. Observou êle:

> Nunca nos enganáramos com as dificuldades, mas previmos por um largo período, na emancipação do Brasil, conseqüências necessárias e inevitáveis da revolução portuguêsa. Nada do que sucedeu nos surpreende e compreendemos perfeitamente que o Brasil foi forçado pelas circunstâncias a proclamar a independência. (...) Tomamos conhecimento, finalmente, que é do interêsse de todos os governos legítimos, para a conservação do princípio monárquico contra o progresso universal da democracia no Nôvo Mundo, que o Brasil, proclamando sua independência, tenha-se conservado voluntàriamente submisso ao herdeiro presuntivo da coroa (4).

---

(2) Ao voltar a Portugal, pelo juramento à Constituição, D. João VI caíra inteiramente nas mãos do Partido Liberal e se tornara totalmente incapaz de govêrno. Estava a mercê das Côrtes. Cf. ofícios a isso relativos no *Staatskanzlei:* Portugal.

(*) "His oath on the new Brazilian Constitution". Na abertura da Assembléia Constituinte, a 3 de maio de 1823, D. Pedro não fêz pròpriamente *juramento,* mas uma *fala.* (V. *Fallas do throno,* Câmara dos Deputados, 1889, p. 15) — Nela há êsse trecho, redigido, realmente, a conselho de José Bonifácio: defenderia a constituição "se fôsse digna do Brasil e de mim". — Não houve juramento prévio, como D. João VI foi forçado a fazer. Dizer que os ideais de J. Bonifácio "were closely allied with the aims and intentions of the Holy Alliance" é muito forte. O Andrada era monarquista porque tinha pavor da anarquia manifestada nas repúblicas espanholas, mas nada tinha de horror ao regime representativo. Queria um govêrno forte e prestigiado, mas não tirânico e de origem diretamente divina.

É bem verdade que aquela declaração solene de D. Pedro foi chamada de juramento por Metternich, provàvelmente baseado na informação de Mareschall.

(3) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 30 de janeiro de 1823.

(4) *Ibid.,* despachos para o Rio, 28 de fevereiro de 1823.

Metternich resumiu: "É de lamentar sòmente que a proclamação se tenha dado dentro de circunstâncias que criaram na Europa a impressão de que a monarquia se baseara na soberania popular". Segundo êle, a única possibilidade de consolidação futura do princípio monárquico estava numa forte determinação peremptória, porque só desta maneira o Brasil poderia obter apoio das potências européias. E explicava adiante:

O Brasil, no momento da separação de Portugal não pode subsistir sem instituições adaptadas às suas necessidades, seus interêsses, sua situação geográfica e ao caráter, modos e costumes de seu povo. (...) É bastante no momento fundar e preservar os principais elementos das novas instituições destinadas ao Império Brasileiro, procurar adaptá-las às necessidades mais prementes do país e adequá-las aos interêsses comuns do Príncipe e do povo, com a reserva de ir dando, pouco a pouco e oportunamente, a essas instituições, o desenvolvimento de que são susceptíveis. (...) O Príncipe Regente teve a sabedoria de reservar-se êsses meios pela cláusula dignificante que ajuntou ao seu juramento e esperamos fervorosamente que êle não hesite em se servir dela (5).

Atribuía Metternich grave importância à questão do govêrno no Brasil como uma maneira de erguer um baluarte monárquico às pretendidas repúblicas do Nôvo Mundo. Procurou, portanto, conduzir o jovem Imperador por caminhos dignos de um monarca e dissuadi-lo de enamorar-se da populaça ou das fôrças democráticas. O Encarregado de Negócios da Áustria recebeu instruções para fazer chegar eventualmente aos ouvidos do jovem Imperador as principais idéias contidas em seus despachos e procurar obter uma resposta favorável. As observações de Metternich atingiram o seu apogeu no seguinte conselho:

O uso que o Príncipe possa fazer das vantagens que usufrui em nenhuma circunstância nos será indiferente. A forma de govêrno sob a qual êsse país, que compreende metade do continente sul-americano, se organizou, é assunto da maior importância e um exemplo às nações circunvizinhas. É também de importância para as nações européias, principalmente, como a nossa, que encaram a preservação do princípio monárquico *como condição indispensável para a estabilização de qualquer ordem social* e que vêem no triunfo dêsse princípio na América Portuguêsa um contrapêso desejável ao republicanismo revolucionário, cuja introdução generalizada no Nôvo Mundo atuará, cedo ou tarde, como um perigoso caminho no destino da Europa. (...) Esperemos que o Príncipe resolverá êsses espinhosos problemas que o aguardam, com muita firmeza e prudência, ouvindo sòmente os conselhos daqueles cujos princípios e conhecimentos da nação sejam capazes de protegê-lo de qualquer passo em falso, que

(5) *Ibid.*

destrua as ilusões de uma ilusória popularidade e que se compenetre da idéia de que as ilusões que êle sancionar podem decidir a sorte de uma vasta região do mundo (6).

D. Pedro aborreceu-se com a lição de Metternich e respondeu ao Encarregado de Negócios da Áustria que êle já manifestara essas idéias na fala do trono antes de ter recebido as extensas instruções de Metternich (7).

Os trabalhos da Assembléia Constituinte começaram a 1.º de maio de 1823 e logo ficou visível que a maioria dos deputados pensava em reduzir as prerrogativas do Imperador. Isto provocou desavenças dentro do partido governamental. Os principais ataques eram dirigidos a José Bonifácio e seu irmão, que ambos dirigiam o Ministério e que eram seguramente monarquistas em princípio e que agiam dentro do espírito da Santa Aliança. Ao combatê-los, os democratas e os portuguêses se aliaram em ação conjunta. D. Pedro, ao se ver despojado de sua preciosa popularidade pela oposição ao seu Gabinete pela Assembléia, finalmente sacrificou em favor daquelas *illusions ephémères,* o mais forte apoio do seu trono que era José Bonifácio de Andrada (8), que deixou desgostoso o govêrno com as seguintes queixas de D. Pedro:

(...) no Príncipe não havia sistema nem plano, de modo que era atirado para lá e para cá entre o partido português e os demagogos. Não se compenetrava de nenhuma forte medida. A um momento de grande fraqueza seguia-se um da maior violência (9).

A conseqüência foi que os Andradas juntaram-se à oposição e tornaram-se os mais famosos oradores do partido brasileiro (10).

No princípio de setembro, a Carta Constitucional ficou pronta (*) e foi submetida a discussão. Os debates arrastavam-se indefinidamente, tornaram-se mais violentos e adquiriram causticidade quando as restrições à imprensa, introduzidas

---

(6) *Ibid.,* despachos para o Rio acêrca da situação no Brasil, de 28 de fevereiro de 1823.

(7) *Ibid.,* ofício do Rio, de 9 de junho de 1823.

(8) *Ibid.,* 19 de julho de 1823.

(9) *Ibid.*

(10) Cf. M. de Oliveira Lima, *The evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America,* Leland Stanford University Publications, Stanford, Califórnia, 1914.

(*) O que ficou pronto em setembro foi o *projeto* de Constituição, elaborado por Antônio Carlos, e não a Carta.

pelos Andradas, caíram. Os democratas presos foram soltos e os exilados voltaram à pátria. A rivalidade entre brasileiros e portuguêses atingiu um ponto crítico e uma imprensa irresponsável derramava diàriamente óleo nas chamas. Ocorreram na Constituinte cenas selvagens. Um pequeno incidente poderia levar os ânimos excitados a um ponto crítico. O exército pediu ao Imperador que interviesse para salvar o prestígio do corpo de oficiais de ataques furiosos de jornalistas enfurecidos e deputados. D. Pedro não perdeu essa oportunidade e com um golpe decisivo dissolveu a incômoda Assembléia. A 11 de novembro o exército forçou a entrada no salão da Assembléia e obrigou os deputados a saírem. Os Andradas foram presos e depois exilados.

Uma nova Carta Constitucional foi elaborada por uma comissão nomeada pelo Imperador e apresentada a 11 de dezembro ([11]). Foi enviada às províncias vizinhas (*), onde foi aprovada. À vista disso foi simplesmente declarada aceita e solenemente confirmada por D. Pedro a 25 de março de 1824. A Constituição assim ditada estabeleceu um regime centralizado; o Imperador tinha o direito de nomear os presi-

---

(11) Esta Constituição mantinha a monarquia constitucional e distinguia 4 podêres: legislativo, executivo, judicial e *moderador,* ou o poder de regular e de ser medianeiro que foi conferido ao Imperador. O poder legislativo era exercido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Os primeiros eram escolhidos por eleição geral, os últimos nomeados vitalìciamente pelo Imperador. O chefe do poder executivo era o Imperador. Cf. Hermann J. James, *The Constitucional System of Brazil,* Washington, D. C., 1923.

(*) O projeto constitucional elaborado pelo Conselho de Estado não foi remetido "às províncias vizinhas", mas a tôdas as câmaras municipais do país (em funcionamento regular desde o séc. XVI) e submetido à apreciação de todos os vereadores. Foi baseado na manifestação dessas câmaras que D. Pedro I declarou-a em vigor. A idéia inicial, ao dissolver a Assembléia, era convocar outra, à qual apresentaria outro projeto "duplicadamente liberal", diz o decreto de dissolução. O preâmbulo da aprovação da Constituição pelo Imperador é claro: "tendo-nos requerido os povos dêste Império *juntos em câmaras,* que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o projeto de Constituição que havíamos oferecido às suas observações para serem depois presentes à nova Assembléia Constituinte" (...), "nós juramos", etc.

D. Pedro vai sempre alegar que não houve *outorga,* no sentido exato, como houve, p. ex. na *carta francesa de 1814.* É um processo anômalo, mas não impopular.

As províncias ainda não tinham assembléias eleitas. Mas os municípios as tinham.

Aliás os liberais exaltados de Pernambuco (os mais perigosos) não podiam alegar contra isso coisa alguma. Porque a Constituição da República de 1817 também fôra aprovada pelas câmaras municipais.

(V. nosso trabalho — "Breves observações sôbre o movimento constitucionalista no Brasil", in — *El pensamiento constitucional de latino america,* vol. IV, Academia Nacional de História, Caracas, 1962, p. 373.)

dentes das províncias; as juntas provinciais foram dissolvidas e a autonomia largamente restringida. O Norte foi o primeiro a protestar contra a outorga da Constituição. As rebeldes províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e parte do Maranhão (*) uniram-se aos rebeldes de Pernambuco, onde Manuel de Carvalho Pais de Andrade havia proclamado a "Confederação do Equador" e conclamou as outras províncias do Império a unirem-se ao movimento, formando Estados Unidos, como na América do Norte. D. Pedro conseguiu dominar a revolta visto como os proprietários das terras não admitiriam sustentar um movimento apoiado pelos portuguêses. Por meios enérgicos, uma calma relativa e segurança foram restauradas. A Constituição deixou de servir de algemas para D. Pedro, que passou a governar sem ser estorvado. Mas êle precisava dela para ter as mãos livres a fim de enfrentar a questão que mais o interessava: o reconhecimento da Independência do país pelas potências européias.

Desde 12 de outubro de 1822 o representante da Áustria, que estava em difícil posição, procurou ansiosamente, pelo comportamento e pela maneira com que abordava o Príncipe, evitar qualquer aparência de reconhecimento da Independência. Evitou as recepções oficiais mas procurou permanecer em contato com a Côrte, de modo a estar apto a obrar de acôrdo com as instruções de seu govêrno. Como ministro de uma Casa Imperial, visitou a Princesa Real e muitas vêzes espontâneamente o Príncipe Real a êles se juntava. Mareschall tomava muito cuidado para não chamar D. Pedro de *Majestade Imperial* e adotou um título particular que não o ofendesse: chamava-o simplesmente de *Real Senhor,* título usado tanto para um Príncipe Real quanto para um soberano reinante. A Viena agradou essa reserva. Depois que se espalharam as notícias do Brasil, Metternich imediatamente se comunicou com os outros membros da Santa Aliança e a Inglaterra, de modo a agirem de forma uniforme na questão. O reconhecimento da Independência sem prévio consentimento da Áustria não era de esperar-se. A elevação de D. Pedro e a aceitação do título de Imperador por aclamação dos povos eram, aos olhos de Metternich, uma usurpação que não criava nenhum direito e contrariava os interêsses da Casa de Bra-

(*) A Confederação do Equador não atingiu o Maranhão. Abrangeu só Pernambuco, Ceará, Paraíba (parcial) e Rio Grande do Norte (parcial). Não sei onde se apoiou o representante da Áustria para a observação sôbre os proprietários das terras.

gança e os princípios da Santa Aliança. Conseguintemente Metternich levantou imediatamente como condição para o reconhecimento da Independência: o estabelecimento da sucessão legítima no Brasil por um acôrdo com o rei de Portugal, como legítimo senhor da coroa brasileira. Metternich sabia muito bem que a separação era irreversível, mas essa separação, para a conservação e o fortalecimento da monarquia no Brasil, deveria ser sancionada pelo reconhecimento legal de Portugal. Declarou Metternich:

> Achamos muito importante que a soberania da Casa de Bragança seja mantida em ambos os hemisférios e que um pacto formal estabeleça a ordem de sucessão dos príncipes dessa Casa nos dois tronos e a inseparabilidade das relações das duas partes da monarquia portuguêsa. Só quando o rei D. João VI tiver sancionado tal ajuste, estaremos habilitados a dar nosso reconhecimento à independência da coroa brasileira. Nosso respeito ao princípio da legitimidade nos leva a recusar tôdas as solicitações que não tiverem o consentimento daquele que não podemos deixar de considerar o único soberano legítimo ([12]) (*).

Esta atitude da Áustria foi imediatamente comunicada às Côrtes de St. James e S. Petersburgo. A Inglaterra inclinou-se de pronto ao reconhecimento da Independência do Brasil, mas com o reconhecimento ela introduziu logo as velhas exigências de abolição do tráfico de escravos e de ampliação das relações comerciais. Interessava-se também por um bom ajuste de diferenças entre o Brasil e Portugal por causa das relações existentes entre os dois países. Conseqüentemente Canning da Inglaterra deu as seguintes instruções a lorde Amherst, que viajava para as Índias, e a Ward que seguia para Lisboa:

> Os bons ofícios dêste govêrno serão cordialmente oferecidos para promover a reconciliação entre Portugal e o Brasil na base da independência brasileira; contudo a participação da Áustria deve ser obtida primeiro ([13]).

---

(12) Príncipe de METTERNICH, *Nachgelassene Papiere* (reunidos por Ricardo Metternich, filho do autor: *Haus-Hof-und Staatsarchiv,* 1887), vol. 3, p. 12. Com relação às discussões políticas dos anos de 1822-1827, Metternich escreveu ao seu filho Victor: "Minha situação é a de um crucificado: um braço está cravado em Constantinopla, o outro em Lisboa, o tronco está prêso aos problemas internos. Canning é o meu carrasco e a Dieta Húngara a esponja embebida em vinagre". *Ibid.,* p. 286.

(*) No *Arquivo Diplomático da Independência,* vol. IV, Áustria-Rio, Itamarati, 1922, estão os textos das respostas de Teles da Silva (marquês de Resende) às teses de Metternich.

(13) *Staatskanzlei.* Inglaterra: cópia da correspondência de Canning e lorde Amherst, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, 28 de fevereiro de 1823. Canning, como oponente de Metternich era chamado "a personificação do

A Áustria não simpatizava com os ideais inglêses, mas Metternich estava desejoso de agir de acôrdo com a Inglaterra porque Portugal estava sob a influência inglêsa e só esta potência estava apta a intervir efetivamente na América do Sul. Declarou Metternich que "ao colocar a faca ao peito do govêrno brasileiro, o Gabinete inglês dará à Europa outra prova de que está disposto a sacrificar todo interêsse comercial sem ser embaraçado por *nenhuma* consideração política" (14).

Nas negociações que se seguiram, a Áustria cedeu o papel condutor à Inglaterra, aliada natural de Portugal. D. Pedro teve de encarar um difícil dilema: se êle seguisse os interêsses dinásticos da sua Casa e procurasse um acôrdo com Portugal, poria em perigo sua posição no Brasil e criaria um inimigo por parte da população brasileira; se seguisse o partido brasileiro, teria de renunciar a qualquer estipulação dinástica com Portugal em favor de sua Casa e teria de deixar a coroa de Portugal a seu irmão D. Miguel, o que êle não queria fazer.

Como uma condição de reconhecimento da Independência do Brasil, as potências européias exigiam a reconciliação entre D. Pedro e seu pai e o reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal. Essas negociações não eram fáceis, mesmo no Rio, em que eram encaradas com mal-estar e desconfiança. Segundo informou o enviado austríaco:

> A falta de confiança no Imperador chegou a tal ponto que o partido monárquico já pensa em reter a arquiduquesa e os filhos e pôr a coroa na cabeça da princezinha (15).

Como resultado da mudança política, no verão de 1823 a Assembléia Constituinte foi dissolvida e o partido português, muito interessado num arranjo final com Portugal voltou ao poder. D. Pedro concordou em enviar o general Brant a Londres como Enviado Extraordinário (**).

> O alvo desta missão é entrar em negociações com Portugal numa tentativa de concluir um tratado de paz; obter o reconhecimento da Inglaterra e negociar um empréstimo. Estou inclinado a crer que uma

---

espírito maligno". Quanto a Canning, v. H. Temperley, *The Foreign Policy of Canning,* 1822-1827, Londres, 1925 (*).

(*) William Pitt, conde de Amherst d'Arakan (1773-1857), embaixador da Inglaterra na China, passou pelo Brasil, em 12 de maio de 1823, e teve entendimentos com o govêrno a respeito do reconhecimento da Independência.

(14) Metternich, *op. cit.,* p. 287.

(15) *Staaskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, 19 de novembro de 1823.

(**) O general Brant, Felisberto Caldeira Brant Pontes, é o marquês de Barbacena, um dos maiores estadistas do Brasil.

necessidade urgente do último é a causa principal dessa missão porque o ministério brasileiro considera o não reconhecimento mais um motivo de mortificação que de influência direta na prosperidade do país (16).

Ao mesmo tempo Teles da Silva era enviado a Viena, onde em 4 de agôsto de 1823 apresentou um extenso relatório sôbre os acontecimentos no Brasil desde 9 de janeiro de 1821. Agora era Portugal que recorria à mediação austríaca, e Metternich estava querendo contribuir para a solução do caso. Mas a primeira exigência coletiva das potências européias era a suspensão de todos os atos de hostilidade do Brasil contra Portugal. Como tal foi considerada a atitude do Brasil quando, em 1823, uma missão portuguêsa surgiu no Rio com uma mensagem para o Príncipe Regente, mas não foi recebida, e voltou sem ter sequer desembarcado. A propriedade portuguêsa tinha sido confiscada e os portuguêses tinham-se tornado alvo predileto do povo enraivecido. Em conseqüência do protesto coletivo das potências européias e da reação em Portugal, as relações entre os dois países tornaram-se possìvelmente mais toleráveis, e evitou-se um conflito aberto. Pedro I declarou francamente que não seria demasiado exigente de Portugal e que se a renúncia à coroa de Portugal fôsse o preço para o reconhecimento da Independência do Brasil, êle estava disposto a pagá-lo. O representante da Áustria, porém, que também discutira êste ponto com o Imperador, acreditava que "D. Pedro deseja muito não se comprometer por meio de nenhum ato que o impeça de tirar o melhor partido após a morte do rei de Portugal" (17).

Nas negociações que se seguiram, conduzidas pelo general Brant em Londres (*), Ward e Stuart em Lisboa, Teles da Silva em Viena e Chamberlain e Mareschall no Rio, a Inglaterra tentou assumir a liderança. O Brasil declarou, como condição *sine qua non* para sua presença no acôrdo, o reconhecimento de sua independência. Portugal, entretanto, julgou poder acreditar que não era necessário renunciar à possibilidade de uma futura reunião. No princípio de 1825 as negociações pareciam ter atingido um completo ponto morto, como documentam as discussões entre Teles da Silva e Metternich. Assim registrou êste a seguinte cena. O Príncipe gritou a Teles da Silva:

---

(16) *Ibid.*, 29 de dezembro de 1823.

(17) *Ibid.*, 18 de setembro de 1824.

(*) Entre os negociadores não se mencionou Gameiro Pessoa, visconde de Itabaiana, companheiro de Barbacena em Londres.

(...) Vocês querem independência! Depende só de vocês o conseguirem! Ela está virtualmente oferecida por Portugal. A única reserva que Sua Majestade Fidelíssima exige é a unidade da coroa. O que o pai está pedindo com isso é do interêsse do filho, da dinastia reinante e, finalmente, dos dois países. O Brasil está em revolução e exposto às influências revolucionárias. (...) Teles da Silva interrompeu-me para dizer que eu estava enganado quanto aos meus pontos de vista relativos às intenções do Príncipe e seus conselheiros; que todo o mundo queria a monarquia; como prova convincente estava pronto a assumir a responsabilidade de abolir a Constituição, ao menos parcialmente. (...) A única monarquia ainda viva num mundo em completa revolta poder-se-ia manter ùnicamente pela legitimidade de seus fundamentos e pelo reconhecimento das potências européias, e, mesmo com o auxílio dessas garantias morais, ela teria, sem dúvida, de travar mais de um combate mortal. (...) Faltando êsse fundamento da existência e essa fôrça, a monarquia desapareceria ràpidamente, como um fantasma. Vocês nos solicitam um ato de reconhecimento. Só conheço um que seu Príncipe poderia considerar útil e eficiente: é o de não abraçar, de fato e em princípio, a obrigação de reconhecer, por seu turno, o primeiro demagogo que proclamasse a República e sua presidência sôbre as ruínas de um trono que se desvanece (18) (*).

A Inglaterra que não tinha nenhuma inibição especial com relação à Independência do Brasil, fêz então nova tentativa para levar a negociação a cabo. D. João VI, que estava inteiramente nas mãos dos inglêses, teve de submeter-se às vistas dêles. Em parte, em virtude de suas vantagens de ordem comercial, a Inglaterra já tinha reconhecido as repúblicas do México, Colômbia e Buenos Aires e queria também resolver a questão brasileira. Sir Charles Stuart, que partira para Lisboa com instruções novas, conseguiu obter dos portuguêses uma espécie de *plein pouvoir* para conclusão do acôrdo. Como mandatário do rei de Portugal e munido de três cartas de plenos podêres, Stuart partiu para o Rio (19). Ali Mareschall e Chamberlain tinham entrementes conquistado o Imperador D. Pedro I, que estava descontente com o curso das negociações, pelas decisões que poderiam pôr em perigo a conclusão de um tratado. Como última concessão D. Pedro tinha prometido esperar a chegada de Stuart, mas manifestou seu espanto a Mareschall:

(18) *Ibid.*, entrevista entre Metternich e Teles da Silva, Viena, 20 de janeiro de 1825.

(*) A entrevista de 20 de janeiro, a mais importante das negociações, está truncada de tal maneira que não se sabe quando muda o interlocutor. Seria interessante ler na íntegra a versão de Metternich em cotejo com a de Resende que está publicada nos *Arquivos diplom.*, cit., p. 192.

(19) Não há maior prova da dependência de Portugal em relação à Inglaterra do que o fato — raro em negociações diplomáticas — da autorização a um estrangeiro para concluir um tratado tão importante.

Nada tenho de comum com a intrincada e falaciosa política da Europa. Meu comportamento é franco e aberto. Especifiquei o que quero e não alterarei as condições. Os outros não estão se portando com correção. Tenho todos os motivos para estar desconfiado. A Inglaterra não cumpriu a palavra. Canning prometera que não negociaria com qualquer outra nação da América antes de mim e que eu seria o primeiro reconhecido. (...) Mas quer que eu reparta o título com meu pai; isto não pode ser; não desistirei; não quero nada com Portugal; já o declarei, e em nenhum caso e nunca voltarei atrás. Meus filhos são brasileiros e também nada querem de Portugal. Os brasileiros, e eu como porta-voz dêles, devemos saber melhor que ninguém o que queremos e o de que precisamos! (...) Que querem êles dizer com "legitimidade"? Êles parece que querem declarar que não sou filho do meu pai. A Rússia reconheceu Bernadotte na Suécia, e êle governa pacìficamente (...) (20).

Uma carta pessoal do Imperador Francisco ao genro ajudou a fortalecer a sua disposição para um acôrdo, de modo que quando *Sir* Charles Stuart chegou a 17 de junho, com as cartas de podêres, as perspectivas de um acôrdo final começaram novamente a luzir. O texto do tratado entre o Brasil e Portugal foi elaborado em 14 conferências e publicado como Tratado de Paz e Aliança entre o Brasil e Portugal. Foi assinado no Rio a 29 de agôsto de 1825. O artigo mais importante rezava:

Artigo I: Sua Majestade Fidelíssima reconhece o Brasil na categoria de Império, independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves; e a seu sôbre todos muito amado e prezado filho Dom Pedro por Imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao mesmo seu filho e a seus legítimos sucessores. Sua Majestade Fidelíssima toma sòmente, e reserva para a sua pessoa o mesmo título (21).

É bem verdade que o tratado não foi redigido de acôrdo com os desejos de D. João VI. Êle assinou-o, mas acrescentou ao documento de aprovação parte de sua carta a *Sir* Charles Stuart contendo as negociações aceitáveis. D. João designara D. Pedro como sucessor em Portugal, mas não garantira a Independência do Brasil. Esperava por êsse meio acalmar o povo em Portugal com as possibilidades de uma reunião final. No entanto conseguiu sòmente confusão em Portugal e uma tempestade de indignação no Brasil. No Brasil o tratado foi considerado desfavorável, não obstante ter proporcionado o reconhecimento do Brasil pelas potências européias. O tratado foi

---

(20) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 3 de março de 1825.

(21) *Ibid.*, 29 de dezembro de 1825.

igualmente ratificado em Lisboa a 15 de novembro e trocadas as ratificações ([22]) (*).

Na Áustria não houve hesitação no reconhecimento da Independência do Brasil e o título de Imperador de D. Pedro. Quando o representante do Brasil, Teles da Silva, requereu uma audiência a 13 de dezembro de 1825 para apresentar suas credenciais como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil, Metternich redigiu as razões justificativas do reconhecimento da Independência do Brasil e do título de Imperador de D. Pedro. Na exposição de Metternich, o Imperador Francisco I ajuntou: "O rei de Portugal aceitou a Independência do Brasil e reconheceu o nôvo Imperador. Não há razão por que não hei de fazer o mesmo" ([23]). Metternich comunicou oficialmente o reconhecimento da Independência do Brasil pela Áustria e do título imperial de D. Pedro ao enviado brasileiro ([24]) e aos representantes da Áustria em Berlim, Paris e Londres ([25]).

O reconhecimento da Áustria foi seguido pelos outros países da Europa. Dêsse modo a personalidade internacional do Brasil ficou estabelecida e muitos países imediatamente abriram negociações para estabelecer relações comerciais simultâneamente com o estabelecimento de relações diplomáticas. Como prêmio pela intervenção, a Inglaterra obteve em 18 de outubro de 1825 um tratado de comércio favorável e a promessa de abolição do tráfico de escravos (**). A França concluiu um tratado comercial com o Brasil a 26 de janeiro de 1826, e a Áustria assinou um tratado preliminar de comércio e navegação a 30 de junho.

Metternich, o grande monarquista que recomendava secretamente a D. Pedro que pusesse em relêvo em seus discursos

---

(22) *Ibid.*, despacho para o Rio, 8 de janeiro, 1826.

(*) Além da ratificação, D. João VI expediu uma carta de lei, de 15 de novembro de 1825, mandando publicar o tratado, em que altera o títudo de Rei de Portugal, para "Imperador do Brasil e Rei de Portugal e dos Algarves", etc. (...) e ainda assinou a Carta-patente de 13 de maio de 1825, em que reconhece o Brasil como Império Independente de Portugal. Tudo consta da *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1826*, Rio, 1880, p. 17.

(23) *Ibid.*, resolução autógrafa do príncipe de Metternich, 29 de dezembro de 1825.

(24) *Ibid. Interiora: Cirkularien und Notifikationen*, pasta 20. Metternich informou ao Ministro dos Estrangeiros do Brasil, a 4 de janeiro de 1826, o reconhecimento da independência e a aceitação das credenciais de Resende como Enviado brasileiro na Áustria.

(25) *Staatenabteilungen.* Inglaterra: despacho para Londres, 1 de janeiro de 1826.

(**) Sôbre o tratado comercial com a Inglaterra v. nota em asterisco na p. 12 dêste livro.

e escritos os princípios monárquicos e se coibisse de reconhecer a "soberania do povo", rejubilou-se enormemente quando chegaram as notícias em Viena do nascimento de um Príncipe Herdeiro que foi batizado com o nome de Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga ([26]).

A Imperatriz Leopoldina igualmente rejubilou-se com o nascimento do filho que ela esperava pudesse atenuar a atenção que o Imperador dedicava a D. Domitila de Castro Canto e Melo. Esta senhora fascinara o Imperador que a ela conferira o título de marquesa de Santos ([27]), reconhecera-lhe os filhos (seis dos quais êle gerara) como próprios, e os fizera duques e duquesas do Império (*). A marquesa, nomeada Primeira Dama de Sua Majestade a Imperatriz, reinava com os seus sequazes na Côrte, como outrora Madame de Pompadour na Côrte de França. Ela procurou e leu todos os livros sôbre Luís XIV e suas amantes. Seu confidente, o Padre Boiret, mantinha-a abastecida de tal material de leitura ([28]) (**).

Leopoldina sofria muito por essas coisas, mas era muito nobre para queixar-se de público. Nas cartas ao pai falava de profunda melancolia que lhe pesava na alma. Não tomou conhecimento oficial da presença da amante; porém Mareschall não podia deixar de expor a Viena um fato que era o assunto da maledicência de todo o mundo:

> Parece impossível que a arquiduquesa ignore o que está acontecendo bem sob as suas vistas, mas Sua Alteza Real é dotada de grande prudência, não falando a ninguém e fazendo crer que não vê nada de modo nenhum ([29]).

---

(26) *Staatskanzlei.* Brasil: ofícios do Rio, de 7 e 23 de dezembro de 1825.

(27) Domitila de Castro conheceu D. Pedro na viagem dêste a São Paulo e imediatamente se apaixonou por êle.

(*) D. Pedro teve sòmente quatro filhos da marquesa de Santos, dos quais a primeira foi duquesa de Goiás; o segundo morreu criança; a terceira teve a promessa de ser duquesa de Ceará, mas também morreu criança; e a quarta foi condêssa de Iguaçu por se ter casado com o conde de Iguaçu, filho do marquês de Barbacena. — V. Alberto RANGEL, *D. Pedro I e a marquesa de Santos,* Rio, 1916, p. 355.

Não se pode, assim, falar em seis filhos de D. Pedro e da marquesa, como se todos fôssem duques e duquesas do Império.

(28) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 24 de outubro de 1825.

(**) O Padre Renato Boiret, sacerdote francês, capelão militar e professor dos príncipes era famoso como cortesão. Tendo-se falado antes em Pompadour, o rei apresentado como modêlo deve ter sido Luís XV, e não Luís XIV.

(29) *Ibid.*

Com essa história de amor D. Pedro espezinhou muita simpatia dos brasileiros e das Côrtes européias. O assunto, enfim, explodiu quando D. Pedro teve a imprudência de levar a amante com êle no mesmo navio em que ia a Imperatriz, na viagem à Bahia. De nôvo as novidades voaram para Viena:

> A viagem da Côrte à Bahia deu lugar a grande escândalo quando se tornou evidente que o Imperador estava acompanhado, na mesma excursão, pela Imperatriz, pela filha mais velha *e* pela sua amante titulada (30).

Dias antes da partida houve muitas chufas sôbre o Imperador e cartas ameaçadoras enviadas à amante, nas quais o público reprovava, envergonhado, o casal, acusando o Imperador de levar a sua mulher "sòmente para disfarçar a amante". A confiança que a Côrte de Viena havia depositado em D. Pedro foi muito abalada pela aventura amorosa. As relações pessoais com êle tornaram-se cada vez mais formais e só não foram interrompidas por causa da Imperatriz e dos netos.

Contudo, a Imperatriz não estava destinada a carregar sua cruz por muito tempo. A 3 de dezembro de 1826, pouco depois de uma discussão acalorada com o Imperador sôbre a amante, a Imperatriz teve um parto prematuro. A 11 de dezembro os tiros de canhão anunciaram-lhe a morte (31). Na Áustria, a morte da Imperatriz foi atribuída ao tratamento inumano que recebera das mãos de D. Pedro. Foi largamente sabido que em 20 de outubro, durante uma discussão, a Im-

---

(30) *Ibid.*, 23 de janeiro de 1826.

(31) Logo depois da morte da Imperatriz, seu mordomo, François Pascal Boyer, foi chamado por Mareschall e narrou o seguinte, que lança alguma luz nas relações domésticas entre D. Pedro e D. Leopoldina: "Sua Majestade a Imperatriz confidenciou-me no sábado, 20 de outubro, que, cansada das dificuldades financeiras e de outra natureza de sua posição, havia escrito ao Imperador nos seguintes têrmos: — Senhor. Como V. não dorme em casa há cêrca de um mês, quero que faça uma escolha entre nós duas, ou dar-me a permissão de voltar para a casa de meu pai. (*assinado*) Maria Leopoldina, arquiduquesa d'Áustria. — Segunda-feira de manhã, 22 de outubro, quando levei a primeira refeição da Imperatriz, soube que o Imperador declarara em casa da marquesa, depois de receber a carta da Imperatriz, que não sentia perder o Império enquanto pudesse conservar o objeto de seus desejos. Pouco depois o Imperador repreendeu severamente a Imperatriz e retirou-lhe os cavalos que ela usava em seus passeios, dizendo-lhe que ela gastava demais com a boa vida. Como fui testemunha da cena, fui intimado pela Imperatriz a manter o assunto em segrêdo. Mais tarde o Imperador chamou-me e me intimou a manter silêncio, ameaçando-me alistar-me no exército(*). *Ibid.*, anexo ao ofício do Rio, de 13 de dezembro de 1826.

(*) Nota 31 — Francisco Pascal Boyer era cozinheiro francês. Em 1830 viajou para Santos com 3 escravos. V. *Registo de estrangeiros*, Arquivo Nacional, Rio, 1961, p. 30.

peratriz apresentara a D. Pedro um *ultimatum:* Largue sua amante, ou dê-me a permissão de voltar para Viena com meus filhos. Mareschall visitou a Imperatriz alguns dias mais tarde e encontrou-a desesperada e num estado de grande confusão mental. Era natural que se acusasse D. Pedro pela sua morte prematura. Anos depois, quando D. Pedro foi obrigado a renunciar ao trono, o representante da Áustria, barão de Daiser, escreveu:

> Há muita gente no Brasil que acredita que o banimento de D. Pedro foi um castigo do céu pelo sofrimento que êle obrigou a Imperatriz a suportar. Não seria difícil sugerir indiretamente a ereção de um monumento em honra da princesa santa, mãe do Imperador do Brasil ([32]).

Ao tempo da morte de D. Leopoldina, D. Pedro estava em viagem, visitando o exército no Rio Grande do Sul. Voltou imediatamente para o Rio ao receber essas notícias. A Imperatriz foi enterrada no convento da Ajuda ([33]) e ao fechar-se o túmulo, os íntimos e firmes laços que uniam a Áustria e o Brasil estavam para sempre quebrados ([34]).

A consolidação final da monarquia no Brasil dependia da solução da questão da sucessão de Portugal, logo que possível, por um pacto de família. D. Pedro e seus filhos tinham direito à sucessão, mas de acôrdo com o instrumento de reconhecimento da Independência do Brasil, D. Pedro não poderia acumular as duas coroas (***). A solução dêste caso era importante para a paz e a calma de Portugal. Elaborou-se um

---

(32) *Ibid.* De uma carta particular de Daiser ao barão Neumann em Londres, de 26 de abril de 1831.

(33) Os restos de D. Leopoldina jazem hoje no convento de Santo Antônio(*).

(*) Nota 33 — O corpo de D. Leopoldina foi solenemente transladado para a cripta do monumento à Independência, no Ipiranga (São Paulo).

(34) A prova de quanto é profunda no coração dos brasileiros a memória de D. Leopoldina temos no número de artigos em português e em alemão que apareceram no Brasil na ocasião do centenário de sua morte. Uma seleção dos mais importantes está nos arquivos de Viena. Eis um exemplo tirado do jornal alemão *Deutsche-Rio-Zeitung,* de S. Paulo, de 12 de dezembro de 1926: "Em memória da primeira imperatriz do Brasil. As palavras de Jacques Arago enquadram seu retrato: — Sua bondade natural provocou tão boa-vontade, o hábito de sofrer fê-la tão boa, que não sei como exprimir minha gratidão pela sua gentileza. Nunca me cansei de admirar o encanto dessa infeliz princesa que foi tão cruelmente tratada pelo seu imperial marido, e que foi arrebatada tão cedo do amor dos brasileiros"(**).

(**) Nota 34 — Há um engano na citação. O *Deutsche-Rio-Zeitung* era um jornal do Rio, como o nome o indica.

(***) D. Pedro não podia acumular as duas coroas, não em virtude do instrumento de reconhecimento da Independência. Os atos portuguêses, pelo contrário, declaravam expressamente que o Imperador do Brasil era o Príncipe Real

plano de casamento de D. Maria da Glória, filha mais velha de D. Pedro I, com o infante D. Sebastião (*), num esfôrço de excluir D. Miguel, irmão de D. Pedro, da sucessão, mas a morte de D. João VI veio inesperadamente e pôs de nôvo diante do fórum da política européia o problema português, e enredou D. Pedro num longo conflito com D. Miguel, cujo procedimento dúbio causou-lhe finalmente a perda da coroa.

Entrementes a guerra com Buenos Aires e os rebeldes do Uruguai havia estourado. D. Pedro tentou reerguer o prestígio pela glória militar, obtendo bom êxito nas províncias do Sul e reforçando seu exército por meio do aumento das tropas alemãs. O Brasil pediu oficialmente que um número de oficiais austríacos fôsse enviado para treinar as tropas brasileiras. O general austríaco Mazzuchelli dirigiu as negociações e apresentou um plano ao representante brasileiro. Êste plano previa a remessa de uma missão militar e bastantes oficiais e oficiais não comissionados para treinar ao menos seis batalhões que formariam o quadro do futuro exército brasileiro. A distribuição de oficiais austríacos pelas unidades da tropa do Brasil foi recusada pelo general austríaco como ineficiente. O plano malogrou por dificuldades financeiras, mas o recrutamento de tropas germânicas continuou.

A falta de tropa exercitada e grandes dificuldades financeiras fizeram com que D. Pedro interrompesse a guerra antes de ter um êxito completo. Em agôsto de 1828 a Inglaterra interveio e conseguiu-se um acôrdo pelo qual a Argentina e o Brasil renunciaram ao território da Cisplatina, que se tornou independente como república e com o nome de Uruguai.

D. Pedro concentrou então seus esforços para conseguir uma solução final para o caso da sucessão portuguêsa. Após a volta de D. João VI a Portugal o conservantismo prevaleceu sob a influência da vizinha Espanha. Para prevenir um *coup d'état* do infante D. Miguel o rei tomou a iniciativa de uma contra-revolução. Esta não conseguiu satisfazer os oficiais descontentes da extrema direita e também não satisfez os ele-

---

de Portugal. O empecilho vinha da Constituição Brasileira que, no art. 1.º, dizia: a nação brasileira "não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação que se oponha à sua independência". É interessante observar que êsse texto foi revisto pelo próprio Imperador, como foi dito.

(*) D. Sebastião era o neto mais velho de D. João VI — Filho da primogênita, a Infanta D. Maria Teresa, casada no Rio de Janeiro com seu primo-irmão D. Pedro Carlos de Bourbon. Nasceu nesta cidade em 1811 e faleceu em 1875. Ficando viúva D. Maria Teresa casou com D. Carlos de Bourbon, irmão de D. Fernando VII.

mentos da Santa Aliança porque D. João não se preservou convenientemente contra a influência e as ameaças dos elementos da esquerda. Os liberais desejavam uma Constituição assecuratória de uma representação conveniente dêsse grupo. Binder, o representante da Áustria, animava firmemente D. João por parte da Áustria, Prússia e Rússia, para impedi-lo de conceder ao povo uma Constituição liberal ([35]). Entrementes o infante D. Miguel fêz uma tentativa abortada de tomar o poder.

Em 30 de abril um movimento militar chefiado por D. Miguel estourou. A revolta falhou em realizar seus propósitos graças à intervenção do corpo diplomático e de um navio de guerra britânico. O rei foi reempossado e o infante D. Miguel exilado em Viena onde Metternich concordou em mantê-lo sob vigilância e, se possível, educá-lo nos têrmos em que um verdadeiro príncipe deve ser ([36]).

O desejo de D. Pedro de manter a coroa portuguêsa foi temporàriamente alcançado pelo decreto de D. João, de 6 de março de 1826 (*). Pouco antes de sua morte [a 10 de março de 1826], D. João, num supremo esfôrço para unir os dois impérios, nomeou D. Pedro seu sucessor de direito do trono português. D. João faleceu antes de D. Pedro ter aceito oficialmente o trono, e uma regência, chefiada pela infanta D. Isabel Maria, irmã de D. Pedro, se instalou. Em 26 de abril de 1826 D. Pedro aceitou a coroa de Portugal, justificando-se com os precedentes de monarquias duais: Áustria-Hungria, Suécia e Noruega, Rússia e Polônia ([37]) (**).

---

(35) Erich Zollner, *Aus unbekannten Diplomatenbriefen an den Freihernn Franz Binder von Kriegelstein, Festschrift zur 200 Jahrfeier des Haus-Hof-und Staatsarchivs,* Viena, 1949, vol. I, p. 757.

(36) Parece que Metternich se preocupou muito com D. Miguel, como se vê em "Dom Miguel", retrato inédito, existente em seu arquivo particular, outrora em Plass, Boêmia, e agora no Arquivo Nacional da Tcheco-Eslováquia, em Praga. Cf. F. von Andlaw, *Erinnerungsblätter aus den Papieren eines Diplomaten,* Viena, 1857, p. 51.

(*) O decreto de 6 de março criou uma regência provisória até que D. Pedro I determinasse o que deveria ser feito. Mas não nomeou expressamente D. Pedro. Falou sòmente em "o *legítimo Herdeiro e Sucessor desta Coroa* não der as providências a êste respeito". Onde se nomeou expressamente D. Pedro foi na Carta de Lei de 15 de novembro de 1825 e na Carta Patente de 13 de maio de 1825.

(37) *Staatskanzlei. Interiora: Cirkularien und Notifikationen,* 27 de março de 1827.

(**) No decreto de 26 de abril D. Pedro simplesmente confirma a Regência nomeada pelo pai. A 29 de abril D. Pedro outorgou a Carta Constitucional. A 2 de maio abdicou em benefício da filha, *com a condição* de ser jurada a Carta outorgada e realizados os esponsais com D. Miguel.

Mas Metternich não estava convencido de que fôsse desejável ou exeqüível a monarquia dual chefiada pela Casa de Bragança. Enviou uma mensagem a 27 de março a Berlim, Londres (38), Paris e S. Petersburgo, em que assegurava que a linha de sucessão era legal, mas lamentava o fato de as instáveis condições brasileiras, tanto quanto as portuguêsas, tornarem impossível que ambas as nações fôssem regidas pelo mesmo soberano. Prevendo a separação do Império em dois respectivos governos, propôs como solução ao dilema português o casamento da filha mais velha do Imperador com o infante D. Miguel, que governaria até que sua mulher atingisse a idade de ser coroada rainha. Metternich ajuntou que tal arranjo era extremamente conveniente e teria ainda a vantagem de ser "correto em princípio".

No Brasil D. Pedro teve pouco tempo para preocupar-se com o "princípio" da solução. O partido brasileiro não foi favorável à monarquia dual e fêz sentir uma pressão considerável sôbre o Imperador, que foi forçado a renunciar à coroa de Portugal a 2 de maio, em favor de sua filha mais velha. Assim D. Maria da Glória se tornou legalmente rainha de Portugal com o nome de D. Maria II. A sugestão de Metternich relativa a um pacto matrimonial entre D. Maria e D. Miguel foi aceita por D. Pedro como um ideal técnico para obter tempo e manter a questão em suspenso o mais tempo possível (39).

O princípio que obviaria uma solução rápida seria era o de declarar que a renúncia de D. Pedro à coroa portuguêsa era condicional. D. Pedro anunciou, assim, que sua abdicação seria automàticamente cancelada no momento em que uma das suas condições não fôsse levada em conta. A estipulação mais importante declarava que o infante D. Miguel só poderia assumir a regência se aceitasse D. Maria da Glória como noiva e jurasse a constituição outorgada por D. Pedro (40). Pela renúncia condicional ao trono português D. Pedro esperava: 1) evitar o perigo constante de rebelião, ligando D.

---

(38) *Staatenabteilungen.* Inglaterra: despachos para Londres, pasta 2, reservados, 27 de março de 1827.

(39) Lorde Ponsomby, que serviu de mediador no conflito entre o Brasil e a Argentina, fêz também esforços para conseguir um pacto de família quanto à sucessão portuguêsa. V. *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 13 de fevereiro de 1826.

(40) *Ibid.*, carta pessoal de D. Pedro ao imperador Francisco I (2 de maio de 1826).

Miguel a sua filha, e 2) anular o clamor dos jacobinos e revolucionários, garantindo à nação uma constituição liberal([41]). Além disso D. Pedro esperava prolongar a disponibilidade da coroa portuguêsa.

D. Pedro considerava D. Miguel como uma visível ameaça. A 29 de abril, vários dias antes de abdicar o trono português, solicitou o comparecimento de Mareschall, pedindo:

> (...) escrever para Viena e exprimir o meu desejo a Sua Majestade Imperial de que mantenha o infante D. Miguel em custódia até que a sucessão portuguêsa esteja definitivamente decidida. Não é que eu tema o Príncipe, mas para evitar que êle estrague o seu futuro porque pretendo casá-lo com minha filha e quero que êle saiba isso de modo a compreender como é de seu próprio interêsse ficar quieto ([42]).

Em cartas pessoais ao Imperador Francisco I e ao infante D. Miguel, D. Pedro desenvolvia o pensamento acima. Mas sua hesitação quanto a D. Miguel e sua abdicação condicional não satisfizeram as Côrtes de Viena e de Londres. Ambas as potências insistiam com D. Pedro para que abdicasse incondicionalmente em favor de sua filha. D. Pedro retomou a questão introduzindo nova condição. Passou a insistir numa ida de D. Miguel ao Rio, para aceitar a noiva e jurar a Constituição. O representante da Áustria compreendeu os esforços de D. Pedro em arrastar o negócio e observou: "Êste príncipe não está muito ansioso por concluir o negócio e está se esforçando por evitar a perda total da coroa portuguêsa" ([43]).

Investigações posteriores de Metternich comprovaram que o pedido de D. Pedro de que D. Miguel fôsse ao Rio era inspirado pelos círculos revolucionários que cercavam a regência da infanta D. Isabel Maria em Portugal e que desejavam afastar D. Miguel tanto quanto possível. Metternich descobriu que a infanta D. Isabel Maria:

> (...) Era uma bola de brinquedo das facções revolucionárias, cujo porta-voz era o médico Abrantes, jacobino puro, que exercia sôbre ela a maior influência. Abrantes está ligado a todos os revolucionários de 1821 e é, no verdadeiro sentido da palavra, o atual regente de Portugal ([44]).

---

(41) Para frustrar êsses planos Metternich pediu a D. Miguel que desautorizasse seus partidários na Espanha por meio de uma carta a Fernando VII. *Ibid.*, Portugal: questão da sucessão, 1826.

(42) *Ibid.*, Brasil: ofício do Rio, de 5 de julho de 1826.

(43) *Ibid.*, 4 de maio de 1826.

(44) *Ibid.*, 20 de agôsto de 1826.

Contudo os preparativos para a abdicação de D. Pedro continuavam. A nova Constituição, por êle anunciada, foi publicada a 16 de setembro, e logo depois a Regência de Portugal jurou reger-se por ela. O navio *D. João VI,* que transportara outrora D. Leopoldina para o Brasil, partiu para a Europa com a missão de voltar ao Brasil trazendo a bordo D. Miguel. Rocha Pinto, um dos favoritos portuguêses da Côrte do Rio, foi incumbido de acompanhar D. Miguel desde Viena e de comprar o enxoval da noiva em Paris ([45]). Mas a situação política de Portugal tornou imperativa a permanência próxima de D. Miguel. O perigo constante de os elementos democráticos se apossarem do poder em Portugal, fêz com que Metternich favorecesse a idéia da declaração de D. Miguel como Regente estando ainda em Viena. O partido monarquista em Lisboa tentou obter a coroa para D. Miguel, mas seus esforços não tiveram proveito. Viena aprovou o casamento de D. Miguel com D. Maria e apressadamente solicitou de Roma as necessárias dispensas de parentesco próximo.

Entrementes, de modo a resolver tôdas as questões relativas à sucessão portuguêsa, Metternich decidiu mandar um dos seus mais hábeis enviados, o barão de Neumann, embaixador *ad interim* em Londres, em missão especial ao Brasil. A Inglaterra concordou com êsse procedimento e prometeu franco apoio. Estava querendo ceder à Áustria a precedência nessa questão porque era ela que havia assumido a custódia do infante D. Miguel. Metternich, que se sentia responsável pela paz do mundo, achou-se em dificuldades com a insistência de D. Pedro no pedido de enviar D. Miguel ao Brasil.

> Ao que parece, Sua Majestade não estava ciente das futuras conseqüências de tal movimento e não avaliava a posição difícil em que havia colocado as potências européias. (...) Êle procura vingar-se de seus sofrimentos agitando a Europa das profundezas da América ([46]).

A política de Metternich, em relação ao infante D. Miguel e Portugal, foi minudenciada nas suas instruções a Neumann: as coroas de Portugal e do Brasil não poderiam ser fundidas. D. Miguel devia ser colocado como Regente de Portugal para fortalecer a ordem monárquica e impedir as conspirações revolucionárias; D. Miguel nunca deveria assumir a coroa de

---

(45) O barão de Mareschall atribui o malôgro dêste plano ao representante da Inglaterra.

(46) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 2 de outubro de 1826.

Portugal. A Áustria seria a fiadora da proteção dos direitos de D. Pedro à coroa portuguêsa, mesmo que tivesse de perder a brasileira. E D. Miguel não deveria ir ao Brasil pelo temor de se provocar uma revolução em Portugal. O Partido Liberal estava no poder em Portugal, mas os monarquistas eram a maioria; e os ultramonarquistas ansiavam pela assunção de D. Miguel ao trono. Metternich entendia que os três partidos hesitariam em promover uma alteração sabendo que D. Miguel, estando em Viena, poderia interferir. Mas se êle partisse para o Brasil, o Partido Liberal, que detinha o poder, procederia com plano para usurpar todo o poder. Metternich, consentiria, em último recurso, na partida de D. Miguel sòmente se D. Pedro assegurasse a volta imediata de D. Miguel a Portugal com sua noiva D. Maria II. Em nenhum caso Viena permitiria a partida de D. Miguel antes da conclusão da missão Neumann [47] (*). A Áustria via em D. Miguel a continuação do govêrno monárquico e uma campanha contra os elementos liberais.

A política inglêsa encarava a possibilidade de uma intervenção militar em Portugal em 1827 a fim de obter uma imediata e incondicional abdicação de D. Pedro e a coroação de D. Maria II. Os inglêses não tinham a menor objeção à Cons-

---

(47) *Staatenabteilungen.* Inglaterra: extraído dos despachos do enviado extraordinário barão de Neumann, 30 de outubro de 1826.

(*) A missão Neumann está integralmente copiada e consta do fundo Tobias Monteiro da Biblioteca Nacional do Rio. Êste autor escreveu o capítulo sôbre a abdicação do trono português totalmente baseado nos ofícios de Neumann e Mareschall.

A 26 de abril o imperador teve uma longa conferência com Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá) e Mareschall, sòzinhos. Foi aí que se falou nos precedentes de Áustria-Hungria, Rússia-Polônia, Suécia-Noruega. Mas não em decreto. O imperador relutava em renunciar definitivamente a Portugal por temer, no caso de perder o Brasil, ver-se reduzido a simples particular. (Instruções de Carvalho e Melo a Brant. TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 28.)

Em seguida o imperador ouviu, por escrito, os ministros e conselheiros de Estado. Os pareceres estão no arquivo da Família Imperial, hoje no Museu de Petrópolis. A memória de Barbacena foi decisiva, mas houve muita discussão. D. Pedro resolveu então abdicar condicionalmente e outorgou a Carta. Mareschall objetou que a Carta poderia desgostar as potências européias. Mas D. Pedro respondeu que com ela obviaria as Côrtes que poderiam fàcilmente desandar.

O efeito na opinião pública brasileira foi excelente.

É imprescindível mencionar a vinda também de um enviado especial inglês, Strangford, antigo embaixador, articulado com Neumann.

Neumann era irmão bastardo de Metternich e conselheiro da embaixada austríaca em Londres. A missão Neumann foi afinal um completo malôgro, visto como êle chegou a concordar com a vinda de D. Miguel ao Brasil. "Escrevendo a um seu filho, dizia Metternich que Neumann só havia feito asneiras" (TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. 40).

tituição liberal promulgada por D. Pedro mas temiam que fôsse tentado um golpe de Estado em Portugal se D. Miguel, que tinha sido criado num ambiente de monarquismo absoluto em Viena, assumisse a Regência. Os inglêses teriam preferido uma continuação da presente Regência, de preferência a uma monarquia extremista ([48]). A Inglaterra gozava de larga influência no Brasil, tão grande que o encarregado de Negócios da Áustria temia por sua própria influência:

> Os inglêses mantêm uma forte esquadra nas águas locais, e virtualmente ocupam o Brasil. (...) Êles não desprezam nenhum meio pelo qual possam fazer-se agradáveis, enquanto eu estou isolado. Contudo, disponho da única influência capaz junto ao Imperador do Brasil ([49]).

A Regência em Portugal, por seu lado, não estava desinteressada de seu próprio futuro. Abrantes fêz uma viagem secreta ao Rio, onde tentou induzir D. Pedro, em entrevistas secretas, a fazer-lhe umas poucas concessões.

As manobras políticas de todos os podêres interessados induziram D. Pedro a tentar atirar uma potência contra a outra. Neumann chegou em princípios de fevereiro e em breve se convenceu de que a viagem do infante D. Miguel ao Brasil não poderia ser evitada. D. Pedro considerava esta condição como exigência básica antes de concordar em mudar a regência. D. Pedro mostrou secretamente ao diplomata austríaco uma cópia da carta que enviara ao Imperador Francisco I, na qual prometera solenemente enviar a Portugal D. Miguel e D. Maria da Glória sem demora. Escrevera:

> Logo que D. Miguel chegue e se case com minha filha, partirá para Portugal onde ministrará a justiça e governará o reino de acôrdo com as normas estabelecidas pela Constituição que promulguei. Minha irmã Isabel virá ao Rio e dirigirá minha casa e educará meus filhos que ficaram ao abandono pela perda de minha Leopoldina ([50]).

Depois dessa solene promessa, que parecia acima de qualquer idéia de falsidade, a missão especial austríaca preparou-se para a viagem de D. Miguel ao Rio. O Ministério dos Negócios Estrangeiros não se apercebeu da armadilha, mas Metternich sempre desconfiou do negócio em geral ([51]).

---

(48) *Ibid.*, ofício do barão de Neumann a Metternich, de 2 de novembro de 1826.

(49) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício cifrado do Rio, de 9 de maio de 1826.

(50) *Ibid.*, 22 de fevereiro de 1827.

(51) D. Pedro, na declaração acima mencionada, havia prometido que enviaria D. Miguel a Portugal sòmente depois do casamento com D. Maria II.

O representante inglês, Gordon, exprobrou os austríacos por se submeterem tão fàcilmente e tão depressa às exigências de D. Pedro e acusou-os de obstarem as diligências para obter-se a abdicação incondicional e o envio de D. Maria II para a Europa. Gordon atribuiu o afastamento entre D. Pedro e D. Miguel à Côrte de Viena. Se D. Miguel viesse a perder seus direitos em Portugal, Viena devia ser culpada por isso. Neumann informou a Metternich:

Gordon diz que nós acabaremos por perder D. Miguel aqui e em Portugal; depois me diz que qualquer pessoa que venha de Viena será recebida com desconfiança; que D. Pedro sabe muito bem que nós somos inimigos do nôvo sistema introduzido em Portugal; que é por essa razão que o Imperador queria D. Miguel junto a êle, porque está certo de que, indo de Viena para Lisboa, D. Miguel derrubaria o govêrno e estabeleceria a monarquia absoluta. D. Pedro queria convencer-se antecipadamente do modo de pensar do irmão (52).

Pouco depois de Neumann voltar a Viena, o marquês de Maceió confidenciou a Mareschall as verdadeiras intenções de D. Pedro:

O Imperador abdicou debaixo do mêdo dos brasileiros e arrepende-se de tê-lo feito. Êle quer preservar Portugal ou, ao menos, uma influência ali até a maioridade da rainha, e teme sua irmã menos que seu irmão (53).

Não demorou muito a aproximação de D. Pedro da Áustria, mas isto por motivo muito pessoal. Êle queria casar-se de nôvo e esperava que a Côrte de Viena lhe proporcionasse outra vez uma espôsa. Estava aflito por casar-se e por essa razão desejoso de fazer certas concessões nessa questão da Regência de Portugal. Tornou-se muito afável com o enviado austríaco, mandou-o chamar na Legação da Áustria e confidenciou-lhe durante uma de suas visitas que tencionava confiar a Regência a D. Miguel. Declarou:

Liquidaremos esta questão nesta semana. Entrementes escreva a seu Imperador que, se meu irmão ainda está na Europa, deve ser enviado imediatamente a Lisboa, onde assumirá a Regência. Se êle chegar ao Rio,

---

Metternich analisou a interpretação em seu despacho para o Rio. *Ibid.*, despacho para o Rio, de 12 de junho de 1827.

(52) *Ibid.*, narração de uma conversa entre Neumann, Mareschall e Gordon, 22 de fevereiro de 1827.

(53) *Ibid.*, ofício do Rio, 16 de junho de 1827.

quero que parta imediatamente para Lisboa. Além disso quero mandar minha filha para a Áustria para que seja educada junto a Sua Majestade o Imperador (54).

Mareschall pediu que as declarações de D. Pedro fôssem fixadas num memorandum escrito; quando o recebeu, compreendeu que D. Pedro havia exposto suas intenções de modo que lhe asseguraria plena liberdade de ação. Assim, escrevera êle:

1) Meu irmão assumirá a regência em meu nome.
2) Será por mim autorizado a exercer a Regência de Portugal em nome de minha filha.
3) Assumirei todos os direitos da coroa portuguêsa se meu irmão alterar a forma de govêrno.

Quanto ao envio de minha filha a Viena, digo:

1) Que, no momento, não a enviarei.
2) Que se surgir um impedimento ao meu casamento, ela nunca irá para Viena, mas para Portugal, quando eu achar conveniente.
3) Que se o Imperador, meu sogro, me der a maior prova de confiança e me mandar uma nova espôsa, eu lhe darei uma prova ainda maior de confiança enviando-lhe minha filha (55).

Tornou-se óbvio que D. Pedro estava tentando um jôgo duplo, e essas tentativas de obter uma mulher através da questão da Regência, devem ter causado alguma perda de confiança na sinceridade de suas promessas. Escreveu Metternich:

De acôrdo com as informações de Londres e Portugal, devo entender que o Imperador D. Pedro positivamente enganou Mareschall e Neumann e que êle desaponta a Inglaterra e o Govêrno Português, com exceção de elementos como Abrantes. Êle parece jogar uns contra os outros de modo a defender seus próprios interêsses. Quer simplesmente deixar a questão de Portugal pendente até a maioridade de sua filha. Enquanto secretamente dá a Mareschall e a Neumann a garantia que concederá a Regência a D. Miguel e o enviará a Portugal, já se comprometeu com Abrantes que só desistirá da coroa de Portugal depois da maioridade e do casamento de sua filha. Mas D. Maria da Glória só poderá ser casada pela Igreja após a maioridade, na idade de 14 anos. Com essa condição, a condição para uma abdicação não poderá ser preenchida e o infante será obrigado provàvelmente a permanecer no Rio até o casamento. Pelo comportamento geral do Imperador pode-se perceber que êle nem está disposto a aceitar a separação final de Portugal e Brasil, nem a consentir na partida da rainha D. Maria II para Portugal e na transferência da Regência a D. Miguel. Seu principal intuito é ganhar tempo (56).

---

(54) *Ibid.*, 22 de junho de 1827.

(55) *Ibid.*, 5 de julho de 1827.

(56) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 12 de julho de 1827.

Metternich sustentava então que a Europa não poderia permitir a entrega de Portugal à anarquia total por vários anos, que poderia atingir a Espanha e pôr em perigo a Europa inteira. Por conseguinte repelia o projeto da viagem de D. Miguel ao Rio. O Imperador Francisco também declarou que não queria, em benefício de seu genro, fazer o papel de carcereiro de D. Miguel, que atingiria em breve a idade suficiente e que estava destinado a conduzir a nação para fora da confusão. A Áustria estava pronta a patrocinar a viagem de D. Miguel a Portugal, se não com o consentimento de D. Pedro, mas *via facti*. As potências européias tinham aceito a separação dos dois países como final. Era muito de temer-se que a Inglaterra obtivesse um príncipe para D. Maria da Glória, e Portugal estaria perdido para a Casa de Bragança.

Os planos de casamento de D. Pedro fizeram, afinal, mais tratável a questão da Regência. Após as notícias da doença da Regente Isabel ([57]), D. Pedro consentiu em transferir a Regência para D. Miguel pelo decreto de 3 de julho de 1827:

> Tomando na minha real consideração a inteligência, atividade e firmeza de caráter do infante D. Miguel, Meu muito amado e prezado irmão: Hei por bem Nomeá-lo Meu Lugar-tenente, outorgando-lhe todos os podêres que, como rei de Portugal e dos Algarves, Me competem e estão designados na Carta Constitucional, a fim de êle governar e reger aquêles reinos em conformidade da referida Carta ([58]) (*).

A publicação dêste decreto causou uma reunião da Áustria e da Inglaterra em Viena em 18 de outubro de 1827. O protocolo foi assinado por Metternich, o conde de Bombelles, o conde de Lebzeltern e o cavaleiro de Neumann pela Áustria; pelo barão de Vila Sêca e o conde de Vila Real por Portugal, e pelo embaixador H. Wellesley, pela Inglaterra. Foi acordado enviar o infante D. Miguel imediatamente a Portugal. Áustria e Inglaterra ajustaram os passos comuns para induzir D. Pedro a uma renúncia incondicional à coroa de Portugal em favor da filha ([59]). No entanto, a Áustria não quis con-

---

(57) O embaixador português Carlos Matias Pereira informou que a moléstia era sòmente um parto prematuro. Isabel estava grávida de um filho de Abrantes, o homem todo-poderoso da Regência, e isso tinha sido pùblicamente comunicado em Portugal. *Ibid.*, ofício do Rio de 22 de junho de 1827.

(58) *Ibid.*, 5 de julho de 1827.

(*) Substituído o resumo pelo texto do decreto em português.

(59) *Ibid.*, uma cópia dos documentos da Conferência de Viena, de 20 de outubro, foi anexada aos despachos para o Rio de 28 de novembro de 1827.

cordar quanto à ação a ser exercida. Metternich ocultou das demais potências o fato que D. Pedro tinha entrosado sua renúncia com as condições sôbre o seu nôvo casamento.

A partida do infante foi imediatamente preparada. Devia chegar a Portugal através da França e da Inglaterra ([60]). O infante preencheu apressadamente as condições que D. Pedro pusera em sua abdicação: jurou a Constituição e aceitou a mão da jovem rainha D. Maria II, que até a maioridade, deveria ser educada sob a guarda de seu avô em Viena. Mas D. Miguel não estava totalmente independente.

O decreto de D. Pedro de 30 de agôsto reduzia os podêres do regente à insignificância com a cláusula: "(...) enquanto eu não mandar o contrário". Êste decreto foi enviado a D. Miguel pela Regência sem ser aberto. Em Viena foi arbitràriamente interceptado por Metternich, que se opôs à sua publicação:

> No interêsse do Imperador D. Pedro e do infante D. Miguel, Sua Majestade tomou a responsabilidade de evitar a publicação do decreto de 30 de agôsto. Sua Majestade explicará ao Imperador D. Pedro pessoalmente os motivos que o induziram a dar êste conselho ao infante ([61]).

Êste incidente demonstra suficientemente que D. Pedro dependia e estava enredado pela política austríaca.

Com relação a D. Pedro, o Imperador austríaco desejava provas positivas de que o Imperador do Brasil havia definitivamente abandonado sua amante, a marquesa de Santos, e seu poder não sòmente sôbre êle próprio, mas na Côrte sôbre a qual ela exercia uma ação ilimitada depois da morte da Imperatriz Leopoldina. Os partidários da marquesa sustenta-

---

(60) A fim de planejar o roteiro que D. Miguel deveria seguir, Metternich teve de vencer uma considerável resistência do Infante, cuja teoria era a de que êle não poderia voltar para casa como regente senão em um navio português que não tocasse costas estrangeiras. Por isso queria que dois navios de guerra portuguêses fôssem enviados a Livorno. Todo contato com território estrangeiro o descreditaria aos olhos dos portuguêses que poderiam considerá-lo como um agente de potência estrangeira. Lembrava-se de que seu pai tinha perdido prestígio em Portugal quando concordou em embarcar para o Brasil num navio inglês. Metternich também queria a partida de D. Miguel para Portugal via Inglaterra para evitar a fraternização com os portuguêses emigrados na Espanha. *Ibid.*, notas tomadas durante uma discussão entre D. Miguel e o príncipe de Metternich, a 13 de outubro de 1827(*).

(*) Nota 60 — D. Miguel não pode ter-se referido ao desprestígio do pai chegando ao Brasil em navio estrangeiro, porque estava presente e sabia que êle chegou na esquadra portuguêsa, simplesmente comboiada pela esquadra inglêsa.

(61) *Ibid.*, despacho para o Rio, 3 de dezembro de 1826.

vam vivamente seus planos ambiciosos e já se lisonjeavam em investigações genealógicas visando a preparar um bem ajustado *pedigree* para a "futura Imperatriz" (62). Mas D. Pedro repentinamente resolveu romper relações com a marquesa e seus parentes. Mareschall informou a Viena que o impedimento, isto é, a amante, estava extinto (63). D. Pedro parecia de fato decidido sèriamente a outro casamento e Mareschall encorajava Viena a pôr de lado qualquer preconceito e obter uma mulher para D. Pedro, pois

> (...) tal casamento poderia submeter Portugal e Brasil inteiramente a nossas mãos, pois ambos os países estão ligados a D. Pedro. (...) Uma tão alta consideração deve abrogar todos os escrúpulos (64).

Entrementes D. Pedro em pessoa fazia esforços para apressar a obtenção de nova mulher. Em junho enviou a de Hoste (*), seu agente em Viena, documentos matrimoniais em duplicata, uma coleção para cada uma das duas princesas bávaras, Maria Leopoldina e Luísa Guilhermina (**). O maior aborrecimento de D. Pedro era não saber onde obter navios suficientes para o comboio nupcial em virtude da guerra do Sul. O marquês de Barbacena foi enviado como representante especial em Viena com a missão de apressar as negociações do casamento (65).

O tempo passava e não vinha nem uma palavra de Viena. A posição de confiança de Mareschall diante de D. Pedro subia e descia de acôrdo com as mudanças de esperança do nôvo casamento. Pelo outono de 1827 D. Pedro tornou-se mais ansioso por nada receber de Viena, e sucumbiu de nôvo à sua velha fascinação pela marquesa de Santos que reingressou em sua vida para grande consternação do enviado austríaco. No momento em que D. Pedro havia afrouxado temporàriamente sua campanha matrimonial, chegou a notícia, em janeiro de 1828, de que em 28 de novembro as princesas bá-

---

(62) *Ibid.*, ofício do Rio, 2 de fevereiro de 1827.

(63) *Ibid.*, ofício cifrado do Rio, 16 de junho de 1827.

(64) *Ibid.*, 29 de julho de 1827.

(*) O enviado de D. Pedro chamava-se Luiz dall'Hoste, segundo Alberto Rangel, *D. Pedro I e a marquesa de Santos*, Rio, 1916, p. 209.

(**) As princesas bávaras referidas eram *Maria* Leopoldina Ana Guilhermina, casada em 1833 com o rei Frederico Augusto de Saxe, e *Luísa* Guilhermina, casada em 1828 com *Maximiliano* José, duque na Baviera; filhas do rei Maximiliano I da Baviera.

(65) *Ibid.*, 8 de agôsto de 1827.

varas haviam rejeitado o oferecimento do Imperador Francisco I em nome de seu genro. Viena automàticamente abriu negociações para a princesa seguinte na lista.

A princesa Mariana, filha do falecido rei Vítor Emanuel I, foi dada como interessada (66). A confiança de D. Pedro cresceu porque era geralmente dado como certo que êste seria um partido desejável, mas foi cauteloso e admitiu que a "conquista de uma princesa específica não é de muito grande conseqüência para mim porque um homem de minha posição não tem possibilidade de ter uma afeição por uma ou outra dessas princesas". A Côrte de Viena esperava que o mesmo navio que levasse a noiva para o Brasil voltasse com a rainha D. Maria da Glória para Viena. No Rio Mareschall conseguiu eliminar a marquesa de Santos da Côrte e D. Pedro, enquanto esperava ansiosamente a marcha das negociações de Nápoles, mostrava-se extremamente sociável e vivo na discussão das questões políticas a um ponto que levou Mareschall a informar maliciosamente:

> (...) o fato é que êle não pensa senão no casamento. (...) Se lhe dermos uma mulher, poderemos obter o que quisermos (67).

D. Pedro estava convencido de que o casamento estava arranjado e discutiu vivamente com Mareschall a ida de D. Maria da Glória para Viena. Declarou-se também pronto a ir ao encontro dos desejos da Áustria e Viena e decidiu abdicar a coroa de Portugal incondicionalmente em 20 de março. A 19 de abril chegou um recado de Barbacena dizendo que as negociações de Nápoles estavam malogradas. D. Pedro ficou abatido. Viena apressadamente abriu negociações com a Côrte de Stuttgart (68) [Wurtemberg].

Quando falhou o negócio em Stuttgart, Barbacena voltou ao Rio para explicar o malôgro. Era geralmente sabido na Europa que as relações de D. Pedro com uma amante dificultavam a obtenção de uma mulher. De repente D. Pedro

---

(66) Ana (Maria Ana), filha de Vitor Emanuel I e Maria Teresa d'Áustria nascera em 19 de setembro de 1803. Casou-se com Ferdinando da Áustria em 27 de fevereiro de 1831. Karl VON BEHR, *Die Genealogie der in Europa regierenden Fürstenhäuser*, 2.ª ed., Leipzig, 1870, p. 78.

(67) *Staatskanzlei*. Brasil: ofício do Rio, 4 de junho de 1828.

(68) Uma união com a casa de Wurtemberg pareceu a D. Pedro muito desejável porque essa casa reinante estava pròximamente ligada a quase tôdas as côrtes européias. As princesas em questão incluíam Paulina, Elisabeth Alexandrina e Antonieta Frederica. A religião protestante a que tôdas as princesas pertenciam não seria obstáculo se a noiva consentisse em educar os filhos na religião católica.

escreveu ao sogro em Viena que interrompesse os esforços para obter uma mulher conveniente. Não era decente que a maledicência da Europa inteira se ocupasse com suas defensáveis fraquezas. Mareschall, que havia divulgado as informações acêrca da contínua vida amorosa de D. Pedro, começou agora a sentir remorsos pela conjuntura em que êle se encontrava e temeu que as vantagens políticas e diplomáticas que êle previra com o segundo casamento de D. Pedro nunca se alcançassem. Escreveu então:

> Compreendo que de fato nossa Côrte ficaria muito satisfeita em ser dispensada da difícil tarefa de procurar uma mulher para D. Pedro. Daqui por diante ficarei passivo nesta questão (69).

Mareschall ficou passivo como se propusera, mas o ânimo agitado do Imperador viúvo preparou tudo para renovar os esforços a fim de obter uma noiva real. Mademoiselle de Valois(70) era a seguinte da lista, mas a França respondeu que ela não estava disponível "porque era ainda muito môça. (...) D. Pedro estaria precisando de uma mãe para seus filhos órfãos e provàvelmente não poderia satisfazer-se obtendo simplesmente outra criança" (71).

D. Pedro pensou então em pedir à Côrte da Suécia uma princesa. Assim, em 4 de julho enviou de nôvo Barbacena como enviado especial à Europa. Mareschall havia aprendido a desconfiar de Barbacena e preveniu Viena:

> Não estou seguro de qual seja o fim específico da missão Barbacena. Mas êle conseguiu tornar-se o único negociador do casamento do Imperador. Seu irmão (*) é ainda o íntimo confidente da amante do Imperador, e pôsto que Barbacena queira que D. Pedro se case, êle atrapalhará todos os planos a não ser que lhe caibam tôdas as honras de realizar o casamento (72).

Quando a princesa Cecília (73) da Suécia recusou peremptòriamente concordar no casamento, D. Pedro ficou gra-

---

(69) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício de 5 de junho de 1828.

(70) Maria de Orleans, filha de Luís Filipe. Nascida a 12 de abril de 1813. Casou-se com o duque de Wurtemberg a 17 de outubro de 1837. BEHR, *op. cit.*, p. 187.

(71) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, 6 de junho de 1828.

(*) O irmão de Barbacena era o visconde de Gericinó (Ildefonso de Oliveira Caldeira Brant).

(72) *Ibid.*, 27 de julho de 1828.

(73) Cecília, filha de Gustavo Adolfo IV, último rei da Suécia da dinastia Holstein-Gottorp, nasceu a 22 de junho de 1807, e casou-se com Augusto de Oldenburgo a 5 de maio de 1831. BEHR, *op. cit.*, p. 59.

vemente ofendido e pôs em dúvida a sinceridade de Viena a respeito de seus desejos de casá-lo de nôvo. Mareschall escreveu:

> O Imperador está muito irritado e profundamente ferido pela recusa da princesa Cecília. Não se convence de que Viena tenha agido bem nisso. Confia na integridade do nosso Imperador, mas desconfia do Gabinete que êle presume estar contra o casamento que poderá alterar o *status* das crianças existentes (74).

O príncipe de Metternich afirmou logo que não havia nenhuma disparidade entre o pensamento do Imperador e do Gabinete de Viena e encerrou sua carta com estas palavras:

> Existe tal conformidade entre o juízo e idéias do Imperador e as minhas que, durante o período em que tenho ocupado o meu pôsto, posso gabar-me de nunca ter encontrado ocasião em que executar as ordens de meu amo não tenha sido ao mesmo tempo satisfazer a voz de minha própria consciência (75).

Segundo Metternich havia três razões principais para Viena ter dificuldades em obter uma mulher para o Imperador: 1) o costume corrente nas Côrtes da Europa era dar ampla margem às inclinações dos príncipes, havendo portanto filtragem em suas decisões de razões sentimentais e de preconceitos; 2) os pais tinham tendência em preocupar-se pela insegurança de suas filhas num país ameaçado de revoluções; 3) os dois enviados brasileiros e Barbacena haviam-se gabado demais da missão de que se haviam incumbido ao dar publicidade às propostas de casamento, o que levava as princesas à rejeitarem a proposta pelo fundamento de que não tinham sido as primeiras escolhidas. Contudo, Metternich não considerava a situação desesperada (76).

A princesa seguinte, Amélia, irmã de Cecília da Suécia, era elegível e pareceu considerar sèriamente a oferta. No final da carta de Metternich a D. Pedro, aquêle enviou um retrato da princesa Amélia com a nota: "Ela tem um pequeno defeito no rosto, mas olhando-a de frente, é preferível à princesa Cecília". Na sua carta Metternich declarou que não queria prosseguir nas negociações do casamento a não ser que D. Pedro expedisse novas autorizações. Os acontecimentos de Portugal, contudo, impeliram os projetos matrimoniais de D. Pedro para segundo plano até julho de 1829. Entrementes

---

(74) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício de 27 de julho de 1828.

(75) *Ibid.,* despachos para o Rio, 8 de novembro de 1828.

(76) *Ibid.*

D. Pedro, que se queixara de Metternich nos malogros das negociações de casamento, queixou-se a Mareschall de que Metternich "era o maior velhaco do mundo". Daí por diante nunca mais se solicitou de Viena uma mulher para D. Pedro, e Barbacena conduziu pessoalmente as negociações seguintes.

Em 30 de julho de 1829 Barbacena anunciou que a princesa Amélia de Leuchtenberg ([77]) aceitara um acôrdo de compromisso para casar-se com o Imperador do Brasil. O único impedimento eram as relações de D. Pedro com *Madame* de Santos, que havia voltado triunfalmente ao Rio depois dos malogros dos diversos planos de casamento. A mãe da princesa Amélia insistia em que primeiro D. Pedro deveria varrer a casa, antes da partida da Europa de sua futura mulher. D. Pedro cedeu prontamente ([78]). Barbacena fêz reais esforços para trazer a noiva, o mais rápido possível, aos braços de seu marido. A 16 de outubro a princesa Amélia, acompanhada por D. Maria II, que havia seguido para a Inglaterra, chegou ao Rio onde foram ambas recebidas por D. Pedro com o maior entusiasmo: "Ao primeiro encontro o Imperador estava de tal maneira emocionado que, após haver saudado a Imperatriz e beijado sua filha, desmaiou" ([79]).

A posição de Mareschall perante D. Pedro ficou altamente comprometida depois que Viena fracassou no projeto de casamento. Compreendeu que se tornara *persona non grata;* conseqüentemente requereu sua transferência do Rio. Enquanto aguardava as ordens para partir para nôvo pôsto, não mais empenhou-se em discussões políticas com D. Pedro. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil também demonstrou o desejo de ver partir Mareschall a tal ponto que êste escreveu para Viena:

> O Ministro dos Estrangeiros está tão ansioso pela minha partida, com tanta impaciência, que um oficial é mandado para bordo de cada navio que chega da Europa para ver se meu substituto, o barão de Daiser, já chegou ([80]).

---

(77) Amélia de Leuchtenberg era a terceira filha do general Eugênio de Beauharnais, que fôra nomeado vice-rei da Itália a 7 de junho de 1805 por Napoleão. O general Beauharnais fôra casado com Augusta, filha de Maximiliano I da Baviera, pelo qual foi nomeado duque de Leuchtenberg e príncipe de Eichstadt depois da perda de sua posição honrosa na Itália em 1817. Amélia nasceu a 31 de julho de 1812 e casou-se com D. Pedro a 17 de outubro de 1829. BEHR, *op. cit.* Cf. Maria Junqueira SCHMIDT, *Amélia de Leuchtenberg*, S. Paulo, 1937.

(78) A marquesa de Santos mudou-se para São Paulo em setembro de 1829.

(79) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, 18 de outubro de 1829.

(80) *Ibid.*, 29 de maio de 1830. A 15 de julho Mareschall deixou o Brasil.

Êle só viu a Imperatriz em ocasiões oficiais e evitou tôdas as oportunidades de conversar com ela. Contudo escreveu sôbre ela com gentileza em seus relatórios para Viena. Louvou-a especialmente pelos seus esforços em ensinar ao marido melhores maneiras:

A Imperatriz exerce atualmente incontestável e considerável influência sôbre o Imperador. Ela procura prendê-lo em casa e encoraja-o a melhorar sua educação terrìvelmente descuidada. Infelizmente ela só tem uma vaga noção do território em que opera; o Imperador não é mais uma criança e o resultado não será brilhante (81).

Naturalmente Metternich teve a palavra final. Considerou o casamento de D. Pedro lamentável e comprometedor:

Esta princesa era a última na lista das consideradas quando Resende e eu fomos incumbidos de escolher uma mulher para o Imperador. O próprio Resende era contrário a que seu amo se casasse com a filha da senhora duquesa de Leuchtenberg e assim se ligasse à Casa de Bonaparte. Há ainda outros inconvenientes adicionais nessa aliança e surpreede-me que o Imperador não tenha nêles atentado: 1) o casamento pode ser considerado uma vitória do Partido Liberal, já poderoso no Brasil; 2) O Imperador colocou-se par a par com o príncipe Oscar da Suécia, que após procurar em vão uma mulher em tôdas as côrtes da Europa foi igualmente forçado a casar-se com uma filha da senhora duquesa de Leuchtenberg. É doloroso, penso eu, para o chefe da Casa de Bragança confraternizar com a filha de um general francês. Se pudéssemos pensar que D. Pedro se satisfizesse com tão pouco, teríamos obtido essa princesa há muito tempo. Afinal de contas o nosso Imperador procurava obter para seu genro uma mulher condigna. Temos todo o direito de nos surpreendermos pela maneira secreta com que foram conduzidas as negociações em Munique (82).

Durante o período em que D. Pedro estava empenhado vivamente na obtenção de uma mulher, seu irmão D. Miguel em Portugal continuou a dirigir os negócios de maneira não totalmente do agrado de D. Pedro. D. Miguel, que nem escreveu a seu irmão nem se incomodou em estabelecer nenhuma correspondência oficial, estava estabelecendo as bases para atender aos que em tôrno dêle clamavam pelo estabelecimento de uma monarquia absoluta em Portugal. Isto perturbou D. Pedro e fêz com que êle se tornasse descrente dos bons ofícios da Côrte de Viena que havia sido a intermediária para que D. Miguel assumisse a direção do govêrno em Portugal. D. Pedro salientava que desde que Viena se opusera à viagem de

(81) *Ibid.*, 25 de janeiro de 1830.

(82) *Ibid.*, despacho para o Rio, 13 de julho de 1829.

D. Miguel para o Rio, ficara definitivamente revelado que o Gabinete austríaco havia previsto e planejado os negócios portuguêses em Viena ([83]).

Em Viena Metternich estava bem informado dos temores de D. Pedro e das ações de D. Miguel. A atitude de Metternich em relação ao estabelecimento de um nôvo rei em Portugal não se enquadrava com seus conhecidos hábitos de promessas solenes e acôrdos concluídos. Concordava que os direitos legais de D. Maria da Glória tinham sido infringidos, mas justificava os atos de D. Miguel alegando que êle havia sido proclamado rei pela decisão unânime das velhas Côrtes e pela maioria do povo. Sua decisão final foi que o mundo devia aceitar D. Miguel que era agora rei *de fato*. Concluía Metternich que não havia

> (...) necessidade de abrigar ilusões. O infante é e permanecerá Rei de Portugal (...) a não ser que as potências estrangeiras o forcem a descer do trono ([84]).

Estas potências estrangeiras não estavam dispostas favoràvelmente a D. Miguel, mas não estavam querendo entrar numa cruzada por sua causa, temendo a guerra geral. Êste mêdo ajudou Metternich a anunciar lisamente que a monarquia absoluta em Portugal era preferível à constitucional, que constituiria um exemplo para outras nações que estavam instigando reformas constitucionais. Recomendou Metternich que:

> O infante D. Miguel seja reconhecido como co-regente de Portugal com o título de rei até que a rainha D. Maria, com quem êle se deve casar, atinja a maioridade ([85]).

A rainha D. Maria havia partido do Rio, em direção a Viena, antes da aclamação de D. Miguel como rei. Como precaução D. Pedro havia tido a previsão de fornecer a Barbacena, que acompanhava D. Maria, instruções secretas que se tornariam efetivas no caso de uma revolução em Portugal ocorrer antes da chegada de D. Maria a Viena. Em Gibraltar foi Barbacena informado de que a regência em Portugal es-

---

(83) *Ibid.*, ofício do Rio, de 21 de outubro de 1828.

(84) *Ibid.*, despacho para o Rio, 24 de julho de 1828. Relativamente a êsse comportamento ambíguo de Metternich, cf. Heinrich von SRBIK, *Metternich, der Staatsmann und der Mensch*, Munique, 1925, vol. I, p. 640.

(85) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, 24 de julho de 1828.

tava finda. Por conseqüência, alterou secretamente o roteiro e viajou para a Inglaterra em vez de Gênova. A delegação oficial austríaca ali ficou a esperar pela rainhazinha cuja chegada já tinha sido excedida ([86]). Quando foi informada de que ela já havia chegado a salvo na Inglaterra os planejadores austríacos ficaram extremamente irritados.

Em Viena a rainha D. Maria seria utilizada como instrumento pelos conselheiros de D. Miguel, mas em Londres ficava fora do alcance dos manejos de Viena. Metternich admitiu que "o príncipe brasileiro parece se divertir com o prazer imaginário de ter frustrado nossos planos sem se comprometer" ([87]). A realização dos planos secretos de D. Pedro arrebatou das mãos de Metternich o seu último trunfo na crise portuguêsa. Por isso o chanceler considerou o fato em geral "altamente ofensivo a Sua Majestade, nosso Imperador austríaco" ([88]).

No Brasil entendeu o Imperador que seu irmão havia sido infiel a todos os direitos ao quebrar as suas promessas. D. Pedro achou então que estava justificada sua intervenção nos negócios portuguêses e, por nôvo decreto expedido a 23 de maio de 1829, revogou sua abdicação incondicional. Lorde Strangford (*) tentou resolver os desacordos entre Portugal e o Brasil induzindo D. Pedro a permitir o casamento de D. Maria com D. Miguel e assim eliminar o conflito. D. Pedro, porém, recusou tôdas as ofertas de reconciliação com o irmão e declarou que não tinha a intenção de dar jamais a mão de sua filha ao infante D. Miguel. A Áustria insistia pelo consentimento de D. Pedro nesse casamento, impedindo assim a extinção da Casa de Bragança. D. Pedro respondeu que êle jamais entregaria sua filha nas mãos de um inimigo. Tal coisa poderia acontecer na Áustria, mas nunca no Brasil. Aludia ao casamento de Maria Luísa com Napoleão. D. Pedro dizia que êle jamais poderia compreender como:

> (...) Sua Majestade o Imperador pôde pensar em sacrificar sua filha, entregando-a como concubina a Napoleão que não estava habilitado a casar, já que era casado ([89]).

---

(86) *Ibid.*, relatório do barão de Lebzeltern, de Genôva, 1828.

(87) *Ibid.*, ofício do Rio, 24 de novembro de 1828.

(88) *Ibid.*, despacho para o Rio, 2 de dezembro de 1828.

(*) Strangford veio em missão especial ao Brasil em 1829. A cópia de sua correspondência com o *Foreign Office* e respectivos despachos estão na coleção Tobias Monteiro da Biblioteca Nacional. Tanto quanto a de Neumann, sua ação junto a D. Pedro I foi um completo malôgro.

(89) *Ibid.*, ofício do Rio, 9 de março de 1830.

Isto levou ao clímax a questão portuguêsa entre a Áustria e o Brasil.

A recepção fria e mesmo sarcástica concedida ao nôvo representante da Áustria, o barão de Daiser, à sua chegada, prenunciou o amortecimento das relações entre D. Pedro I e Viena. Relações amortecidas também se poderiam dizer as relações entre D. Pedro e seu próprio Império. Uma crítica severa e uma firme oposição parlamentar a tôdas as medidas governamentais bloqueavam D. Pedro de todos os lados. Descreviam-se grandes escândalos de seus mais próximos conselheiros. Barbacena foi forçado a renunciar (*). No meio da crescente perda de popularidade, D. Pedro revelava mêdo e fraqueza. Enviou ordens ao seu secretário particular Francisco Gomes da Silva para que pedisse ao govêrno francês que lhe fornecesse duas fragatas que ficariam à sua disposição no caso de ser forçado a fugir. A revolução francesa de julho de 1830 forneceu ânimo nôvo às fôrças democráticas. Metternich, que em geral reagia prontamente a tôdas as demonstrações revolucionárias, sentiu visìvelmente que o Brasil era uma causa perdida. Instruiu o representante no Rio no sentido de ficar passivo em tôdas as questões relativas à conclusão do reinado de Pedro I.

Os últimos acontecimentos processaram-se ràpidamente. Algumas semanas antes do fim D. Pedro ausentou-se da capital. Durante a ausência o povo falou francamente de sua abdicação e da elevação de seu filho ao trono. Ao voltar ao Rio o elemento português da cidade organizou uma recepção. O elemento brasileiro agitou-se contra o português. Quando D. Pedro pediu que os agitadores fôssem punidos, as autoridades sustentaram que não tinha havido rebeldia. D. Pedro perguntou: "E a multidão de gente massacrada?" As autoridades responderam: "Oh, eram portuguêses" ([90]).

Numa tentativa de obter o contrôle do govêrno D. Pedro demitiu o Gabinete e nomeou um nôvo, composto de mem-

---

(*) Barbacena não renunciou. Foi demitido intempestivamente em vista de uma denúncia remetida da Europa diretamente ao Imperador pelo seu secretário particular, cujo afastamento Barbacena forçara. O Ministério Barbacena foi um período de grande proveito para o país. Caiu, não por causa de qualquer movimento parlamentar, mas por uma questão de rivalidade pessoal. Mais tarde Barbacena foi amplamente justificado.

(90) *Ibid.*, 5 de março de 1831. Para privar D. Pedro do poder os brasileiros propunham as três seguintes alternativas: 1) Reduzir os podêres de D. Pedro e seus títulos, e reduzir sua renda; 2) Destronar D. Pedro e proclamar seu filho Imperador; 3) Tirar o país da Casa de Bragança que o detinha não por direito hereditário, mas em virtude de um pacto feito entre D. Pedro e a nação. O representante austríaco pensava que a segunda alternativa seria a escolhida.

bros da aristocracia. Mas o nôvo Gabinete era igualmente incapaz de deter a maré montante da oposição. Francisco de Lima e Silva, comandante das fôrças militares no Rio, convenceu-se de que suas fôrças eram incapazes de proteger o monarca na hipótese de uma revolta geral. Numa tentativa de salvar a monarquia para o jovem príncipe D. Pedro, Francisco de Lima e Silva assumiu a chefia das fôrças revolucionárias. A Guarda de Honra igualmente abandonou o Imperador. Durante a noite de 6 de abril de 1831, D. Pedro decidiu abdicar de livre vontade em favor do filho. Daiser conta que D. Pedro exclamou:

> Terminei ! Os brasileiros não me querem mais. Há dois anos percebi que êsse momento chegaria e durante minha viagem a Minas convenci-me de que seria inevitável. Vou abdicar. Que posso fazer ? Nada. É melhor abdicar agora, em plena liberdade, do que ser obrigado a ser exposto a um tratamento não acorde com minha categoria. (...) Eis a minha abdicação. Vou mandá-la primeiro à cidade, e então todo o mundo ficará contente. (...) Agora nada mais tenho que fazer aqui. ... Deixem-me embarcar ! Está tudo acabado entre o Brasil e mim, e para sempre ! (91).

A 7 de abril D. Pedro embarcou no navio inglês de guerra *Warspite*. O monarca se apagou; a monarquia estava salva !

(91) *Ibid.*, 7 de abril de 1831. Daiser descreve em minúcia os acontecimentos da abdicação de D. Pedro. Cf. também, Kienzl, *op. cit.*, pp. 199-212.

IV

Mocidade, coroação e casamento de Dom Pedro II

Depois da queda de D. Pedro I o trono do Brasil ficou vago por 10 anos. O sucessor, D. Pedro II, era ainda criança e, portanto, incapaz de reinar; pela lei brasileira devia ser estabelecida uma Regência até que êle tivesse atingido a idade legal. Durante êsses anos o princípio monárquico resistiu à prova. A despeito de numerosas ameaças pelos republicanos, a Regência pôde garantir a herança do Imperador.

Com imenso ardor preparou-se o jovem D. Pedro para seus futuros encargos. A Côrte austríaca estava profundamente interessada na educação do futuro Imperador do Brasil, já que se tratava de um neto do Imperador da Áustria, Francisco I. O Encarregado de Negócios da Áustria, barão de Daiser, enviava contínuos relatórios a Viena descrevendo minuciosamente a saúde, o estado geral e os progressos escolares de D. Pedro e de suas duas irmãs. Daiser observou também de perto o ambiente das crianças imperiais e criticou abertamente sempre que julgou necessário. Conseqüentemente as relações entre o futuro Imperador e Daiser não foram sempre amigáveis.

A situação política do Brasil durante a era regencial havia permanecido comparativamente estável, exceto durante o grave conflito com a Igreja e as ocorrências revolucionárias de menor importância em poucas províncias. De acôrdo com a Constituição brasileira D. Pedro II devia reinar ao atingir 18 anos de idade. Quando em 1838 sua irmã mais velha, princesa D. Januária, atingiu 17 anos, os republicanos sugeriram um plano de passar a Regência à princesa até que D. Pedro II atingisse a idade legal [1]. O regente Araújo Lima, porém, percebeu o que havia através da dubiedade dêsse plano e con-

(1) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, 20 de abril de 1839.

tinuou a se ocupar com vários planos a respeito do casamento da princesa.

Daiser também compreendeu as intenções dos republicanos que julgaram a Regência de uma jovem e inexperiente princesa um bom meio através do qual derrubariam a monarquia no Brasil. Além dêsse, os republicanos prepararam um outro plano que não era menos perigoso: D. Pedro II seria declarado maior antes do tempo e assumiria todo o poder. Daiser esperava que fôsse possível adiar a materialização dêsse plano até 1841, quando D. Pedro II tivesse atingido seu 16.º ano. Diz êle:

> Não sei se será de boa ou má sorte. Temos de temer tudo, e não sei se há alguma coisa em que possamos confiar a não ser na Providência (2).

Metternich era violentamente contra todos êsses planos que considerava logo como maquinações dos republicanos para atingir o poder. Por êsse tempo, uma sociedade secreta republicana, a *Croisade de la Liberté,* causou grande agitação no Brasil (*). A finalidade dessa sociedade secreta era derrubar

---

(2) *Ibid.,* 9 de agôsto de 1839.

(*) A respeito da *Cruzada da Liberdade* (porque em francês *Croisade de la Liberté?)* existe uma memória de Ernesto Ferreira França, de 5 de fevereiro de 1839. Era, a êsse tempo, Ministro Residente em Washington. Segundo êle pertenciam a essa sociedade secreta o Padre Feijó, Manuel de Carvalho [Pais de Andrade], e Holanda Cavalcanti. Acha-se no Arquivo Nacional, R. J., Códice 807, vol. II, pp. 146 a 150.

Pelo alto interêsse dêsse documento inédito, aqui o transcrevemos:
[Decifrado]

"Existe no Brasil uma Sociedade com a denominação de Cruzada da Liberdade. Ela tem por fim o estabelecimento da democracia universal e a destruição de tôdas as famílias reinantes, e seus diversos ramos tanto no Brasil, como nos outros países. Esta sociedade é protegida pela Maçonaria, e organizada pouco mais ou menos segundo os princípios e as fórmulas dela; é composta de três classes, a primeira dos Candidatos da Liberdade, a segunda dos Soldados da Esperança Popular, a terceira dos Cavaleiros do Punhal de Bruto. Nesta última classe são só admitidos os que nas duas anteriores têm dado longas e constantes provas de poderem saber o segrêdo da Sociedade, a saber, o assassinato dos reis. A primeira dessas classes tem por distintivo uma estrêla suspensa por uma fita branca ao pescoço de cada sócio. A segunda, uma lâmpada também suspensa ao pescoço de cada membro por uma fita verde. Os membros da terceira classe trazem uma murça preta, sôbre cujo laço esquerdo pende de uma fita vermelha, uma medalha, representando três braços, cada um dos quais crava um punhal sôbre uma Coroa Real quebrada em três partes. Eis aqui as perguntas e respostas, de que usam para reconhecer os membros de cada uma destas classes. Para a primeira: — Que vos traz aqui? — O desejo de ser livre. Para a segunda: — Qual é o vosso desejo? — Realizar as esperanças do povo. Para a terceira: — Por onde vos dais a conhecer? — Pelo sangue de César. Diz-se que as três pessoas mais influentes são Feijó, Manuel de Carvalho, e Holanda Cavalcanti, e que o primeiro é o Grão Mestre da Ordem. A Sociedade foi fundada no Rio de Janeiro, e está

as dinastias reinantes. Na opinião de Metternich, tal sociedade secreta devia ser encarada como manifestação periférica, sinal dos movimentos interiores das idéias revolucionárias

---

já filiada em Pernambuco, Rio Grande do Sul, e São Paulo. Uma pessoa, que do Rio de Janeiro partiu para França, encarregado de dar os passos necessários para a ramificação da Sociedade na Europa, tratou com os membros da extinta Sociedade dos Direitos do Homem em Paris, os quais receberam com grande aplauso esta idéia, fundaram logo em Paris a Sociedade, encarregando-se de a propagar em França, e na Europa, e escreveram para o Brasil, fazendo a seguinte proposta pouco mais ou menos: Primeiro, que a Sociedade nada obre sem estar estabelecida, e que só se considere estabelecida, quando estiver ramificada em todo o Brasil, e em mais de três quartos das Nações da Europa. Segundo, que então o centro da Sociedade se estabeleça nos Estados Unidos da América por meio de um Congresso composto de tantos delegados quantas forem as ramificações da Sociedade, deixando cada ramificação lugar aos seus delegados dentre os seus compatriotas. Terceiro, que êste Congresso seja principalmente encarregado de discutir e estabelecer os meios de realizar os fins da Sociedade, e de a dirigir no emprêgo dêsses meios. Quarto, que se procure o auxílio de tôdas as Repúblicas existentes, principalmente da dos Estados Unidos da América, a qual se prometerá reconhecer como chefe ou senhor da Confederação democrática nacional, se ela se realizar. Quinto, que a traição ou mesmo a indiscrição de qualquer membro da Sociedade será punido de morte por qualquer meio que se oferecer, recaindo a mesma pena sôbre todos aquêles sócios que não aproveitarem qualquer ocasião, que se ofereça, de matar o traidor ou indiscreto. Esta proposta tinha sido tôda bem acolhida no Brasil, e as opiniões divergiam na verdade a respeito do primeiro artigo. O chamado partido democrático brasileiro tinha tomado a resolução de renunciar aparentemente às suas idéias. A pessoa que depõe estas coisas roga ao sr. Ministro haja de empregar todos os sentimentos de filantropia que o animam e que forem compatíveis com os deveres e encargos para a salvação de seu pais; assim como tôda a influência que possa ter no Brasil, a fim de que as pessoas, que por esta denúncia possam vir a ser comprometidas, sofram antes uma correção do que uma vingança. Esta pessoa atravessou o mais belo espaço de sua vida debaixo da mais terrível tempestade revolucionária, que o mundo tem visto, e perdeu no meio dessas tormentas as mais caras afeições do seu coração. Ela conhece os partidos políticos, e sabe quantas lágrimas êles fazem derramar àqueles que a sorte coloca por momento debaixo da sua espada. Ela seria vivamente afligida se em resultado de sua denúncia o partido denunciado viesse a ficar justamente na posição de que esta pessoa quer livrar o partido ameaçado. A mocidade nada ganharia nisso, e esta pessoa não é dirigida senão pelos sentimentos de humanidade porque ela não partilha idéia alguma política sôbre a terra. Sim, esta pessoa se dirigiu ao Senhor Ministro, para evitar a voragem, e quando ela viu à hora da meia-noite a pessoa, que devia receber esta denúncia, ela se arrependeu de a haver prometido, porque um pressentimento de sangue possui profundamente sôbre seu coração. Se êste pressentimento se realiza, êle protesta diante de Deus, que sua consciência não sofrerá as conseqüências. A pessoa, que comigo tratou em todo êste negócio, foi o Senhor Secretário da Legação: êle me prometeu que o Senhor Ministro e o Govêrno tomariam em consideração estas minhas reflexões, e como neste caso era o único recurso, que eu podia ter, eu pedi ao Senhor Secretário de escrever fielmente estas minhas palavras: êle o fêz à minha satisfação, e eu peço ao Senhor Ministro, que tôdas as vêzes, que houver de escrever a respeito dêste negócio, elas sejam sempre repetidas fielmente, e o acompanhem, como uma parte essencial. À vista da sua transcendência não descansei, enquanto não fiz partir para a côrte com segurança, e por três vias a parte essencial e interessante desta revelação. O rumor da revelação exigiu que seu nome ficasse oculto. Não ajuntarei outras reflexões a respeito desta comunicação, por que V. Exa. pela sua posição achará dados, que unidos aos que êle por si mesmo apresenta, habilitem a ajuizar mais completamente sôbre um objeto de tamanha transcendência para

dentro da sociedade. Enviou, assim, Metternich os seguintes avisos:

> As seitas ou sociedades secretas são sintomas de um mal que corrói o corpo da sociedade. Durante mais de meio século o mundo foi submetido a uma conspiração permanente que tende a destruir não sòmente o princípio monárquico mas o poder, onde quer que êle exista (3).

Por sua ampla experiência da situação italiana, Metternich sabia que nos países latinos os elementos anti-sociais e destrutivos geralmente se organizavam em círculos secretos. Sabia também que a luta contra êsse elemento revolucionário era uma questão de vida ou de morte. As fôrças revolucionárias, compreendendo que não poderia haver sucesso na luta aberta, se disfarçariam, segundo êle, nessas sociedades secretas. Os governos em causa deveriam, pois, prestar crescente atenção a êsses sintomas porque uns poucos de agentes competentes seriam suficientes para montar uma organização revolucionária. Determinação, habilidade política e atividades policiais eram as principais medidas defensivas que Metternich sugeria. Escreveu a Daiser:

> Governe com sabedoria, evite cuidadosamente qualquer concessão que o enfraqueça, qualquer hesitação que permita dúvidas quanto à sua firme resolução; tenha tropas em que possa confiar, fôrça policial esclarecida, sem opressão dos tribunais que devem conhecer o dever. Que todo o mundo tenha mêdo de ser pilhado fazendo qualquer coisa imprópria. Que os chefes (da agitação política) sejam severamente punidos, mas que uma prudente indulgência se exerça em relação às massas populares desencaminhadas (4).

Opôs-se Metternich à ascensão da princesa D. Januária como regente, e notou:

> Que garantia poderá ela oferecer de manutenção da paz e tranqüilidade interior, protegendo o Império e os direitos do jovem Imperador, que vai reinar muito jovem e sem experiência? (5).

Mas pensava também que seria perigoso retardar a maioridade de D. Pedro.

---

todo o povo brasileiro, e para a Augusta Família Imperial, que Deus guarde por dilatados anos como sagrados penhores entregues à fidelidade dos brasileiros, de cuja conservação e propriedade e parcialmente dependem a paz, o bem-estar, o agradecimento da nação inteira. Washington, 5 de fevereiro de 1839. (a) *Ernesto Ferreira França.*"

(3) *Ibid.*, despacho para o Rio, 31 de julho de 1839.

(4) *Ibid.*

(5) *Ibid.*

Além dos republicanos, que tentavam fazer da questão regencial um caso político, ou mesmo usá-la como um motivo de revolta, havia entre liberais e conservadores alguns políticos ansiosos por ver o regente substituído. Estavam esperançosos de que D. Pedro seria em breve declarado maior e pensavam que esta ascensão ao trono seria de grande vantagem para o Brasil. Graças a sua personalidade sedutora, o jovem Imperador era tido como capaz de resolver as dificuldades surgidas nas províncias e dar ao Brasil a paz interior que a Regência não tinha conseguido.

Desde que o Parlamento Brasileiro se tinha encerrado em 1839 sem tomar uma decisão final ou para a nomeação da princesa como regente, ou para declarar a maioridade de D. Pedro II, Metternich estava pessimista em relação ao futuro do Brasil e previa uma revolução inevitável, mesmo que o Imperador assumisse o govêrno imediatamente. O govêrno não poderia fazer senão o seguinte: preparar-se para a revolução vindoura pela criação e mobilização de uma legião estrangeira ([6]). Elaborou êle próprio um minucioso relatório sôbre a situação política no Rio comparando a situação do momento com a dos anos de 1831-1832, após a queda de D. Pedro I. Julgava necessário renovar tôdas as instruções dadas anteriormente ao representante da Áustria, com referência especial às medidas para salvaguarda da Família Imperial:

> Não estando em condições de influir diretamente nos negócios internos do Brasil e proteger a Família Imperial Brasileira, a única coisa que podemos fazer é renovar e estender as medidas tomadas em circunstâncias semelhantes e com as quais concordou o govêrno britânico nos anos de 1831 e 1832 (7).

A principal preocupação de Metternich era agora aconselhar o regente que êle de maneira alguma aprovasse a ascensão prematura de Dom Pedro II ao trono. Por ordem de Metternich, aproximou-se Daiser do regente que assegurou ao Encarregado de Negócios da Áustria que não era seu intuito concordar com a declaração prematura da maioridade e que considerava tal ato como uma violação da Constituição.

Daiser e o regente também conversaram acêrca das condições gerais da política e das conseqüências da medida projetada. Disse o regente a Daiser que o senador Holanda Ca-

---

(6) *Ibid.*

(7) *Ibid.*, 2 de agôsto de 1839.

valcanti e numerosos membros da Côrte haviam induzido o jovem Imperador a querer reinar. D. Pedro II, porém, declinou dessas sugestões e estava muito mais interessado pelas lições de matemática do velho Frei Pedro (*). D. Pedro, porém, estava longe de tamanha indiferença descrita pelo regente, e Daiser teve a impressão de que o jovem Imperador era inteligente, brilhante e, para a sua idade, surpreendentemente maduro. E informou a Metternich: "O regente perguntou ao Imperador se êle queria governar, em cuja hipótese êle cederia o poder. O Imperador não respondeu e retirou-se" (8).

Metternich e o regente procuravam ambos marchar de acôrdo com a Constituição brasileira, mas a História decidiu contra êles. Na sua Fala do Trono por ocasião da abertura das Câmaras, a 3 de maio de 1840, anunciou o regente planos relativos ao casamento de D. Januária, mas omitiu qualquer menção à questão da maioridade. A 13 de maio de 1840, contudo, o senador Holanda Cavalcanti propôs que o jovem Imperador fôsse declarado maior, dando como fundamento as aspirações da nação brasileira (9). A Assembléia Provincial do Rio de Janeiro aplaudiu a proposta e congratulou-se com o senador. O govêrno utilizou Honório Hermeto Carneiro Leão (**), que desempenhara importante papel no banimento de D. Pedro I (10), para defender o seu ponto de vista, o que provocou a seguinte observação de Daiser:

> Foi, na minha opinião, um grande êrro apresentar êste projeto depois de tanto tempo e deixar que fôsse proposto por um homem que, em geral, é tão pouco apreciado (11).

Logo depois de apresentar êste projeto Cavalcanti foi convidado a ir ao Palácio de São Cristóvão onde, no curso de uma conferência com D. Pedro II, salientou que sua proposta poderia contribuir muito para a pacificação das provín-

---

(*) Trata-se de Frei Pedro de Santa Mariana, frade carmelita, professor de Matemática da Escola Militar, mais tarde bispo de Crisópolis *in partibus infidelium*.

(8) *Ibid.*, ofício do Rio, 18 de julho de 1840.

(9) *Ibid.*

(**) É o futuro marquês de Paraná, o homem que evitara o golpe parlamentar de 1832, e o futuro chefe do Gabinete da Conciliação, a maior expressão do poder civil na primeira fase do Reinado de D. Pedro II.

(10) *Ibid.*

(11) *Ibid.*, 22 de maio de 1840.

cias (12). Até maio de 1840 parecia que o projeto de Cavalcanti ia malograr-se. O projeto foi derrotado por 18 a 16 e a única concessão que o govêrno poderia fazer era terminar a Regência a 2 de dezembro de 1842 em vez de 1843 (13). A posição do regente já estava bastante abalada, e era, portanto, possível que a previsão de Daiser de que a regência cessaria de existir em 1842 se realizasse.

Por êsse tempo o futuro desenrolar dos acontecimentos poderia ser previsto. Era óbvio que o plano de nomeação de D. Januária como regente malograria; assim a luta pela maioridade de D. Pedro atingiu o clímax. Daiser supôs que o regente, ciente de sua posição insustentável, se retirasse:

> Isto seria uma grande infelicidade. Nesse sentido o regente está tomando uma providência apressada e inoportuna, mas é possível que seja êste o único modo de evitar uma infelicidade ainda maior — evitar ao Imperador o perigo de ver-se confundido com os seus pretendidos amigos, alguns dos quais são míopes (no sentido intelectual) e ineptos para o guiarem. A maior parte dêles é de falsos amigos e autênticos inimigos (14).

A prematura declaração da maioridade de D. Pedro encontrou, de fato, graves dificuldades devido aos vários partidos serem de opiniões diferentes e por que o Parlamento era fortemente oposto ao govêrno.

Em julho de 1840 houve violentos debates na Câmara; os que se batiam pela maioridade antecipada chegavam a sustentar que a Regência se tinha tornado ilegal desde o momento em que D. Januária havia atingido a idade da lei. Daiser compreendeu que uma decisão rápida se impunha, decisão que poderia ser a declaração imediata da maioridade de D. Pedro II. De outra maneira a revolução no Brasil seria inevitável. Os liberais e conservadores afinal concordaram na maioridade antecipada, mas discordavam quanto ao momento em que a declaração deveria produzir efeito. Os elementos radicais pediam que D. Pedro fôsse declarado maior aos 16 anos, enquanto os mais moderados, como um compromisso, concordavam em que o fôsse aos 17 anos. Daiser preveniu:

> Era conveniente, porém, escolher um têrmo médio, fixando o próximo ano, quando o Imperador tiver 16 anos. Isto acalmará a eferves-

---

(12) *Ibid.*

(13) *Ibid.*

(14) *Ibid.*, 18 de julho de 1840.

cência da opinião pública e tranqüilizará o jovem Imperador que já alimenta muitos desejos tímidos de governar e que não encontra em tôrno dêle quem lhe faça respeitosas e francas observações (15).

Daiser não poderia imaginar que o Imperador seria pôsto no trono pelos republicanos como *un chef d'un parti turbulent;* assim recebeu bem as tentativas dos vários partidos para encontrar uma solução aceitável do problema (16).

Entrementes Metternich apoiava a missão do coronel brasileiro Hoste que havia ido à Suíça para recrutar tropas (17). Metternich preferia visìvelmente apoiar a solução do problema por uma supressão militar das possíveis revoltas, enquanto Daiser tentava ainda resolvê-lo na base de uma negociação. Os acontecimentos do Rio precipitaram-se ràpidamente:

> A primeira parte desta triste tragédia, ou, para dizer melhor, sua introdução, acabava de completar-se. A declaração da maioridade de Sua Majestade o Sr. D. Pedro II foi proclamada a 22 dêste mês pelo Senado e Câmara dos Deputados. Não estavam em completo acôrdo, mas um número suficiente votou e assim a resolução passou. A 23 Sua Majestade compareceu ao Senado, jurou a Constituição e foi investido do poder supremo (18).

Na opinião de Daiser os acontecimentos de 22 de julho foram um ato de revolução. Êle comentou zangado: "Uma minoria bulhenta e brutal impeliu uma maioria tímida, e finalmente venceu-a pela fôrça" (19).

Todo o mundo esperava o fim da Regência e a única dúvida que restava era saber se ela terminaria em 1841 ou 1842. Na sessão de 20 de julho de 1840 propôs o deputado Limpo de Abreu (*) que fôsse constituída uma comissão especial para redigir os têrmos da declaração da maioridade de D. Pedro II. O temperamento exaltado do deputado Navarro (**) conseguiu arrastar outros deputados. Uma comissão especial foi

---

(15) *Ibid.*

(16) *Ibid.*

(17) *Ibid.*, Suíça: despachos para Berna, 22 de março de 1840 e ofícios de Berna, 8 de maio de 1840, 19 de setembro de 1840.

(18) *Ibid.*, Brasil: ofício do Rio, 29 de julho de 1840.

(19) *Ibid.*

(*) Limpo de Abreu, Antônio Paulino, futuro visconde de Abaeté, português radicado em Minas Gerais, foi liberal extremado em 1842 e mais tarde chefe de Gabinete, e líder conservador.

(**) Navarro é o deputado por Mato Grosso Antônio Navarro de Abreu.

nomeada e trabalhou tão depressa quanto o seu proponente esperava. Antônio Carlos de Andrada, muito influente no govêrno, propôs simplesmente: "Sua Majestade o Senhor D. Pedro II é declarado maior desde já" ([20]).

O projeto Andrada causou grande agitação, em vista do que o regente suspendeu o parlamento até novembro de 1840. Rompeu então um tumulto nas galerias e o govêrno foi declarado ilegal. Antônio Carlos e seu irmão marcharam com a massa para o Senado. Os cadetes da Academia Militar, a Guarda Nacional e uma multidão ululante ocuparam o Senado. Uma delegação do Parlamento dirigiu-se ao Palácio onde o regente já então havia chegado e comunicado ao Imperador a suspensão do parlamento até novembro. Narra Daiser em seu relatório:

> (...) O Imperador devia ser declarado maior em 2 de dezembro, mas em vista da excitação geral, a delegação indagou de Sua Majestade Imperial se queria ser aclamado a 2 de dezembro ou já. Sua Majestade respondeu que queria ser aclamado já ([21]).

Assim, no último momento, uma decisão pessoal do jovem Imperador solucionou a questão. A 23 de julho a Assembléia Geral declarou o Imperador maior. Dom Pedro II compareceu diante do Senado e, em presença das princesas e do Corpo Diplomático, prestou o seguinte juramento solene:

> Juro manter a religião Católica, Apostólica Romana; a integridade e indivisibilidade do Império; observar e fazer observar a Constituição Política da Nação Brasileira e mais leis do Império e prover ao bem geral do Brasil quanto em mim couber ([22]).

Depois da cerimônia, o Imperador, já declarado maior, mas não ainda coroado, nomeou o govêrno. O decano do Corpo Diplomático era o embaixador francês. Falou ao nôvo Imperador em nome dos representantes estrangeiros no Rio. Daiser no momento absteve-se de qualquer comentário porque ainda não conseguira avistar-se com o nôvo Imperador.

Mais tarde Daiser soube pelo antigo regente que D. Pedro a princípio resistira a assumir o trono. D. Pedro alegou

---

(20) *Ibid.*

(21) *Ibid.*

(22) *Ibid.*, o juramento do Imperador foi traduzido para o francês e anexado ao ofício.

que sua educação estava ainda incompleta e que isso poderia ser desvantajoso para o Império. Seus ministros, porém, que imploravam em lágrimas que êle aceitasse, conseguiram convencê-lo e êle finalmente amoleceu ([23]). O jovem Imperador levava muito a sério sua nova função. Visitou as várias repartições para certificar-se do funcionamento do Estado.

Pôsto que tivesse apenas 16 anos, D. Pedro parecia ter a maturidade de pessoa mais idosa. Daiser fêz um relato muito favorável do jovem soberano:

> Dá a impressão de ser um homem de quase 18 anos de idade. (...) Desenvolve-se todos os dias de maneira plenamente satisfatória. Isto se aplica não só ao aspecto físico, mas às condições intelectuais. Em dois meses cresceu ao menos 2 centímetros. (...) Sua Majestade continua estudando ativamente e está sempre ocupado com negócios do govêrno. Seu coração é excelente, seu espírito vivo e pesquisador e tem um sentimento religioso decidido. Não é comunicativo, mas é muito observador. Falta-lhe sòmente a influência de uma mulher que mereça seu amor e confiança pelos encantos pessoais, pela superioridade de sua educação e pelo prestígio conferido por alto nascimento ([24]).

Segundo Daiser D. Pedro II poderia bem passar por um príncipe austríaco pois conservava muitos dos característicos dos Habsburgos; e a Côrte austríaca havia conseguido influenciar sua educação através de costumes imperiais e métodos austríacos. Pôsto que os relatórios dos professôres a respeito dos progressos escolares revelassem que D. Pedro II era extremamente precoce, um exame do conteúdo dos relatórios conduz à convicção de que os relatórios eram hàbilmente redigidos para convencer os representantes nacionais de que deviam declarar D. Pedro II maior, encerrando o período regencial antecipadamente.

A Côrte de Viena ficou encantada quando D. Pedro II procurou informar-se acêrca do cerimonial da Côrte de Viena e pediu um *Código de Etiquêta*, o *Almanaque de Gotha* e o *Who's Who da Monarquia Austro-Húngara*. Além disso pediu retratos de todos os seus parentes da Áustria, listas de tôdas as ordens austríacas e respectivos uniformes. Daiser em pessoa instruiu D. Pedro II a respeito da História Austríaca. Prepararam-se mapas especiais para mostrar a genealogia da Casa de Habsburgo. Na cerimônia da crisma de D. Pedro II,

---

(23) *Ibid.*, 12 de agôsto de 1840.

(24) *Ibid.*, 22 de setembro de 1840.

o Imperador Ferdinando II, sucessor de Francisco I como Imperador da Áustria, foi escolhido como padrinho (*).

Através de presentes ocasionais, a família imperial de Viena tentara alegrar a vida dos "Imperiais Órfãos" do Rio. D. Pedro II apurara seu gôsto pelo vinho *tokay* e seu tio de Viena remeteu-lhe um amplo suprimento dêsse vinho, juntamente com espingardas de caça e presentes diversos. Numa ocasião, como demonstração de afeto pelos parentes do Nôvo Mundo, Ferdinando conferiu as Ordens de Leopoldo e de Santo Estêvão a D. Pedro II e a ordem da Cruz Estrelada às irmãs de D. Pedro II (**).

D. Pedro II recebeu o seu cargo não "pela graça de Deus", mas do povo, contudo seus ascendentes pertenciam às velhas casas reinantes da Europa e seu avô fôra o último imperador do Sacro Império Romano. Era um môço, rebento das mais velhas famílias reinantes do Velho Mundo, agora Imperador no Nôvo Mundo (***).

Metternich soube dos acontecimentos no Brasil pelos jornais estrangeiros porque os ofícios pertinentes de Daiser (25) só chegaram a Viena em novembro. A 17 de novembro de 1840 Metternich apresentou ao Imperador Ferdinando uma minuciosa exposição dos acontecimentos do Brasil. Nessa exposição Metternich descreveu a origem dos fatos que levaram à declaração de maioridade de D. Pedro. Ainda que considerasse a matéria lamentável, só poderia considerá-la como um *fait-accompli*. Segundo Metternich, os partidos brasileiros

---

(*) A minuta autógrafa da carta dirigida ao Imperador da Áustria encontra-se no arquivo de Paulo Barbosa, ora em poder do tradutor dêste trabalho, e é a seguinte:

"Mon cher oncle. Le désir que j'ai de resserer encore les liens de consanguinité qui heureusement m'attachent à l'Auguste personne de Votre Majesté Impériale et Royale m'a décidé à la prier de vouloir bien être mon parrain de confirmation, car il me manque encore ce saint sacrement.

Recevez, mon cher oncle, l'expression de la tendre amitié avec laquelle je suis

Votre neveu très affectioné

D. Pedro 2.º

Rio de Janeiro, 21 mars 1839."

(**) A Ordem de Leopoldo, foi criada pelo Imperador Francisco I a 8 de janeiro de 1808. A de Santo Estêvão da Hungria foi fundada pela Imperatriz Maria Teresa a 5 de maio de 1764. A Ordem da Cruz Estrelada, destinada exclusivamente às senhoras, datava de 1668 e foi fundada pela Imperatriz Eleonora de Gonzaga, viúva do Imperador Ferdinando II.

(***) Dizer que D. Pedro não recebeu seu cargo pela *graça de Deus* não é totalmente exato. A fórmula dos atos imperiais no Brasil era: "D. Pedro por graça de Deus e unânime aclamação dos povos" — fórmula mista, portanto.

(25) *Ibid.*, 4, 18 e 20 de junho; 26 de julho; 12 e 21 de agôsto de 1840.

(monarquistas e republicanos) derrubaram o regente, que era o "único governante legal do Brasil", porque tinham esperança de usurpar o poder do govêrno com um soberano tão jovem no trono. Pensava, porém, ser inútil e desperdício de tempo gastar tinta com o que já ocorrera e não podia ser desfeito:

> É muito mais importante no momento ver bem agudamente a posição do Brasil tão longe quanto se possa para garantir o futuro dêsse país. (...) A monarquia austríaca não tem nenhum interêsse particular no destino do imenso, mas fraco, Império Sul-americano. As relações comerciais não se desenvolveram apreciàvelmente em longo período. Temos, porém, interêsse *político* em proteger a forma monárquica de govêrno, que não deve ser vencida na América; a última monarquia do continente não deve desaparecer. O mais importante interêsse da Áustria na consolidação do Brasil resolve-se num interêsse de família ([26]).

As relações de família entre as casas de Bragança e Habsburgo exigiam que a Áustria protegesse o jovem Imperador, mas êsse dever era também limitado porque havia sacrifícios que "não eram do interêsse da Áustria".

Metternich sugeria que o auxílio da Áustria ao Brasil consistisse em:

1) Orientação franca, mas cautelosa e solicitada, quanto aos melhores meios de reforçar a monarquia no Brasil.
2) Um segundo casamento com o Brasil, o que daria à Áustria uma influência natural, embora indireta, nos negócios do Estado.
3) Dar ao representante da Áustria e *só a êle,* o direito de convidar, em nome da Família Imperial Austríaca, a Família Imperial Brasileira a ir à Áustria na hipótese de as tempestades revolucionárias fazerem cessar a monarquia, exilando o soberano e sua família ([27]).

Relativamente aos conselhos para o Brasil, Metternich pensou que se devia dar carta branca a Daiser para agir segundo seu juízo. O velho diplomata era de confiança, tinha bastante juízo e tinha tido bastante experiência para se ter nêle confiança. Em 6 de janeiro de 1841 o Imperador Ferdinando aprovou as sugestões de Metternich ([28]).

---

(26) *Ibid.,* Vorträge, 17 de novembro de 1840.

(27) *Ibib.* Quanto ao oferecimento do asilo, v. despacho para o Rio de 22 de janeiro de 1841.

(28) *Ibid.* Metternich propôs a elevação de Daiser da categoria de Ministro Residente a Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, o que foi também aprovado pelo Imperador Ferdinando a 6 de janeiro de 1841 (*).

(*) Daiser apresentou credenciais como M. Plenipotenciário a 8 de maio de 1841.

Os entendimentos acêrca de um casamento austro-brasileiro, que se seguiram, malograram. Aproximava-se o dia da coroação e D. Pedro não tinha espôsa a cujo lado pudesse ser coroado.

A coroação constituía um dos fundamentos essenciais da concepção européia da monarquia. De acôrdo com as teorias políticas então dominantes, a coroa representava seu portador, e em diversos Estados, como a Boêmia e a Hungria, era mais do que um símbolo para o poder de seu agente (29). A coroação era um ato de significação ao mesmo tempo profana e sagrada, baseada na tradição. A unção eclesiástica e a coroação profana ligavam-se numa união superior baseada na idéia de que o monarca reinava pela graça de Deus. No processo de racionalização e laicização do pensamento ocidental, a idéia da monarquia perdeu muito do seu conceito religioso. Em vez do conceito do govêrno do monarca pela graça de Deus, veio o conceito da soberania popular. Coisa espantosa, que Daiser narrou com certo desprazer, é que o jovem Imperador brasileiro seria galardoado com uma *couronne civique* (30) (*).

Apesar dos temores da parte de Daiser, a posição da monarquia brasileira não era desfavorável na primavera de 1841 (31). A Fala do Trono do Imperador na abertura do Parlamento em maio de 1841 foi recebida favoràvelmente, especialmente porque o Imperador prometeu criar um Conselho de Estado (32) (**).

Daiser apresentou suas credenciais como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Imperador Austríaco por ocasião da coroação (33).

---

(29) Fritz Hartung, *Die Krone als Symbol der monarchischen Herrschaft im ausgehenden Mittelalter. Abhandlungen der preussischen Akademie der Wissenschaften*, Berlim, 1940, pp. 3 e segs.

(30) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, 12 de março de 1841.

(*) Os reis de Portugal não eram coroados em cerimônia religiosa, nem ungidos. Eram simplesmente aclamados. Os imperadores do Brasil foram ambos coroados na Igreja e ungidos. O cerimonial foi elaborado por uma comissão, e constituiu-se em parte do ritual do Santo Império, parte da coroação de Napoleão e parte do cerimonial português. (V. Gama Barros). *Hist. da Admini. Publ. em Portugal*, 2.ª ed., tomo III, Lisboa, 1946, p. 412.

(31) *Ibid.*, 14 de abril de 1841.

(32) *Ibid.*, 5 e 17 de maio de 1841.

(**) O Imperador não podia criar um órgão sem ser por lei, dependente das Câmaras. O trecho da Fala é só: "Devo chamar a vossa atenção sôbre a necessidade de um Conselho de Estado que eu possa ouvir em todos os negócios graves, e principalmente nos que são relativos ao exercício do poder moderador" — *Falas do trono*, Rio, 1889, p. 344.

(33) *Ibid.*, despacho para o Rio, 25 de junho de 1841.

Depois de Daiser Dom Pedro recebeu os representantes do Uruguai, Espanha e Bélgica ([34]). O Rio preparou-se para a aproximação da coroação exibindo grande pompa e luxo, que, como notou Daiser, estava em completo desacôrdo com as dificuldades financeiras do Brasil ([35]).

A coroação de D. Pedro II como Imperador Constitucional do Brasil foi realizada a 18 de julho de 1841 na Capela Imperial do Rio. A 16 de julho o Imperador fêz sua entrada solene na capital. Um número enorme de recepções de delegações das Câmaras e membros do Corpo Diplomático, chefiado pelo embaixador francês Rouen, saudou o Imperador com as congratulações dos soberanos estrangeiros. As cerimônias atingiram o seu clímax com o ato religioso na Capela Imperial de 18 de julho. Trajado com as vestes da coroação, D. Pedro II foi coroado e entronizado pelo Arcebispo da Bahia, o primeiro na categoria dos bispos. Sob o ruído de 101 salvas de canhão, o jovem Imperador, adornado com as jóias e as insígnias da coroação, apareceu na varanda e recebeu a homenagem jubilosa do seu povo. Seguiu-se um banquete festivo. À tarde o Imperador recebeu de nôvo congratulações do Corpo Diplomático e percorreu as ruas decoradas e iluminadas da capital. Os dias seguintes foram cheios de uma série de festividades; concertos de gala, fogos de artifício, mais congratulações e um baile imperial a que o Imperador compareceu ainda que não dançasse com nenhuma das damas. As duas princesas apreciaram as festas e foram animadas dançarinas. D. Januária abriu o baile com o Embaixador da Inglaterra Hamilton-Hamilton (*) e Daiser teve a honra de segui-lo, dançando com D. Francisca. Os relatórios de Daiser ainda refletem alguma coisa do encantamento das festas; êle não pôde escapar à simpatia da personalidade do jovem Imperador e descreve em frases brilhantes a aparição de D. Pedro II com as vestes da cerimônia como o clímax das festividades ([36]). Na orgia de condecorações que se seguiu, Daiser, juntamente com os representantes da França, da Rússia e da Espanha, recebeu a comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul ([37]).

---

(34) *Ibid.*, ofício do Rio, 17 de maio de 1841.

(35) *Ibid.*, 7 de julho de 1841.

(*) Hamilton Charles Jacques Hamilton, não era Embaixador, mas Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Inglaterra.

(36) *Ibid.*, 7 de agôsto de 1841.

(37) *Ibid.*

Com a coroação, o jovem D. Pedro havia atingido o zênite dêsse período de sua vida. Diante dêle abriam-se quase cinqüenta anos de govêrno até o momento em que, já velho, teria de dizer adeus ao Brasil. Até a coroação a vida de D. Pedro tinha sido ocupada com a preparação para êsse ato. Depois da coroação o seu desejo de uma companheira para dar à sua vida a luz e o calor que êle desejava, ardentemente aumentou. Pensava muito em sua futura mulher (38). O casamento do Imperador fôra retardado devido à antecipação de sua maioridade, ainda que as negociações fôssem conduzidas simultâneamente com as preparações para a coroação. Nesse momento o casamento de D. Pedro tornou-se mais importante que os planos de casamento da irmã, D. Januária.

As Côrtes de Viena e do Rio há muito se ocupavam com os planos de casamento da filha de D. Pedro I e de D. Leopoldina. Já em 1835 o tutor das Imperiais Crianças pensara num casamento precoce para D. Januária. Informou a Daiser que queria entrar em contato com o Imperador da Áustria a êsse respeito:

> O Imperador da Áustria é o único parente de importância, o único apoio europeu verdadeiro da Família Imperial do Brasil. Além disso estou pessoalmente ansioso por uma união austro-brasileira pela respeitosa lembrança da falecida Imperatriz Leopoldina (39).

O regente esperava que a Côrte de Viena encontrasse um príncipe austríaco ou alemão para casar-se com D. Januária, ainda que êle preferisse um arquiduque: "Um dos filhos do arquiduque Carlos seria digno" (40) (*).

Ainda que se soubesse no Brasil que o marquês de Barbacena não era estimado como representante para o casamento em Viena, ainda assim teve a incumbência dessa negociação porque não se poderia encontrar pessoa mais qualificada.

Em março de 1836, quando D. Januária celebrou seus quatorze anos, Daiser comunicou a Viena que era ainda cedo para pensar num marido para a princesa porque o Parlamento não havia ainda fixado suas propriedades e o dote para a Princesa

---

(38) *Ibid.*, 17 de maio de 1841.

(39) *Ibid.*, 23 de outubro de 1835.

(40) *Ibid.*

(*) O arquiduque Carlos era filho do Imperador Leopoldo II. Tinha três filhos: o arquiduque Alberto, nascido a 3 de agôsto de 1817; o arquiduque Carlos Ferdinando, nascido em 29 de julho de 1818 e o arquiduque Guilherme, nascido em 21 de abril de 1827.

Imperial (41). Vários grupos que eram contra a Regência, e que esperavam ver-se livres dela pela nomeação da princesa como regente, tentaram colocar o projeto de casamento no primeiro plano dos interêsses do regente e de Metternich. Desde que D. Pedro estava ainda solteiro e sem herdeiro para o trono, D. Januária permanecia como sucessora. Portanto era necessário estabelecer e fixar por lei a posição que iria ocupar seu marido. Metternich não tomaria nenhuma iniciativa até que o Parlamento Brasileiro decidisse a questão dos bens de D. Januária e a posição de seu futuro cônjuge. Pôsto que Barbacena já tivesse começado seus contatos na direção do embaixador da Áustria em Paris com respeito ao casamento de D. Januária com um arquiduque, Metternich nada fêz para encorajar o Brasil. Salientou êle:

> Devemos compreender que um casamento entre um príncipe da Casa d'Áustria e D. Januária não seria uma posição conveniente para um arquiduque, que, ao se casar com ela, poderia colocar-se numa situação abaixo de sua dignidade (42).

No Rio, por ocasião da visita do príncipe de Joinville em 1837, os planos de casamento de D. Januária começaram a tomar nova feição (43). A influência francesa era então grande no Brasil. O embaixador francês, Rouen (*), não sòmente interviera no conflito brasileiro com a Cúria Romana, mas havia também planejado casar D. Januária com um filho do infante de Espanha D. Francisco de Paula. A Rússia também havia perguntado se seria desejável que D. Januária se casasse com um grão-duque. Mas no Brasil a opinião pública era favorável ao casamento de D. Januária com um arquiduque por causa da memória, sempre viva, da imperatriz Leopoldina (44).

Em 1839 a questão do casamento tornou-se novamente aguda. A França propôs o plano de casamento com o filho do infante de Espanha (**) e o estabelecimento de um reino

---

(41) *Ibid.*, 30 de março de 1836.

(42) *Ibid.*, despacho para o Rio, 27 de março de 1836.

(43) *Ibid.*, ofício do Rio, 21 de novembro de 1837.

(*) O barão Rouen não era Embaixador da França, mas Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

(44) *Ibid.*

(**) O Infante D. Francisco de Paula, último filho do rei D. Carlos IV, duque de Cádiz, tinha dois filhos varões: o infante D. Francisco de Assis, nascido em 1822, que, pelo casamento com D. Isabel II em 1846, veio a ser rei honorário da Espanha; e o infante D. Henrique, duque de Sevilha, nascido em 1823, casado

no Paraguai para o casal. Esta proposta não encontrou nenhum eco. Nesse ano Daiser pediu a Metternich uma lista de príncipes europeus de religião católica romana que fôssem capazes de casar com D. Januária [45]. Iniciaram-se várias negociações, a sério, relativamente a um possível casamento de D. Januária com um príncipe parente da rainha Vitória e entre D. Pedro e uma filha do infante D. Francisco de Paula [46]. Por isso Daiser insistiu em obter uma lista de casamentos convenientes para D. Pedro e suas duas irmãs [47]. Metternich respondeu friamente que a lista poderia ser tirada do *Almanaque de Gotha,* levando-se em conta sòmente os membros católicos romanos das casas reinantes. Metternich admitiu que o pensamento de casar D. Januária com um arquiduque era atrativo e seria muito apreciado no Brasil, mas êle estava firme em que nada poderia ser feito até que a princesa tivesse sua posição definida bem como a do seu futuro marido. Respondeu, pois, ao Rio, que "até êsse momento, qualquer transação sôbre casamento será impossível" [48].

A Embaixada Francesa no Rio, através de seus agentes no Palácio de São Cristóvão, estava trabalhando ativamente no projeto de conquistar D. Januária para um casamento, seja com o duque de Nemours, seja com o príncipe de Joinville, mas a princesa insistia em casar-se com um príncipe germânico [49] (*).

A questão foi finalmente decidida temporàriamente em favor de uma aliança com a Áustria, quando o mordomo Paulo

---

em 1846 com uma nobre espanhola, morganàticamente. D. Francisco de Paula é tido por muitos como filho de Godói e da Rainha D. Maria Luísa (V. Jacques CHASTENEY, *Godoy, Principe de la Paz,* Argos, Buenos Aires, 1946, p. 176). José Delavat y Ricón, Plenipotenciário Espanhol, anunciava em março de 1841 que Aureliano Coutinho e o marquês de Paranaguá lhe haviam falado acêrca do casamento do Imperador com uma das filhas do Infante D. Francisco de Paula e de D. Januária com um dos filhos do mesmo infante. (V. Argeu GUIMARÃES, *Em tôrno do casamento de Pedro II,* Zélio Valverde, Rio. [1942] (Depoimentos históricos, n.º 5, p. 144). Como prova do interêsse do Govêrno Espanhol pelo assunto, foi concedida a D. Januária a Real Ordem de Maria Luísa. "prenda elevadíssima, poucas vêzes conferida" (A. GUIMARÃES, *op. cit.,* p. 146). A Ordem de Maria Luísa fôra fundada em 1792 em honra da Rainha.

(45) *Ibid.,* 22 de janeiro de 1839.

(46) *Ibid.,* 23 de março de 1839.

(47) *Ibid.,* 20 de abril de 1839.

(48) *Ibid.,* despachos para o Rio, 2 de agôsto de 1839.

(49) *Ibid.,* ofício cifrado do Rio, 21 de dezembro de 1839.

(*) O duque de Nemours, filho de Luís Filipe, nascera em 1814 e casou em 1840 com a princesa Vitória de Saxe. Curioso é que alguns anos depois veio a ser consogro de D. Pedro II, pelo casamento de seu filho Gastão, conde d'Eu, com a princesa Isabel. O príncipe de Joinville (François d'Orléans), nascido em 1818, veio a se casar, em 1843, com a Princesa D. Francisca, irmã de D. Januária.

Barbosa, amigo pessoal de D. Pedro, interessou-se pessoalmente pelo problema. O Imperador viu o seu próprio casamento desprezado enquanto era dada preferência ao casamento de sua irmã. Paulo Barbosa desenvolveu um plano de duplo casamento entre as casas da Áustria e do Brasil: "Precisamos de uma arquiduquesa d'Áustria para o Imperador, talvez de um duplo casamento casando-se a princesa D. Francisca, também na Áustria" ([50]).

O regente Araújo Lima era igualmente contrário a uma aliança com a França porque não gostava da influência francesa no Brasil. Era êle também contrário ao casamento com descendentes do infante D. Francisco de Paula, e insistia em que "as crianças imperiais são muito ligadas à família do arquiduque Carlos" ([51]).

Metternich foi obrigado a submeter um relatório minucioso da matéria dos casamentos dos príncipes brasileiros ao Imperador Ferdinando. Concluía êle:

> Parece chegado o momento em que adiar o envio de ordens diretas ao barão de Daiser nessa matéria passaria a ser incompatível com as boas maneiras e as boas relações existentes depois que o Govêrno Brasileiro aproximou-se repetidamente de Vossa Majestade pedindo conselho, auxílio e proteção em matéria de maior importância para os netos de Sua Majestade o Imperador Francisco ([52]).

Quanto à inquietação de D. Pedro por ver os casamentos de suas irmãs serem considerados antes do dêle, Metternich declarou:

> Êste sentimento foi um despertar de consciências das pessoas influentes no Govêrno e na Côrte do Rio que temeram que o assunto se tornasse a semente de discórdia entre os jovens membros da Família Imperial. Êste sentimento pode também ter sido agravado pela má vontade e pelas intrigas iniciadas, visando a seus próprios interêsses, pelos governos estrangeiros ([53]).

Declara adiante Metternich que sabia de fontes seguras que o rei de Portugal e especialmente a rainha, D. Maria da Glória, tinham feito o possível para persuadir D. Januária a

---

(50) *Ibid.*

(51) *Ibid.*

(52) *Ibid., Vorträge,* 29 de fevereiro de 1840, cópia. Original nos arquivos do Brasil.

(53) *Ibid.*

casar-se com o duque de Saxe-Coburgo, irmão de Ferdinando de Saxe-Coburgo, marido de D. Maria da Glória desde 1836 (*).

Além disso, segundo informações de Paulo Barbosa a Daiser, era certo que existiam ligações entre a Embaixada Francesa e certos membros da Côrte de S. Cristóvão. Especialmente a Embaixatriz francesa, Madame de Rouen, estava ainda procurando casar uma das duas princesas com o príncipe de Joinville. Madame de Rouen tinha mesmo conseguido levar com ela para a França retratos das duas princesas. Daiser tinha além disso sabido pelo regente que o rei Luís Filipe tinha, num jantar, chamado a atenção do enviado brasileiro em Paris para os filhos de D. Francisco de Paula, irmão do rei Fernando VII de Espanha. Êstes jovens estavam presentes ao jantar, e Luís Filipe se referira a êles como possíveis candidatos a casamento. O regente declarou a Daiser que êsses príncipes estavam fora de questão porque eram muito moços:

> O de que precisamos não é uma criança como o rei de Portugal (**), mas de um homem maduro, capaz de tornar-se um marido prudente, que sirva de guia e conselheiro da princesa.

Além da juventude dos dois filhos do infante espanhol, havia algumas dúvidas a respeito de sua legitimidade. O mais velho dêstes príncipes, Francisco de Assis, casou-se, mais tarde, com sua prima, a rainha Isabel II de Espanha, e tornou-se Rei Consorte.

A opinião pública brasileira era contra os franceses e um candidato Orleans estava, portanto, fora de questão. Era natural que um príncipe da dinastia austríaca e, em particular, um filho do arquiduque Carlos, fôsse o preferido. Durante dois anos o desejo de um arquiduque da Áustria era mencionado em todos os despachos secretos do regente ao barão de Daiser. Metternich disse ao Imperador que já tinha sido submetido um *memorandum* ao arquiduque Luís (***) no qual se indagava:

(*) O príncipe Augusto Luís Vitor, duque de Saxe, nascido em 1818, casou-se em 1843 com a princesa Clementina, filha de Luís Filipe.

(**) O regente do Brasil referia-se certamente a D. Fernando de Saxe Coburgo-Gota, nascido em 1816 e casado aos vinte anos, em 1836, com a rainha de Portugal D. Maria II.

(***) O arquiduque Luís (Ludwig) era o mais môço dos filhos de Leopoldo II. Faleceu em 1864.

Se seria conveniente à Áustria ter um de seus arquiduques de pedir a mão de D. Januária, Princesa Imperial do Brasil, que seria a herdeira do trono no caso de morrer o Imperador D. Pedro, sem sucessão (54).

Também se observou que a situação financeira seria difìcilmente resolvida a contento para um arquiduque. Mas Metternich salientou que seria também muito agradável para uma neta de Francisco I, se um dos jovens arquiduques pensasse em casar-se com D. Januária. Mesmo se algum não concordasse.

Seria de vantagem para a Áustria que um dos jovens príncipes da dinastia pedisse a mão da Princesa Imperial do Brasil. Mesmo que a Áustria não se interessasse pelo estabelecimento de novos laços de família com a Casa de Bragança do Brasil, é necessário colocar o barão de Daiser em posição de poder dar uma resposta definida ao regente. Não seria neste caso aconselhável dar um parecer decisivo ao regente que está esperando da Casa d'Áustria o estabelecimento de melhores ligações de família para os netos do Imperador Francisco, ou será melhor não tomar nenhuma iniciativa? Se a última fórmula fôr aceita, isto significará infalìvelmente que as boas relações entre as duas côrtes que até agora existiram esfriarão e a Áustria perderá a influência que tem até agora exercido na Côrte do Rio de Janeiro (55).

O Imperador deu ordem a Metternich que continuasse a sondar os arquiduques em relação a D. Januária e ao mesmo tempo tomar em mãos a questão do casamento de D. Pedro com uma arquiduquesa (56).

Em 20 de julho de 1840, tendo resolvido a questão relativa ao dote e estado financeiro das duas princesas e do dote da futura imperatriz (*) o Ministério do Brasil iniciou vivamente negociações secretas com a Áustria relativamente aos casamentos. "Êstes casamentos devem ser na Casa d'Áustria já que nos oferece a maior garantia pela sua profunda grandeza e sua alta moralidade" (57). O Imperador estava absolutamente determinado a casar-se sòmente com uma arquiduquesa, preferìvelmente da Casa da Toscana. Suas tentativas

(54) *Ibid.*

(55) *Ibid.*

(56) *Staatskanzlei.* Brasil: *Vorträge,* decisão do Imperador Ferdinando I, 6 de janeiro de 1841.

(*) O Dec. de 28 de agôsto de 1840 fixara a dotação do Imperador e da Família Imperial. Tôda a correspondência entre Daiser e Metternich, assim como a missão Bento Lisboa estão tratadas por Heitor LYRA, *Hist. de D. Pedro II,* vol. I, S. Paulo, Brasiliana, 1938, cap. VI.

(57) *Ibid.* Brasil: ofício do Rio, 12 de agôsto de 1840. Uma tradução em alemão do decreto legislativo, n.º 151, relativo às disposições sôbre os bens e os dotes dos membros da Família Imperial está anexa.

malograram, contudo, tal como o plano de casar D. Januária com um arquiduque. O resultado do inquérito de Metternich entre os arquiduques foi negativo. Nenhum estava ansioso por tornar-se marido da Princesa Imperial do Brasil. Metternich, estimulado pela possibilidade de um membro da Casa Imperial da Áustria tornar-se herdeiro do trono brasileiro, havia trabalhado ativamente para satisfazer as aspirações matrimoniais do Brasil. Em breve recebeu respostas dos arquiduques Luís, Rainério e José. Luís passou a carta a seus irmãos. José, arquiduque palatino da Hungria, estava velho e senil e recusou-se a enviar seu filho Estêvão ao Brasil. Posto que honrado com a proposta, José entendeu que Estêvão seria preciso para guiar a educação de seus irmãos e irmãs menores (58). O arquiduque Luís propôs que o arquiduque Frederico, filho de seu irmão Carlos, fôsse enviado ao Brasil, sob qualquer pretexto, a fim de ter uma impressão direta das princesas. Luís disse de Frederico: "Êle agradará sem dúvida no Brasil, porque é bonito e possui bastante inteligência". O arquiduque Luís lamentou que seu sobrinho Frederico fôsse pouco mais velho que D. Januária e propôs que a arquiduquesa Carolina Augusta de Toscana fôsse proposta como mulher para D. Pedro II (59). O arquiduque Rainério, vice-rei do reino Lombardo-Veneziano, foi absolutamente contrário à proposta de seus filhos Leopoldo (*), Adelaide e Maria para esposos de D. Januária e D. Pedro. Rainério escreveu a seu irmão Luís:

> Apesar de encantado com esta proposta, devo convir que não a posso aceitar pelas seguintes razões: meu filho tem sòmente 16 anos de idade e está ainda muito atrasado em seu desenvolvimento. Sendo uma criança, não desenvolveu ainda as qualidades que o Brasil com razão exige de um homem que deverá tornar-se o marido da Princesa Imperial. Também não posso concordar com o segundo projeto, porque D. Pedro tem só 15 anos enquanto Adélia e Maria têm 17 e 18 respectivamente e são, portanto, muito velhas para êle. Muito mais convenientes para Pedro seriam ou Maria, filha de meu irmão Carlos Augusto da Toscana, ou Beatriz de Módena (60).

---

(58) *Ibid. Varia,* carta autógrafa do arquiduque José ao arquiduque Luís, de Bratislava, 23 de agôsto de 1839.

(59) *Ibid.,* carta autógrafa do arquiduque Luís a Metternich, 16 de março de 1840.

(*) O arquiduque Leopoldo era nascido em 1823. A duquesa Maria Beatriz de Módena, arquiduquesa da Áustria, era irmã do duque de Módena Francisco V e era nascida em 1824.

(60) *Ibid.,* carta autógrafa do arquiduque Rainério ao arquiduque Luís, 11 de março de 1840.

Na primavera de 1840 Metternich informou Daiser dos resultados negativos obtidos nas sondagens feitas entre os arquiduques austríacos, pais de jovens casáveis. Metternich aconselhou a Daiser que prevenisse o Imperador e suas duas irmãs contra as intrigas dos franceses ([61]). Disse Metternich a Daiser que êle havia de nôvo informado o Imperador Ferdinando do desejo de estabelecer relações de família entre o Brasil e a Áustria. Sugeriu que a Embaixada Austríaca no Rio evitasse negociações no momento porque os filhos do arquiduque Carlos ainda não haviam explicado devidamente as suas reações em face da questão. A única coisa a fazer então era evitar um casamento entre D. Januária e um Orleans.

De nôvo Metternich encontrou uma solução que seria boa para a Áustria: se a própria Áustria não estava capaz de fornecer um candidato conveniente, deveria ser escolhido um príncipe mais conveniente aos intuitos da Áustria. Isto "...no interêsse das ligações de sangue estabelecidas. Êle o sugeriria para o benefício da Família Imperial do Brasil e da prosperidade do Império Austríaco" ([62]).

Em setembro de 1840, D. Pedro assumiu ansiosamente a direção das negociações. Pediu a seu tio, o Imperador Ferdinando, que escolhesse candidatas capazes de se casarem com êle e para suas duas irmãs, porque o Ministério o estava urgindo e êle só recentemente atingira a idade de casar-se. Daiser comunicou orgulhosamente que o jovem Imperador copiara exatamente o rascunho da carta que êle fizera para o Imperador da Áustria. Como prova, Daiser juntou uma cópia de sua própria carta. Dizia o Imperador: "Desejo de coração decidir êstes três casamentos, mas especialmente o meu, com a Augusta Casa de Habsburgo" ([63]).

Daiser confirmou que o Ministério brasileiro insistia junto ao Imperador para que êle casasse quanto antes.

Aureliano [Coutinho] (*), Ministro dos Negócios Estrangeiros, que sempre tivera grande interêsse nos planos de casa-

---

(61) *Ibid.*, despachos para o Rio, 25 de abril de 1840.

(62) *Ibid.*

(63) *Ibid. Varia,* carta autógrafa de D. Pedro II ao Imperador Ferdinando I, de 15 de setembro de 1840. Também uma carta de agradecimento de D. Francisca pela concessão da Cruz da Estrêla, junto, 18 de setembro de 1840, p. 76.

(*) Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, uma das figuras dominantes da política neste período. Foi uma das personalidades mais discutidas da política do Império. (V. sua biografia em Hélio VIANNA, *Estudos de história imperial,* Brasiliana, S. Paulo, 1950, p. 31).

mento de D. Pedro, e que Daiser dizia ser um mestre nas negociações – "il joue le rôle de médiateur entre les passions divergentes de ses collègues" – (representa o papel de mediador entre as paixões divergentes dos colegas) – dirigiu-se a Metternich a propósito dos casamentos em fins de 1840. Êle teria gostado de ir a Viena em pessoa, mas era impossível. Tudo o que Aureliano poderia fazer era amaciar o caminho para o seu enviado, Bento Lisboa (*), e pediu a boa vontade de Metternich para a sua missão ([64]). Lisboa deveria viajar para a Europa no princípio de 1841 para terminar os arranjos para um casamento proposto entre D. Januária e o príncipe de Savóia-Carignano ([65]) (**). Ainda que Aureliano não pretendesse cantar os louvores do seu Imperador, tecia inconscientemente seu panegírico nas linhas da carta ao escrever:

> A primeira vez que tive a honra de falar-lhe sôbre a necessidade de pensar no seu casamento, êle abaixou os olhos e enrubesceu. É um apaixonado de literatura e de conversação com pessoas educadas e circunspectas. Ouso dizer que em sua idade não há príncipe que possua soma tão considerável de conhecimentos como êle já possui e demonstra o maior desejo de abrilhantar e enriquecer o seu espírito. A mais extrema regularidade e cuidado emergem de todos os seus atos e mesmo de seus divertimentos. É forte e robusto. A natureza brasileira desenvolve-se mais depressa que a européia, e ao completar 17 anos pode-se sem exagêro atribuir-lhe 19. Posso dizer que até agora sua moralidade é perfeita. Asseguro-o. Contudo o perigo cresce com cada dia que passa ([66]).

A viagem de Lisboa não poderia ser mantida secreta ([67]), e os franceses imediatamente a ligaram aos planos de casamento ([68]). Lisboa chegou a Viena em maio de 1841 e recebeu de Metternich a segurança de que Viena colaboraria com o Rio. Metternich informou a Lisboa de que havia sòmente poucas arquiduquesas a serem consideradas como pos-

---

(*) Bento da Silva Lisboa, barão de Cairu, era filho de José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cairu. Bento era chefe da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e fôra, algumas vêzes, ministro interino. Era bom funcionário, mas não tinha estatura para uma embaixada dessa relevância.

(64) *Ibid.*, carta autógrafa de Aureliano a Metternich, de 11 de dezembro de 1840.

(65) *Ibid.*, carta particular cifrada de Daiser a Metternich, de 14 de dezembro de 1840.

(**) O príncipe Eugênio de Savóia-Carignano, nacsido em 1816, era primo do rei da Sardenha. Um decreto real de 1834 concedera-lhe o título de príncipe e incluíra-o na linha de sucessão. Visitara o Brasil poucos anos antes.

(66) *Ibid.*, carta autógrafa de Aureliano a Metternich, de 11 de dezembro de 1840.

(67) *Ibid.*, ofício do Rio, de 2 de dezembro de 1840.

(68) *Ibid.*, 17 de maio de 1841.

síveis de se tornarem mulheres de D. Pedro II, mas os pais não conseguiram persuadir as filhas. A decisão devia ser deixada inteiramente às próprias princesas e ninguém mais seria capaz de forçar um casamento (69). Informou igualmente a Daiser dessas declarações a Lisboa (70), e Daiser respondeu que o Imperador apreciara grandemente a boa vontade da Côrte de Viena, mas que o Imperador estava muito apressado na matéria.

A chegada de Bento da Silva Lisboa a Viena provocou discordâncias dentro da Legação Brasileira em Viena. Lisboa considerou o ministro brasileiro em Viena, Pereira da Cunha, prejudicial ao progresso favorável das negociações (71). Pereira da Cunha, que por mais de cinco anos estivera à testa da representação em Viena, servindo com a maior satisfação do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, e que era muito popular na sociedade vienense, foi peremptòriamente chamado do seu pôsto e Lisboa foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. O antigo secretário da Legação, Sodré, foi nomeado representante brasileiro em Viena. Êste estratagema ajudou Metternich a descobrir o homem que denunciara Pereira da Cunha no Rio. Fôra Sodré quem espalhara no Rio que seu chefe não era mais capaz de compreender a língua materna (*). Metternich tomou o partido do injustamente caluniado Pereira da Cunha e recomendou a Daiser que protestasse contra a nomeação de Sodré como chefe da Legação Brasileira em Viena. Metternich defendeu também Pereira da Cunha contra outras acusações, como seja "ter colaborado insuficientemente com Lisboa em sua missão".

Dizem-me, também, que Lisboa queixou-se de que Cunha não colaborou suficientemente na missão especial de que fôra incumbido. Insisto, no caso dessa impressão ter atingido o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que seja ativo em destruí-la. As dificuldades que encontrei com relação ao objeto dessa missão não eram de natureza a serem removidas por qualquer ordem de atividade pessoal. A propósito, o próprio Lisboa impediu que Cunha tivesse qualquer participação no prosseguimento da solução dêste caso (72).

---

(69) *Ibid.*, notas de conversa entre Metternich e Lisboa, de 26 de maio de 1841.

(70) *Ibid.*, despachos para o Rio, 15 de julho de 1841.

(71) *Ibid.*, ofício do Rio, de 20 de outubro de 1841.

(*) O Brasil não tinha Embaixada em Viena, mas simples Legação. João Antônio Pereira da Cunha, diplomata brasileiro, nascido em Lisboa, foi Encarregado de Negócios e Ministro Residente na França (1827), na Prússia (1828) e na Áustria (1836). O Secretário era Luís Pereira Sodré, que passou a Encarregado de Negócios.

(72) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 22 de dezembro de 1841.

Nessas circunstâncias, e porque Lisboa estava mais prêso à maledicência da sociedade do que à sua tarefa, não é de admirar-se que malograsse em sua missão. Daiser tentou acalmar o ressentimento de Metternich por Lisboa, afirmando a seu chefe que conhecia Lisboa há mais de doze anos e que era um homem de honra, ainda que muito ambicioso, e sempre ansioso por servir o seu Imperador. Contudo, o enviado brasileiro teve de encarar as conseqüências de sua atitude. Lisboa encontrou-se com Metternich em dezembro, para lembrar-lhe a promessa de indagar do príncipe Eugênio de Savóia-Carignano acêrca da possibilidade de um casamento com D. Januária ([73]). Em resposta Metternich assegurou a Lisboa que o plano já estava em marcha mas que ainda não podia pronunciar-se a respeito ([74]).

Em fins de 1841 a Legação brasileira em Nápoles interveio nos planos de casamento. [Paulino da Silva] Barbosa [Encarregado de Negócios] comunicou a Aureliano que tinha sido apresentado ao grão-duque de Toscana, ocasião em que tinha visto a arquiduquesa Carolina Augusta. A jovem princesa tinha-lhe deixado uma impressão extremamente favorável ([75]).

A missão de Lisboa em Viena revelava parcos resultados. Metternich, contente por se livrar dessa desagradável e malograda questão, permitiu a Lisboa que negociasse diretamente com Turim. As negociações não foram muito longe porque a Sardenha, como *conditio sine qua non,* insistia no título de Imperador a ser concedido ao arquiduque se sua mulher subisse ao trono (*). Naturalmente D. Pedro II não ficou muito contente com essa condição e não se inclinou a concordar com ela ([76]). Por conseqüência êsse projeto matrimonial também falhou eventualmente (**).

(73) *Ibid.,* nota de Lisboa a Metternich, de 6 de dezembro de 1841.

(74) *Ibid.,* nota de Metternich a Lisboa, de 19 de dezembro de 1841.

(75) *Ibid.,* ofício do Rio de 29 de abril de 1842.

(*) A concessão do título de Imperador ao príncipe consorte não poderia ser feita por D. Pedro II porque contrariava expressamente a Constituição brasileira. O art. 120, ao tratar da Princesa Imperial dizia:

"Seu marido não terá parte no Govêrno, e sòmente se chamará Imperador depois que tiver da Imperatriz filho ou filha."

(76) *Ibid.,* 12 e 22 de março; 5 e 9 de abril de 1842. Carta pessoal de Lisboa a Metternich, de 15 de dezembro de 1842.

(**) As tribulações de Bento Lisboa em Viena estão descritas em H. LYRA, *op. cit.,* p. 225. Metternich positivamente sabotou-o. Só nos últimos momentos, quando as negociações com Nápoles já iam avançadas, parece que se mexeu e começou a promover o casamento com a grã-duquesa Olga da Rússia, a que se casou com o rei do Wurtemberg.

Dom Pedro ansioso pela espôsa que com êle dividiria as suas preocupações tanto quanto seus interêsses espirituais de família, encontrou afinal a oportunidade de realizar o casamento quando a irmã do rei de Nápoles, D. Teresa Cristina Maria, consentiu em desposá-lo. Em abril de 1842 D. Pedro ratificou o contrato de casamento celebrado por seu representante autorizado em Nápoles. Em 23 de julho de 1842, segundo aniversário de sua declaração de maioridade, o Imperador foi presenteado com um retrato de sua futura mulher. O retrato percorreu os camarotes dos ministros e outros dignitários que compareceram a um espetáculo no teatro do Rio. A beleza de D. [Teresa] Cristina foi devidamente admirada, e informa Daiser que seus colegas estrangeiros estavam muito entusiasmados com ela. O jovem Imperador, contente por ter encontrado uma noiva, apesar do malôgro na Côrte de Viena, nomeou Aureliano [Coutinho] para acompanhar D. Teresa Cristina na viagem de seu país ao Brasil (*). A data do casamento foi fixada em maio ou junho de 1843 ([77]) mas não pôde ser mantida estritamente, já que o navio que devia trazer a noiva não deixou o Rio senão no fim de janeiro de 1843 ([78]). A imperatriz com seu irmão, o conde d'Áquila, fizeram a entrada oficial na capital, esplêndidamente decorada, onde, com grande pompa, se realizou o casamento, a 4 de setembro de 1843, na Capela Imperial.

Segundo os rumôres espalhados no Rio, D. Pedro sentiu grande desapontamento à chegada da Imperial Noiva. O retrato da princesa napolitana havia corrigido certas imperfeições de D. Teresa Cristina, que não fôra dotada realmente com notável beleza pessoal; estava muito melhorada; era bom demais para ser verdade ! O decepcionado Imperador teve de conformar-se à sua sorte; contudo, a delicadeza e bom coração da imperatriz conquistou o coração do seu marido. Permaneceu ela a seu lado por uma longa existência, com inalterável confiança e repartiu com êle mais tarde o exílio. Faleceu logo depois de deixar o Brasil ([79]).

O casamento do Imperador foi precedido pelo de sua irmã mais môça D. Francisca, em maio de 1843. O caso de D. Fran-

---

(*) Há confusão quando se diz que Aureliano foi nomeado Embaixador Especial. Segundo Lyra, que se baseia exatamente nos ofícios de Daiser, Aureliano não chegou a ser nomeado.

(77) *Ibid.*, ofício do Rio, de 22 de dezembro de 1842.

(78) *Ibid.*, 12 de setembro de 1843.

(79) A Imperatriz Teresa Cristina morreu a 28 de dezembro de 1889.

cisca, que não estava na linha de sucessão, foi resolvido mais fàcilmente. O Imperador que, por escrito solicitou casamento com a família real francesa, após o malôgro dos planos de casamento com os Habsburgos, recebeu logo uma visita do príncipe de Joinville ([80]). O que Metternich e Daiser haviam por todos os meios procurado evitar, aconteceu! O príncipe de Joinville solicitou ao embaixador Langsdorff (*) que pedisse a D. Pedro II oficialmente a sua segunda irmã em casamento. O casamento realizou-se a 1.º de maio de 1843 no Rio. Depois disso o enviado francês e sua mulher acompanharam o jovem casal à França ([81]).

O casamento de D. Januária, que fôra por tanto tempo um problema para os gabinetes europeus e particularmente para o de Viena e Turim, foi finalmente realizado como conseqüência do casamento imperial. O irmão da imperatriz e D. Januária se agradaram e casaram-se pouco depois do casamento de D. Pedro ([82]). O malôgro da Côrte vienense fêz com que se aproximassem as relações entre o Brasil e a França, cujos cidadãos haviam gozado por algum tempo de um tratamento mais favorecido no Brasil.

Não se estabeleceram novos laços de família entre as casas de Habsburgo e de Bragança e as relações dinásticas não foram renovadas durante a segunda metade do século dezenove. As íntimas relações entre as duas Casas foram sucedidas pela fria rotina e até os negócios diplomáticos ficaram retraídos. Faltava um vínculo de parentesco que mantivesse vivo em Viena o interêsse pelo Brasil. Julgue a História se a Áustria assim falhou em obter uma grande oportunidade, ainda que seja duvidoso que, através de laços dinásticos sòmente, pudesse ter desenvolvido em maior escala suas relações culturais e econômicas com o Brasil.

---

(80) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 12 de abril de 1843.

(*) Langsdorff não era Embaixador de França, mas simples Ministro Plenipotenciário. O príncipe de Joinville havia estado no Brasil em 1836 em caminho de Santa Helena, onde fôra buscar as cinzas de Napoleão. Joinville volta ao Rio em 1843. Casou-se a 1.º de maio e a 13 partiu para a França.

(81) *Ibid.,* 27 de maio de 1843.

(82) *Ibid.,* 29 de outubro de 1843 e 24 de abril de 1844.

V

O govêrno de Dom Pedro II e a queda da monarquia brasileira

Apenas haviam serenado as festividades exuberantes da coroação de D. Pedro II quando a rotina do govêrno exigiu peremptòriamente a atenção do jovem governante. Era D. Pedro II ricamente dotado pela natureza de qualidades intelectuais; tinha grande inclinação para o estudo das artes e das ciências, inclinação que não era sempre dificultada pelos deveres de governante. Sua grande ansiedade de estudar fêz o papel de estimulante em sua devoção aos negócios do Estado. O jovem Imperador em breve adaptou-se aos deveres. Gostava de saber as minúcias e as circunstâncias de cada incidente e sabia-se que confiava mais em seu próprio julgamento do que nos pareceres de seus conselheiros.

A enorme área geográfica e a falta de facilidade de comunicações do Brasil forçaram o Imperador a viajar a fim de se tornar conhecedor das necessidades, dificuldades e exigências de cada província. Sua cordialidade era um grande elemento para a realização do desejo de deixar uma impressão favorável nos habitantes de seu reino. Discutindo com seus súditos permitia-se esposar medidas realistas que seria difícil prever através dos relatórios de seus ministros especializados. Seu interêsse pessoal, seu maior desejo era ter boas relações com os vizinhos. Isto nem sempre era possível. Os Estados que circundavam o Brasil haviam surgido de antigas colônias espanholas que, ao obterem a independência e nôvo estatuto político, haviam firmado uma feição impetuosa e criadora. O espírito revolucionário e republicano dêsses Estados irradiava no Brasil, monarquia constitucional já contaminada de um espírito revolucionário que a distinguia muito das monarquias do continente europeu. O republicanismo no Brasil era em grande parte causado pela divisão administrativa do país em

províncias onde a fraqueza do poder central e a presença de fortes elementos republicanos tornavam possível uma vida quase autônoma.

Não eram raros os exemplos de rebeliões contra medidas governamentais. O país era realmente grande demais ou demasiadamente subdesenvolvido para ser governado centralizadamente. A influência republicana em sua vizinhança, aliada à estrutura provincial eram então os dois principais fatôres que influenciavam o comportamento da população brasileira.

O enviado austríaco, barão de Daiser, exprimiu suas apreensões em relação à sobrevivência da monarquia brasileira, na qual um velho sistema se enxertara sôbre idéias modernas diametralmente opostas ao conceito político básico de monarquia:

> O Brasil, país cujas potencialidades ainda estão para ser reveladas, foi estabelecido sôbre um sistema de feição moderna que tende a destruir tudo. Mas essas opiniões modernas desaparecerão em breve se a segurança das garantias individuais fôr ameaçada. Se aquêles que têm interêsses fundados compreenderem que não há âncora no sistema atual, reunir-se-ão em tôrno do trono e lhe darão a proteção que tão imprudentemente lhe tiraram. (...) É isto que provàvelmente acontecerá no Brasil. Cansar-se-ão com as discussões intermináveis nas Câmaras, pois que tais discussões só servem para entravar o curso do Govêrno e tornar sua ação quase impossível (1).

O conflito entre os representantes do povo e o Govêrno perturbava o sistema monárquico mas não conseguiu deslocar o Imperador de sua posição.

As relações com os Estados vizinhos estavam boas na era de 40, mas a capacidade de participação do Brasil nos negócios internacionais era limitada. Infelizmente as relações entre as duas Casas Imperiais de Viena e do Rio tornaram-se mais frias. Como vimos, faltava uma ligação de família que mantivesse vivo em Viena o interêsse pelo Brasil.

Num esfôrço para melhorar as relações, Metternich enviou uma mensagem secreta a Daiser em que expunha as intrigas de [Luís Pereira] Sodré contra [Pereira da] Cunha (2). Daiser fêz uso confidencial da informação que, como se esperava, não deixou de impressionar Aureliano [Coutinho]. A parte ostensiva dessa correspondência pedia abertamente a remoção

---

(1) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 9 de setembro de 1841.

(2) *Ibid.,* despachos para o Rio, de 22 de dezembro de 1841.

de Sodré de Viena. O ministro brasileiro apressou-se em satisfazer ao pedido do chanceler austríaco e ordenou a nomeação do secretário de legação Macedo (*) como Ministro Residente em Viena ([3]). Em vista disso Viena utilizou a desigualdade das categorias nas duas representações diplomáticas (no Rio um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, enquanto em Viena um Ministro Residente) para conseguir uma elevação do grau do representante em Viena ([4]).

Um nôvo aspecto da questão da distinção dos graus surgiu quando Daiser caiu gravemente doente. O indestrutível velho Daiser, que vivera no Brasil durante mais de doze anos e gozara de excelente saúde, sofre um ataque de apoplexia em outubro de 1842 ([5]). Na presença do Núncio [Ambrósio] Campodonico (**) e vários membros do corpo diplomático, o padre Strammazzi, secretário da Nunciatura, compareceu imediatamente e ministrou o viático ao enfêrmo ([6]). O secretário da Legação da Áustria, Giorgi, assumiu a direção dos negócios. Os médicos insistiam em que Daiser deveria partir do Brasil logo que seu estado de saúde permitisse sua volta à terra natal. Assim, antes do fim de 1842, êle solicitou licença para partir ([7]). Giorgi foi designado *Chargé d'Affaires* durante a ausência do ministro. A saída de Daiser foi marcada pela maneira fria com que o jovem Imperador se despediu do velho enviado que se havia conservado no pôsto em dias tão agitados da história do Império e tomado parte tão ativa nos negócios da família imperial. D. Pedro não teve uma só palavra de simpatia para com Daiser e êste se queixou muito dêste adeus gelado.

Quando o ministro dos Negócios Estrangeiros soube que a categoria do sucessor de Daiser seria de Enviado Extraordinário, propôs-se a mandar para Viena Cândido Batista de Oliveira (***) como enviado da mesma categoria. Mas como

---

(*) O secretário Macedo era Sérgio Teixeira de Macedo, mais tarde uma das grandes figuras da diplomacia do Império.

(3) *Ibid.*, nota de Aureliano a Daiser, de 2 de março de 1842, junta ao ofício do Rio, de 22 de outubro de 1842.

(4) *Ibid.* Há uma transcrição da nota de Daiser a Aureliano, de 3 de abril de 1842, anexada ao ofício do Rio, de 9 de abril de 1842.

(5) *Ibid.*, ofício do Rio, de 5 de novembro de 1842.

(**) Mons. Campodonico não era Núncio, mas simples Internúncio.

(6) *Ibid.*, 10 de novembro de 1842.

(7) *Ibid.*, 22 de dezembro de 1842.

(***) Cândido Batista de Oliveira, professor da Escola Militar, especialista em finanças, foi político e diplomata.

as condições financeiras do Brasil estavam péssimas, foi preciso reduzir o corpo diplomático antes do fim de 1843, deixando representantes sòmente em Londres e Paris, na categoria de Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários. Os outros postos ficaram entregues a simples encarregados de negócios. Cândido de Oliveira foi em breve forçado a deixar Viena e o secretário de Legação Pedro Carvalho de Morais assumiu a encarregatura dos negócios ([8]).

No Rio o lugar deixado por Daiser foi preenchido pelo conde Bernhard von Rechberg (*), que pertencia ao círculo de amigos íntimos e confidentes de Metternich e tinha experiência diplomática por ter servido em Bruxelas e Estocolmo. A missão no Brasil representava sua primeira posição importante ([9]). Metternich forneceu ao nôvo enviado instruções adequadas ([10]), que configuravam a política diplomática da Áustria em relação ao Brasil e os métodos pelos quais essa política poderia ser alcançada:

> O Brasil está situado a uma distância demasiado grande de nós para podermos exercer uma influência política direta. Mas pôsto que não tenhamos influência no sentido real da palavra, em virtude dos laços de sangue existentes entre o Imperador, Nosso Augusto Amo e os filhos da Imperatriz Leopoldina, Sua Majestade dedica um afetuoso interêsse a D. Pedro II e suas ilustres irmãs ([11]).

As ligações dinásticas estavam um pouco afetadas pelo recente malôgro na questão dos matrimônios dos príncipes,

---

(8) *Ibid.*, ofício do Rio, de 30 de dezembro de 1843.

(*) Raul Adalberto de Campos, em *Relações diplomáticas do Brasil*, Rio, 1913, p. 143, dá ao nôvo E. E. e M. P. o nome completo de Bernhard von Rechberg-Rothenloewen. Assim é o título que figura igualmente no *Gotha* (1872, p. 262).

(9) Quanto à nomeação de Rechberg como enviado ao Rio em 11 de abril de 1843, v. *Ministerium des Aeusseren: Administrative Registratur*, F. 4, pasta 185, *Personalakt Rechberg*. Metternich demonstrou satisfação (em virtude da doença de Daiser) por nomear um nôvo enviado que não contava nenhum sinal de aborrecimento com o jovem Imperador D. Pedro, especialmente num momento em que a Inglaterra e a França estavam procurando intensamente influir na monarquia brasileira e a própria Áustria estava ansiosa por celebrar um tratado comercial com o Brasil. Daiser, porém, restabeleceu-se e viveu até 15 de junho de 1856. Sôbre Rechberg, v. Constantin von Wurzbach, *Biographisches Lexicon des Kaisertums Oesterreich*, Viena, 1856-1891, vol. 25, pp. 89-94. Também: Friedrich von Engel-Janosi, *Graf Rechberg, Vier Kapitel zu seiner und Oesterreichs Geschichte*, Munique, 1927, pp. 2-8.

(10) *Gesandtschaftsarchiv Brasilien*. Instruções originais para Rechberg, n.º 24, de 18 de janeiro de 1844.

(11) *Ibid.*

mas Metternich ainda mantinha um interêsse de estadista na manutenção da forma de govêrno existente no Brasil. Ressaltava êle:

> Êste é o último trono ainda existente na América. Com o seu desaparecimento, o sistema revolucionário será completamente vitorioso; conseqüentemente devemos dedicar muita fôrça à sua manutenção. Em seguida a Áustria está também interessada no desenvolvimento das relações culturais e comerciais (12).

Metternich preveniu a Rechberg que o Imperador do Brasil estava muito desapontado com o malôgro da renovação dos laços de família com a Côrte de Viena e certamente não esconderia seu desapontamento diante do representante da Áustria. Por isso aconselhava:

> De outro ponto de vista sua posição será essencialmente difícil e diferente da do seu predecessor, que durante a menoridade do Imperador tinha sido representante de um parente protetor, enquanto sereis sòmente o instrumento de um soberano estrangeiro. Por êsse motivo, todos os vossos esforços devem ser no sentido dêsse duplo objetivo: convencer o Imperador e a Imperatriz do Brasil da constante afeição de nosso Imperador, demonstrando-lhes por meio de respeito e devoção em tôdas as circunstâncias possíveis; evitar, ao mesmo tempo, tudo o que puder dar origem à idéia de que queremos continuar a manter uma atitude que não mais nos pertence de direito (13).

Com relação aos interêsses austríacos na situação interna dos negócios do Brasil, Metternich continuava explicando:

> Seu papel, conde, deve ser sempre o de um silencioso e benevolente observador, mesmo que os rumos que tenhamos de seguir forem de natureza a nos causar aborrecimentos. (...) Sem esconder os princípios que a Áustria professa, deveis empregar o vosso critério para encontrar a reserva que deveis empregar em vossos discursos e atitudes em uma terra em que as intrigas e a desconfiança penetram em tôda a parte, de modo a não dar nenhuma causa a acreditar-se que desejamos ser juízes do que se divulga ali (14).

Metternich recomendou especialmente a Rechberg a necessidade de consolidar vigorosamente as já existentes relações comerciais e utilizar o Brasil, por assim dizer, como uma base e ponto de partida para tratados com as repúblicas latino-americanas. E insistia:

---

(12) *Ibid.*

(13) *Ibid.*

(14) *Ibid.*

A fraca estabilidade dos podêres governamentais nos países que ainda não apresentam elementos de ordem regular tem até agora, com exceção do México, tornado quase inúteis as instruções que têm sido dadas à Missão Imperial do Rio (15).

Rechberg ia agora ter a oportunidade de trabalhar sòzinho pela primeira vez, o que seria muito útil para um futuro ministro dos Negócios Estrangeiros. Chegou ao Rio a 17 de maio de 1844. Foi saudado por Lisboa, que tinha sido feito barão Lisboa de Cairu (*) e era o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros (**). Cairu imediatamente pediu a Rechberg a minuta do discurso que pretendia dirigir ao Imperador por ocasião da apresentação de credenciais. Rechberg, lembrando-se das recomendações de Metternich, escritas e orais, a respeito da camarilha e suas intrigas, usou de subterfúgios de modo a evitar uma deformação dêsse discurso nos jornais brasileiros. E disse:

Não preparei o discurso porque tenho sòmente uma frase para dirigir a Sua Majestade. Pretendo falar-lhe acêrca dos sentimentos cordiais e constante amizade de Sua Majestade o Imperador Meu Augusto Amo por sua Majestade o Imperador do Brasil, e limitar-me-ei a ajuntar umas poucas palavras para exprimir minha profunda e respeitosa veneração (16).

Rechberg não cedeu ao pedido de Cairu e o ministro dos Negócios Estrangeiros não obteve antecipadamente uma cópia do discurso; mas, por sugestão de Giorgi, Rechberg incluiu uma passagem no seu discurso que chamava claramente a atenção para a relação especial que havia entre os dois Estados. Isto porque D. Pedro gostava que se lembrasse essa ligação. Relativamente à audiência, assim a descreve Rechberg:

Sua Majestade recebeu-me em audiência solene. Estava ao trono e cercado pelos ministros, conselheiros e camaristas. Depois de ouvir o discurso que pronunciei em alta voz, expressou-me sua satisfação por receber uma prova da amizade de seu querido tio (17).

Rechberg logo se convenceu da atividade da camarilha a que Cairu, Aureliano e Paulo Barbosa pertenciam. Paulo

---

(15) *Ibid.*

(*) O título recebido por Bento da Silva Lisboa foi de 2.º barão de Cairu — e não *Lisboa de Cairu.*

(**) O ministro do Exterior por ocasião da entrega de credenciais de Rechberg era Ernesto Ferreira França, deputado, antigo ministro em Washington. Cairu era alto funcionário da Secretaria de Estado.

(16) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 30 de dezembro de 1844.

(17) *Ibid.,* 12 de junho de 1844.

Barbosa, e particularmente o representante napolitano Merolla (*) iniciador da competição entre D. Januária e o conde d'Áquila, exerciam grande influência sôbre D. Pedro II ([18]). Barbosa começou por aconselhar e influir no Imperador em questões políticas, que ultrapassavam as funções de um mordomo. Com grande apreensão Rechberg tomou conhecimento dessa influência crescente do mordomo.

Em conseqüência, as relações do Imperador com seus velhos conselheiros deterioraram-se e a oposição entre os velhos e os moços tornou-se óbvia. D. Pedro II, sob a influência de Barbosa, havia dissolvido as câmaras e, assim, fizera dos liberais, o partido mais forte do país, seus inimigos. A monarquia podia provar sua solidez, ainda que os republicanos discutissem abertamente a possibilidade de expulsar o *caparinho* (pequeno caporal) (**) como chamavam o Imperador, aplicando-lhe, muito sem cabimento, o apelido de Napoleão. Os conservadores, ao contrário, esperavam encontrar sua salvação no estabelecimento de um govêrno absoluto pelo Imperador. Os liberais eram recrutados entre os ricos fazendeiros, que não queriam pensar em ser perturbados nas suas existências tranqüilas pelas escaramuças partidárias e pequenos levantes. Discutiam os perigos em que estava afundada a terra, mas, no geral, permaneciam quietos nas suas plantações ([19]).

Barbosa não sòmente utilizou êsses acontecimentos políticos para aumentar sua influência sôbre o Imperador, mas também tirou partido de uma briga entre o Imperador e o conde d'Áquila, surgida por causa da promoção em categoria

---

(*) O Encarregado de Negócios de Nápoles era D. Gennaro de Merolla.

(18) *Ibid.*, 13 de junho de 1844.

(**) *Caparinho* não existe em português. Caporal corresponde a *cabo*. Nunca vi aplicar êste têrmo a D. Pedro II. D. Pedro I foi chamado pelos portuguêses o *Rapazinho*. Talvez daí a confusão.

Há neste período uma forte confusão sôbre a política brasileira, fruto da pouca experiência de Rechberg na terra. Paulo Barbosa era liberal. Por êste partido fôra deputado e seria, depois, candidato a senador. Era amigo de Teófilo Ottoni, o maior líder revoltoso em Minas. Foram os conservadores que conseguiram a dissolução da Câmara (aliás conforme a Constituição). Os grandes proprietários eram quase sempre conservadores.

As referências à nobreza de caráter do conde d'Áquila soam um pouco rìdìculamente depois que se sabe que êle foi um pródigo, que conduziu à ruína D. Januária, salva da miséria por D. Pedro II, que intrigou no Rio e, por fim, traiu o irmão, aproximando-se de Napoleão III e lançando manifesto contra sua própria família. Rechberg devia estar ainda muito impregnado de preconceitos europeus contra os naturais da América. Tôda intriga está em LYRA, *op. cit.*, I, 261-277, aliás, baseado em Rechberg.

(19) *Ibid.*

de uma dama de honor de D. Januária [20]. Neste caso a simpatia do público estava do lado do conde d'Áquila que gozava de maior popularidade que o Imperador, que infelizmente estava perdendo o favor público devido a sua crescente frieza e conduta reservada. Rechberg acreditava que seria fácil ao conde d'Áquila obter o trono. Contudo, o conde d'Áquila tinha um caráter muito nobre para se empenhar neste caminho. Nesse momento Rechberg só via trevas no futuro de D. Pedro II. Contudo, juntou à margem de um ofício enviado a Viena que a situação não estava tão crítica que fôsse preciso pedir instruções para o caso de D. Pedro II ter de ceder o lugar ao cunhado, ou no caso de a Casa de Bragança ter de deixar o Brasil. Rechberg agia com cautela e tomou muito cuidado para não sobrestimar o poder do mordomo no caso de uma revolução do Brasil; contudo as fôrças de Paulo Barbosa não eram bastante fortes para desfechar um golpe de Estado, mas "por meio de maus conselhos, poderia fazer com que o Imperador se rendesse sem condições à vontade delas" [21].

Barbosa continuou a fazer confusão. Procurou convencer o Imperador de que D. Januária e o conde d'Áquila aspiravam a destroná-lo para reinar em vez dêle. Essas discórdias internas causavam muito mal à Família Imperial e prejudicavam a causa da idéia monárquica em face do poder dos partidos republicanos. D. Januária era muito simpática e tinha muitos partidários no povo. Uma pretensão da Princesa Imperial e de seu marido ao trono não deveria ter sido excluída, já que só fundamentos utilitários justificavam o partido monárquico a suportar o Imperador. A monarquia era querida como uma garantia contra as guerras civis e a anarquia, ambas as quais haviam desolado as antigas colônias espanholas [22]. Rechberg também admitia que D. Januária, se quisesse, seria capaz de remover a barreira entre o Imperador e o povo. Procurando alcançar êste objetivo, e por causa da luta entre seu marido e o Imperador, D. Januária fàcilmente obteve permissão para viajar para a Europa. D. Pedro ficou encantado por saber que sua irmã e cunhado queriam ausentar-se da Côrte por algum tempo.

---

(20) *Ibid.*, carta particular de Rechberg a Daiser, de 2 de junho de 1844. Também ofício do Rio, de 12 de junho de 1844.

(21) *Ibid.*

(22) *Ibid.*, ofício do Rio, de 22 de outubro de 1844.

Infelizmente a maneira da partida de D. Januária não foi hàbilmente escolhida. Aceitou ela o oferecimento para ir à Europa em um navio de guerra francês, a *Reine Blanche,* sem pensar que, ao fazê-lo, feria profundamente os sentimentos do povo. O Imperador, procurando remediar essa inconveniência, ofereceu a sua irmã a fragata brasileira *Constituição,* na qual a Imperatriz tinha chegado ao Brasil, mas D. Januária rejeitou a oferta, e nem sequer aceitou o acompanhamento de uma corveta brasileira. Também recusou um camarista brasileiro, já que havia sido nomeado um francês para êsse cargo. Depois disso recusou até a companhia de uma dama brasileira ([23]). Tudo isso foi motivo para o aparecimento de diversos artigos nos jornais conservadores em que era violentamente atacada a Família Imperial.

Depois do embarque do conde e condêssa d'Áquila a bordo da *Reine Blanche,* Rechberg veio a saber do verdadeiro segundo plano da viagem em navio francês. Os franceses haviam-se aproveitado da discórdia na Família Imperial a fim de incitar D. Januária e o conde d'Áquila a deixarem o país. O auxílio prático da França consistia em pôr um navio de guerra à disposição dêles. Uma vez os condes d'Áquila fora do país, os franceses esperavam tirar proveito. Era fácil influenciar a Câmara do país a excluir da sucessão a Princesa Imperial ausente e transferi-la à irmã mais môça, a princesa de Joinville. Era fora de dúvida que os franceses se haviam entendido com os condes d'Áquila e haviam pôsto a *Reine Blanche* à disposição dêles. Era também mais que provável que havia existido um entendimento entre os dois amigos: o príncipe de Joinville e [Paulo] Barbosa ([24]). Conseguintemente D. Pedro estava em posição precária depois da partida dos condes d'Áquila. Assim dizia Rechberg:

> Completamente isolado depois da partida de Sua Alteza Imperial, a princesa D. Januária, que, em caso de necessidade, poderia reverter tôda a popularidade de que gozava em apoio da coroa, Sua Majestade Imperial acha-se exposto às maquinações de três partidos: o *francês,* que quer a subida ao trono do Brasil do príncipe de Joinville, e que é sustentado pelo jornal mais influente do país; o *republicano* que aspira à derrubada do trono e o estabelecimento de uma república federal; e finalmente o *conservador,* o mais poderoso de todos, que espera sòmente o parto da Imperatriz para começar a intrigar no sentido do jovem herdeiro ou herdeira da coroa, estabelecendo uma regência que se encarregaria do Govêrno durante a menoridade ([25]).

---

(23) *Ibid.*
(24) *Ibid.,* 25 de novembro de 1844.
(25) *Ibid.*

Mas nenhum dos partidos colheu imediato sucesso. Os republicanos esperaram por mais de 40 anos o colapso da monarquia. O partido francês, ainda que tivesse assegurado a sucessão para uma família francesa quando a filha mais velha de D. Pedro II, D. Isabel, casou com o conde d'Eu, viu no nascimento de um herdeiro do trono, D. Afonso, a 23 de fevereiro de 1845, o surgimento de uma linha direta de sucessão para a Casa de Bragança no Brasil.

A impressão que a situação política no Brasil provocou em Rechberg, amigo e discípulo de Metternich, não foi favorável. Rechberg caracterizou a Fala do Trono de 1845 da seguinte maneira: "Que lisonjas infantis dirigidas aos chamados representantes da nação que tinham sido escolhidos a ponta de baioneta !" ([26]).

As relações entre a Áustria e o Brasil nos anos de 1846-1847, igualmente não foram amigáveis. A paciência da Áustria atingiu o grau máximo com o ritmo retardado das negociações para o tratado comercial. Além de todos êsses aborrecimentos veio uma lista de queixas de Rechberg relativas ao tratamento pouco satisfatório dado aos súditos austríacos pelas autoridades brasileiras. A Áustria não gostou de ver seus marinheiros retirados dos navios mercantes austríacos para o serviço da Marinha do Brasil, nem apreciou o fato de ver seus súditos recrutados nas ruas para o exército brasileiro, como foi o caso em 1848. O fato de imigrantes, aos quais se prometeram "montanhas de ouro" serem submetidos a experiências desagradáveis não contribuiu para melhorar as relações entre os dois países. Muito freqüentemente os representantes diplomáticos da Áustria foram forçados a solicitar do Govêrno Brasileiro a indenização por agravos feitos a súditos austríacos quanto à posição legal e às garantias financeiras. Todos êsses tristes incidentes impediram a consolidação das relações comerciais e culturais entre os dois países.

No princípio de 1847, o Govêrno Brasileiro acreditou de nôvo como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Viena o Ministro Residente [Sérgio Teixeira de] Macedo ([27]). Com esta elevação de grau foi conseguido um certo equilíbrio entre os representantes diplomáticos. Desde 1842 a Áustria tinha tido um representante diplomático no Rio com a categoria de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipo-

---

(26) *Ibid.*, 21 de junho de 1845.

(27) *Ibid.*, 17 de março de 1847.

tenciário, mas o Brasil, segundo Rechberg, ainda não se decidira a manter relações com os países estrangeiros. Dizia Rechberg:

> Há discordância no Ministério a respeito das questões internacionais. Enquanto Holanda Cavalcanti procura isolar o Brasil de tôda influência européia e se mostra surdo em relação a tôdas as exigências justas e justificadas das potências estrangeiras, o Ministro dos Negócios Estrangeiros recomenda em vão uma política mais cuidadosa que melhor corresponderia aos verdadeiros interêsses do país. Contudo, sua opinião não pode atingir seus fins com o predomínio do Chefe do Gabinete. O resultado natural dessas dissenções é o aumento das medidas governamentais hostis aos estrangeiros e a crescente deterioração das relações entre o Brasil e as potências estrangeiras (28) (*).

A Fala do Trono de 3 de maio de 1847 não tomou conhecimento da deterioração das relações do Brasil com as potências européias. O Imperador sempre usava uma fórmula estereotipada ao se tratar das relações com os países estrangeiros. Costumava dizer "Tenho procurado cultivar as relações de harmonia e boa inteligência com os governos do nôvo e velho mundo" (29).

O juízo de Rechberg acêrca da política exterior de Cairu não poderia ser favorável nessas condições. O enviado austríaco concluía que a política de Cairu havia aparelhado mal o Brasil e que os negócios estrangeiros "ofereciam agora um aspecto ameaçador para o futuro do sistema monárquico no Brasil". Rechberg colocava tôdas as suas esperanças de melhoramento dessas circunstâncias desagradáveis no nôvo ministro dos Negócios Estrangeiros, Saturnino de Sousa [e Oliveira Coutinho] (**). Observava Rechberg:

---

(28) *Ibid.*

(*) Na época do despacho (17 de março de 1847) estava no poder o gabinete de 2 de maio de 1846, no qual era ministro da Fazenda Holanda Cavalcanti (depois visconde de Albuquerque), e ministro dos Estrangeiros o barão de Cairu. Mas há engano no despacho ao mencionar a existência de um chefe de gabinete, cargo que só foi criado no gabinete seguinte (em 20 de julho de 1847). Havia, porém, uma ascendência visível da pasta da Fazenda, motivo pelo qual quase todos os chefes de gabinete assumiram o Ministério das Finanças.
(8 de março de 1848).

(29) *Ibid.,* 4 de maio de 1847. Um exemplar da Fala do Trono está anexo, no original português.

(**) Saturnino de Sousa e Oliveira, irmão de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, foi ministro dos Estrangeiros no gabinete de 22 de maio de 1847, que teve como Chefe Alves Branco (2.° visconde de Caravelas). Cândido Batista de Oliveira ocupou a pasta da Marinha. Êste gabinete governou até o ano seguinte (8 de março de 1848).

> Devemo-nos felicitar por ver em tão crítico momento para o Brasil, nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros Saturnino de Sousa e Oliveira. É um homem capaz, sem pontos de vista preconcebidos, e encontra em Cândido Batista de Oliveira, cujas vistas em política exterior êle compartilha inteiramente, um apoio que se revelará muito útil no combate aos preconceitos alimentados pelos seus restantes colegas (30).

Rechberg esperava principalmente a conclusão do tratado comercial austro-brasileiro durante o período de ministério de Saturnino. Cairu sustentara que não havia nem de direito nem de fato autorização para um tratado nos decretos executivos de 1836, porque tinham sido expedidos durante a menoridade de D. Pedro II e se destinavam a ter sòmente a significação de um gesto amigável. Saturnino, com quem Rechberg começou a entender-se sôbre o assunto, tornou claro que pretendia tratar tôdas as potências de modo semelhante, na medida em que fôsse estabelecida perfeita reciprocidade nos tratados (31). Saturnino também pretendia eliminar os privilégios dos franceses. Tentou dar aos *Articles Perpétuels* uma interpretação menos favorável, a fim de diminuir-lhes a importância (32). Além disso Saturnino não alimentava esperanças exageradas nem fazia promessas aos representantes de nação nenhuma. Primeiro mostrou sua presteza em estabelecer os direitos e privilégios dos consulados estrangeiros no Brasil, elaborando convenções especiais. Quis então negociar verdadeiros tratados comerciais. Rechberg viu com bons olhos estas tendências e recomendou, calorosamente, que seu sucessor se dedicasse com zêlo especial a essa matéria e apressasse a conclusão de tal acôrdo. Advertia êle:

> Com a constante mudança de pontos de vista e de negócios no Brasil, tudo depende de aproveitar os momentos favoráveis; ninguém quer correr o risco de ver as melhores combinações serem destruídas por uma mudança de sistemas (33).

As esperanças de Rechberg na competência diplomática de Saturnino foram satisfatórias. No entanto as perspectivas de uma longa administração do ministro dos Negócios Estrangeiros não se materializaram. Sua nomeação para senador pela província do Rio de Janeiro foi seguida de sua saída do Ministério. Saturnino revelava excelentes e esclarecidas vistas

(30) *Ibid.*, 2 de junho de 1847. Cf. Florian KIENZL, *Kaiser von Brasilien, Herrschaft und Sturz Pedros I und Pedros II*, Berlim, 1942, pp. 278 e segs.

(31) *Staatskanzlei*. Brasil: ofício do Rio, de 11 de janeiro de 1847.

(32) *Ibid.*, 9 de julho de 1847.

(33) *Ibid.*, 7 de agôsto de 1848.

sôbre assuntos internacionais e manifestava um sincero desejo de solucionar as questões de relações entre o Brasil e as nações estrangeiras ([34]). Mas em fevereiro de 1848 teve de sair (*). A causa de sua queda foram os planos de convenções com os países estrangeiros. O parlamento rejeitou o projeto e o ministro do Império, Alves Branco, pediu que só à Inglaterra se concedesse um tratado comercial em troca de concessões no tráfico de escravos. O Brasil preferiu retirar-se da comunidade das nações e manter uma política isolacionista. Esta atitude prevaleceu no govêrno brasileiro por alguns anos. Saturnino morreu precocemente e seus princípios foram sepultados com êle ([35]).

Eis um juízo sôbre as atividades de Rechberg como enviado. Rechberg assumiu o seu pôsto no Rio sob auspícios totalmente diferentes de seu predecessor Daiser. Não trazia como missão proteger o herdeiro da coroa e defender o poder para um menino que ainda não tinha idade para governá-lo. Os tempos da tutela austríaca estavam passados. A Áustria tinha ainda um grande interêsse no Brasil em virtude de suas relações dinásticas, mas seu interêsse político no Estado pairava bem acima ([36]). O pôsto no Rio havia sido de grande importância para Rechberg, porque ali havia êle, por assim dizer, apreendido a observar os grandes atôres diplomáticos do mundo. Preencheu as instruções recebidas de Metternich em 1844, com exceção do objetivo comercial que não conseguiu alcançar. Voltou à pátria em 1847 depois de permanecer quatro anos no Rio, durante os quais trabalhou incessantemente para o progresso das relações entre os dois países.

Os acontecimentos de Viena durante a Revolução de 1848 seguiram-se em rápida sucessão. Metternich apresentou sua demissão ao Imperador Ferdinando, que a aceitou, e, conseqüentemente, Metternich deixou Viena. No Rio Hippolyt von Sonnleithner, que substituíra Rechberg, esforçou-se por impedir a rápida divulgação de falsas informações sôbre a Áustria. Publicou artigos nos jornais do Brasil, quando jul-

---

(34) *Ibid.*, 4 de outubro de 1847.

(*) Saturnino foi nomeado senador em 11 de outubro de 1847 e faleceu a 18 de abril de 1848. Não pôde assim exercer suas funções no Senado, que se encerrara a 18 de setembro de 1847 e reabriu a 3 de maio de 1848. Deixou a pasta de Negócios Estrangeiros a 29 de janeiro de 1848, sendo substituído por Pimenta Bueno (marquês de S. Vicente).

(35) *Ibid.* 22 de abril de 1848.

(36) *Ibid.*, 4 de outubro de 1847.

gava necessário, no interêsse do Estado autríaco. Os despachos oficiais de Viena eram enviados regularmente a D. Pedro II que se enfronhou de seus conteúdos e revelou grande interêsse nos acontecimentos que se desenrolavam no Império austríaco (37). Sonnleithner e D. Pedro II discutiram juntos as notícias dos jornais vienenses. Nessas ocasiões D. Pedro demonstrava conhecimentos notáveis a respeito de lugares e personalidades. O interêsse especial do Imperador se concentrava nas notícias da rebelião húngara e das províncias vassalas da Lombardia e Venécia. Sempre que chegavam notícias de vitórias do exército imperial e real na Itália e na Hungria, D. Pedro demonstrava enorme alegria.

Antes do fim de 1848 o incapaz Imperador Ferdinando abdicou a sua coroa em favor do mais velho de seus sobrinhos, o arquiduque Francisco José; Ferdinando retirou-se para Praga.

Os dois jovens Imperadores Francisco José e Dom Pedro oferecem poucos pontos para uma comparação. O tom militar de Francisco José apresentava, porém, forte contraste com a moldura civil do Imperador do Brasil. Os dois eram muito diferentes em temperamento e natureza. Francisco José era completamente destituído do interêsse musical e literário que distinguia o seu primo brasileiro. Mas assemelhavam-se de fato em um ponto: um senso do dever claramente definido que forçava ambos a suportarem, sem fatiga, muitas horas em suas mesas de trabalho. D. Pedro tinha grande simpatia pelo primo, que era uns poucos anos mais môço. Em conseqüência o antigo mordomo de D. Pedro, [Paulo] Barbosa, foi mandado a Viena, como enviado especial, por ocasião da coroação de Francisco José (38) (*). Só muito mais tarde, porém, foi possível a D. Pedro II conhecer pessoalmente Francisco José e a Côrte de Viena.

Devido à infeliz impressão causada pelos acontecimentos na Europa, os conservadores ganharam adeptos no Brasil. Os liberais, após cinco anos no poder, tiveram que descer em outubro de 1848 e dar lugar a um ministério conservador. O

---

(37) *Ibid.*, 12 de setembro de 1848.

(38) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 24 de março de 1849.

(*) Paulo Barbosa foi E. E. M. P. na Rússia em 1845. Transferindo para a Prússia em 1847 e para a Áustria em 1848, sempre como Ministro Plenipotenciário. Dito como está, tem-se a impressão de que êle foi a Viena em missão especial.

nôvo govêrno enfrentou logo uma série de questões não resolvidas e problemas. Em primeiro lugar o govêrno conservador teve a ingrata missão de lidar com uma revolta em Pernambuco, que havia conseguido reais vantagens. Os rebeldes tinham-se deixado levar ao ponto de proclamar a independência de Pernambuco, quando as tropas do Govêrno tiveram de intervir e restaurar a ordem. O líder da insurreição pagou-a com a morte, e a revolta foi considerada finda. Os que sobreviveram, de ambos os lados, compareceram juntos a um serviço religioso em honra dos mortos ([39]). Depois disso o Govêrno absteve-se de fazer qualquer coisa de legal em relações aos proprietários, aos escravos, ou para a solução de problemas internacionais, inatividade que fazia sofrer Sonnleithner ! ([40])

A opinião favorável aos conservadores reforçou-se no Brasil com as notícias da Europa a respeito da vitória do marechal austríaco Radetzky em Novara. D. Pedro II viu nessa vitória não sòmente o êxito do emprêgo da fôrça contra os rebeldes mas também a vitória do direito e da ordem sôbre as fôrças da anarquia. O primeiro ministro austríaco Schwarzenberg, sucessor de Metternich, que conhecia o Brasil por ter servido ali na embaixada austríaca, ficou encantado com a amável repercussão daquelas notícias no Brasil ([41]). Com a vitória de Novara, Sonnleithner recebeu muitas cartas de cumprimentos e visitas. Colegas do corpo diplomático, com exceção do representante da Sardenha, procuraram a Legação da Áustria. O comportamento dos italianos residentes no Brasil nesse tempo ainda era relativamente calmo. Mais tarde, em 1859, depois das derrotas austríacas de Magenta e Solferino, os italianos no Brasil publicaram proclamações hostis à Áustria e aos austríacos no Brasil ([42]).

O interêsse de Sonnleithner em 1851 estava concentrado, quase exclusivamente, no conflito do Prata entre o Brasil e a Argentina. Acompanhou com interêsse a intervenção brasileira que se seguiu. Não tinha os generais que desertaram de Rosas em grande estima, mas compreendeu prontamente

---

(39) *Ibid.*, 26 de fevereiro de 1849.

(40) *Ibid.*, 12 de maio de 1849.

(41) *Gesandschaftarchiv Brasilien,* despachos para o Rio, de 27 de agôsto de 1849.

(42) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 9 de junho de 1859.

que os descontentes argentinos alcançavam seus objetivos à custa do Brasil.

Mostrou também Sonnleithner compreensão das medidas tomadas pelo govêrno brasileiro, durante a reforma do corpo diplomático, devidas à crítica situação financeira do Brasil. Viu por ela que a designação de um Encarregado de Negócios para a Áustria não impedia as boas relações. O Brasil não mais poderia sustentar uma representação diplomática com a categoria de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Viena. Êsses postos só poderiam ser mantidos em Lisboa, Roma, Paris e Londres ([43]).

A posição do Brasil em Londres havia melhorado após a derrota de Rosas. As unidades navais britânicas que antes fiscalizavam e evitavam o tráfico de escravos daí por diante evitaram atos hostis nas costas brasileiras.

Em face dos acontecimentos do Prata, o Brasil podia-se julgar vitorioso. O senador [Carneiro] Leão (*) voltou do Uruguai com os tratados assinados ([44]); a Confederação Argentina mostrou-se conciliadora e declarou o reconhecimento do Paraguai ([45]). Êsses sucessos fizeram com que Sonnleithner entoasse os louvores da capacidade diplomática do Imperador do Brasil e do seu ministro dos Estrangeiros, Paulino [José Soares de Sousa] ([46]) (**). D. Pedro, em seu décimo ano de reinado, havia manobrado no sentido de defender o território do Brasil contra o ataque de fora e contra as tendências separatistas do interior. O Brasil estava provando ser nesses anos tempestuosos a influência calmante no meio do permanente caos da América do Sul.

Por outro lado, a Confederação Argentina estava à mercê de fôrças destruidoras. O general Urquiza não conseguiu manter a unidade. A divisão da antiga poderosa rival em repúblicas mais pequenas só poderia ser favorável ao Brasil. Quando Buenos Aires e Corrientes se rebelaram contra Urquiza, o Brasil, como questão de defesa própria, privou-se de

---

(43) *Ibid.*, 5 de abril de 1852.

(*) O senador Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês de Paraná, foi E. E. e Ministro Plenipotenciário na Argentina em 1851. Sua missão está minuciosamente estudada em J. A. Soares de Sousa: *Honório Hermeto no Rio da Prata* (Missão Especial de 1851-2) — S. Paulo, 1959 (Brasiliana, n.º 297).

(44) *Ibid.*, 14 de junho de 1852.

(45) *Ibid.*, 13 de agôsto de 1852.

(46) *Ibid.*, 13 de setembro de 1852.

(**) Sôbre Paulino José Soares de Sousa, v. José Antonio Soares de Sousa: *A vida do visconde do Uruguai*, S. Paulo, 1944 (Brasiliana, n.º 243).

intervir; mas a França e a Inglaterra dedicaram-se a essa ingrata missão. A Fala do Trono de fato delineou êsses fatos e ressaltou o grande êxito que, incontestàvelmente, obtivera a política externa brasileira. Contudo, isso não impediu que Sonnleithner classificasse a exposição do Imperador como "uma das mais estéreis produções jamais submetidas por um Imperador a um Ministério" (47). A demissão do Ministério, como Sonnleithner previra, de fato se seguiu logo depois. Divergências de opinião entre Paulino e o ministro do Império provocaram a renúncia do primeiro. O temor de Sonnleithner da ascensão de um nôvo gabinete liberal não se confirmou. O senador [Carneiro] Leão, como um dos mais expressivos conservadores, assumiu a tarefa de organizar o nôvo gabinete (48) (*).

Os ofícios diplomáticos de Sonnleithner foram interrompidos durante certo tempo em 1854, quando conseguiu férias para casamento, e êle e sua jovem mulher viajaram para a Europa (49). Reassumiu sua posição no Brasil em 24 de fevereiro de 1855.

Em 1855 começaram as discussões a respeito de um projeto de viagem ao redor do mundo pelo arquiduque Ferdinando Maximiliano da Áustria. Sonnleithner assegurou que êle teria uma recepção magnífica não só por parte da Família Imperial brasileira como da população. Aconselhou a Viena, que por causa do clima, fixasse a chegada do arquiduque entre maio e outubro, pois nesse período havia menos perigo de febre amarela e outras epidemias comuns na costa brasileira. De modo a preservar a reputação da Áustria, Sonnleithner recomendou que o arquiduque trouxesse uma escolta de alguns navios de guerra. O prudente Sonnleithner também não esqueceu que o arquiduque não deveria visitar o Brasil sem trazer presentes para a Família Imperial. Na lista de presentes sugerida por Sonnleithner estava uma luxuosa carruagem para D. Pedro II, um jôgo de cristais da Boêmia e um telescópio

(47) *Ibid.,* 4 de maio de 1853.

(48) *Ibid.,* 14 de julho de 1853.

(*) O ministro do Império (interior) no Gabinete de 11 de maio de 1852 era o visconde de S. Lourenço. O Gabinete Paraná (Carneiro Leão) é conhecido como "da Conciliação". Começou a 6 de setembro de 1853 e foi até 1857, mas já sob a chefia de Caxias, porque Paraná faleceu em 3 de setembro de 1856.

(49) *Ibid.,* 14 de maio de 1854. Sonnleithner relatou seu casamento com uma senhora brasileira, Beatrice (Beatriz) de Sales, filha do falecido banqueiro Guillimares (Guimarães) de Sales, v. *Ministerium des Aeusseren. Administrative Registratur,* F. 4, pasta 202, *Personalakt Sonnleithner.*

Plössel para as curiosidades astronômicas do Imperador. Para a Imperatriz Sonnleithner sugeria um retrato da Imperatriz Elisabeth ou uma pequena mesa com embutidos ([50]).

A planejada viagem do arquiduque começou em fins de 1859. Principiou esta viagem à América do Sul com a plena consciência de que era um descendente do casal real espanhol que havia tomado posse das terras distantes do Nôvo Mundo ([51]). Vagou pelas terras do mundo como observador objetivo e nas suas cartas ao irmão, o Imperador austríaco, procurava refletir uma pintura imparcial das terras que visitava ([52]). A 8 de janeiro de 1860 Maximiliano tocou a costa do Brasil. Desembarcou na Bahia, onde imediatamente e com tristeza notou que havia encontrado raros navios austríacos no seu percurso através do oceano. Com inexorável franqueza relatava as razões da queda do comércio austríaco de ultramar ao Imperador Francisco José:

> O conjunto dos produtos industriais e agrícolas da Áustria que agora encontra saída para países estrangeiros em modestas quantidades poderia ser ampliado por planos metódicos até um ponto em que lucros significativos resultariam para a pátria. Entre nós, uma autoridade capaz de resolver os problemas decorrentes do desenvolvimento do comércio de ultramar é necessária. Nos países estrangeiros a Áustria precisa de representantes competentes que se empreguem com tôdas as fôrças em explorar os recursos estrangeiros para troca de produtos. Se os navios de V. M. pudessem estacionar em águas estrangeiras para assegurar aos comerciantes austríacos que êles achariam forte proteção e auxílio gratuitamente oferecido por todo o globo, então o comércio marítimo se desenvolveria ràpidamente, nossos produtos achariam mercados lucrativos em praias distantes e os produtos das zonas tropicais achariam caminho para a nossa pátria (53) (*).

---

(50) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI. Brasil: ofício do Rio, 13 de agôsto de 1855.

(51) Egon Caesar CORTI, *Maximilian und Charlotte von Mexico,* Zurique, 1924, vol. I, p. 92.

(52) *Kabinettsarchiv. Geheimakten,* caixa 5. Relatório do arquiduque Ferdinando Maximiliano ao Imperador Francisco José, de 26 de novembro de 1859, 2 de janeiro, 2 de fevereiro e 23 de março de 1860.

(53) *Ibid.,* 12 de janeiro de 1860

(*) Nas suas *Memórias* Maximiliano refere-se longamente também a um baile na casa do cônsul austríaco na Bahia, Lohmann. (V. Wanderley PINHO: *Salões e damas do 2.º reinado,* 3.ª ed., S. Paulo, 1959, p. 34). O *Diário da Bahia,* de 14 de janeiro de 1960 diz que foi o *único* baile a que compareceu na Bahia. A estada de Maximiliano no Brasil foi longamente estudada por Marques dos SANTOS: *Anuário do Museu Imperial,* vol. XVI, 1955, p. 37, sob o título: "Viagem do príncipe Maximiliano ao Brasil, em 1860".

Sôbre o assunto escreveu igualmente Frederico EDELWEISS: *A visita de Maximiliano da Áustria à Bahia,* Bahia, 1961 (Centro de Estudos Baianos — n.º 43 — 15 — VIII — 1960).

Maximiliano viajava incógnito, e dever-se-ia salvaguardar sua identidade mesmo contra a população brasileira, tão amante do espetáculo e que havia preparado uma esplêndida recepção para êle. Informou êle às autoridades da Bahia que não queria ser incomodado. Só em uma ocasião tomou parte num acontecimento público; aceitou um convite para uma recepção dada em sua honra no Clube Germânico de Tiro, porque apreciou em alto grau a unidade dos colonos de língua germânica num país estrangeiro. Maximiliano apreciou amplamente sua liberdade. Empreendeu longas excursões a fim de conhecer a fundo a terra e o povo. Apesar das dificuldades surgidas em seu caminho pelo clima e pela floresta, ficou encantado com as impressões colhidas nessas viagens.

A 27 de janeiro de 1860 chegou ao Rio, onde foi recebido por Sonnleithner e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil [João Lins Vieira Cansansão de] Sinimbu (54). O programa organizado de recepção pelo corpo diplomático foi cancelado porque Maximiliano estava viajando incógnito. Por outro lado, a visita do hóspede austríaco às duas princezinhas, filhas de D. Pedro II, em Petrópolis, correu com muito entusiasmo. Maximiliano jantou com elas e ficou uma noite inteira em companhia delas. Assim narrou êle a festa a Viena:

> Achei ambas encantadoras. Estão tendo uma excelente educação à moda germânica, são bem educadas e muito amáveis. D. Isabel, a mais velha, é um tanto circunspecta, tem feições regulares e lindo cabelo louro, é bem feita e bastante saudável. A mais môça, D. Leopoldina, é visìvelmente esperta, com uma expressão assaz maliciosa, expressão especialmente elegante e é muito alegre. Ambas têm bastante espírito e vivacidade e fariam honra a qualquer senhor europeu. Têm aspectos que certamente merecem ser considerados (...) (55).

Maximiliano também relatou que a princesa mais velha teria 14 anos na primavera seguinte e portanto atingiria a idade núbil. De acôrdo com a Constituição Brasileira nada impediria seu reconhecimento como princesa herdeira do trono. Avisou Maximiliano: "Isto obriga a pensar em casamento num futuro próximo. O país teme muito um português ou um protestante e, por conseguinte, receberia com alegria um consorte austríaco" (56) (*).

---

(54) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI, Brasil: ofício do Rio, de 2 de fevereiro de 1860.

(55) *Kabinettsarchiv. Geheimakten*, Caixa 5. Relatório do arquiduque Maximiliano a Francisco José, de 2 de fevereiro de 1860.

(56) *Ibid.*

(*) O trecho de Maximiliano sôbre D. Isabel e D. Leopoldina dá a entender que tinha razão a condêssa de Barral, aia das princesas, quando diz em carta

Uma outra visita ao Rio deu a Maximiliano a oportunidade de tomar conhecimento das realizações do Imperador no terreno dos serviços públicos e de planificação da cidade. De nôvo Maximiliano comunicou ao Imperador Francisco José:

Em todos os terrenos toma-se conhecimento da boa vontade do Imperador, que tem os interêsses de seu povo sempre em mente. Está êle diligentemente empenhado em fundar instituições científicas para o povo. O Imperador desenvolve uma incansável atividade e dedica seu tempo e seus períodos de lazer ao progresso do povo. Só esta incansável energia do Imperador consegue manter a máquina do Estado em plena ação e os brasileiros, naturalmente fleumáticos, em alguma atividade (57).

Só mais tarde teve Maximiliano a oportunidade de encontrar o Imperador em pessoa, porque êste, juntamente com a Imperatriz, estava em uma de suas numerosas excursões. A impressão fixada por Maximiliano da personalidade de D. Pedro II foi menos favorável. Maximiliano se aborreceu por uma pequena falta: um atraso da parte dos brasileiros no encontro na baía do Espírito Santo. O Imperador desembarcou cedo demais e Maximiliano teve, por algum tempo, de se satisfazer com a companhia da Imperatriz. O retrato que Maximiliano traçou de D. Pedro II foi, sem dúvida, influenciado por êste incidente anterior. Disse êle:

D. Pedro II é um homem grande, forte, com cabelos louros e barba espêssa. Estava muito amável, mas embaraçado e distraído, e atribuiu tôda a culpa pela confusão ocorrida no encontro ao ministro Sinimbu. O Imperador gosta de fazer de sábio; seus conhecimentos pareceram-me baseados principalmente em suas leituras de enciclopédias, que através de sua excelente memória tornam-se de grande proveito. Chocou-me de maneira cômica quando tentou instruir-me acêrca das condições atuais da Europa e dos estadistas europeus. A conversa teria sido melhor se tivesse ficado sôbre seus navios e sua Côrte, porque o iate se parecia muito com um navio de imigração, e sua Côrte ficaria muito mais à vontade na floresta ou no tôpo das palmeiras. Usava um casaco costurado de ouro e um imenso chapéu de três pancadas. Parece-me que o Imperador não se ocupa devidamente com sua próxima comitiva, já que obriga os que o cercam a permanecerem em pé por horas no maior calor e sem chapéus. Em geral, os extremos me parecem ser a regra nesta Côrte: — a origem selvagem e uma etiquêta há muito abandonada na Europa. O almirante Marques Lisboa (*), o único homem do séquito do Imperador que está perto de

---

transcrita por EDELWEISS, *op. cit.*, que o príncipe viera incumbido de sondar um casamento, seja com o arquiduque Luís José Vítor, seu irmão, ou com o conde de Flandres, seu cunhado.

(57) *Ibid.*

(*) O almirante Marques Lisboa, é o futuro marquês de Tamandaré, comandante da esquadra e hoje patrono da Marinha do Brasil. A má vontade do arquiduque é visível quando se refere a D. Pedro II. O Imperador nunca usou

ser distinto, muito a propósito, observou repetidamente aos meus ajudantes que era muito preciso a D. Pedro II ir à Europa por algum tempo para freqüentar bastante os príncipes (58).

Maximiliano visitou o Brasil num momento em que o país tinha de nôvo de combater terríveis dificuldades sociais e econômicas, mas o Partido Conservador, que estava no poder havia sete anos, havia conseguido certa calma. As relações do Brasil com as potências estrangeiras haviam melhorado e a nação acabava de ser salva de uma revolução. O Partido Conservador seguira o caminho da conciliação; convidou pessoas de idéias diferentes a tomarem parte no govêrno na medida em que fôssem competentes (59).

A questão do casamento de D. Isabel e de sua irmã tornou-se aguda em 1864, quando ambas atingiram a idade matrimonial. Antes disso Sonnleithner havia ouvido falar de planos de casamento da mais velha com um filho de uma das irmãs de D. Pedro II (*). Mas a Áustria ainda considerava as vantagens de um casamento com um príncipe da Casa de Habsburgo. Nos conselhos de família de Bad Ischl, Maximiliano sugeriu que seu irmão mais môço, o arquiduque Luís Victor, se casasse com uma das filhas do Imperador do Brasil (**). Secretamente Maximiliano esperava por êsse modo arrebanhar a cadeia de pequenas nações colocadas entre o México e o Brasil para dentro do Império Mexicano. Rechberg, antigo enviado da Áustria no Brasil, defendeu êsse plano, mas a personagem principal, o arquiduque Luís, não tinha o mais leve desejo de tomar parte no plano. A personalidade do arquiduque Luís ainda não se havia fixado. Estava gozando a mocidade e não via com simpatia o casamento naquele

---

casaco bordado a ouro, mas uniforme militar. Também jamais apareceu com chapéu de três pancadas, mas chapéu armado de dois bicos.

É curioso contrapor o juízo de Maximiliano nesse relatório secreto, com o ingênuo relato do Imperador sôbre seu primo, que assim termina:

"Gostei das idéias do arquiduque, sensatamente liberais, tendo-se dado muito com Manzoni, Cantu, Cárcano e outros, quando governou a Lombardia". *Diário* — Arquivo do Museu Imperial, citado por Marques dos SANTOS, *op. cit.*, p. 44, nota.

(58) *Ibid.*

(59) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 5 de outubro de 1855.

(*) O filho de uma das irmãs do Imperador falado como noivo de D. Isabel foi o duque de Penthièvre, filho dos príncipes de Joinville, nascido em 1845.

(**) O fato de Maximiliano propor o casamento do irmão confirma o que disse a Barral no trecho acima citado.

instante. Mas era essa fixação exatamente que Maximiliano desejava pelo casamento. Disse êle:

> Conheço o Imperador do Brasil e creio que é uma pessoa que através de uma energia inteligentemente dirigida, tornará Luís correto, industrioso e ativo. Isto é alguma coisa a que o Imperador certamente dedicará sua atenção tratando-se de seu genro ([60]).

Maximiliano sabia que Luís se submeteria a uma ordem do Imperador da Áustria, mesmo que fôsse "como um mártir". Tal ordem, que em circunstâncias semelhantes, fôra dada muitas vêzes anteriormente, pareceria particularmente apropriada neste caso e diante de tal personalidade ([61]).

Contudo os pais das duas princesas estavam também ocupados com a tarefa de obter maridos para as suas filhas e D. Pedro ainda guardava nítida a lembrança do malôgro de seus próprios planos vinte anos antes com a Casa de Habsburgo. Os noivados foram anunciados numa Fala do Trono em maio de 1864, mas os nomes dos noivos não foram dados à publicidade. A curiosidade dos brasileiros em breve se satisfez, porém, com a chegada do conde d'Eu e do duque de Saxe-Coburgo-Gotha. A vinda dos príncipes despertou um grande entusiasmo na capital do Brasil e os dois casamentos realizaram-se em outubro e dezembro de 1864. D. Isabel casou com Gastão [de Orléans], conde d'Eu e o duque de Saxe-Coburgo-Gota com D. Leopoldina ([62]). O Imperador Maximiliano do México manifestou verdadeira tristeza quando soube dos casamentos, por ter seu irmão Luís declinado de competir pela mão de uma das princesas brasileiras ([63]).

A despeito de tôdas as dificuldades em 1865, Sonnleithner julgava a situação do Brasil favorável. Informou êle:

> É um espetáculo digno de ver-se como a grande república da América do Norte se esfarela numa guerra civil, como os barris de pólvora se espalham por tôda a América do Sul e como, entre êles, uma nova monarquia se estabelece mais firmemente ([64]).

---

(60) CORTI, *op. cit.*, p. 258. Excerto de uma carta pessoal de Maximiliano a Francisco José, de 27 de outubro de 1863.

(61) *Ibid.*, p. 259. Os casamentos das duas filhas do Imperador Francisco I, Maria Luísa e Maria Leopoldina com Napoleão e D. Pedro I, respectivamente, são referidos nessa carta. Em ambos a vontade paterna foi imposta às nubentes.

(62) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 7 de novembro, 8 e 24 de dezembro de 1864.

(63) CORTI, *op. cit.*, p. 250.

(64) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 7 de fevereiro de 1865.

Sonnleithner continuava referindo-se à jovem monarquia de Maximiliano no México, que devia sua existência às armas francesas:

> Em tôda a América as tendências republicanas parece que já se excederam e um período de reação chegou e começa a revelar o ídolo das democracias americanas, surgido há um século e despi-lo de suas vãs falsidades. Se o exemplo do Brasil e do México é decisivo para tôda a América, não pode ser previsto; mas o exemplo das repúblicas do Norte e da Sul-América difìcilmente ficará como digno de imitação para o Brasil e o México (65).

O curso da História não confirmou os pontos de vista de Sonnleithner. Os Estados Unidos da América prosperaram e continuaram a crescer. A monarquia mexicana entrou em colapso antes dos tiros de Querétaro e o Imperador do Brasil foi um dia destronado.

As notícias do fuzilamento do Imperador Maximiliano do México provocaram um choque geral no Rio. A Côrte pôs luto. O corpo diplomático fêz visitas de pêsames à Legação da Áustria. D. Pedro enviou uma carta de condolências escritas em linguagem sincera ao Imperador Francisco José (66).

No fim da década de 1860 o próprio Brasil se viu em face de sérios problemas. Os planos militares exigidos pelas campanhas do Uruguai e do Paraguai tiveram efeito desastroso sôbre a agricultura. Mas apesar das despesas não havia ainda gente suficiente para manter o exército em pé de lutar. Houve necessidade de comprar negros ou libertá-los para usá-los como refôrço (*). A direção da guerra exigia imensas somas. A Família Imperial deu bom exemplo de disposição para os sacrifícios. Foi demitida a quarta parte de seus funcionários civis, que eram já muito poucos. A despeito de todos os esforços financeiros e militares as operações nos países inimigos não fizeram os progressos desejados. Finalmente, a 10 de março de 1868 chegaram notícias no Rio de que a capital do Paraguai, Assunção, se tinha rendido a uma unidade da frota brasileira (67). O Imperador chamou um Ministério conservador porque esperava terminar a guerra. Contudo,

---

(65) *Ibid.*

(66) *Ibid.*, 7 de agôsto de 1867.

(*) Todos os escravos alistados eram automàticamente libertos. Não havia escravos no exército.

(67) *Ibid.*, 9 de março de 1868.

o Brasil estava decidido a expulsar ou destruir Lopez, o maior obstáculo à realização da paz.

Sonnleithner não permaneceu no Brasil bastante para ver o fim da guerra. Requereu uma transferência para um cargo na Europa. Conseguiu-o; e deixou o Rio em dezembro para seu nôvo pôsto em Lisboa ([68]). O Imperador do Brasil honrou os grandes esforços de Sonnleithner em prol das relações austro-brasileiras, conferindo-lhe a grã-cruz honorária da Ordem da Rosa ([69]). Sonnleithner disse adeus ao Brasil numa audiência especial com D. Pedro II, que, nessa ocasião, anunciou sua intenção de visitar a Europa.

Coube ao nôvo enviado austríaco, conde de Lüdolf, comunicar, afinal, que, depois de extensa campanha na cordilheira, Lopez fôra assassinado por um soldado em março de 1870 (*). Com sua morte, um capítulo sangrento da história sul-americana se encerrou. Lüdolf narrou com evidente emoção o fim da guerra, mas não pôde deixar de se impressionar com a personalidade mágica de Lopez, apesar de tôdas as suas crueldades ([70]).

O fim da guerra deu a D. Pedro II a oportunidade de levar avante seus planos de reconstrução do seu país. A fôrça do Brasil estava quase exausta pelos cinco anos de guerra, mas o Imperador ordenou a construção de estradas e diques. Êle próprio superintendeu a construção e o embelezamento da Capital e outras grandes cidades.

Finalmente D. Pedro pôde realizar um sonho de sua juventude — uma viagem à Europa. A despeito de protestos dos liberais, o Imperador e a Imperatriz embarcaram para Southampton a 24 de maio de 1871. Antes de partir o Imperador confidenciou a Lüdolf as minúcias de seu itinerário. D. Pedro pretendia passar algum tempo na Inglaterra, Holanda e Bélgica; depois continuar pelo Reno, visitar a Suíça, a Baviera e chegar a Viena em outubro. Depois de uma quinzena queria seguir para Veneza e Florença, visitar Roma e Nápoles e finalmente viajar para a França através de Gênova e Turim.

---

(68) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 17 de junho de 1868. Ofício do Rio, de 7 e 20 de agôsto, 18 de outubro de 1868.

(69) *Ibid.*, ofício do Rio, de 23 de novembro de 1868.

(*) Lopez não foi assassinado por um soldado em 1870; foi prêso, já ferido, pelo general Câmara, depois visconde de Pelotas. Recusou render-se e ainda tentou sacar a espada, dizendo a frase: *Muero con mi Patria.*

(70) *Ibid.*, 23 de março de 1870.

A viagem de volta devia seguir-se imediatamente a uma visita à Espanha e Portugal. De acôrdo com as intenções de D. Pedro essa viagem não seria oficial, mas a título privado. Queria ver o mais possível da Europa, mas não da maneira usual dos chefes estrangeiros nas visitas oficiais ([71]). Durante a ausência do Imperador, a Princesa Imperial, como regente, devia dirigir os negócios do govêrno ([72]).

O casal Imperial chegou a Viena depois de passar por Bad Ischl, Gmunden e Linz. Desceram no Hotel Munsch em Viena e passaram o tempo visitando as atrações vienenses. As ricas coleções do Museu da Côrte ([73]) e da Real Biblioteca da Côrte despertaram especialmente o interêsse de D. Pedro. Os monarcas brasileiros foram recebidos pelos parentes austríacos num grande jantar de família na sala dos espelhos de Schönbrunn ([74]), e homenageados com um espetáculo de gala no Burgtheater e na Ópera. Mais uma vez saudaram um velho amigo, Sonnleithner, pôsto à disposição dêles pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. Sonnleithner registrou calorosamente em seu jornal: "Foi certamente um prazer exibir a velha cultura de minha cidade natal ao Imperador do Brasil" ([75]).

Sonnleithner teve de nôvo oportunidade de servir no Rio, mas só por pouco tempo, por causa de uma séria moléstia que, forçando-o a voltar a Viena, sòmente alguns anos depois veio a causar-lhe a morte. Seu sucessor, o barão de Schreiner, já era conhecido de D. Pedro, que o conhecera na ida ao Egito. Parece que Schreiner foi o intermediário que possibilitou a D. Pedro uma visita ao Museu Histórico Egípcio. Realmente Schreiner alegou, enfàticamente, seu conhecimento pessoal do Imperador do Brasil, quando se deu a vacância do pôsto do Rio, em virtude da doença de Sonnleithner. Schreiner foi recebido de maneira amigável por D. Pedro e pela Imperatriz. Durante a recepção D. Pedro referiu-se aos seus estudos egípcios e Schreiner não se pôde conter e, lem-

---

(71) *Ibid.*, 7 de maio de 1871.

(72) *Ministerium des Aeusseren. Administrative Registratur*, F. 2, pasta 20. Carta de notificação da regente D. Isabel, de 28 de maio de 1871. Resposta de Francisco José, de que só resta uma cópia, de 29 de julho de 1871.

(73) *Hofarchive. Obersthofmeisteramt: Hofzeremonialprotokoll* (1871), pasta 237, relativa a coleções e museus.

(74) *Ibid.*, pasta 238.

(75) *Ibid.*

brando Viena, disse que se sentia atraído pelo Imperador porque tinham algo de comum! ([76])

Ao iniciar sua carreira, Schreiner não podia formar um conceito exato das condições do Brasil. Só viu a Côrte. Notou o forte contraste, que era evidente, entre a aparência quase burguesa do Imperador do Brasil e a sua simples Côrte. Anotou também que a pompa acolhedora que dava a Hofburg e a Schönbrunn em Viena a aparência característica, faltava em São Cristóvão e na residência de verão em Petrópolis. Schreiner também viu logo o ponto mais negro do Brasil: a maneira fácil com que os funcionários eram peitados, a falta de cuidado e a ignorância com que os negócios públicos eram geridos. A isso se juntavam as tentativas dos imigrantes, cujas condições apresentavam algum progresso comparadas com as de 1850, mas que eram ainda muito más ([77]).

Depois de uma fase introdutória, os relatórios de Schreiner para Viena tornaram-se característicos de uma era em que não havia nenhuma influência direta da Áustria nos negócios internos ou externos do Brasil. Os ofícios de Schreiner limitavam-se geralmente a notícias da Côrte, que em face de sua posição, êle poderia fàcilmente obter. Julgou prudente mencionar sua amizade com D. Pedro em tôdas as oportunidades. Quanto ao mais, limitava-se a enviar para Viena recortes do jornal semanal brasileiro *O Globo* (publicação especial para nações estrangeiras), para manter o Ministério dos Estrangeiros de Viena informado de todos os acontecimentos importantes e fatos do Brasil e dos países vizinhos. Na opinião de Schreiner, êstes artigos eram suficientes, e êle não queria carregar o Ministério dos Estrangeiros com extensos e maçantes relatórios ([78]). Na verdade, o que Schreiner estava querendo era não maçar-se a si próprio com descrições mais minuciosas.

O Imperador e a Imperatriz do Brasil fizeram nova viagem à Europa em 1876-1877, e, de acôrdo com os planos, passaram a semana de Páscoa em Viena ([79]). Infelizmente esta excursão européia do Imperador foi em grande prejuízo da monarquia no Brasil. A princesa Isabel, regente, era suspeita

---

(76) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 28 de maio de 1875.

(77) *Ibid.,* 14 de junho de 1875.

(78) *Ibid.,* 27 de dezembro de 1875.

(79) *Hofarchive. Obersthofmeisteramt: Hofzeremonialprotokoll* (1877), pasta 58. Realizou-se um jantar de família a 18 de maio de 1877. V. pasta 67 para outras atividades do Imperador e da Imperatriz.

de ultramontanismo, e sua atitude conciliatória no conflito com a Igreja foi tomada pelos inimigos como uma prova dêsse fato. Entre os inimigos da Casa Imperial estavam os franco-mações, que exerciam grande influência no govêrno do Brasil. Além disso, as reformas legislativas e financeiras de 1884 não atingiram seus fins ([80]). Os debates entre o Brasil e os países europeus relativos à localização exata da fronteira entre o Brasil e as Guianas foram causa de violentos ataques da oposição ao govêrno (*). Também o final da solução da questão da escravidão não pôde ser adiada por causa da exigência popular de liberação dos restantes escravos.

Em 1887 o Imperador estava em mau estado de saúde e seus médicos recomendaram uma nova viagem à Europa. Êle adiou esta viagem tanto quanto possível por mêdo de que sua ausência o enfraquecesse pollticamente. Mas finalmente consentiu em ir por um ano e de nôvo a Princesa Regente governou o Brasil ([81]).

Em março de 1888 o govêrno liberal foi demitido e um certo número de províncias tentou resolver suas dificuldades sem esperar pelas determinações legais. A Princesa Regente declarou em 13 de maio de 1888 que a escravidão no Brasil estava abolida para sempre, porque era contrária à moral cristã e às instituições liberais do Brasil (**). O povo acolheu entusiàsticamente a proclamação e honrou-a como uma redentora ([82]). O Parlamento Brasileiro agiu com rapidez não usual e a lei da abolição dos escravos foi aprovada em seis dias ([83]). Assim o Brasil cessou sùbitamente de ser um Estado escravocrata e os Estados estrangeiros, inclusive a Áustria, enviaram mensagens congratulatórias ([84]).

Mas a emancipação dos escravos foi seguida de sérias repercussões políticas e econômicas que causaram ao nôvo repre-

---

(80) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI. Brasil: Ofícios do Rio, de 7 e 29 de maio de 1883.

(*) A viagem do Imperador de 1876-77 nada tem que ver com as reformas de 1884. Nessa última data o Imperador estava no Brasil. A anistia aos bispos não foi concedida pela princesa, mas pelo próprio Imperador antes de partir. (V. Sister Mary Crescentia THORNTON, *The Church and Freemasonry in Brasil, 1872-1875,* Washington, 1948.

(81) *Ibid.,* 12 de junho de 1887.

(**) Em março de 1888 subiu o gabinete João Alfredo Correia de Oliveira, caindo o gabinete do barão de Cotegipe, que durara desde 1885. Ambos eram conservadores. Não houve, pois, nenhuma queda de liberais em 1888.

(82) *Ibid.,* 8 de maio de 1888.

(83) *Ibid.,* 14 de maio de 1888.

(84) *Ibid.,* despachos para o Rio, de 16 de maio de 1888.

sentante da Áustria, o conde de Welsersheimb, a previsão da tempestade vindoura. Disse êle: "O Império está à beira de uma catástrofe que determinará seu futuro destino" ([85]).

A autoridade do monarca estava em declínio. Quando o conde d'Eu fêz uma excursão pelas províncias do Norte, teve dificuldade com os republicanos. O próprio Imperador não estava seguro. A 16 de julho de 1889, ao deixar o Teatro do Rio de Janeiro, recebeu um tiro, e pôsto que não ficasse ferido, sofreu profundamente pela falta de confiança do povo (*). Os acontecimentos conduziam ràpidamente à catástrofe.

No comêço de novembro sòmente leais monarquistas se encontravam nas Câmaras, com todos os conservadores e republicanos fora dela (**). Uma hábil agitação tornou possível aos republicanos utilizar um movimento dentro das fôrças armadas para alcançar seus fins. A revolução irrompeu, assim, em meados de novembro.

Na agitação que se seguiu, o Imperador permaneceu muito calmo e declarou: "Coisas como essa já aconteceram antes. Conheço meus brasileiros. Tudo passará tão depressa como começou". Mas desta vez o Imperador errou. Um manifesto proclamou a deposição da dinastia Bragança e a transformação do Império Brasileiro em Estados Unidos do Brasil. O nôvo presidente, marechal Deodoro da Fonseca, descrito por Welsersheimb como "...caráter turbulento e insubordinado que tentou mais de uma vez usar a espada contra os governantes legais", nomeou um Govêrno Provisório composto de juristas e jornalistas ([86]). Welsersheimb (***) salientou em seu ofício que pouco tempo antes tôda a população da Capital havia saudado entusiàsticamente a volta do Imperador e seu restabelecimento de séria moléstia. Escreveu êle para Viena:

> A atitude da população durante êstes acontecimentos excitantes de 15 de novembro merece pleno reconhecimento. Não houve excessos, nem a

---

(85) *Ibid.*, ofício do Rio, de 15 de junho de 1889.

(*) O atentado ao Imperador em 1889 não foi de autoria de um brasileiro, mas de um português, e não teve nenhuma repercussão.

(**) Não se compreende bem a afirmação de que "only loyal Royalists were to be found in the chambers, with all Conservatives and Republicans stayed away". Os conservadores, também monarquistas ferrenhos, compunham uma numerosa oposição. Os republicanos, realmente, tinham sido derrotados.

(86) *Ibid.*, 20 de novembro de 1889.

(***) O nome do ministro austríaco é escrito na obra de R. A. CAMPOS e no *Almanaque de Gotha* como *Welsersheimb*.

mínima resistência foi oferecida. A não ser um leve ferimento produzido no ministro da Marinha, nenhum sangue se derramou na mudança da monarquia para república no Brasil. Quem quer que sustente que a rendição silenciosa e incondicional à fôrça — de qualquer natureza que seja — é a própria essência da virtude cívica, terá de louvar a população da Capital brasileira. Mas o que sustenta que o dever dos cidadãos de ser obedientes, não atinge necessàriamente a honra e a decência, não pode senão repelir êsse escandaloso espetáculo com repugnância e nojo. O homem deve lembrar-se de que êsse mesmo monarca que partia para o exílio como um banido, era recebido a menos de um ano pelo mesmo povo com grande entusiasmo, com inúmeras ovações e festividades ao voltar depois de uma séria moléstia. Então todos, sem distinção, atropelavam-se para beijar a mão do "Amado pai da Pátria". Agora, o mesmo povo, nos últimos dias, não mexeu um dedo na sua estúpida apatia para evitar o banimento forçado do monarca que tão recentemente era o centro de tal regozijo (87).

Como representante de uma nação amiga, Welsersheimb fêz suas despedidas à Família Imperial quando partiram para Portugal a bordo de um navio de guerra:

Não sòmente ofereci meus humildes serviços ao Imperador D. Pedro II em qualquer coisa que fôsse preciso, mas também lembrei calorosamente a Sua Majestade os íntimos e sinceros sentimentos que o Meu Amo ilustre, não só por causa dos próximos laços de sangue, alimentava em relação ao Imperador e tôda sua família. Especialmente nessa triste ocasião realcei o fato de que o Meu Amo está ansioso por ajudá-lo, e seria uma grande satisfação para mim ser capaz de um serviço. Exprimi minha convicção de que o Imperador não encontraria acolhimento mais amável e cordial do que na Côrte do Monarca que tenho a honra de servir. Pedi a Sua Majestade que me confiasse seus desejos nesse assunto de modo a poder tomar as necessárias providências (88).

D. Pedro respondeu que já tinha escolhido seu lugar de exílio e partia para Portugal. Welsersheimb continuou:

A dignidade e o absoluto *self-control* caracterizaram a atitude de Sua Majestade enquanto estêve a bordo do navio. Nem uma palavra de queixa ou de acusação passou pelos lábios do Imperador. Absteve-se, igualmente, de qualquer observação a respeito da crueldade de seu destino (89).

A atitude de Welsersheimb durante êsses dias turbulentos foi muito apreciada pelo Imperador da Áustria (90). Como muitas outras nações amigas, a Monarquia Austro-Húngara

---

(87) *Ibid.*

(88) *Ibid.*

(89) *Ibid.*

(90) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 24 de dezembro de 1889. Na primeira página há uma nota a lápis do Imperador Francisco José: "Ao conde de Welsersheimb: Meu reconhecimento pela sua atitude correta se consigna aqui. F. J.".

tinha sido incapaz de fazer qualquer coisa para evitar a derrubada da Casa de Bragança no Brasil.

O Imperador Francisco José determinou deixar que os Estados Unidos do Brasil esperassem o seu reconhecimento pela Áustria durante certo tempo. Conseqüentemente escreveu num memorando do Rio a lápis:

> Gostaria que me fôsse feita uma exposição relativamente à nossa atitude em face do Brasil, mas não há pressa (91).

Assim se encerraram as relações entre os Impérios da Áustria e do Brasil. Uma análise imparcial da natureza e do grau do intercâmbio entre os dois impérios de 1815 a 1889 mostraria provàvelmente que tais relações não foram tão importantes para a Áustria como outros problemas europeus mais prementes. Contudo, em têrmos de relações entre o Velho e o Nôvo Mundo, essas relações foram de grande significação.

Um estudo detalhado e histórico das principais atividades secundárias que ocorreram entre os dois impérios encontrar-se-á nos capítulos que se seguem.

---

(91) *Ibid.*, nota a lápis do Imperador Francisco José no ofício do Rio, de 29 de novembro de 1889.

VI

Desenvolvimento das relações científicas e culturais

Nas relações entre as duas nações, os acôrdos políticos podem estabelecer e desenvolver relações contratuais, mas o contato espiritual de fato e a fundação de um respeito mútuo entre duas nações deve ser firmemente alcançado sòmente através de um intercâmbio adicional de cultura. Sòmente um tal intercâmbio permite uma visão da alma do povo estranho e desconhecido, e muito tempo depois de caducos os tratados, continua a servir, ainda que tênuemente, como uma ligação entre os povos, mesmo diante de governos hostis. Através das complicadas relações entre os povos, porém, a política e a cultura estão profundamente inter-relacionadas como causa e efeito. Uma política de profunda confiança e compreensão criará uma base em que duas nações podem encontrar-se espiritualmente, enquanto que as relações superficiais, baseadas em contatos apressados de podêres políticos, servindo sòmente à conveniência, embaraça o intercâmbio cultural e retarda ou mesmo impede o seu útil desenvolvimento posterior, através de linhas pacíficas e civilizadas. Por outro lado, sem o estabelecimento de relações políticas satisfatórias, as trocas culturais entre dois povos que não tenham tido virtualmente nenhum contato prévio, permanecerão pela maior parte latentes.

É neste estado que encontramos a Áustria e o Brasil até o comêço do século dezenove. Até então o Brasil permanecia uma terra inexplorada para os austríacos; até o próprio nome era difìcilmente conhecido por uma larga parte da população. Só com o estabelecimento de relações políticas, pelo casamento da arquiduquesa austríaca D. Leopoldina e D. Pedro I, conseguiu o Brasil aparecer no horizonte austríaco.

Na Áustria, a pirâmide da tradicional ordem feudal ainda existia, e a casa reinante representava mais do que o simples

símbolo do supremo poder do Estado. O casamento da filha do imperador austríaco com D. Pedro, inaugurou, pois, não sòmente as relações políticas, mas também o intercâmbio social e cultural que devia durar dali por diante por muitos anos. A Côrte de Viena estava naturalmente ansiosa por estabelecer relações culturais e tornar-se conhecedora de um país com o qual estava agora ligada por laços de família. As provas disso estão na presteza com que as propostas de uma expedição científica foram aceitas e o generoso auxílio financeiro que ela recebeu. A expedição devia ser, de fato, um empreendimento retumbante. Pela primeira vez o conhecimento direto e as informações iam substituir a imagem vaga e imprecisa que representava o Brasil aos olhos dos austríacos. Seguindo-se à expedição um número de excelentes publicações técnicas e uma exposição de expressivas coleções científicas e etnográficas do Brasil, tornaram o Nôvo Mundo conhecido do público da Áustria e estabeleceram uma ponte cultural entre os dois continentes. Todavia, por causa da enorme distância, da falta de comunicações e da completa diferença dos pontos de vista políticos dos dois Estados, estas relações não puderam criar fundas raízes, ainda que a Áustria, especialmente no início, tenha feito o possível para estreitar as relações. Depois, a morte prematura da Imperatriz Leopoldina e a morte do Imperador Francisco I, que ainda conservou relações íntimas com seu neto D. Pedro II, enfraqueceram as relações culturais iniciais que tinha sido possível estabelecer. Isto se tornou ainda mais visível quando Metternich resignou e o Imperador Francisco José ascendeu ao trono. A Áustria daí por diante encarou tarefas políticas diversas: as lutas constitucionais e a questão nacional tornaram-se de suprema importância. Como conseqüência, diminuiu o interêsse por uma nação distante como o Brasil que, entrementes, tinha seguido seu rumo. Além disso os laços de família entre as duas Casas Imperiais haviam-se tornado vagas e indistintas, tendo como resultado final que depois de 1848 as relações com o Brasil se foram deteriorando e tendo influência cada vez menor na monarquia austríaca.

a) *A expedição científica austríaca ao Brasil*

A expedição científica austríaca ao Brasil e o Museu Brasileiro em Viena foram os focos das relações culturais da Áustria com o Brasil no século XIX. Tôdas as outras tentativas

da Áustria de associar-se com o Brasil devem ser entendidas e avaliadas em conexão com êsses dois fatos na medida em que êles representavam os dois pontos culminantes do conhecimento dos austríacos sôbre o Brasil. A decisão do Imperador Francisco I de equipar uma expedição científica ao Brasil foi de significação relevante no desenvolvimento das relações com o Brasil, não só para a obtenção de informações da mais poderosa e rica nação do hemisfério meridional, como também para o enriquecimento das importantes coleções do Museu Imperial de História Natural. A decisão de enviar uma expedição foi tomada no fim de 1816, coincidindo com o casamento da arquiduquesa D. Leopoldina com D. Pedro do Brasil. A expedição foi programada para partir simultâneamente com a arquiduquesa. Era uma viagem pelas regiões inexploradas do vasto país e para colhêr exemplares para os museus, jardins zoológicos e jardins botânicos do Imperador da Áustria. O projeto foi estimulado por D. Leopoldina, que tinha viva curiosidade científica, como se vê pelos estudos que empreendeu sob a competente direção de Rochus Schüch [1], mineralogista e curador do Museu Imperial de História Natural (*). O Imperador Francisco I disse uma vez brincando a sua filha que a nomearia diretora da Coleção de História Natural se não conseguisse encontrar-lhe um marido [2].

A arquiduquesa fazia planos de explorar o país e suas maravilhas tropicais, fazer caçadas e colecionar a seu gôsto no Nôvo Mundo. Mas quando o tempo de partir para o distante e inexplorado Brasil começou a aproximar-se, o plano

---

(1) Rochus Schüch, ex-irmão leigo de Troppau, foi nomeado assistente voluntário do Museu Imperial de História Natural em 1813 e conservador em 1814. A 15 de maio de 1817, deixou o serviço público e empregou-se no séquito da princesa real D. Leopoldina. *Hofarchive. Obersthofmeisteramt,* 1817, pasta 320.

(*) Rochus Schüch (também grafado Schuch) foi bibliotecário de D. Leopoldina e diretor do Gabinete de História Natural da Imperatriz. Sócio do Instituto Histórico do Brasil. Grande amigo do Brasil. No seu testamento, datado de 18 de janeiro de 1829, determinou que se aplicasse a quarta parte da têrça de suas rendas para subvencionar um estudante que fôsse ao estrangeiro aperfeiçoar-se nos conhecimentos de mineralogia. Uma outra quarta parte da mesma têrça destinar-se-ia à ajuda de uma Academia de Mineralogia, logo que se verificasse nesta província, e, enquanto não se estabelecesse, seria remetida e guardada na Fazenda Pública até que houvesse a dita academia. O Arquivo Nacional possui diversos manuscrito de Schüch, Coleção de Memórias, vol. 5.º. (V. *Publicações do Archivo Nacional: A Imperatriz Maria Leopoldina,* Rio, 1926, p. 181; *A Escola de Minas de Ouro Prêto,* Rio, 1922, p. 4).

Era casado com Cecília Bors e foi pai de Guilherme Schüch de Capanema, depois barão de Capanema, engenheiro e diretor dos Telégrafos (1824-1908), autor de muitos trabalhos científicos e muito protegido por D. Pedro II.

(2) Florian KIENZL, *Kaiser von Brasilien, Herrschaft und Sturz Pedros I und Pedros II,* Berlim, 1942, p. 61.

da expedição foi ao encontro de um dos seus mais ardentes desejos: permanecer em contato íntimo com sua pátria. Esperava que sua posição lhe possibilitasse dar apoio generoso aos exploradores austríacos fazendo progredir e enriquecendo as instituições científicas e as coleções de seu pai, que ela também amava. O consentimento de seu pai a êsse plano não foi difícil de obter. Francisco I era muito interessado em coleções científicas, sendo êle próprio colecionador, e o desejo de D. Leopoldina coincidia com as tradições dos Habsburgos. Muitas expedições haviam já partido de Viena em busca da América tropical. A última havia sido a que fêz época: de Alexandre von Humboldt que havia percorrido a parte norte da América Latina. Em 1755 o horticultor Richard van der Schott, o zoologista Giovanni Buonamici, e Fernando Barculli, de Florença, haviam percorrido a Martinica, Guadelupe, Jamaica e Curaçao até o centro da Venezuela, colhendo sementes, animais empalhados e minerais ([3]). Agora era o Brasil, a *terra incógnita* da Europa que ia abrir-se aos cientistas. Os exploradores deviam visar aos fins usuais: 1) coleção de material científico; 2) a descrição da fauna e da flora do país; 3) o aumento das coleções imperiais; 4) o embelezamento dos Jardins Imperiais com sementes e plantas vivas; 5) o enriquecimento do Jardim Zoológico com animais desconhecidos e exóticos. O plano geral da expedição científica foi altamente favorecido pela Côrte austríaca e pelos cientistas (*). Metternich organizou a parte financeira e administrativa e o Imperador, que viu no êxito da expedição uma ponte entre a Áustria e o Brasil ([4]), manteve-se informado relativamente às preparações. O diretor do Museu Imperial, von Schreibers, foi nomeado organizador e conselheiro dos membros da expedição e a êle incumbiu o Imperador de selecionar e sugerir quatro pessoas competentes, que fôssem capazes de realizar os objetivos da expedição ([5]). Foi êle que recomendou o assis-

---

(3) Alphons Lhotsky, *Festsschrift des Kunsthistorischen Museums in Wien, Die Geschichte der Sammlungen,* Viena, 1945, vol. II, parte 2, p. 431.

(*) A Expedição Austríaca foi estudada no Brasil, brevemente por Rodolfo Garcia: "História das Explorações Científicas", *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil,* I, p. 887. A ela se refere muito ligeiramente, C. de Melo Leitão, na *História das expedições científicas no Brasil,* S. Paulo, 1941, Brasiliana, vol. 209, p. 229.

(4) *Hofarchive. Obersthofmeisteramt,* 1816, pasta 634. O *Hofarchive* tem duas divisões principais: o *Obersthofmeisteramt* e o *Oberstkämmereramt,* no qual se fêz a maior parte das pesquisas deste capítulo. Daqui por diante a referência *Hofarchive* será omitida. O *Obersthofmeisteramt* será abreviado em *O. Me. A.* e o *Oberstkämmereramt* em *O. O. A.*

(5) *Staatskanzlei.* Brasil: *Wissenschaftliche Expedition 1816.*

tente do Jardim Zoológico Imperial, Johann Natterer, para zoólogo; o proprietário de uma coleção de animais de Viena, Mathias Unterholzer, para coletor de invertebrados e veterinário; o jardineiro imperial do Belvedere, Heinrich Wilhelm Schott, como botânico; e Dominik Sochor, caçador pessoal do Príncipe Imperial Ferdinando, como caçador e taxidermista. Com exceção de Unterholzer, todos os propostos foram aceitos pelo Imperador ([6]).

Johann Natterer, que era indubitàvelmente o mais notável sábio participante da equipe, foi escolhido como diretor da expedição ([7]). Embora tivesse sòmente 33 anos, tinha tôdas as qualificações exigidas para a posição, tendo-se tornado, na juventude, perito em trabalho e método científicos. Seu pai, Joseph Natterer, falcoeiro imperial em Luxemburgo, tinha reunido uma coleção magnífica de pássaros locais que, comprada em 1793 por Francisco II, constituiu o casco das coleções zoológicas do Imperador. Êstes e a coleção botânica formavam juntos o *Physikalische-Kunst und Tierkabinett* e eram propriedade privada e o *hobby* de Francisco II. Os conhecimentos gerais de botânica, zoologia, ornitologia e biologia, a perícia no desenho, a capacidade de falar línguas estrangeiras, a prática de extensas excursões científicas na Hungria, na Dalmácia e na Itália e uma aturada experiência no trabalho de pesquisa, haviam feito de Johann Natterer um notável perito em sua especialidade. Em 1816 tornou-se assistente da Coleção Imperial Zoológica ([8]). Portanto, sua nomeação como técnico zoológico da expedição, preencheu tôdas as suas aspirações. Não sabia êle, porém, quanto de idealismo e de sacrifício esta nomeação lhe custaria e que iria atravessar o Brasil por não menos de dezoito anos antes de ver terminada sua tarefa.

Heinrich Wilhelm Schott, nomeado botânico da expedição, era até então jardineiro no Belvedere, e havia recebido completa preparação na sua ciência. Schott era um competente pesquisador científico, e até de Alexandre de Humboldt recebeu palavras da mais alta consideração. Com Schott e

---

(6) Leopold Josef FITZINGER, *Geschichte des K. K. Hof-Naturalien Kabinettes zu Wien. Sitzungsberichte der K. K. Akademie der Wissenschaften, Mathematisch-naturwissenschaftliche Klasse,* Viena, 1868, vol. III, *Abteilung von 1816-1835,* p. 8.

(7) O requerimento de Natterer está no *Staatskanzlei. Wissenschaftliche Expedition 1816.* Foi apresentado ao Imperador por Metternich, em 27 de dezembro de 1816.

(8) FITZINGER, *op. cit.,* p. 2.

Natterer a expedição dispunha de cientistas que eram, também, homens práticos.

A demora nos preparativos da partida resultara na nomeação de mais uns poucos cientistas para acompanhar a expedição. Seguindo uma sugestão do conselheiro Andreas, barão de Stifft, o dr. Johann Sebastian Mikan, professor de botânica da Universidade de Praga, assumiu a responsabilidade por todos os ramos da história natural, especialmente a botânica. Por indicação do conde Ferdinando de Colloredo-Mansfeld, o dr. Johann Emmanuel Pohl, professor de história natural da mesma Universidade, obteve um cargo de mineralogista e botânico. O pintor Johann Buchberger, foi escolhido para fazer desenhos de plantas e Thomas Ender, outro conhecido artista, foi indicado por Metternich para fazer mapas e vistas do Brasil (9).

Essas novas nomeações atingiram a posição de Natterer como chefe da expedição. O professor de Praga, Mikan, de 48 anos, cuja escolha Natterer não favoreceu, não podendo a rigor ficar subordinado a Natterer, assumiu a direção da expedição. Natterer procurou convencer o Imperador e Metternich da necessidade de tratar os diferentes assuntos (zoologia, mineralogia e botânica) independentemente, e não como um único estudo, como propunha Mikan (10). Porém, não foi atendido em sua sugestão; mais tarde teve a satisfação de ver que o seu plano era o único realizável.

Em obediência às ordens, o diretor von Schreibers baixou instruções aos cientistas da expedição estabelecendo dois objetivos: 1) coleta de peças; 2) descrição científica das mesmas. As instruções dadas a Schott e Natterer pelo barão de Jaquin estabeleciam claramente os seguintes pontos: 1) coleta e envio de sementes frescas, bulbos e túberos e, se possível, plantas vivas e mudas para os jardins reais; 2) coleta de plantas, frutas, madeiras e, tanto quanto necessário e possível, flôres, frutos e outras partes de plantas a serem preservadas em álcoois metilados; 3) incremento de pesquisas microbiológicas e histológicas, pela descrição, desenho e observações convenientes, e coleta de informações fidedignas sôbre a flora do Brasil, tanto quanto Schott achasse tempo e oportunidade (11). Seguiram-se

---

(9) *Ibid.*

(10) As objeções e propostas feitas por Natterer sôbre a expedição podem ser vistas em sua petição ao Imperador e Metternich. *Staatskanzlei. Wissenschaftliche Expedition 1816.*

(11) *O. Me. A.*, pasta 2, 1817.

ordens precisas para a embalagem e embarque das peças, bem como para o estabelecimento de viveiros no Rio, para uso dos jardins reais do Rio e da Bahia.

No princípio de 1817, os naturalistas fizeram os preparos finais para a grande viagem, enquanto, ao mesmo tempo, organizavam-se as festas do *casamento brasileiro* na Côrte austríaca. Faziam-se listas de ferramentas e instrumentos necessários para a expedição; apresentavam-se cálculos das despesas à Côrte; compravam-se armadilhas, instrumentos anatômicos e equipamento de topografia, material de escrita, 1.000 garrafas de preparos químicos, e várias outras coisas ([12]). Ninguém sabia se essas coisas podiam ser obtidas no Brasil. Os caixotes contendo livros científicos e instrumentos foram mandados para Trieste, e a expedição partiu de Viena na primavera de 1817 após todos os seus membros terem comprado os equipamentos com as verbas concedidas para êsse fim. O professor Mikan e Thomas Ender (*), juntamente com os naturalistas bávaros Johan von Spix e Carl F. P. von Martius, embarcaram na fragata austríaca *Áustria*. O então assistente-diretor da expedição, Johann Natterer e Heinrich Schott, juntamente com Dominik Sochor, embarcaram no *Augusta*. Ambos os navios deixaram Trieste a 9 de abril de 1817. O dr. Pohl, com o pintor botânico Johann Buchberger, acompanhados pelo naturalista dr. Joseph Raddi ([13]), que foi agregado à expedição pelo grão-duque da Toscana, viajaram para Livorno, a fim de embarcar no navio da Armada Real Portuguêsa *São Sebastião*, com o séquito da princesa real D. Leopoldina, no qual vinha Rochus Schüch ([14]).

Assim foi que um distinto grupo de cientistas austríacos embarcou para o Nôvo Mundo a fim de realizar uma conquista pacífica dos reinos desconhecidos. Para financiar êsse empreendimento haviam sido obtidos meios apreciáveis. A soma considerável de 40.000 florins (aproximadamente 20.000

---

(12) Os pedidos de compra e os recibos estão nas pastas do *O. Me. A.*, do *O. K. A.* e no *Staatskanzlei, Wissenschaftliche Expedition 1816.*

(*) Sôbre Ender apareceram dois trabalhos no Brasil: *O velho Rio de janeiro através das gravuras de Thomas Ender.* Texto e legendas por Gilberto Ferrez — Edições Melhoramentos, S. Paulo, — J. F. de Almeida Prado: *Thomas Ender Pintor austríaco na côrte de D. João VI.* Um episódio da formação da classe dirigente brasileira, 1817-8, S. Paulo, 1955. (Reeditado com o título *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil,* Cia. Editora Nacional, 1968.)

(13) Giuseppe Raddi (1770-1829), conservador do Museu de História Natural de Florença, voltou a Florença no ano seguinte e pôs as suas coleções à disposição dos museus de Florença e de Pisa. V. *Enciclopédia Italiana,* Roma, 1929, v. 28, p. 673.

(14) Mineralogista, antigo professor de D. Leopoldina, v. a nota 1.

dólares norte-americanos) era a verba anual ([15]), a que acresciam grandes somas gastas para embarque das coleções e para as perdas ocorrentes no transporte dos objetos vivos ([16]).

O *Austria* chegou ao Rio logo a 15 de julho de 1817, enquanto o *Augusta,* um pouco avariado pelo mar grosso no Adriático, encontrou a esquadra nupcial em Gibraltar e chegou ao Rio, em comboio, a 5 de novembro de 1817. Os meses de novembro e dezembro foram gastos no preparo da primeira excursão e na coleta pela vizinhança geral da Capital. Não era possível, por essa época, fazer expedições mais longe por causa da estação das chuvas. No princípio de 1818 os dois naturalistas bávaros Spix e Martius (*) separaram-se definitivamente da expedição austríaca ([17]).

Os cientistas austríacos fizeram então a primeira excursão pela província do Rio de Janeiro. Essa excursão estava pro-

---

(15) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 13 de outubro de 1818.

(16) Os recibos das despesas de transporte estão nas pastas do *O. K. A., Real Naturalienkabinett.*

(*) *A expedição de Martius* — está traduzida para o português: *Viagem pelo Brasil* por J. B. VON SPIX e C. F. P. VON MARTIUS — Tradução brasileira promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a comemoração do seu centenário. Tradutora d. Lúcia Furquim Lahmeyer, bibliotecária do Instituto, revisores o dr. B. F. Ramiz Galvão e o prof. Basílio de Magalhães, Rio, 1938, 3 vols., e álbum complementar.

A parte da Bahia consta de outra publicação: *Através da Bahia* — Excertos da obra *Reise in Brasilien.* Trasladados a português por dr. Pirajá da Silva e dr. Paulo Wolf, 2.ª ed. melhorada, Bahia, 1928.

Encontra-se também traduzido na Brasiliana o trabalho de Martius, *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* — Tradução, prefácio e notas de Pirajá da Silva, S. Paulo, 1939.

(17) Os cientistas bávaros separaram-se dos austríacos no Rio e partiram numa expedição própria em janeiro de 1818. Percorreram as províncias de S. Paulo, Minas, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Subiram o Rio Amazonas e alguns tributários até a fronteira do Peru. Voltaram em 1821. A produção em animais e plantas constitui a maior contribuição para o Museu de História Natural de Munique. A obra em três volumes, *Reise in Brasilien,* foi escrita de acôrdo com as ordens de Sua Majestade o rei Maximiliano José I da Baviera. O primeiro volume foi escrito por Spix, que morreu em 1826, e os outros dois por Martius. É um trabalho monumental, que pode ser comparado com as viagens de Humboldt. Martius dedicou-se ao exame do material científico recolhido até o fim de sua vida, em 1868. Além de tratados especiais, duas grandes obras, a *Historia naturalis palmarum* e a *Flora Brasiliensis,* devem ser particularmente mencionadas. Do último trabalho, Endlicher, conservador das coleções botânicas e mais tarde professor da Universidade de Viena, foi um dos colaboradores. A obra, porém, de modo algum terminou com a morte de Martius. D. Pedro II doou enorme soma para que, por meio de um contrato, Philipp Martius, filho do cientista falecido, pudesse concluir a obra. Aa todo 65 botânicos contribuíram para os seus verbêtes e a obra terminou em 1906. Tem 40 volumes e representa uma realização única na ciência botânica. Só foi possível ao receber decisivo impulso da expedição austríaca. *O. K. A.,* pasta 58, 1826; pasta 2.052, 1839; pasta 1.471, 1841. Verbêtes sôbre Martius e outros em *Allgemeine Deutsche Biographie,* v. 20, p. 517; v. 35, pp. 231 e segs.

gramada para gastar sòmente algumas poucas semanas, já que as primeiras coleções deviam ser embarcadas para a Europa nos navios austríacos em que a comitiva da Princesa Real devia voltar. O professor Mikan, o jardineiro Schott e o artista botânico Buchberger, partiram em caminho de Cabo Frio; Natterer e Sochor, internaram-se até as vizinhanças de Santa Cruz; por outro lado o dr. Pohl aventurou-se até Angra dos Reis, via S. João Marcos. Um infeliz incidente, porém, forçou o professor Mikan e seu grupo a abandonar a viagem. Buchberger caiu do cavalo e machucou-se sèriamente. Teve que ser trazido de volta no primeiro transporte que partiu para a Europa, onde morreu logo depois de chegar à Áustria ([18]). Ender, o pintor de paisagem também voltou para a Europa por motivo de saúde ([19]), e mesmo o professor Mikan, que visìvelmente teve muita dificuldade em se aclimar ou em suportar o cansaço das excursões, voltou para casa, nomeado, pelo representante da Áustria, chefe do primeiro transporte que voltou à Europa. As objeções primitivas de Natterer a Mikan e seus métodos, expressas antes da partida da expedição, pareciam bem fundadas, porque o enviado austríaco ao Brasil, barão von Neveu, não se mostra muito entusiasmado com a produção científica de Mikan ([20]). A despeito disso a estada de Mikan no Brasil (de 15 de julho de 1817 a 1.º de junho de 1818) produziu resultados e ao voltar para a Áustria, escreveu um trabalho volumoso, *Delectus florae et faunae brasiliensis,* descrevendo suas experiências e descobertas no Brasil ([21]). Com a partida de Mikan, Natterer assumiu a chefia da expedição.

Em 1.º de junho de 1818 deixou o Brasil a primeira remessa de material, compreendendo 36 caixotes de material coligido, contendo extensa coleção de animais empalhados, plantas sêcas e vivas, sementes e minerais ([22]). A remessa che-

---

(18) Buchberger voltou à Europa com o prof. Mikan e obteve uma pensão anual de 600 florins (cêrca de 250 dólares) e moradia gratuita em Schönbrunn. Devia trabalhar para o Museu de História Natural, mas morreu em 1821. *O. Me. A,.* pasta 128, 1819.

(19) As pinturas feitas por Ender no Brasil foram mais tarde exibidas no Museu Brasileiro e foram também descritas pelo dr. Pohl, na *Reise in Brasilien,* Viena, 1837, v. I, pp. XXIII-XXX. V. também *O. K. A.,* pastas 531, 658 e 947, 1836.

(20) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 18 de abril de 1818.

(21) O livro apareceu em Viena de 1820 a 1825, em 4 partes, com pranchas coloridas.

(22) A primeira remessa continha: de Mikan, 3 mamíferos, 49 pássaros, 50 répteis, 19 peixes, 3.000 insetos, 6 crustáceos, 31 conchas, 4 vermes, cêrca de 2.400 plantas e 16 minerais; do dr. Pohl, 9 répteis, 47 peixes, 436 insetos, mais de 200

gou a Trieste a 22 de setembro e foi levada a Viena pela Companhia de Transporte Weber. Foram obtidas de Viena carruagens especiais para o transporte de animais vivos para o jardim zoológico. A 25 de novembro Mikan recebeu em Viena parte da primeira remessa.

Entrementes os cientistas que haviam permanecido no Brasil prepararam a segunda remessa. Era ainda difícil partir para o interior do Brasil, visto como o govêrno brasileiro havia criado restrições para viagens e proibido a todos os estrangeiros a entrada nas províncias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso. Nem mesmo o embaixador austríaco pôde obter uma exceção para os seus cientistas, visto como pedidos semelhantes haviam sido recusados recentemente aos cientistas prussianos. Ao dr. Pohl foi concedido um passaporte que era válido por dois anos para as províncias de Minas Gerais e Goiás, que eram as mais interessantes no que se refere à mineralogia. Teve, porém, proibição expressa de entrar no Distrito Diamantino. Natterer e Schott percorreram a província de São Paulo. Schott assumiu as funções de Mikan, isto é, a exploração botânica da província do Rio de Janeiro. Devia ficar perto da Capital a fim de cuidar do material enviado por seus colegas, preparar as remessas a Áustria, e plantar um jardim, perto da Legação da Áustria para guardar e cultivar as plantas colecionadas. O trabalho dos dois pintores, que já haviam voltado, foi assumido por um pintor chamado Frick, que já tinha trabalhado para a princesa real D. Leopoldina([23]). O enviado austríaco, barão von Neveu, ordenou aos membros da expedição que mandassem breves relatórios mensais e um relatório geral cada quadrimestre. Deviam também organizar diários completos. No comêço de setembro de 1818 os cientistas iniciaram uma segunda expedição.

Enquanto estavam fora, a Legação superintendeu o embarque dos objetos, aproveitando tôdas as possibilidades de fazê-lo. Em março de 1819 o dr. Kammerlacher, cirurgião da princesa real D. Leopoldina, levou algumas peças em sua viagem de volta, via Hamburgo e Boêmia ([24]). Em abril do

---

conchas, 10 rotíferos, 14 nematóides, 10 zoófitos, 1.758 plantas, 110 diferentes sementes e 338 minerais; de Natterer, 54 mamíferos, 761 pássaros, 212 répteis, 67 peixes, 2.309 insetos, 20 crustáceos, 540 conchas, 13 animálculos rotíferos, 142 vermes, 1 zoófito, 3 crânios e 5 minerais; de Schott, 792 plantas, 196 sementes, 42 qualidades de madeira. *O. Me. A.*, pasta 45, 1819.

(23) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 20 de julho de 1818.

(24) *Ibid.*, 20 de março de 1819. *O. Me. A.*, pasta 45 (1819). Kammerlacher trouxe a coleção de Sellow, um dos companheiros de viagem do príncipe Maxi-

mesmo ano outra remessa, constituída de animais vivos e coleções, foi enviada para Trieste a bordo do navio austríaco *Iginio*. Nessa ocasião, verificado que o transporte de animais vivos para criação custava enormes somas, porque, apesar de tôdas as precauções, muitos animais morriam, tôdas as remessas de animais vivos foram canceladas. A remessa do *Iginio* chegou a Viena a 8 de novembro de 1819 ([25]).

Os relatórios animadores de Natterer e Pohl, entrementes, haviam chegado a Viena e foram mostrados ao Imperador, que estava extremamente interessado no progresso de tôda a expedição. O Chanceler insistia em mudar a atitude do govêrno brasileiro exigindo a "cooperação mais intensa possível com a expedição em vista, não só dos resultados esperados para as ciências geográficas e naturais, como também pelo grande interêsse que o Imperador da Áustria punha no assunto" ([26]).

Por êsse tempo o apoio das autoridades locais para qualquer expedição de pesquisa era de grande importância. Para obter o máximo êxito a êsse respeito, Metternich sugeriu que von Oenhauser [Oeyhausen], governador de São Paulo, o coronel von Eschwege, diretor de Minas do Brasil, e o tenente-coronel von Varnhagen, diretor da siderurgia do Brasil fôssem condecorados pelo Imperador da Áustria. Os êxitos iniciais das excursões animaram certos círculos a pensar em estender a expedição brasileira a tôda a América do Sul, enviando o jardineiro Schott a Lima, Valparaíso e, atravessando os Andes, ao Pacífico (*). Êsse plano, contudo, não obteve a aprovação das autoridades de Viena e teve de ser abandonado. Contudo fizeram-se esforços a tal ponto que, no verão de 1819, o jardineiro Schüch foi nomeado para auxiliar Schott em seu trabalho e para tomar conta do Jardim Imperial no Rio. Finalmente, também, a terceira grande remessa de peças reunidas por Natterer e Schott, que haviam voltado de uma excursão,

---

miliano de Wied-Neuwied. Sellow deu sua coleção à princesa D. Leopoldina que, por sua vez, ofereceu-a ao Museu Imperial de História Natural. Esta coleção não foi incorporada ao Museu Brasileiro. Cf. FITZINGER, *op. cit.*, p. 24.

(25) *O. Me. A.*, pasta 45, 1820. A segunda remessa continha: de Natterer: 36 mamíferos, 206 pássaros, 56 répteis, 2.329 insetos, 47 nematóides, 4 crânios; do dr. Pohl, 140 minerais.

(26) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 12 de junho de 1820.

(*) Não se compreende bem a frase "enviar Schott a Lima, Valparaíso e, atravessando os Andes, ao Pacífico". Se foi a Valparaíso e Lima, já estava no Pacífico.

foi enviada durante o mês de agôsto de 1820 e chegou a Viena em janeiro de 1821 ([27]).

As atividades científicas eram exercidas pelos austríacos diante do olhar do público, influenciando favoràvelmente o desenvolvimento da pesquisa das ciências naturais no Brasil. A própria princesa real D. Leopoldina animou-se a colecionar certas peças naturais e de interêsse cultural. Tomando o Museu de História Natural de Viena como modêlo, o seu bibliotecário Rochus Schüch, começou uma pequena coleção de História Natural nos aposentos de D. Leopoldina no Paço Imperial de São Cristóvão. Esta coleção veio a transformar-se no casco do Museu Nacional Brasileiro. D. Leopoldina favoreceu grandemente o desenvolvimento do Jardim Botânico existente no Rio e iniciou em Santa Cruz um Jardim Zoológico semelhante ao de Schönbrunn em Viena.

Os círculos oficiais no Brasil tornaram-se então interessados no êxito dos naturalistas austríacos e queriam fazer uso de suas experiências e observações. Por ocasião da aprovação da permissão de viagem para Natterer, que estava empenhado num plano de uma grande excursão no interior do Brasil, o conde de Palmela, ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, pediu à Legação Austríaca que desse ao govêrno brasileiro cópias de todos os relatórios e diários dos naturalistas, bem como possíveis duplicatas das coleções colecionadas ([28]).

Em setembro de 1820 Natterer voltou de uma excursão com um rico despojo, mas tinha sido obrigado a deixar no interior o seu mais querido companheiro, o zoologista Sochor. Êste, sèriamente doente, tinha sido forçado a ficar para trás com a bagagem que restava. Natterer estava então completamente despreparado para empreender uma grande excursão em pleno coração do Brasil. Apesar de ter obtido a permissão da Legação Austríaca no Rio, achou que já era muito tarde no ano para partir, tanto mais quanto os preparos da nova remessa deviam consumir ao menos vários meses.

---

(27) A terceira remessa continha: de Natterer, 199 mamíferos, 2.036 pássaros, 328 répteis, 36 peixes, 23.964 insetos, 185 nematóides, 15 espécies anatômicas em álcool metílico, 66 crânios, 50 ovos e 225 minerais; de Schott, 94 répteis, 2 peixes, 219 insetos, 1 rotífero, 3.087 plantas e 157 espécies de madeira. *O. Me. A.*, pasta 188, 1821. Os transportes chegavam agora em Viena regularmente e os resultados da expedição científica estavam começando a ficar conhecidos do público através de artigos publicados pelo diretor von Schreibers, intitulados *Nachrichten aus Brasilien*, no *Vaterländische Blätter für den Österreichischen Kaiserstaat*, Viena, 1819 e segs.

(28) *Staatskanzlei*. Brasil: ofício do Rio, de 29 de janeiro de 1821.

No princípio do ano de 1821 o dr. Pohl, também, voltou de seu trabalho. Chegou ao Rio com dois índios da raça botocuda, um homem e uma mulher, e trouxe com êle um grande cabedal de minerais. Teve grande prazer quando soube através da Legação que o seu Imperador havia aprovado seu requerimento para voltar, e que já tinha sido nomeado chefe do transporte da nova remessa ([29]).

A enorme quantidade de material, consistindo em peças colecionadas por Natterer e Pohl na última excursão, e de plantas e animais crescidos e alimentados no Rio, tornaram necessário fretar um navio especial, o *Northumbria,* até Amsterdã. Dali as coleções deveriam ser enviadas via Reno e Danúbio. As caixas foram envolvidas, as jaulas dos animais preparadas, as reservas de alimentação e de água postas a bordo e o *Northumbria* deveria partir a 2 de abril quando

> (...) um atraso foi provocado, no último momento, por Sua Alteza a Princesa real, que, inesperadamente enviou vários animais raros que deviam ser juntados ao embarque. Os mais estranhos eram uma ema e um antílope. Embora convencido de que Sua Majestade está muito interessada nêles, estou muito preocupado com a segurança e com o atraso, coisas que aumentarão as despesas da viagem, e creio que o interêsse maior de Sua Majestade se refere especialmente às plantas vivas ([30]).

Assim, o *Northumbria* só pôde partir a 15 de abril de 1821, estando já embarcados os animais e plantas vivas. O jardineiro Schüch e dois guardadores, especialmente alugados para os animais, estavam incumbidos de conservá-los. Iam também a bordo as coleções reunidas por Natterer e Pohl, êste como chefe do transporte, e os dois índios, com especial permissão do govêrno brasileiro.

Os índios, como é natural, causaram grande sensação em Viena, pela origem genuìnamente americana e pela maneira estranha com que alteravam a face. O diretor Schreibers escreveu um estudo especial sôbre êles e deu uma completa descrição dos dois personagens ([31]). A mulher veio a morrer em 1823; então o homem, João, foi devolvido ao Brasil em novembro do mesmo ano ([32]).

---

(29) *Ibid.,* 3 de março de 1821.

(30) *Ibid.,* 5 de maio de 1821.

(31) *Wiener Zeitschrift,* n.º 145, 1821, com uma gravura mostrando os dois botocudos. V. também a nota 63 adiante.

(32) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 23 de novembro de 1823.

O dr. Pohl chegou a Viena com seu transporte em 15 de outubro de 1821. Pouco tempo antes, tinha sido fundado um museu em Viena para as coleções brasileiras que se tinham acumulado imensamente nesse meio tempo (33). As várias peças tinham de ser catalogadas e expostas convenientemente para uso dos cientistas (*). O dr. Pohl foi nomeado chefe do Museu e obteve tempo bastante para registrar as experiências e aventuras de seus três anos de Brasil. Por ordem do Imperador e, mantido pelo Estado, escreveu dois magníficos trabalhos contendo os resultados de seus estudos bem como suas observações pessoais. São dignos de ser mencionados entre as crônicas das grandes expedições em outros povos e outros tempos. São dois volumes maciços intitulados *Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae* que inclui 200 ilustrações por Michael Sandler. Contém as descrições científicas das expedições científicas de Pohl (34), enquanto três amplos volumes, *Reise in Brasilien* (35), fornecem uma descrição excelente, geográfica e etnográfica dos territórios por êle explorados. Os dois trabalhos, foram oferecidos em exemplares luxuosamente encadernados pelo Imperador Ferdinando I ao jovem Imperador D. Pedro II em 1839 (36) (**).

Nos despachos para o Rio de 31 de maio de 1820, a Côrte de Viena aprovou o plano de Natterer de realizar uma grande

---

(33) A quarta remessa consistia em: do dr. Pohl, 6 mamíferos, 6 pássaros, 13 répteis, 2 peixes, 1.688 insetos, 29.988 plantas, 3.926 minerais; de Natterer, 14 mamíferos, 528 pássaros, 14 répteis, 96 peixes, 961 insetos, 124 crustáceos, 7 conchas, 2 rotíferos, 150 nematóides, 8 crânios, 15 espécies de sementes, 19 minerais. Pohl trouxe também um número considerável de palmeiras. O jardineiro Schüch, que acompanhava Pohl, permaneceu em Würzburg com as plantas vivas, trazendo-as para Viena em junho de 1822. *O. K. A.*, pasta 1.590, 1821; pasta 1.434, 1822.

(*) No Museu de História Natural de Viena realizou-se em 1954 uma exposição do material da antiga missão austríaca. Data daí o opúsculo: *Brasilianische Museum.* Sonderausstellung des Naturhistorischen Museums in Wien, 1954. Herausgegeben von Naturhistorischen Museum. Wien, 1954. — Contém retratos de todos os membros da missão, bem como de peças ainda existentes no museu, desenhos e mapa.

(34) O trabalho contém 287 páginas com 200 gravuras e foi publicado em 2 volumes *in folio,* em 1827 e 1841, em Viena.

(35) O segundo trabalho, *Reise in Brasilien,* é visìvelmente inspirado pelo livro com o mesmo nome pelo cientista bávaro Spix. V. nota 17 acima. Os dois trabalhos tiveram sina semelhante em que nenhum dos dois foi terminado pelo autor. O primeiro volume, terminado por Pohl, apareceu em 1832. Os dois volumes seguintes foram compilados de pápeis póstumos e notas pelo bibliotecário particular do Imperador Ferdinando I, e publicados em Viena em 1837.

(36) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 23 de março de 1821.

(**) A viagem de Pohl foi traduzida e editada no Brasil pelo Instituto Nacional do Livro: João Emanuel POHL: *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821,* Rio de Janeiro, 1951, 2 vols., ilustr., tradução de Teodoro Cabral.

excursão ao interior do Brasil. Natterer foi nomeado chefe da expedição tendo sob sua direção o pintor Frick, recém-nomeado, e o botânico-jardineiro Schott. O govêrno brasileiro prometeu expedir uma permissão de viagem para a nova excursão que devia partir no outono de 1820. Mas o atraso de Natterer na volta da última viagem, bem como a chegada tardia das instruções de Viena, provocaram um adiamento necessário até o ano seguinte. Os preparos consumiram vários meses, e as despesas subiram a uma soma anual de 25.000 guldens (cêrca de 17.500 dólares norte-americanos).

A viagem devia partir de São Paulo e seguir para Cuiabá, na capitania de Mato Grosso, pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, rio dos Barrados e Cuiabá. De Cuiabá, o roteiro devia passar por Vila Bela e, pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, ir a Belém do Pará. A excursão devia ser feita com uma tripulação de 48 homens e era prevista como uma viagem pelos rios, tendo como bases Cuiabá e Vila Bela. Estaria Natterer realmente convencido de que esta expedição duraria sòmente dois anos? Surgiu então a questão de saber se êle ocultou deliberadamente a seus superiores na Áustria as distâncias e as extremas dificuldades que acarretava tal jornada. Considerando a validade limitada da permissão de residência (dois anos), êle provàvelmente pensou que, uma vez chegado ao interior, as autoridades permitiriam a terminação da viagem. Ou teria êle próprio desanimado em face das verdadeiras dificuldades? Não se tratava sòmente de percorrer grandes distâncias, mas igualmente era preciso um trabalho intenso de colecionar, caçar, preparar e empacotar o material coligido. O fato é que Natterer partiu realmente pelo caminho descrito acima, mas gastou amplos quatorze anos em vez de dois! A descrição de sua tremenda odisséia é trabalho sòmente para um biógrafo.

A viagem encontrou imensos obstáculos desde o princípio, por causa dos acontecimentos políticos. Só a feliz circunstância de estar Natterer ausente do Rio, evitou o cancelamento total da expedição. As agitações no Brasil por ocasião da partida do rei D. João VI para Portugal, fizeram com que o enviado austríaco, barão de Stürmer, que tinha instruções para seguir para a Côrte de Lisboa, convocasse os cientistas austríacos. Escreveu êle a Metternich:

> É com muita tristeza que me vejo forçado a declarar a Vossa Excelência que tive de adiar a grande expedição científica que estava planejada e devia partir para as províncias do noroeste do Brasil. Dei também or-

dem aos cientistas de voltarem à Europa. Foi necessário tomar essas providências por causa da situação extremamente precária em que se encontra esta Nação desde a partida do Rei. Não excluo mesmo a possibilidade não sòmente da queda do Govêrno, mas de que se estabeleça completa anarquia. Tomei essas medidas de precaução depois de considerar cuidadosamente e de fazer as investigações mais minuciosas ([37]).

Os jardineiros Schott e Ulmann já estavam empacotando o restante das coleções ainda não despachadas, em preparativos para enviá-las para Lisboa, com o representante da Áustria. Natterer recebeu ordens de partir imediatamente para alcançar o companheiro enfêrmo, ainda em convalescença no interior e aproveitar a primeira ocasião para voltar à Europa. O pintor botânico Frick foi dispensado do contrato. Com a partida de Schott e Ulmann com o barão de Stürmer, no fim de maio de 1821, Natterer e o doente Sochor eram os únicos membros da expedição que ainda restavam no Brasil.

Em janeiro de 1822 Schott chegou a Viena trazendo com êle a sexta remessa ([38]). O barão de Mareschall, que ficara no Rio como representante da Áustria, despachou a sétima remessa ([39]), material restante de Pohl e Natterer, pela Weber Trading Co., de Trieste. Consistia em 25 grandes caixotes que chegaram em Viena em março de 1822.

Nesse meio tempo, Natterer ficara trabalhando na província de São Paulo. Numa petição direta a Schreibers, diretor do Imperial Museu de História Natural, pediu êle nova aprovação da grande excursão planejada. Em outubro de 1822 recebeu a aprovação de Schreibers e partiu com Sochor, então completamente restabelecido. O plano primitivo sofrera várias alterações. Em vez da projetada viagem em canoa, Natterer teve de usar burros para o transporte. Não estava agora limitado ao curso dos rios e poderia andar mais depressa, já que só viajava com um companheiro. Para as despesas da viagem, foram enviados 6.000 guldens (cêrca de 3.000 dólares norte-americanos) para o Pará, por intermédio da London Rothschild Co., a serem pagos na primavera de 1824.

---

(37) *Ibid.*, ofício do Rio, de 5 de maio de 1821.

(38) A sexta remessa consistia em: de Schott, 128 répteis, 1 peixe, 16.488 insetos, 1 crustáceo e 6.467 plantas; de Natterer, 119 pássaros, 38 répteis e 8 ovos. *O. Me. A.*, pasta 59, 1822; *O. K. A.*, pasta 1.856, 1821.

(39) A sétima remessa era composta de: do Dr. Pohl, 60 minerais; de Natterer, 25 mamíferos, 30 pássaros, 19 répteis, 50 peixes, 118 crustáceos, 170 conchas, 57 rotíferos, 10 espécies diversas de nematóides e 8 minerais. *O. Me. A.*, pasta 59, 1822.

Natterer então desapareceu dentro da infinita e insondável selvageria do país quase despovoado. As notícias a seu respeito foram-se tornando cada vez mais fracas. Os despachos alcançavam-no tardiamente, ou não o alcançavam. A doença do clima mortal dominou-o. Chegou mesmo a perder o seu único companheiro e parecia que a floresta ia encerrá-lo para sempre. Mas êle fazia coleções, caçava, preparava peças, empacotava-as; apesar de ter estado muitas vêzes doente e quase morto, nem um só momento pensou em desistir. É difícil imaginar-se hoje em dia o que tal expedição enfrentou naquele tempo, e quanto de energia e sacrifício exigiu dos exploradores. Natterer só apareceu de nôvo, em Goiás, em agôsto de 1823. Daí requisitou o dinheiro a ser enviado para êle e Sochor para o Pará e São Luís do Maranhão. Em 24 de fevereiro de 1824 escreveu de Cuiabá:

> Enviarei a bagagem dispensável adiante para Mato Grosso e farei voltar os burros para Vila Maria. Sochor e eu embarcaremos então daqui e desceremos o rio Cuiabá, São Lourenço e Paraguai até o Forte de Coimbra. Dali subiremos o Paraguai, visitaremos o presídio de Miranda e Albuquerque e depois iremos ou a Vila Maria ou subiremos o Jauru para Registo, donde seguirei por terra para Mato Grosso ([40]).

Êste plano, porém, não pôde ser executado no tempo esperado porque Natterer caiu doente com uma doença de fígado que o prendeu em Cuiabá por vários meses. O longo tempo da convalescença foi utilizado para aumento de peças da coleção na vizinhança de Cuiabá. Doze grandes caixotes ficaram repletos com o material e foram armazenados no Depósito Imperial. Sabino José de Melo, um amigo que passou pela região, prometeu levar os caixotes com êle a Pôrto Feliz e talvez ao Rio. Mas o estado de saúde de Natterer piorou, e em junho de 1825 êle ainda estava em Cuiabá. As peças que êle coligiu deixaram Cuiabá em março de 1826 e foram enviados via Rio a Viena, onde chegaram em setembro de 1827 ([41]).

No verão de 1825 Natterer deixou Cuiabá, depois de ter melhorado bastante e no outono chegou a Vila Maria, no rio Paraguai. Foi particularmente bem sucedido na colheita de animais raros nessa região, especialmente os vermes:

---

(40) *Staatskanzlei*. Brasil: ofício do Rio, de 15 de maio de 1824. Trata-se de um apêndice do ofício ordinário.

(41) A oitava remessa incluía: 115 mamíferos, 1.388 pássaros, 124 répteis, 183 peixes, 3.531 insetos, 56 conchas, 175 diferentes nematóides. *O. K. A.*, pastas 719, 1, 164, 1825.

Há inúmeros vermes e enchi com êles 135 vidros. Diversas estranhas raridades entre êles enriquecerão a coleção de vermes de Viena que se tornou a primeira do mundo pelos esforços do diretor von Schreibers. Só desejo que os vidros tenham chegado a salvamento em Viena (42)

Da fazenda do Rei, Natterer enviou relatório em 16 de junho de 1826 a respeito de seus estudos etnográficos no território dos índios bororos. Êste ramo da ciência tinha sido desprezado pelos naturalistas austríacos. Daqui por diante as coleções conterão também lotes consideráveis de objetos de natureza etnográfica, de tal maneira que a coleção de Natterer constituirá a base das coleções etnográficas do Museu Brasileiro e de outros museus de Viena. Informou Natterer:

Dos boros, tribo indígena que é geralmente chamada de bororos da Campanha, diferentes dos ferozes bororos do Cabaçal (...), obtive várias armas e instrumentos. (...) Vivem em pequenas tribos, em regime nômade, em nossa fazenda. (...) Quando uma das tribos acampou a cêrca de uma e uma e meia milhas daqui, na Mata Sangrador, fui a cavalo vê-los. Mas nesse meio tempo haviam mudado de localização e meu guia não conseguiu encontrá-los. Algum tempo depois alguns bororos vieram à casa de moradia da fazenda oferecendo-se para guiar-me até o campo dêles. Levei comigo fumo, farinha, rapadura, tesouras, facas e anéis e fui com êles. As suas cabanas estavam num mato, perto de um pântano imundo. Era no fim da estação da sêca, e as cabanas estavam pobremente cobertas com fôlhas de palmeiras. Cada família tinha uma cabana à parte. Acolheram-me com gritos de alegria e trataram-me com um guizado de Bacaiua Cocusse, que são assados antes de serem preparados e com chicha, uma bebida adocicada que é também feita de cocusses. (...) Tudo estava sujíssimo. Andam completamente nus. Os homens usam uma faixa feita de fôlhas de palmeira Gua Quacu, da largura de um dedo. As mulheres são um pouco mais cobertas. Usam uma banda de cêrca de três polegadas em volta dos seios. A banda é feita de casca interna da Nagalecogu árvore, e é muito sólida. Fixa, na frente e nas costas dessa banda, e puxada através das pernas, fica uma estreita casca de figueira. Nenhuma das mulheres dispensaria tal enfeite. Finalmente um vestido vermelho conquistou o coração de uma das mulheres. Entrou na cabana para mudar a faixa pelo vestido e mandou-me a faixa através de seu marido. Depois fizeram uma demonstração de dança e canto que é horrìvelmente belo. Presenteei-lhes com as peças que havia trazido comigo e trouxe, comprando dêles, tudo o que me podiam dar dos enfeites de pescoço e de cabeça, zarabatanas e armas (...). Colhi alguns têrmos e palavras da linguagem dos bororos. São os mesmos que Eschwege cita em seu jornal como usados pelos puris e coroados. Vou, pois, comparar as linguagens de várias tribos nativas e procurar encontrar as semelhanças (43).

No fim de 1826 Natterer havia chegado à região de Mato Grosso, onde êle e Sochor caçaram e colecionaram. Sochor

---

(42) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 13 de outubro de 1826.

(43) *Ibid.*

caiu gravemente doente. Ambos ficaram na fazenda de D. Gertrudes de Vasconcelos Pinto, e ainda que tudo fôsse feito, Sochor não se pôde salvar. Morreu de um ataque agudo de febre a 12 de dezembro de 1826 e foi enterrado no cemitério da igreja de S. Vicente. Natterer também foi vítima de um ataque de febre que o levou às portas da morte.

> Quando eu já estava quase a partir, a 23 de janeiro, fui tomado pela febre. Não era de espécie violenta, mas nem purgativos nem eméticos fizeram efeito. Fiquei cada vez pior. Um ataque seguiu-se a outro com muito curtos intervalos e os ataques eram sempre acompanhados de delírio. A décima quarta noite foi a pior. Perdi tôda esperança. D. Gertrudes estava muito preocupada com o meu estado grave. Mandou que eu fôsse friccionado com gengibre esmigalhado e alho fervido em aguardente. Coberto de cobertores, suei fortemente e me senti muito melhor na manhã seguinte. À febre seguiu-se uma longa convalescença. Ainda tive de tomar eméticos como casca da china, água de Inglaterra e outras. Aconselharam-me afinal que procurasse outro clima; fui então para o rio Galeira, a quatro milhas da fazenda (...). Mas no segundo dia fui de nôvo tomado pelas febres, porque molhei-me completamente com uma chuva inesperada enquanto caçava. O segundo ataque foi ainda pior. Tive delírio. As fricções com gengibre não deram resultado. Fui trazido de volta para São Vicente, no quarto dia, de liteira. Tomei dois vomitórios, mas piorei. Na nona noite, estive perto da morte. Já estava com olhos sem luz, incapaz de mover-me, e com pulso fraquíssimo. Mas de repente fui salvo por uma cataplasma de que se lembrou D. Gertrudes, no momento exato, e que me tomou as costas inteiras. Melhorei muito lentamente, e tive de tomar inúmeros febrífugos; perdi quase todo o meu cabelo e meu corpo ficou todo coberto de brotoeja (...). Ainda tremendo de febre, cheguei a Mato Grosso a 14 de maio de 1827. Encontrei minha casa em grande desordem. Os ratos haviam-se aproveitado de minha ausência e se deliciado com a rica alimentação representada pela coleção de pássaros que eu havia armazenado nas gavetas e gabinetes; grande parte estava destruída. Para agravar a situação, encontrei 50 frascos de vermes com falta de etiquêtas, com as rolhas arrancadas e o conteúdo derramado. Levará muito tempo até que arrume tôdas essas coisas (...). Um amigo, Angellini, que está viajando para São Paulo e Rio escreveu-me a 8 de janeiro e aconselhou-me a voltar com êle para o Rio. Apesar de doente, como todos em volta de mim, nem penso nisso. Nunca voltarei deixando minha tarefa pela metade (44).

A 17 de junho de 1827 Natterer recebeu ordens de Viena de voltar para a Áustria. Mas para voltar via Rio, êle gastaria o mesmo tempo e a mesma quantia que seguindo a rota pelo rio Madeira e Amazonas em direção ao Pará. Pensou agir em proveito de sua missão seguindo para o Pará. Antes de deixar Cuiabá, havia-se entendido com o presidente da província acêrca da obtenção de guias do govêrno para a jor-

(44) *Ibid.*

nada. Por conseguinte, decidiu voltar a Cuiabá para discutir de nôvo o assunto. Guardou o material reunido na fazenda e, no verão de 1827, partiu com sua pequena caravana. Alcançou Cuiabá em outubro e foi cordialmente recebido pelo seu amigo Antônio Patrício da Silva Manso (*) que disse a Natterer que teria muito interêsse em ser sócio de uma sociedade científica austríaca. Natterer usou sua influência junto ao enviado austríaco no Rio, e, como Manso o havia auxiliado muitas vêzes remetendo pequenas coleções de peças (um pacote de diamantes coloridos, uma moeda de ouro de Cuiabá, de que sòmente ocorreram poucos exemplares e que eram completamente desconhecidos na Europa), o enviado auxiliou-o como pôde. Em julho de 1832 Manso recebeu o diploma de membro associado da Sociedade de Agricultura de Viena, e como uma retribuição pela sua assistência à expedição científica austríaca, recebeu um instrumento de topografia e um barômetro de natureza especial ([45]).

Em 27 de maio de 1828, Natterer voltou a S. Vicente. Confiado nas promessas do governador de Mato Grosso, esperava que tudo estivesse preparado para a viagem e que estaria em breve apto a partir. Mas nada se tinha feito e quase um ano se passou antes que pudesse realmente partir a 15 de julho de 1829 desta insalubre província do rio Guaporé. A nona remessa para Viena, que chegou em novembro de 1830, consistia em material que Natterer havia recolhido nessa área do Brasil ([46]).

A 29 de novembro Natterer alcançou Borba, no rio Madeira. De lá mandou a décima remessa, empacotada em 22 caixotes que chegaram a salvamento a Viena em maio de 1831 ([47]).

A fim de evitar que êle se encontrasse em dificuldades financeiras, Viena enviou a Natterer outros 6.000 guldens (cêrca de 3.000 dólares norte-americanos). Enquanto estava

---

(*) Antônio Luís Patrício da Silva Manso, era doutor em medicina em Coimbra e foi deputado por Mato Grosso de 1834 a 1837.

(45) *Ibid.*, ofício do Rio, 16 de agôsto de 1831; despachos para o Rio, de 23 de julho de 1830 e 20 de julho de 1832. Silva Manso permaneceu em estreito contacto com o museu de Viena e manteve uma extensa correspondência científica. *O. K. A.*, pasta 58, 1832.

(46) A nona remessa consistia em: 181 mamíferos, 1.340 pássaros, 155 répteis, 432 peixes, 80 insetos, 14 crustáceos, 118 conchas, 181 vermes, 74 crânios, 47 ovos, 17 sementes diferentes e 63 minerais. *O. K. A.*, pasta 1.179, 1830.

(47) *Ibid.* A décima remessa consistia em: 79 mamíferos, 452 pássaros, 6 répteis, 20 peixes e 37 crânios.

no interior, longe das vantagens de comunicações, Natterer tinha, em várias ocasiões sido obrigado a tomar emprestado quantias avultadas de amigos que êle só poderia pagar depois da volta para a Europa ([48]). Por essa ocasião, contudo, foi prevenido de que não obteria nôvo crédito de Viena de maneira alguma. Quando, em 1831, Natterer ainda não dava mostras de voltar a Viena, e não parecia tomar nenhuma medida para voltar, a boa vontade transformou-se em aborrecimento e as instruções de 5 de maio de 1831 diziam desenganadamente:

> Apesar de, segundo as últimas notícias do Museu de História Natural, o assistente Natterer estar já de volta do Brasil neste momento, sinto, contudo que seria meu dever expedir uma ordem de que seja compelido a voltar imediatamente. Faço-o da única maneira possível, isto é, comunicando-lhe esta ordem. Se a volta do explorador fôr adiada, contra tôda a probabilidade e se as redondezas do próximo pouso de Natterer forem conhecidas, faça-lhe saber sem perda de tempo o desejo de Sua Majestade de que não lhe seja mais concedido nenhum crédito além dos 6.000 guldens que lhe foram dados para facilitar-lhe a volta ([49]).

Natterer estava então, de tal maneira possuído pela paixão do explorador e cientista que esqueceu suas boas intenções de voltar e pensou poder desrespeitar as ordens que havia recebido. Mas esgotou a paciência de seus superiores que ficaram extremamente aborrecidos com sua atitude, mesmo seus antigos protetores que agora o abandonavam. O representante da Áustria no Rio, Daiser, procurou defendê-lo.

O último relatório de Natterer alcançou Daiser a 19 de setembro de 1830. Nesse relatório o naturalista informava Daiser de sua intenção de subir o Amazonas até Tabatinga, ponto da fronteira, e coligir nessa área inexplorada novos tesouros para o Museu Real. Voltaria então a Viena. Daiser ressaltou que Natterer estava muito longe do Rio e que as notícias só o alcançariam dentro de um ano. Êle provàvelmente já havia partido em sua excursão antes de receber o chamado de Viena. Escreveu Daiser:

> Esta viagem, sendo a mais difícil de suas excursões, será a última de Natterer. Prova o seu ardor e desprendimento e sua incansável atividade e será provàvelmente de imenso valor para a ciência o ir êle a êsses territórios no extremo oeste que estão ainda quase inexplorados. Com esta excursão Natterer conclui uma das mais grandiosas e mais minuciosas ex-

---

(48) V. nota 78 abaixo.

(49) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 5 de maio de 1831.

pedições naturais jamais realizadas nessa região do mundo. A rara perfeição dos resultados certamente justificará a generosa proteção de Sua Majestade Imperial dada ao progresso da ciência natural. As dificuldades que um explorador terá de encontrar no interior dêste país são inimagináveis. É preciso ter um amor delirante pela ciência e uma fôrça moral excepcional para não desanimar. A grande realização do Museu Brasileiro será uma das glórias do reinado de Sua Majestade e a última expedição de Natterer será o seu coroamento glorioso (50).

Mas Natterer teve de alterar de nôvo o roteiro de sua última excursão. Em vez de subir o Amazonas, foi seguindo o rio Negro até São José de Marabitanos, o último ponto do Rio Negro na fronteira da Venezuela. Daí êle fêz excursões à Venezuela até São Carlos e rios Cassiquiare, Xie, Icana e cascatas do Vaupé. Voltou ao Rio Negro, e chegou a Barcelos em 31 de agôsto de 1831) (51).

Natterer estava então fora do alcance da Legação Austríaca no Rio, mas escreveu diretamente a Schreibers, de Barcelos, a 31 de agôsto de 1831. Schreibers recebeu ordem de comunicar a Natterer que qualquer pagamento futuro seria cancelado a não ser que êle voltasse imediatamente e que êle seria demitido do serviço do Imperador. Em 23 de abril de 1832 Schreibers informava que não havia recebido notícias de Natterer, julgando-o já de volta para casa e que não seria preciso chamá-lo de nôvo. Schreibers esperava que:

Natterer cumprirá o seu dever e terá disciplina para desistir de qualquer nova excursão e que partirá em direitura para o ponto de embarque sem desvios, por mais atraentes e úteis que possam parecer (52).

Natterer recebeu a ordem de seu soberano na Barra do Rio Negro no fim de 1832. Já estava visìvelmente decidido a voltar ainda que não pudesse resistir à tentação de fazer novos desvios. Uma revolta na província do Rio Negro, porém, impossibilitou-o de partir nesse ano. Tôdas as comunicações com o Pará tinham sido cortadas e os rebeldes estavam massacrando muitos brancos e avançando até Óbidos. Quando o Rio Negro foi de nôvo pacificado, chegaram notícias horro-

---

(50) *Ibid.*, ofício do Rio, de 20 de agôsto de 1831.

(51) De uma conferência de Joseph Natterer sôbre as viagens de seu irmão no Brasil, feita a 28 de setembro de 1833, perante a Décima Reunião dos Exploradores e Físicos em Viena, cf. o periódico *Isis*, 6.ª edição, ano 17, 1833, pp. 545 e segs.

(52) Comunicação de Schreibers ao *Hof-und Staatskanzlei*, 25 de abril de 1833. *O. K. A.*, pasta 577, 1833.

rosas do Pará onde, em 16 de abril, mais de duzentos portuguêses tinham sido mortos. Natterer caiu novamente doente e perdeu dois navios de guerra ancorados em Óbidos, sob cuja proteção êle poderia ter seguido para o Pará. Finalmente chegou ao Pará em setembro de 1834, mas não pôde partir antes da primavera de 1835, já que tinha de obter o transporte dos numerosos animais de sua coleção ([53]).

Em 1835, antes que Natterer chegasse à Europa, um embarque de 22 caixotes de peças colecionadas e madeiras de categoria cortadas em blocos e tábuas para mobílias para o Hofburgo de Viena chegaram em Viena via Londres e Roterdã ([54]).

A odisséia de Natterer através da selva e dos perigos da floresta brasileira terminou com efeito dramático. Nem as febres, nem as feras, nem os perigos da floresta, haviam conseguido sobrepujá-lo. Mas quase não escapou da multidão excitada que estêve a pique de roubar dêle tôda a produção de seu trabalho de pesquisa. No Pará, onde êle chegara no outono de 1834 e onde esperava embarque para a Europa, rompeu uma revolução que visava exatamente liquidar todos os estrangeiros. Natterer conseguiu sòmente salvar a vida. Teve a felicidade de embarcar num navio inglês, mas teve de deixar atrás tôda a bagagem. Todo o material colecionado foi abandonado à fúria dos revolucionários. Quando, durante um breve intervalo da luta, Natterer procurou salvar ao menos os remanescentes, achou sua casa em horrível estado. Apesar de estar acompanhado de soldados inglêses, arriscou sua vida sòmente para verificar que todos os seus pertences, espingardas, dinheiro, tudo o que era comível, tinha sido levado. Todos os animais colecionados para o Jardim Zoológico de Schönbrunn em Viena, tinham sido mortos, tôdas as suas coleções tinham sido reviradas. Felizmente os diários, as notas científicas e os desenhos estavam ainda salvos, e os restos da coleção ainda encheram 37 caixotes ([55]).

---

(53) Do relatório das viagens, apresentado por Natterer depois de chegar a Viena. *O. K. A.*, pasta 634, 1837.

(54) A undécima remessa incluía: 205 mamíferos, 2.073 pássaros, 150 anfíbios, 300 peças de interêsse etnográfico como utensílios, roupas, armas de 32 tribos diferentes, 192 peixes, alguns insetos, crustáceos, 84 blocos de madeira de 5 espécies de categoria para mobília e 150 pacotes de sementes. *O. K. A.*, pasta 630, 1835.

(55) Schreibers comunicou as ocorrências no Pará por fôrça de um relatório de Natterer. *O. K. A.*, pasta 2.195, 1835.

Em 9 de novembro de 1835 Natterer chegou a Londres. Ficou na Inglaterra durante os meses de inverno a fim de recuperar-se, já que a saúde estava severamente enfraquecida, e para cuidar da última remessa de suas coleções. Esta seria enviada através do Reno e do Danúbio na primavera. Para cobrir o custo do transporte obteve, finalmente, dinheiro através da Rothschild Trading Co., de Londres. Entrementes o apartamento que tinha sido ocupado pelo falecido dr. Pohl no Museu Brasileiro (o *Brasilianum*) de Viena, foi preparado para Natterer. A história dêste museu vai descrita adiante. Em 20 de julho de 1836 o naturalista chegou a Frankfurt-sôbre-o-Meno, trazendo a última remessa de material coligido. Dali partiu para Regensburg e, pelo Danúbio, chegou a Viena. Em agôsto de 1836 viu de nôvo a cidade que êle deixara havia 19 anos ([56]). Até o fim da vida a imaginação de Natterer estava cheia de recordações do Brasil e dedicou tôdas as suas fôrças à coleção brasileira de História Natural. Infelizmente não teve tempo para tirar proveito científico das suas coleções, e a fama de sua vida sacrificada à ciência em breve se apagou e está hoje quase esquecido.

b) *O Museu Brasileiro de Viena*

A grande expedição que tinha sido preparada com tanto entusiasmo e com apoio financeiro generoso deu resultados notáveis, e as peças colecionadas em breve ocuparam tal extensão que foi preciso encontrar nôvo espaço para elas ([57]). O primeiro embarque, com exceção das plantas vivas e animais, que foram entregues aos jardins reais da Côrte e ao Jardim Zoológico de Schönbrunn respectivamente, fôra armazenado nas salas do Museu Imperial de História Natural em Josephplatz, de Viena. Quando chegou a volumosa segunda remessa, em novembro de 1819, tornou-se óbvio que teria de ser encontrado outro armazenamento ([58]). Em audiência com o Imperador, o diretor von Schreibers apresentou-lhe os planos de criação de

(56) A décima segunda remessa incluía: 160 mamíferos, 3.159 pássaros, 500 anfíbios, 500 peixes, 700 insetos, 500 vidros de vermes, 70 minerais, 32 amostras de ouro e várias peças menores. *O. K. A.*, pasta 2, 1837.

(57) Já em 10 de setembro de 1820 Schreibers tinha pedido ao *Oberstkämmerer* que lhe obtivesse localização para as coleções brasileiras, de modo que permitisse uma exposição sistemática dos objetos. *O. K. A.*, pastas 1.945, 1.946, 1820.

(58) A falta de espaço só diminuiu quando se ergueram dois grandes museus na construção do Viena *Ringstrasse.* Cf. Alphons LHOTSKY, *Die Bauge schichte der Museen und der neuen Mofburg,* Viena, 1941, pp. 7 e segs.

um museu separado, o Museu Brasileiro, um *Brasilianum*, onde os vários objetos poderiam ser convenientemente arrumados, classificados cientìficamente e exibidos ao público:

> Não sòmente uma vista geral das numerosas peças expostas, dos vários e curiosos produtos dessa parte do mundo, farão uma impressão muito melhor do que se estivessem distribuídos através das outras coleções, onde poderiam perder-se de mistura com os outros artigos, mas dariam também uma boa demonstração do bom êxito e do progresso da expedição e da capacidade dos exploradores. Os objetivos de Sua Majestade promovendo tais expedições, organizadas debaixo de sua habitual generosidade quando se trata do progresso da ciência e das instituições científicas, se revelariam mais convenientemente (59).

Schreibers propôs que o edifício dos Jardins Imperiais em Ungargasse em Viena fôsse utilizado para abrigar a coleção brasileira, mas não foi aprovado êste plano. Mas quando não havia mais lugar para armazenamento conveniente das peças que chegavam no terceiro transporte, parte do qual teve de ser conservado nos caixotes no sótão e a quarta remessa se anunciou, Schreibers recebeu ordem de procurar um prédio adequado para o *Brasilianum*. De acôrdo com sua proposta, alugou-se o Palácio Harrach em Johannesgasse para êsse fim (60). Logo depois da volta do dr. Pohl, o Imperador, por decisão de 11 de agôsto de 1821, assegurou os meios financeiros para a fundação do Museu Brasileiro (61). Provisòriamente a instalação das peças brasileiras foi feita pelo pessoal do Museu Real de História Natural e alguns voluntários, até que ao Museu Brasileiro pudesse ser dada existência legal com a nomeação do dr. Pohl e a contratação de seu pessoal próprio.

A questão se agravou com a chegada do dr. Pohl em 15 de outubro. As suas coleções produziram grande sensação em Viena, não sòmente porque êle trouxera dois índios botocudos mas por causa da grande variedade de espécimes interessantes. Decidiu-se fazer uma exibição especial no Jardim da Residência Real antes da instalação final no *Brasilianum* (62). A exposição ficou aberta até 8 de novembro e o público pôde visitá-la três dias na semana. Os bilhetes para esta exposição só eram expedidos mediante requerimento escrito, de modo que só a camada superior da sociedade teve entrada. Por pe-

---

(59) *O. K. A.*, pasta 1.945, 1820.

(60) *Ibid.*, pasta 1.401, 1821. A princípio só o segundo pavimento do prédio da Johannesgasse foi alugado.

(61) A subvenção para o *Brasilianum* foi de 12.000 guldens (cêrca de 46.150 dólares norte-americanos) por ano. *Ibid.*, pasta 435, 1821.

(62) *O. Me. A.*, pasta 435, 1821.

dido especial da congregação da Faculdade de Medicina da Universidade, os dois botocudos foram também exibidos (63). Houve tantos pedidos para visitação da exposição que 500 bilhetes foram expedidos em uma manhã. Esta foi a primeira vez que um contato real se estabelecera entre o Brasil e a Áustria e o povo demonstrou amplamente o desejo de ampliá-lo e de melhor conhecer o reino americano. A êsse desejo o Museu Brasileiro deve sua fundação.

O Museu abriu em 1821. A secção geológica abrangia sòzinha sete grandes salas. A primeira era ocupada pela coleção de mamíferos, a segunda, terceira e quarta pelos pássaros, a quinta pelos répteis, a sexta pelos peixes e a sétima pela coleção de insetos, aracnídeos, crustáceos, vermes, conchas, rotíferos e zoófitos, e uma coleção de crânios de várias espécies de mamíferos, aves e répteis. O arranjo das peças e a classificação seguiam o sistema do Imperial Museu de História Natural. A secção botânica compreendia três salas menores. As palmeiras foram colocadas ao longo das paredes na escadaria maior. Esta coleção estava colocada conforme a disposição geográfica, seguindo o roteiro das expedições do dr. Pohl que deram origem à maior parte das peças e assim serviam de auxílio para as pesquisas científicas do dr. Pohl.

Os desenhos de Thomas Ender (64) de vistas da vizinhança do Rio de Janeiro, suas 567 pinturas de roupas, utensílios e armas e objetos quejandos, foram colocados nas salas de botânica juntamente com os desenhos de Michael Sandler para o livro de botânica editado pelo dr. Pohl. Além dessas 12 salas de coleções de História Natural, havia uma grande sala no segundo andar para as coleções de etnografia. O andar térreo era ocupado com um grande quarto para preparações e com apartamentos. O chefe do Museu Brasileiro era o diretor von Schreibers. Abaixo dêle trabalhava Joseph Natterer Júnior, irmão de Johann, que estava ainda no Brasil, como chefe da secção zoológica, e o dr. Pohl, chefe das secções de botânica e mineralogia. As várias subsecções das coleções

---

(63) A congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Viena pediu ao Imperador que pusesse os botocudos em exibição como um meio de obter largas somas. *Ibid.* Schreibers informou que havia nascido uma filha dos botocudos enquanto atravessavam o oceano. Propôs que a menina fôsse internada num orfanato, mas o Imperador ordenou que não lhes retirassem a criança. Por motivo de moralidade, e devido à curiosidade desordenada do público, o Imperador julgou que êles não deviam ser expostos. *O. K. A.*, pasta 1.569, 1821; v. notas 31 e 32.

(64) V. acima a nota 19.

zoológicas eram mantidas por conservadores especializados do Real Museu de História Natural. O público podia visitar o Museu Brasileiro todos os sábados, de nove ao meio-dia, mas era preciso uma autorização especial. Era livre a entrada de cientistas, especialistas, peritos e estrangeiros, mediante aviso prévio ([65]).

Tornou-se assim o Museu Brasileiro de Viena um centro de pesquisas científicas de tôdas as matérias relativas ao Brasil, e espalhava conhecimentos e informações dêsse Império desconhecido e inexplorado no meio de largos círculos da população ([66]).

Tôdas as remessas do Brasil eram desde então dirigidas ao *Brasilianum* ([67]). A longa ausência de Natterer e a freqüente chegada de volumosas remessas tornou o museu uma atração de primeira ordem. Cada nôvo transporte do Brasil dava ocasião à exibição de espécimes ao Imperador e ao público.

No *Brasilianum*, o dr. Pohl teve amplo tempo para terminar seu trabalho científico. A literatura científica sôbre o Brasil estava crescendo ràpidamente, particularmente através de publicações pelos exploradores bávaros, príncipe de Neuwied ([68]), Spix e Martius ([69]), cujos livros provàvelmente influenciaram as atividades do dr. Pohl, visto que êle comprava cada nova edição dêsses livros ([70]). O professor Mikan também pretendia utilizar suas experiências no Brasil para

---

(65) Sôbre a organização e os objetivos do Museu Brasileiro, cf. FITZINGER, *op. cit.*, pp. 32 e segs., e Schreibers, no periódico *Isis*, publicação IV, ano 17, 1833, p. 439.

(66) O diretor von Schreibers fêz muito pelas suas publicações no sentido de levar as notícias do Brasil a um público mais amplo, que, por sua vez, estimulava o interêsse pelo *Brasilianum*. Além de artigos em jornais e magazines, publicou um livro: *Nachrichten von den kaiserlich österreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit*, Viena, 1820, 191 páginas.

(67) Em 1822 o primeiro pavimento da casa de Johannesgasse foi também arrendado, de modo a dar mais espaço para a ampliação das coleções do *Brasilianum*. *O. K. A.*, pastas 1.431, 1.604, 1.807, 2.377, 1.808, 1822.

(68) Príncipe Max von Wied-Neuwied, *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817*, Munique, 1820, 2 volumes.

(69) V. acima, a nota 17.

(70) *O. K. A.*, pasta 150, 1826. O conde Sternberg, presidente da Sociedade de História Natural de Praga, exprimiu, em carta a Mikan, a opinião de que as publicações sôbre o Brasil poderiam preencher bibliotecas. Nada pode ilustrar melhor a importância da expedição austríaca ao Brasil, porque foi através dela que a enxurrada de publicações começou. Não há período, antes ou depois, em que literatura tão série sôbre o Brasil tenha sido publicada em língua germânica.

um livro geral sôbre os anfíbios brasileiros. Pediu ao Estado que patrocinasse o trabalho. Falhou, porém, o projeto pela falta de meios públicos de um lado e pelas objeções dos cientistas de Viena do outro, que não quiseram, como se queixava Mikan em seu *memorandum*, deixar que êle trabalhasse no *Brasilianum* ([71]).

É preciso confessar que lamentàvelmente os exploradores austríacos, a quem se deviam as novas descobertas, não conseguiram obter a preeminência que mereciam e não encontraram muito apoio do público para as suas aspirações literárias como seus colegas aos quais foi dado amplo apoio pelo govêrno real da Baviera. Os resultados da expedição austríaca eram superiores, mas as publicações relativas às experiências científicas e descobertas foram notàvelmente inferiores. A Áustria franzia a cara quando as instituições científicas estrangeiras ofereciam honrarias a cientistas austríacos. Quando em 1822 a Universidade de Heidelberg conferiu o grau de doutor em Filosofia *honoris causa* a Natterer, e seu pai pediu permissão para aceitar, foi aconselhado por Metternich a recusar([72]). Compreende-se que o irmão de Johann, Joseph numa conferência a respeito das expedições do irmão, apelasse para os cientistas austríacos no sentido de utilizarem o Museu Brasileiro e seus tesouros antes que fôsse explorado pelos cientistas estrangeiros ([73]). Exceto os pequenos ensaios sôbre o início da expedição brasileira e o livro puramente informativo do diretor von Schreibers ([74]), os dois trabalhos do dr. Pohl acima mencionados ficaram como o único testemunho da grande realização dos exploradores austríacos. O dr. Pohl ([75])

---

(71) *Ibid.*, pasta 956, 1826. Escreveu Schreibers: "Mikan quer explorar os tesouros do *Brasilianum*. Seu plano é catalogar todos os anfíbios encontrados pela expedição austríaca. Pede auxílio para seu trabalho porque já perdeu muito financeiramente com seu primeiro livro. Roga que lhe seja permitido utilizar o *Brasilianum*. No ano passado não teve permissão para entrar no Museu". O requerimento foi indeferido (*Ibid.*, pasta 1.224, 1826) com a observação: "O requerente está sòmente procurando explorar o trabalho alheio".

(72) *Ibid.*, pastas 1.112, 1.247, 1822; pasta 463, 1824.

(73) Na Décima Assembléia de Naturalistas e Físicos em Viena, a 28 de setembro de 1832, Joseph Natterer disse em discurso: "É pena que nada mais se tenha publicado sôbre os exemplares zoológicos encontrados por Johann no Brasil. Como seria útil para a ciência, como foram os trabalhos do príncipe Max von Wied, Spix e Martius, que estavam munidos de meios bastante inferiores. Muito seria de esperar, com a abundância de suas coleções no *Brasilianum*. Se perdermos mais alguns anos, tudo será reivindicado pelos inglêses e franceses".

(74) V. acima a nota 66.

(75) V. acima a p. 136, n.º 35.

deveria ter recebido a Ordem da Cruz dos Cavaleiros Austríacos (*), mas morreu a 22 de maio de 1834 antes que a honra lhe fôsse conferida ([76]).

Mas mesmo que aos naturalistas austríacos não tenha sido dada a honra de brilhar na produção bibliográfica, os tesouros reunidos no *Brasilianum* eram testemunhos convincentes da capacidade, da dedicação e da diligência dêles. Contudo, desde o comêço, o Museu Brasileiro foi tratado como estabelecimento de natureza temporária, o que freqüentemente ameaçou sua própria existência. Tinha sido fundado sòmente para abrigar as várias remessas, para exibi-las e permitir a pesquisa científica. O Museu deveria interromper-se com a chegada da última remessa e do último cientista e seus tesouros devolvidos aos outros museus de Viena. Quando Natterer chegou com a última remessa do Brasil, o plano de unificar as coleções voltou a ser considerado; mas o Museu Brasileiro foi encerrado por uma ordem do Imperador datada de 5 de julho de 1836.

Natterer, que havia mantido a posição de assistente na expedição primitiva, conseguiu uma pensão de modo a ser colocado, ao menos, no nível financeiro igual aos de chefes de secções. Permaneceu na secção zoológica com seu irmão Joseph. A primeira tarefa de Johann foi mudar e reorganizar as coleções etnográficas, que foram a princípio trazidas para o prédio de Ungargasse e depois transferidas para o Augarten. Seu encargo principal era a correção, preparo e avaliação científica de seus jornais, diários e desenhos. Em abril de 1837 o prédio do Museu Brasileiro teve de ser esvaziado visto como o contrato, concluído com a condêssa Szecheny em 1831, estava findo ([77]). No mesmo ano ([78]) Natterer apresentou um relatório global que mostrou que o govêrno austríaco ainda lhe devia 70.000 guldens (cêrca de 35.000 dólares norte-americanos). Esta enorme soma resultava de dívidas que Natterer fôra obrigado a contrair no Brasil com Silva Manso, em Cuiabá, com D. Gertrudes de Vasconcelos Pinto, em Mato Grosso, com

(*) Não se consegue identificar a ordem que estava destinada a Pohl. A "Ordem da Cruz dos Cavaleiros Austríacos" — não figura na lista das condecorações austríacas do *Almanaque de Gotha*. A Ordem da Cruz estrelada era de Senhoras.

(76) *O. K. A.*, pasta 938, 1834.

(77) *Ibid.*, pasta 58, 1837.

(78) *Ibid.*, pasta 837, 1837. Êste volumoso relatório, extremamente minucioso, é de algum modo o substituto de seus diários e jornais de viagem perdidos.

John Itislop, em Santarém, e outros. O próprio Natterer tinha uma conta razoável na Imperial Repartição das Finanças. Resultava da verba diária de que não se utilizara enquanto estivera no interior do Brasil. Dessa soma, a Repartição das Finanças só concederia 50.000 guldens (aproximadamente 25.200 dólares norte-americanos).

A saúde de Natterer estava completamente minada e nem mesmo o tratamento anual das águas de Carlsbad adiantaram. Sua infatigabilidade levou-o a visitar de nôvo a maior parte dos museus da Europa. Parece que não encontrou nem tempo nem calma para escrever. A 17 de junho de 1843 morreu sùbitamente de hemorragia cerebral. Seu livro básico de ornitologia ficou incompleto ([79]). Felizmente a morte poupou-o de sentir a dor de ver destruída a obra de sua existência: durante a revolução de 1848, uma parte das coleções de História Natural, as notas e diários de Natterer e a maior parte de suas coleções foram confiscados e queimados.

c) *Expedições posteriores; artistas austríacos no Brasil; influência de instituições culturais austríacas*

O êxito da expedição científica austríaca e as publicações análogas causaram nos círculos científicos europeus o maior interêsse pelo Brasil, de tal maneira que várias expedições se seguiram contìnuamente, o que muito contribuiu para torná-lo conhecido. Como conseqüência, o Brasil, durante a primeira metade do século XIX, veio a pertencer ao grupo dos países mais explorados, fora da Europa, em matéria de História Natural. Entre os muitos sucessores dos primeiros exploradores austríacos, devem ser mencionados d'Orbigny, Wilkes, Castelnau, Burmeister, Sellow, Müller, Engler, Tschudi e outros.

A Áustria continuava ainda interessada na exploração científica do Brasil. Apesar do Estado não mais planejar o envio de expedições científicas, garantiu auxílio e assistência

---

(79) Das publicações póstumas científicas de Natterer, A. von Pelzein publicou dois ensaios nas atas da Imperial Academia de Ciências, Matemáticas e História Natural: "Neue wenig bekannte Arten der kairserlichen ornithologischen Sammlung", Viena, 1856, vol. 20, pp. 153-167; e "Über neue Arten der Gattungen Synalaxis, Anabates, und Xenops in der kaiserlich ornithologischen Sammlung, nebst Auszügen aus Johann Natterer's nachgelassenen Notizen über die von ihm in Brasilien gesammelten Arten der Subfossilien: Furnarinae und Synallaxis", Viena, 1859, vol. 34, pp. 99-135.

a todos os referidos empreendimentos. Pouco depois da volta de Natterer, outro austríaco, Virgil Helmreichen von Brunnfeld, gerente das Reais Minas de Salzburgo ([80]), partiu para o Brasil. Helmreichen tinha sido contratado como engenheiro de Minas por K. Hocheder, diretor-geral da British Brazilian Mining Co., em Minas Gerais. Não obstante seu emprêgo brasileiro, Helmreichen conservou seu emprêgo austríaco e só foi ao Brasil depois de obter a autorização do govêrno austríaco. Em 1836 Helmreichen, juntamente com o diretor Hocheder, viajou para o Brasil, onde trabalhou nas minas de ouro de Morro Velho e Gongo Soco. Como perito em minas, Helmreichen estava interessado principalmente na estrutura geognóstica e geológica do Brasil. Em 1842 mudou-se para o Rio a fim de continuar seus estudos e preparar uma expedição que há muito planejara. No Rio, Helmreichen tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico, a mais antiga instituição científica do Brasil.

Os objetivos da expedição eram percorrer o Brasil de leste para oeste, efetuando um corte geológico nessa direção, fazer observações astronômicas e barométricas tanto quanto possível, fixando altura, e reunir objetos magnéticos. Para êsse plano Helmreichen requereu às autoridades de Viena auxílios publicos. Após o diretor von Schreibers e o conselheiro de minas Haidinger haverem dado seus pareceres técnicos, o barão von Kübeck recomendou o projeto ao Imperador. Sua Majestade Imperial deu um auxílio para o empreendimento, a 1.º de abril de 1843, com a condição "de Helmreichen fornecer sempre relatórios minuciosos da viagem e que todos os espécimes e coleções e todos os resultados das pesquisas fôssem utilizados para as coleções imperiais" ([81]). Como as preparações da viagem tomaram mais tempo do que se previa, Helmreichen enviou em 1844 uma coleção consistindo de espécimes prèviamente reunidos, com apontamentos científicos resultantes de estudos especiais. Também enviou a Viena certo número de moedas brasileiras que foram muito cuidadosamente examinadas, já que não se confiava muito na formação

(80) Virgil Helmreichen von Brunnfeld, nascido em 1804 em Salzburgo, freqüentou o colégio secundário nesta cidade e posteriormente o colégio de Minas de Schemnitz. Foi funcionário do Real Bergamt in Zell am See em 1829 e no Real Bergamt Hüttenamt em Mühlback em 1830. Foi encarregado de regular as minas e fundições na Land Salzburg em 1835. V. esbôço biográfico por Sonnleithner nas atas da *Imperial Academia de Ciências, Matemáticas e História Natural,* v. 8, 1852, pp. 474-489.

(81) *O. K. A.,* pasta 753, 1843. O barão Kübeck era *Hofkammerpräsident,* presidente de tribunal.

científica de Helmreichen, como simples técnico de minas (82). A opinião dos técnicos sôbre a primeira remessa aplacou êsses preconceitos e aumentou o interêsse por novas e valiosas remessas:

> Colocam-se grandes esperanças nas atividades dêsse pesquisador que já provou sua competência com a primeira remessa. Nas áreas do oeste do Brasil e nos declives orientais das cordilheiras, nenhum explorador enviado por Sua Majestade já chegou. As montanhas da costa ocidental da América Latina até o mar do Sul, são de grande interêsse, e só as conhecemos de nome, através das recentíssimas descrições por d'Orbigny, Pöppig e Tschudi (83).

A segunda remessa em 1847 muito contribuiu para levantar as esperanças pelas seguintes (84). Esta carga parece que foi enviada de Cuiabá, aonde Helmreichen fôra com o dr. Müller. Em virtude das recomendações, Lopez, então presidente do Paraguai, deu permissão ao cientista austríaco para entrar nos Estados do Prata. Helmreichen escreveu um relatório minucioso afirmando que havia sido auxiliado materialmente no trabalho de pesquisa pelas autoridades do Paraguai, talvez porque Lopez tivesse sido recentemente informado por Metternich do reconhecimento pela Áustria da república independente do Paraguai (85). Partindo de Cuiabá Helmreichen excursionou sòzinho pelos Estados do Prata; seu companheiro, dr. Müller, decidiu fixar-se em Cuiabá. Depois de chegar a Concepción, Helmreichen caiu sèriamente doente

(82) *Ibid.*, pasta 2.486, 1843. "É pois de temer-se que venham muitas remessas, cujas vantagens para as coleções imperiais não alcance o custo do transporte, sem falar de outras despesas e o salário dado ao explorador."

(83) *Ibid.*, pasta 901, 1844. Esta primeira remessa consistia principalmente de peças referentes a um mapa geognóstico e a um desenho de cortes geológicos que havia sido enviado e depositado para estudos científicos posteriores. Também enviou desenhos e detalhes relativos a minas de diamantes e observações baro e termométricas. Essas notas constituem hoje a coleção Helmreichen na Academia de Ciências de Viena. As moedas e medalhas foram recebidas com grande interêsse pela Imperial Casa da Moeda e Coleção de Antiguidades.

(84) A segunda remessa incluía: 7 mamíferos, 116 pássaros, 49 anfíbios, 6 peixes, 790 insetos e vermes. A parte botânica consistia em 169 espécies de criptógamas, algas, líquenes, esponjas e musgos. A parte minerológica-geológica consistia em 1.100 peças, coligidas e organizadas e ordem regular, de acôrdo com a ocorrência. Finalmente havia 17 objetos etnográficos, muitos dos quais eram idênticos a alguns recolhidos por Natterer. *Ibid.*, pasta 397, 1847. As coleções etnográficas de Natterer, de acôrdo com a mesma fonte, estavam, após oito anos, ainda dentro dos caixotes no Real Augarten.

(85) De Villa del Pilar, a 10 de dezembro de 1847, Helmreichen relatou, em carta minuciosa a Sonnleithner, as condições do Paraguai, e o fato de que o reconhecimento da independência do Paraguai pela Áustria, noticiada durante sua estada e que tinha sido alegremente comunicada a êle pelo presidente Lopez, fôra de considerável valor para êle e para o trabalho. *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, 23 de fevereiro de 1848.

e teve de voltar a Assunção. Dali voltou ao Brasil em 1850, suspendendo seu plano de avançar além das montanhas. No meio de seus preparativos para voltar à Europa, Helmreichen contraiu bexigas. Depois de curado, caiu em completo abatimento e encerrou seus dias ràpidamente. Tinha sòmente 46 anos quando morreu no Rio.

Pôsto que a produção científica de Helmreichen tenha sido pequena, representava uma contribuição valiosa para o conhecimento das nações que êle havia percorrido. Os minerais que êle havia coligido e enviado a Viena serviram para ampliar as várias coleções. Um de seus livros e um ensaio foram publicados. O sucessor de Schreibers, Partsch, apresentou as notas de Helmreichen, pòstumamente reunidas, à Imperial Academia de Ciências de Viena, durante a sessão da Comissão de Matemática e Ciências Naturais, em 22 de abril de 1852. A Academia publicou devidamente em suas atas os relatórios de Helmreichen sôbre o Brasil ([86]). O representante austríaco no Rio, que tivera em alta estima o naturalista de Salzburgo, dedicou-lhe um honroso obituário, constatando que, após 15 anos no Brasil, Helmreichen deixara muitos amigos e nenhum inimigo ([87]).

Durante a circunavegação do mundo pela fragata austríaca *Novara,* nos anos de 1857-1859, houve pequena parada no Brasil. Para a preparação científica e preparação dessa viagem à volta do mundo, criou-se uma comissão especial da Imperial Academia de Ciências. A Academia também promoveu a publicação de numerosos volumes contendo as descobertas da expedição ([88]). A seleção de cientistas participantes da viagem foi feita de maneira semelhante à de 1817, com a diferença que houve antropólogos, geólogos e físicos

---

(86) As atas da Imperial Academia de Ciências, seção de Matemáticas e História Natural, relativas aos anos de 1850-1852, contêm os relatórios das viagens de Helmreichen.

(87) *Ibid.,* n.º 80.

(88) Criou-se na Imperial Academia de Ciências uma comissão especial para a realização da Expedição *Novara* em 1856. A publicação dos resultados começou em 1861, compreendendo a parte médica. A parte náutica e física foi preparada pelo Instituto Hidrográfico da Marinha Imperial e por êle publicada em 1862-63, em Viena. Em 1863, o resto do trabalho foi confiado à Imperial Academia de Ciências. O preparo completo do trabalho levou 13 anos (1863-1876). O trabalho completo, *Reiss der österreichischen Fregatte Novara um die Erde in den Jahren 1857, 1858, 1859, unter dem Befehl des Commodore Bernhard von Wüllerstorf-Urbair,* tem 21 volumes que são divididos nas seguintes seções: física náutica, geologia, botânica, antropologia, etnografia, linguística, medicina e estatística comercial. Cf. Richard MEISTER, *Geschichte der Akademie der Wissenschaften in Wien,* Viena, 1947, p. 96.

acrescentados à lista anterior, composta só de zoólogos, botânicos e mineralogistas.

Em agôsto de 1857 a *Novara* ancorou no Rio (89). As quatro semanas de estada foram utilizadas em excursões pelas redondezas do Rio e na visita a instituições culturais e científicas da Capital. Os cientistas austríacos foram guiados por dois naturalistas brasileiros, o dr. Manuel Ferreira Lagos e o dr. Schüch de Capanema. O último era filho do já mencionado Rochus Schüch. Os austríacos foram convidados a participar das reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, geralmente presidido pelo Imperador (*). Também se tornaram membros da Palestra Científica, ramo do Instituto Histórico e Geográfico que corresponde à secção de Matemática e Ciências Naturais da Academia de Viena (90) (**). Depois de uma recepção dada pelo Imperador e Imperatriz do Brasil, a *Novara* continuou sua viagem.

A última expedição da época, a viagem da *Aurora* ao Brasil e ao Rio da Prata durante os anos de 1884-1885, serviu sobretudo aos interêsses do comércio (v. capítulo IX, Relações Mercantis). O navio chegou à Bahia em 23 de outubro de 1884 e ao Rio a 6 de novembro. O ministro da Áustria apresentou os chefes da expedição a D. Pedro II e a 11 de novembro o Imperador visitou o navio. Partiu para Santos e Montevidéu a 18 de novembro de 1884 (91).

---

(89) *Reise der österreichischen Fregatte Novara,* vol. I, pp. 121-173.

(*) A ata da sessão do Instituto Histórico, de 7 de agôsto de 1857, consigna a presença do "Dr. Hochstetter, membro da comissão científica que se acha neste pôrto a bordo da fragata austríaca *Novara*".

Na sessão de 21, o mesmo Hochstetter oferece, por parte do Instituto Imperial e Real Geológico de Viena, as publicações da mesma sociedade, comparecendo à sessão os drs. Carlos Scherzer, Fernando Hochstetter, Jorge Frauenfeld, João Zelebor, membros da expedição científica austríaca. No relatório do Secretário Geral, Araújo Pôrto Alegre, há uma extensa passagem sôbre a mesma comissão. No apêndice está a lista das publicações dos Institutos e Academias de Viena oferecidas ao Instituto brasileiro (*Rev. Inst. Hist.,* T. XX, supl.).

(90) O dr. Ferdinando Hochstetter para geologia e física; dr. Eduardo Schwarz para botânica; Georg Frauenfeld para zoologia; dr. Karl Scherzer para etnografia e antropologia; e Joseph Seleny, para pintura.

(**) A *Palestra Científica* foi uma sociedade fundada a 25 de junho de 1856 por um grupo de cientistas: Cândido Batista de Oliveira, Antônio Manuel de Melo, Guilherme Schüch de Capanema, Francisco Freire Alemão, Manuel Ferreira Lagos, Frederico Leopoldo César Burlamaque, Manuel de Araújo Pôrto Alegre, João Maurício Nunes Garcia e Inácio José de Matos. Teve seus estatutos aprovados por Decreto Imperial. Reunia-se às primeiras sextas-feias de cada mês, em combinação com o Instituto Histórico, mas sem qualquer dependência dêste. Nas atas de suas sessões, em apêndice aos *Arquivos da Palestra Científica,* vol. I, Rio, 1858 (único publicado) a 22 de agôsto de 1857 consigna-se a visita dos cientistas Scherzer, Hochstetter, Frauenfeld e Zelebor.

(91) *Die Reise S. M. Corvette Aurora nach Brasilien und den La Plata Staaten in den Jahren 1884-1885,* preparada pelo *Mittellungen aus dem Gabinete des Seewesens,* Pola, 1885.

Ainda que as expedições ao Brasil tanto da *Novara* quanto da *Aurora* não fôssem bastante longas para os fins da pesquisa científica, os relatórios acêrca da situação social e econômica do Brasil muito ajudaram a reviver as relações com a Áustria. O século XIX na Europa, século do progresso, foi caracterizado não sòmente pelas aspirações científicas, mas também por um sério esfôrço de melhor entendimento da natureza de outros povos. Esta tendência explica os incansáveis empreendimentos, com que se esgotavam tôdas as fontes possíveis, e os volumosos trabalhos, em que se recolhiam os resultados científicos.

O grande sucesso dos naturalistas austríacos no Brasil estimulou outro centro de ciências austríaco, a Biblioteca Imperial de Viena. Durante os anos de frutuosa atividade do Museu Brasileiro de Viena, a Biblioteca da Côrte teve em vista um projeto que, se fôsse executado, teria feito de Viena um grande centro para o estudo da História Latino-americana. Nos despachos para o Rio, de 19 de junho de 1829, a Imperial Câmara de Viena apresentou a seguinte proposta da Biblioteca Imperial da Côrte ao barão de Mareschall, enviado austríaco no Rio:

> Os acontecimentos que ocorreram ùltimamente no Brasil e outros países da América do Sul e Central deram origem ao desejo da Biblioteca Imperial da Côrte de obter material impresso aparecido nesses países para o fim de permitir futuros estudos históricos, principalmente publicações que, normalmente, não costumam aparecer nas livrarias como: *a)* exemplares de cada jornal que aparece nesses países, ilhas e nas possessões européias, desde o princípio até o presente e daqui por diante; *b)* todos os folhetos, publicações, ordens oficiais e proclamações que se refiram à organização interior do Império Brasileiro, suas lutas com os Estados vizinhos e ao divórcio gradual das províncias hispano-americanas da mãe-pátria e às sangrentas campanhas do México, Colômbia, Peru e Chile (92).

Deviam-se começar imediatamente as coleções e as necessárias assinaturas dos jornais. As coleções de impressos deviam ser enviadas por navio via Trieste à Biblioteca Imperial da Côrte, em Viena. O barão de Mareschall, ao que parece, já havia começado a coligir os impressos quando foi chamado de volta e o plano foi abandonado. O sucessor de Mareschall, barão de Daiser, informou, a 9 de agôsto de 1830, que havia remetido um caixote contendo material impresso da coleção de Mareschall, através do comerciante de Trieste, Geiger. De acôrdo com a lista da remessa, o caixote devia conter, pela

---

(92) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 19 de junho de 1829.

maior parte, jornais do Rio de Janeiro. Nesse ofício Daiser ressaltava que o plano da Biblioteca Imperial para executar o projeto era completamente inadequado às condições brasileiras. Os autores do plano desconheciam a prolificidade estupenda latino-americana em matéria de publicações que, em breve, segundo êle, seria completamente irrealizável. Daiser, portanto, interrompeu a coleção. Deu ainda outras razões adicionais. Seu parecer contém aspectos interessantes acêrca do volume e do valor da imprensa latino-americana no século XIX:

1) O número de jornais que se publicam no continente latino-americano é estupendo. No Rio aparecem 11 diários; em cada capital de província, há, pelo menos, um; em várias há de dois a quatro. Pode-se, pois, considerar que no Brasil se publicam cêrca de 45 jornais, muitos diários, e alguns aparecendo duas ou três vêzes por semana. Em outras partes da América Latina em que o interior é também densamente povoado, êsse número pode ser, pelo menos, duplicado. O número de jornais, portanto, a serem remetidos, seria de 130 e 140 para cada edição nova. Não há publicações oficiais porque os governos não são suficientemente estáveis para assegurar a publicação delas.
2) As comunicações com êsses países são extremamente raras e incertas e não saberia como obter êsses jornais regularmente. Isto se aplica à maior parte das províncias brasileiras.
3) A Biblioteca Imperial da Côrte poderá certificar-se, mesmo com um exame perfunctório dos jornais enviados, que êles não são de natureza a servir aos propósitos visados. Raramente contêm alguma coisa que não sejam contendas particulares, parodiando o estilo dos jornais de oposição franceses e inglêses. Raramente atingem os fatos, e quando o fazem, é de maneira completamente falseada.
4) O mesmo se pode dizer dos panfletos dos quais há um imenso acervo. Não despertam nem mesmo o interêsse local. São escritos de maneira rasteira e nem são mesmo lidos ([93]).

Com êsse parecer, Daiser parece ter desenhado um quadro demasiadamente negativo, provàvelmente porque temeu o aborrecimento adicional e o aumento de trabalho dêsse serviço. De qualquer modo, foi atendido, e o conde Moriz von Dietrichstein, diretor da Biblioteca da Côrte, cancelou os planos da coleção ([94]). De qualquer modo, é pena que êsse projeto não fôsse levado a cabo, ao menos em escala reduzida. Em anos posteriores poderia ter dado azo a uma troca de publicações que poderia fàcilmente realizar-se por um austríaco que mantivesse uma posição de autoridade no país.

(93) *Ibid.*, ofício do Rio, de 9 de agôsto de 1830.

(94) *Ibid.*, despachos para o Rio, 10 de fevereiro de 1831.

Rochus Schüch ([95]), o antigo Bibliotecário da Imperatriz Leopoldina no Rio, seria a pessoa indicada para ocupar essa posição. Após a morte de D. Leopoldina, Schüch foi dispensado das funções de bibliotecário da Côrte. Por causa da atitude hostil de D. Pedro I contra os estrangeiros, Schüch estêve em dificuldade por algum tempo, mas posteriormente foi reconduzido ao pôsto de bibliotecário e foi nomeado professor de alemão e história de D. Pedro II durante a regência ([96]).

Viena estava particularmente interessada em que D. Pedro II fôsse conhecedor da História austríaca ([97]). Daiser elaborou pessoalmente uma carta genealógica da dinastia Habsburgo ([98]), para ser utilizada pelo Imperador e recomendou que o *Plutarco austríaco* fôsse incluído em seu *curriculum* ([99]). O filho de Rochus Schüch, Guilherme, tornou-se amigo do Imperador que mais tarde o enviou para especializar-se em Viena, na Academia Técnica. D. Pedro II manteve-se em constante correspondência com Guilherme, que o informava sôbre tôdas as atividades da escola vienense. Foi com Guilherme Schüch que D. Pedro II realizou as primeiras experiências com telegrafia elétrica, e, mais tarde, já com o título de barão de Capanema, Guilherme Schüch tornou-se o diretor do Serviço Telegráfico Brasileiro ([100]). Schüch pedia freqüentemente a Viena informações complementares ([101]), e contribuiu ativamente para que o Imperador estivesse a par do desenvolvimento científico e cultural das instituições austríacas. D. Pedro parece ter conservado sua inteligência sempre aberta para as sugestões da Áustria e revelou-se de grande auxílio aos artistas e cientistas austríacos.

A atitude amistosa de D. Pedro II ajudou a manter a Áustria na posse de seus depósitos artísticos quando, após a revolução de 1848, o govêrno austríaco foi forçado a controlar o crescente comércio de objetos de arte das galerias de Roma, Florença e Veneza, estabelecendo a lei para a preservação dos monumentos e objetos de arte e proibindo o comércio com

---

(95) V. acima nota 1.

(96) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 20 de abril de 1839.

(97) V. cap. IV, "Mocidade, coroação e casamento de D. Pedro II".

(98) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 2 de agôsto de 1839.

(99) Baron J. von HORMAYR, *Der österreichische Plutarch oder Leben und Bildnisse aller Regenten und der berümten Feldherrn, Staatsmänner, Gelehrten und Künstler des österreichinschen Kaiserstaates,* Viena, 1814, 20 volumes.

(100) KIENZL, *op. cit.,* pp. 305 e segs.

(101) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 15 de julho de 1843.

qualquer dessas mercadorias dentro da monarquia. A fim de tornar essa lei mais efetiva, numerosos países foram convidados a observar essas medidas protetoras. De acôrdo com o artigo 14 da lei alfandegária de 13 de setembro de 1849, o Brasil permitiu a importação, livre de taxas, de moedas antigas e modernas, bronzes, bustos, estátuas de mármore, antigas pinturas, gravuras e tôdas as antiguidades, tornando-se, assim, o El-Dorado para os comerciantes ilegais de arte ([102]). A Áustria, portanto, procurou provocar uma mudança na lei brasileira de isenção de importações e conseguiu. O Ministério do Interior do Brasil expediu uma circular, datada de 31 de outubro de 1849, que proibiu a importação de objetos de arte reconhecidamente roubados das galerias de Roma, Florença ou Veneza ([103]).

Não era proibida, porém, a importação e emprêgo de artistas vivos. Dêsse direito o Brasil fêz o mais amplo uso. Numerosos artistas da Europa foram recebidos cordialmente no Brasil. Entre êles estava o escultor Ferdinand Pettrich, discípulo de Thorwaldsen; o pintor Fleiuss, de Colônia; Moritz Rugendas, de Augsburgo; e Krummholz, pintor da Côrte austríaca que foi o centro da comunidade de artistas do Rio. Ferdinand Krummholz ([104]), antigo pintor da Côrte portuguêsa de D. Maria II, veio recomendado para a Côrte do Rio. Sua notável produção justificou a fama que precedeu sua chegada:

> Além de vários retratos e grupos da Família Imperial para diversas côrtes, executou, durante a estada de três anos no Rio, mais de 100 retratos de pessoas preeminentes da sociedade, e, pela aclamação do público, fêz honra à reputação da arte austríaca. É geralmente reconhecido que o Brasil nunca abrigou um artista como Krummholz. Não se pode negar que êle fêz grandes coisas para o desenvolvimento do gôsto e do progresso da arte da pintura no Brasil ([105]).

Um quadro de Krummholz de D. Pedro II, com as vestes de cavaleiro da Ordem de Santo Estêvão foi oferecido ao Imperador Francisco José em 1850, com a nota de que êle se

---

(102) *Ibid.*, ofício do Rio, de 14 de setembro de 1849.

(103) *Ibid.* A circular estava anexa ao ofício do Rio, de 13 de novembro de 1849.

(104) Cf. Thieme BECKER, *Allgemeines Lexicon der Bildenden Künste*, Leipzig, 1928, vol. 22, pp. 9 e segs.

(105) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: Ofício do Rio, de 10 de junho de 1851. O govêrno austríaco havia pedido informações a respeito de Krummholz ao seu representante no Rio.

destinava a substituir, no Castelo de Luxemburgo, um retrato pouco lisongeiro representando D. Pedro criança ([106]). Por causa desta pintura e pelo seu bom êxito na difusão da fama dos artistas austríacos no Brasil Krummholz foi condecorado com a Ordem de Francisco José ([107]).

Se as artes austríacas se tornaram um modêlo para os pintores por causa da reputação de Krummholz, também o famoso concertista de piano e compositor, Sigismund Thalberg ([108]), conquistou os corações brasileiros para a música austríaca. Com Thalberg, a cultura musical austríaca fêz sua entrada no Rio, e seus concertos transformaram-se em acontecimentos na Capital. O Imperador e a Imperatriz compareceram a seus concertos e trataram-no com especial cortesia ([109]). O Conservatório de Música recebeu nôvo estímulo e ímpeto. Quando, passados dois anos, os membros da expedição da *Aurora* chegaram ao Rio, informaram que ouviram de um membro do Conservatório: "Em breve teremos nossos próprios artistas, Thalbergs, Grisis e Lablaches brasileiros"([110]).

Tão feliz, porém, não foi o escultor austríaco Ludwig Schaller. Havia êle apresentado à Legação brasileira em Viena um modêlo de monumento a Pedro I para o qual o govêrno brasileiro abrira um concurso. Êste modêlo nunca chegou ao Brasil. Alegou-se sua perda no mar, e o pedido de indenização de Schaller foi indeferido ([111]).

D. Pedro II era um verdadeiro mecenas e *connoisseur,* fato que se provou durante suas viagens pela Europa, onde visitou grande número de instituições científicas e culturais e estabeleceu contato pessoal com artistas e cientistas. Freqüentemente insistia em conversas com o representante austríaco a respeito de quanto devia a Viena em matéria de conhecimento

---

(106) *Ibid.,* 10 de janeiro de 1850. Uma carta particular de D. Pedro II a Francisco José estava junto. Um retrato de D. Pedro II jovem havia sido enviado a Francisco José em fevereiro de 1832, pintado pelo jovem brasileiro José Lôbo.

(107) *Ibid.,* despachos para o Rio, de 7 de abril, 30 de julho e 22 de setembro de 1851; ofício do Rio, de 15 de março e 13 de abril de 1852. Krummholz já havia recebido várias importantes medalhas de Portugal, França e Brasil.

(108) Cf. Constantin von WURZBACH, *Biographisches Lexikon des Kaisertums Österreich,* Viena, 1891, vol. 44, pp. 118-132.

(109) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI, Brasil: ofício do Rio, de 13 de setembro de 1855.

(110) *Die Reise der Fregatte Novara um die Erde, op. cit.,* p. 140.

(111) *Ministerium des Aeusseren. Administrative Registratur,* F. 13, despachos para O Rio, de 24 de abril de 1856.

Também *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 1.º de novembro de 1956,

de arte européia. Informou o dito representante que "o Imperador admira os novos edifícios de Viena que prefere muito aos de Berlim. Descreveu detalhadamente todos os edifícios de Berlim" ([112]).

A propósito de uma conversa a respeito de arte austríaca, D. Pedro deu ao barão von Schreiner, representante da Áustria no Rio, um retrato autografado que foi requisitado pelo Salzburg Musikhoschule Mozarteum ([113]).

Parece que D. Pedro estava também interessado na imprensa austríaca. Durante sua controvérsia com o general Rosas, acusou os jornais alemães de estarem do lado de Rosas, mas apreciou a atitude amistosa do jornal oficial austríaco, o *Wiener Zeitung*, em relação ao Brasil. E exprimiu sua satisfação condecorando o editor principal do jornal, dr. Leopold Schweitzer, com a ordem da Rosa, na 5.ª classe ([114]).

A arte era um liame ligando a Áustria e o Brasil. A ciência era outro. Sob a proteção de D. Pedro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tornou-se o instituto líder de sua espécie na América Latina. Tal como a Real Academia de Ciências de Viena para a monarquia austríaca, o Instituto Histórico e Geográfico tornou-se para o Brasil o centro das aspirações científicas.

D. Pedro estava também interessado em tôdas as escolas militares da monarquia austríaca. Chegou mesmo a mandar jovens oficiais brasileiros para instrução militar e também pediu, para a instrução técnica, livros do Corpo de Pioneiros da Áustria. Recomendou à Legação Brasileira em Viena que mandasse informações detalhadas relativas à organização, educação, uniformes e armamento do Corpo de Engenheiros Militares da Áustria. Procurou informar-se acêrca da possibilidade de compra de livros especializados franceses e austríacos. De tôdas as instituições militares da Áustria, D. Pedro estava particularmente interessado no *Theresianum*, a Academia Militar Austríaca. Também procurou informar-se a respeito das exigências para os estudos na academia técnica e as possibilidades de inscrição de estudantes estrangeiros ([115]).

Foi uma alegria pessoal para D. Pedro II seu ingresso como membro honorário na Real Sociedade de Geografia de Viena

---

(112) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 19 de outubro de 1877.

(113) *Ibid.*

(114) *Ibid.*, ofício do Rio, de 14 de julho de 1851.

(115) *Ibid.*, 1.º de junho de 1858, 19 de setembro de 1859.

em 1858, e o título honorário que recebeu em 1859 teve para êle o significado do reconhecimento de seus ideais científicos perante os olhos do mundo inteiro ([116]).

Foi provàvelmente por ordem de D. Pedro II que o enviado brasileiro em Viena, Varnhagen, pediu ao govêrno austríaco que lhe fôssem abertos os arquivos do *Haus-Hof-und Staatsarchivs* (*). Varnhagen tinha sido muitas vêzes incumbido de missões científicas por D. Pedro II e agora desejava escrever um tratado de História do Brasil para o qual os arquivos austríacos representavam uma fonte de muito auxílio. É compreensível que nenhum outro arquivo europeu contenha, como os arquivos oficiais austríacos, material para a História do Brasil, visto como nenhum outro país manteve relações tão íntimas com o Brasil no campo da política, da cultura e das relações de família ([117]).

Havia, de fato, muitos laços entre os dois impérios; fora das relações de família, fortes conexões de natureza espiritual também se haviam desenvolvido, ligando o Brasil ainda mais à Áustria que a qualquer outro país da Europa. A Áustria, que até o princípio do século XIX, não havia tido pràticamente nenhuma relação com o Brasil, empregou ao máximo as relações então estabelecidas no campo da política e transformou-as em uma verdadeira troca de cultura, estabelecendo uma ponte sôbre o oceano e juntando os continentes, não para vantagens política e comercial, mas com o ideal verdadeiro de servir ao mútuo entendimento e ao progresso cultural.

---

(116) *Ibid.*

(*) Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro, é considerado até hoje a maior figura da História no Brasil. Sua *História Geral do Brasil* foi impressa em 1.ª ed., em Madri, 1854; em 2.ª ed., em Viena, 1877. É sempre reeditada atualmente.

(117) *Haus-Hof-und Staatsarchiv.* Pasta comum, 305, 1874. O Enviado Brasileiro, Varnhagen de Pôrto Seguro, utilizou a correspondência diplomática de 1821-1829 dos arquivos. Não lhe mostraram tôdas as pastas porque em quase tôdas há maços de documentos com a nota: "Não pode ser mostrado a Varnhagen".

VII

Influência austríaca na Igreja e no Estado

A monarquia brasileira no século XIX não era senão uma forma retardada da velha monarquia européia, com raízes na longínqua Idade Média. Os fundamentos espirituais da velha monarquia européia, quer do Santo Império Romano, como do Império Austríaco, ou dos reinos ocidentais como a França e a Espanha, estavam no pensamento histórico-teológico da Idade Média, combinados com as influências espirituais e seculares da época. Numa carta ao Imperador Anastácio, o papa Gelásio I disse: "O mundo é regido por dois podêres, pelo *auctoritas sacrata pontificum* e pelo *regalis potestas* (1). O simbolismo legal da Idade Média exprimia êsse pensamento pelo abraço do imperador e do papa, cabeças do Estado e da Igreja (2). Essa harmonia fundamental, contudo, não deixava de apresentar certos conflitos. Pelo contrário, o corpo da Igreja dentro do mundo feudal causou sérios conflitos entre os soberanos europeus e o papa. Na maior parte dos países a Igreja sucumbiu perante o Estado. O rei assumiu o poder de nomear bispos, e as concordatas firmadas com o poder papal desde a Idade Média, em quase tôda a Europa, asseguravam aos podêres seculares podêres extensíssimos no contrôle da Igreja (3). Uma Igreja estabelecida era compatível

(1) Lotte KNABE, *Die gelasianische Zwegewaltenlehre bis zum Investiturstreit,* Berlim, 1936, n.º 292, pp. 1 e segs.

(2) Hans FEHR, *Das Recht im Bild, Kunst und Recht,* Berna, 1923, vol. I, quadro 3. V. também: *Sachsenspiegel Land — und Lehenrecht,* ed. por Karl August Eckhardt, Hanôver, 1933, cap. 68, parte I. Cf. Hans FEHR, *Die Staatsauffassung Eikes von Repgau,* ilustração no periódico do *Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte,* vol. 37, 1916.

(3) A respeito das aspirações da Igreja na Idade Média, v. Gerd. TELLENBACH, *Libertas, Kirche und Weltordnung im Zeitalter des Investiturstreites, Forschungen zur Kirchen — und Geistesgeschichte,* Tübingen, 1936, vol. 7, pp. 20 e segs. Quanto às bases das pretensões papais, v. Walther ULLMANN, *Medieval papalism: the political theories of the medieval canonists,* Londres, 1949, pp. 138-198.

com a profunda religiosidade dos monarcas, como o demonstra a história da Casa de Habsburgo ([4]). Como os monarcas europeus, o Imperador do Brasil reservou-se o direito de nomear os bispos. A êsse respeito o nôvo país não mentiu às suas origens européias.

A religião Católica Romana foi introduzida no Brasil pelos conquistadores portuguêses. Em meados do século XVI, uma organização eclesiástica, subordinada ao arcebispo de Lisboa, foi estabelecida por várias ordens missionárias (jesuítas, capuchinhos, carmelitas e franciscanos) que atuavam no Brasil ([5]). Durante os séculos XV e XVII, desenvolveram-se os bispados nos distritos administrativos portuguêses. Em 1550 Júlio III fundou o bispado de São Salvador da Baía de Todos os Santos e organizou-o como subordinado ao arcebispado de Lisboa ([6]). Não foi senão em 1676 que a Igreja brasileira se tornou separada da de Portugal. A Bahia tornou-se arcebispado para os novos bispados fundados em Belém do Pará, Rio, Cuiabá, Mariana e São Paulo, aos quais se ajuntaram durante o século XIX, os bispados de Goiás, São Pedro do Rio Grande do Sul, Fortaleza e Diamantina ([7]).

A Igreja Católica tornou-se constitucionalmente ligada ao Estado depois da declaração da Independência do Brasil. De acôrdo com o artigo V da Constituição, a Igreja Católica Romana era a Igreja oficial do Brasil ([8]). Passou assim a gozar de todos os privilégios e sofrer as desvantagens dessa posição. O Estado protegia a Igreja, mas, ao mesmo tempo, superintendia-a fortemente e chegou a violar os seus eternos direitos.

Surgiram logo graves conflitos entre o govêrno do Rio e Roma quando a Igreja brasileira, por instigação do Estado, não sòmente tolerou, mas até encorajou a heresia e as aspirações no sentido de uma Igreja nacional. As relações entre

---

(4) É significativa uma observação atribuída ao Imperador Ferdinando I, que teria dito: "Os bens e os imóveis dos padres são meus". V. Heinrich von SRBIK, *Staat und Kirche in Österreich während des Mittelalters, Forschungen zur inneren Geschichte Österreichs,* Viena, 1903, vol. I, p. 239; Taras BORODAJKEWICS, "Die Kirche in Österreich", in Nadler SRBIK (org.), *Österreichs Erbe und Sendung,* Viena, 1936, pp. 290-292.

(5) Michael BUCHBERGER, *Kirchliches Handlexikon,* Munique, 1907, vol. I, p. 725.

(6) Leo ASSOCIATION, *Die katholische Kirche unserer Zeit,* Viena, 1902, vol. III, p. 185.

(7) BUCHBERGER, *op. cit.*, p. 726. Também Kardinal HERGENRÖTHER, *Handbuch der allgemeinen Kirchengeschichte,* Friburgo, 1924, vol. IV, pp. 63 e segs.

(8) Leo ASSOCIATION, *Die katholische Kirche unserer Zeit, op. cit.,* p. 187.

o Império Brasileiro, que se originara de raízes revolucionárias e Roma não eram as melhores. Em 1829 D. Pedro I, tentando aproximar-se de Roma, pediu ao papa Pio VIII que nomeasse um representante permanente no Rio. Acedeu o papa imediatamente e nomeou monsenhor Ostini como primeiro Núncio no Brasil (9).

Logo após a saída de D. Pedro, surgiu o primeiro conflito sério entre o Brasil e Roma. O regente, padre Diogo Feijó, aproximou-se do Concílio Provincial de São Paulo e induziu seus membros a pedirem a não aplicação da regra católica do celibato. Explicou Feijó aos representantes as bases teológicas de sua proposta, aliando, de maneira muito hábil, razões históricas com pensamentos utilitários. Afirmou que a regra do celibato para os padres era uma instituição do Clero da alta Idade Média; não era um mandamento divino, mas uma exigência disciplinar feita pela Igreja; e que o celibato, portanto, poderia ser abolido por qualquer bispo dentro da área de sua própria diocese (10). Sugeria Feijó que a suspensão da regra do celibato visasse a: 1) aumento da população, e 2) libertação da consciência de muitos padres que, secretamente, quebravam a lei (11). Com êsse argumento, Feijó introduziu um interessante capítulo na História da Igreja no Brasil. Na realidade o comportamento de muitos dos padres e frades era sabidamente escandaloso e a argumentação de Feijó, baseada na história canônica, era correta; mas, como dizia o Encarregado de Negócios da Áustria, Daiser, em seu relatório a Metternich, êste movimento era capaz de abrir caminho a um futuro cisma e a uma futura Igreja Nacional Brasileira (12) (*).

---

(9) Padre LETURIA, *Razón y fé*, Madri, 1924, pp. 28 e segs. Também José SCHMIDLIN, *Papstgeschichte der neuesten Zeit*, 2.ª ed., Munique, 1933, vol. I, p. 488.

(10) Paul HINSCHIUS, *Das Kirchenrecht der Katholiken unter Protestanten*, Berlim, 1869, vol. I, pp. 1 e segs.

(11) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 1.º de março de 1834.

(12) *Ibid.*

(*) Tôda a polêmica em tôrno do celibato dos padres se travou a propósito de um projeto apresentado à própria Câmara dos Deputados. Feijó é autor de um voto em separado e de um memorial. Uma série de panfletos então surgiu, ora do próprio Feijó, ora do monsenhor Luís Gonçalves dos Santos (o Pe. Perereca), ora do visconde de Cairu, quase todos com pseudônimos.

A questão teve um segundo ato no Conselho Provincial de S. Paulo (e não Concílio). Deve ter havido engano na tradução dos têrmos de Daiser. Feijó, que era membro do dito Conselho, induziu-o a consultar o Govêrno Central. A êste se dirigiu a Nunciatura em 1834. (V. Cônego Luís Castanho de ALMEIDA, *O sacerdote Diogo Antônio Feijó*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1951, p. 87.)

Não houve concílio regional, nem o bispo de S. Paulo tomou parte na questão.

O primeiro desentendimento entre Roma e Brasil estourou em 1834 durante a vacância da diocese do Rio de Janeiro. Monsenhor [Antônio Maria de] Moura, nomeado pelo govêrno brasileiro para o pôsto, não conseguiu ser confirmado pela Santa Sé por causa de seu nascimento ilegítimo, deficiências de ordem física, ser padre de outra diocese e ter assinado uma petição para cessar o celibato, tal como proposta pelo Conselho de S. Paulo ([13]). O govêrno brasileiro, segundo Daiser, nem sequer procurou obter a dispensa das deficiências do candidato, mas autorizou a imprensa e a opinião pública no Brasil a interpretar a denegação da confirmação papal como uma afronta contra o Brasil e como uma injúria à independência. Informou Daiser que o govêrno brasileiro nada fêz absolutamente para informar a opinião pública a respeito do poder papal e suas prerrogativas, mas insistiu em consagrar o padre Moura através do representante em Roma. O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou a Daiser: "Nada tenho que ver com a nomeação de monsenhor Moura para o cargo, mas desde que êle foi nomeado, sustentarei sua nomeação" ([14]). E dizia Daiser a Metternich: "Os brasileiros reagem em religião como em política. A Igreja Católica Romana é a Igreja oficial da terra. Mas os brasileiros procuram negar a autoridade do papa" ([15]).

As reações individuais dos funcionários brasileiros e representantes estrangeiros, em relação ao conflito Roma-Brasil, eram contraditórias e irregulares. Um membro da Câmara dos Deputados declarou que Moura seria exilado se tivesse a insolência de tentar conquistar o favor de Roma ([16]). Outro deputado chegou a propor uma resolução à assembléia pela qual a Igreja brasileira seria separada da Igreja Católica Romana e o govêrno brasileiro seria o poder eclesiástico supremo. A maior parte dos deputados era contra a proposta. Monsenhor Fabbrini, Núncio do papa no Rio, tomou uma atitude muito moderada nesse conflito ideológico. Por outro lado, Daiser, enviado austríaco, que oficialmente nada tinha com o conflito, encontrou muito assunto para seus relatórios a respeito do caráter brasileiro durante êsse período. No Brasil, segundo Daiser, tudo estava imaturo, inclusive o cristianismo. O cristianismo era assunto mais ligado a formalidades, a cerimônias

(13) *Ibid.,* 22 de dezembro de 1834.

(14) *Ibid.*

(15) *Ibid.*

(16) *Ibid.,* 20 de junho de 1845.

do que um poder recriador e remodelador da vida humana. Às vêzes essas formalidades tornavam-se ridículas e cômicas. A moralidade, por outro lado, era terrìvelmente desprezada, porque a educação nas escolas era baseada meramente em princípios utilitários e não em éticos ([17]).

Em 1835 o regente Feijó teve o oferecimento do bispado de Mariana, vago em virtude da morte do bispo. Feijó conseguiu que o marquês de Barbacena (que Daiser chamava o "ambassadeur universel") ([18]) perguntasse a Daiser se êle poderia contar com a intervenção da Áustria em Roma a seu favor. Em Viena Feijó era tido como um dos mais fortes partidários da monarquia austríaca. Em conseqüência Daiser prometeu auxílio. Como precaução Daiser perguntou a Feijó se êle se propunha a ocupar pessoalmente o bispado ou se êle o estava reservando para outro. Respondeu Feijó prudentemente que tinha em mente dá-lo a alguém contra quem a Cúria não tivesse objeções. Daiser desconfiou que essa evasiva se destinava a esconder a intenção de Feijó de ocupar a sede episcopal êle próprio. Disse então Daiser ao marquês que seria aconselhável para Feijó, em sua função de regente, escrever uma carta ao papa, contendo sua profissão de fé e assim prevenir-se contra uma possível acusação de heresia. Barbacena pediu a Daiser a minuta dessa profissão. Concordaram afinal ambos em informar a Fabbrini a respeito do plano, pedindo que colaborasse na redação do documento ([19]).

Daiser informou a Metternich que a 11 de novembro êle e o regente haviam discutido o projeto. Mas Feijó declarara que não estava mais interessado em ocupar a Sé de Mariana porque:

(...) a religião atingiu um nível tal de decadência no Brasil (...) a maioria dos legisladores e do clero mantêm sentimentos tão anticatólicos, que a moral cristã e a autoridade do papa provàvelmente nunca serão restabelecidas no Brasil ([20]).

Metternich ficou satisfeito com as informações de Daiser, ainda que se declarasse espantado com as intenções de Feijó. Gostou o chanceler que Daiser houvesse auxiliado o regente e recomendou a Daiser que esclarecesse a Feijó que uma reverência a Roma era inevitável. Recomendou igualmente que

---

(17) *Ibid.*, 28 de outubro de 1835.

(18) *Ibid.*, 30 de março de 1836.

(19) *Ibid.*, 29 de outubro de 1835.

(20) *Ibid.*, 16 de dezembro de 1835.

Daiser permanecesse em contato com o Núncio no Rio ([21]). Nas instruções seguintes é de notar-se que Metternich estava interessado em servir de intermediário nos conflitos entre o Brasil e Roma. Em suas notas Metternich manifestou o desejo de estabelecer um intercâmbio amistoso com a Cúria o mais cedo possível. Era Metternich, em razão de sua origem e formação, filho do século XVIII. O Chanceler provinha da região do arcebispado de Treves, na Alemanha sudoeste. No correr dos séculos, muitos membros da família de Metternich tinham ocupado cátedras episcopais. Mas as relações de Metternich com a fé católica não eram muito íntimas ([22]). Na sua juventude tendera para o ateísmo. Como adulto voltou à fé e considerava-a como alta virtude ([23]). Para êle a crença era mais uma questão de racionalismo que uma questão de necessidades sentimentais ([24]). A atitude racionalista dêste estadista, que subordinava as idéias espirituais às necessidades políticas, era compatível com sua declaração de ser católico. A Igreja era para Metternich uma garantia para seu objetivo de manter um sistema político conservador, em face da tradição da Igreja de estrita adesão e manutenção dos dogmas([25]). Contudo para Metternich o papa, como chefe da Igreja Católica, não era mais que um dos soberanos da Itália. Gabava-se de que nenhum poder no mundo era menos dependente da Igreja Católica do que a Áustria ([26]), mas, como o papa representava as fôrças conservadoras, deviam-se manter íntimas relações entre Viena e a Cúria([27]). Era, pois, inevitável que o cardeal Secretário de Estado Lambruschini discutisse o problema brasileiro com Lützow, representante da Áustria em Roma. Metternich informou a Daiser que fôra informado de Roma a respeito do tom agressivo da nota de Drummond, representante do Brasil, a respeito da nomeação de Moura. O pedido de confirmação papal, em tom insolente, foi tomado como um insulto pessoal pelo papa. Lambruschini, portanto, julgou

---

(21) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 27 de março de 1836.

(22) Heinrich von SRBIK, *Metternich der Staatsmann und der Mensch*, Munique, 1925, vol. I, pp. 60 e segs.

(23) Karl VÖLKER, *Metternichs Kirchenpolitik, Zeitschrift für Kirchengeschichte, Neue Folge 49,* Tübingen, 1930, p. 228.

(24) *Ibid.*, p. 226.

(25) Prince von METTERNICH, *Nachgelassene Papiere* (coligidos por Richard Metternich, filho do autor: *Haus-Hof-und Staatsarchiv,* 1887), vol. 3, p. 57.

(26) VÖLKER, *op. cit.*, p. 230.

(27) Joseph Karl MAYR, *Geschichte der österreichischen Staatskanzlei im Zeitalter des Fürsten Metternich, Inventare österreichischer Staatlicher Archive,* Viena, 1935, vol. 3, pp. 104-110. V. também BORODAJKEWICZ, *op. cit.*, p. 308.

de bom aviso não apresentar ao papa a nomeação de Feijó como bispo (28). O cardeal Lambruschini recomendou a Fabbrini que permanecesse em seu pôsto no Rio, apesar da tensão diplomática nas relações entre o Brasil e a Cúria (29).

No princípio de 1836 Daiser comunicou que a posição da Igreja no Brasil se estava deteriorando. Fôra prevenido de que o papa tinha-se aproximado do govêrno francês, que se propusera a ser mediador entre Roma e o Rio no conflito em curso (*). Ao receber esta informação, Daiser havia visitado imediatamente Pontois, Enviado Francês. Soube por êste que o papa estava ansioso por aliviar as desavenças existentes(30). No Brasil os ataques a Roma haviam cessado e o interêsse público no negócio esmaecia gradualmente. A atitude de Fabbrini foi de grande auxílio. Estava querendo deixar o Brasil, mas temia que sua partida fôsse deliberadamente mal interpretada pela oposição. Talvez tinha sido indulgente demais. Fêz com que o regente soubesse que estava em seus podêres retirar-se da Côrte se achasse conveniente (31).

Entrementes Metternich havia sido informado pelo Enviado Austríaco em Roma dos detalhes da mediação francesa. Em sua nota de 27 de março de 1837, Metternich informou Daiser a respeito dos detalhes da mediação oferecida pelo govêrno francês. Para mostrar que a Áustria não via com bons olhos a mediação francesa, recomendou a Daiser, com certa indignação, que fôsse mais reservado para com Fabbrini (32). Metternich conseguiu que a Cúria revelasse sua atitude quando o Enviado Austríaco em Roma exibiu a Roma

---

(28) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos de 27 de março de 1836.

(29) *Ibid.,* despachos de Lambruschini ao Núncio Ostini em Viena, de 6 de fevereiro de 1836.

(*) No despacho do duque de Broglie (ministro do Exterior da França) a Pontois (plenipotenciário no Rio) — de 26 de outubro de 1835 — não se diz que foi a França que se ofereceu. Diz-se simplesmente que a Cúria procurava uma saída honrosa: "Elle a desiré que nous puissions l'aider de nos bons offices. Nous nous y prêtons, d'autant plus volontiers qu'évidemment tous les torts sont du côté du gouvernement brésilien, que le Saint Siège est dans son droit, et qu'en se contentant comme il y était disposé, de la déclaration confidentielle adressé a Rome par Mgr. Moura, il a fait preuve d'une véritable condescendance. Du reste, le gouvernement pontifical pense avec raison que ce qu'il y a de mieux à faire est de laisser tomber la négotiation et obtenir du cabinet de Rio de Janeiro de ne rien précipiter (...) vous voudrerez bien, Monsieur, agir dans ce but auprès des Ministres brésiliens et prêter aux démarches de Mgr. Fabrini tout l'appui qu'il peut désirer". *(Arquivo de Quai d'Orsay — n.º 5.)* Em vários ofícios de Pontois há notícias da questão.

(30) *Ibid.,* ofício do Rio, de 11 de janeiro de 1836.

(31) *Ibid.,* 30 de março de 1836.

(32) *Ibid.,* despachos para o Rio, de 27 de março de 1836.

os ofícios de Daiser de 28 de outubro de 1835 ([33]), 16 de outubro de 1835 ([34]) e 27 de março de 1836 ([35]). Lützow informou a Viena que a Cúria estava ainda altamente interessada na cooperação da Legação da Áustria no Rio. Quando Lützow interpelou Lambruschini a respeito da intervenção francesa, o cardeal, que era membro da comissão incumbida da solução do conflito entre a Cúria e o Brasil, respondeu-lhe que o Enviado Francês em Roma, de Tallnay, se tinha oferecido para escrever ao seu govêrno, como uma demonstração de seus bons ofícios em favor de Pontois. Esta manifestação seria bem recebida no Rio ([36]). Tanto o papa quanto Lambruschini não hesitaram em aceitar êste oferecimento porque êle não significava nenhuma interferência nos negócios eclesiásticos internos. Era, no entanto, óbvio para Lützow que os franceses haviam oferecido seus serviços, sem que fôssem solicitados, e também que o papa e o cardeal Lambruschini haviam aceito o oferecimento com grande prazer. Lützow havia também apreendido que o papa não pretendia deixar desocupada a cadeira episcopal do Rio por tempo indefinido ([37]).

O cardeal Lambruschini, sentindo a má vontade de Metternich em face da intervenção francesa, procurou conquistar o favor do chanceler. O Enviado Austríaco em Roma informou a Viena em 16 de abril que Lambruschini tinha admitido estar "grato à Côrte austríaca pelos bons ofícios com que Viena havia auxiliado Roma em suas dificuldades com o Brasil" ([38]). Lambruschini foi ainda mais eloqüente. Falou com aborrecimento de um relatório de Fabbrini que punha muitas esperanças na intervenção francesa. Além disso Lambruschini referiu-se exuberantemente com elogios aos méritos de Daiser e à atitude correta que assumira, não só como diplomata mas como católico. Rogou finalmente que Lützow pedisse a Metternich que desse novas instruções a Daiser. Em resposta Metternich recomendou que Daiser continuasse a aconselhar e auxiliar Fabbrini em todos os negócios diplomáticos ([39]).

---

(33) *Ibid.*

(34) *Ibid.*

(35) *Ibid.*

(36) *Ibid.*, Roma: ofício de Roma, de 9 de abril de 1836.

(37) *Ibid.*

(38) *Ibid.*, 22 de abril de 1836.

(39) *Ibid.*, Brasil: despachos para o Rio, de 29 de novembro de 1836.

Durante uma reunião social o Enviado Francês em Roma, Tallnay, assegurou a Lützow que a França não estava interessada senão em solucionar o conflito entre o govêrno brasileiro e a Cúria, e que não tinha a menor intenção de interferir nos negócios eclesiásticos internos [40].

Em 11 de agôsto de 1836 Daiser informou que o enviado francês no Brasil, Pontois, tinha prometido que a França evitaria influenciar em assuntos da Igreja no Brasil. Também informou que Feijó não fazia prever uma solução pacífica do conflito com Roma. Daiser comentou que o discurso de Feijó, na abertura das Câmaras, era "un manifeste contre le Saint Père comme chef de l'Église" [41].

O govêrno brasileiro encorajou as aspirações entre os nacionais de romper os laços entre a Igreja brasileira e Roma. Os pedidos de dispensa não poderiam mais ser enviados a Roma ou enviados à Cúria através do Núncio, mas dirigidos ao Ministério da Justiça que devia controlar essas matérias. Feijó revelou também que o número de requerimentos de dispensa de celibato chegados ao Ministério da Justiça aumentava todos os dias. Para garantia, o Núncio apresentou um protesto contra graves ofensas aos direitos papais feitas no seio da Comissão de Negócios Eclesiásticos da Assembléia, da qual era membro o padre Moura, e que exigiam explicações por parte do govêrno. Êste admitiu polidamente que tais medidas estavam sendo tomadas como represálias pela não-confirmação do indicado pelo Brasil para o bispado do Rio:

> O govêrno brasileiro decidiu recusar aos seus súditos permissão para obter dispensas a outras bênçãos de Roma até que esta confirme o nomeado para o bispado no Rio (...) porque os interêsses do Estado devem preceder os direitos da Igreja [42].

A troca de notas (8 de maio e 20 de outubro) entre Fabbrini e Limpo de Abreu, ministro da Justiça, não teve resultados positivos. A conselho de Daiser, a resposta de Fabbrini foi de tom tão conciliador que êle correu o risco de ser condenado em Roma por ser demasiado complacente. Arriscou-se mesmo a ser chamado do pôsto [43]. Como informou Lützow em novembro de 1836, Roma ficou muito satisfeita

---

(40) *Ibid.*, Roma: ofício de Roma, de 12 de novembro de 1836.

(41) *Ibid.*, Brasil: ofício do Rio, de 11 de agôsto de 1836.

(42) *Ibid.*, 11 de novembro de 1836.

(43) *Ibid.*

com os passos dados por Daiser em relação ao Núncio e ao público, defendendo os interêsses da Cúria no Rio: "o barão de Daiser merece muito crédito pelos seus diligentes esforços empregando a influência austríaca no Brasil em benefício de Roma" (44). O papa e o cardeal, que não estavam querendo fazer qualquer concessão em matéria de dogma ou disciplina eclesiástica, continuaram a solicitar a assistência de Metternich.

As negociações entre Fabbrini e Limpo de Abreu, em relação à confirmação de Moura e a chamada de Drummond do pôsto em Roma, prosseguiram até a primavera de 1837. Entrementes Daiser veio a saber que autoridades no Rio pretendiam bater em retirada, indicando um nome inatacável do cabido para ocupar o sólio episcopal. Neste momento crítico Daiser teve de nôvo que usar de tôda a sua diplomacia para assegurar-se que a Cúria reconhecesse Drummond, o qual era muito pouco querido e que, no meio tempo, tinha sido elevado a Ministro Residente (45). Daiser aconselhou a Fabbrini que propusesse a Roma que a Cúria pedisse ao govêrno brasileiro uma nomeação alternativa para o pôsto, no caso do reconhecimento de Drummond ser recusado, já que tal recusa poderia resultar na ruptura com Roma e a fundação de uma Igreja nacional. A proposta de Daiser foi aceita e no devido tempo o govêrno brasileiro escolheu Sérgio [Teixeira de Macedo], então representante em Lisboa, que devia seguir para Roma (46). Fabbrini e Limpo concordaram em evitar a imposição de sacrifícios demasiados de ambos os lados. Drummond devia submeter ao mesmo tempo a Roma sua carta de promoção como residente e sua renúncia ao pôsto de Roma. Fabrini insistiu em que Drummond apresentasse as duas cartas simultâneamente. Procurou mesmo adiar a partida do paquête inglês até que o govêrno brasileiro estivesse pronto para mandar a carta de resignação (47).

Os enredos diplomáticos estavam no ápice quando Drummond pensou em recorrer a Lützow em Roma. Drummond mostrou a Lützow suas credenciais e sua convocação, e pediu as impressões de Lützow. Êste declarou que

(44) *Ibid.*

(45) *Ibid.*, 22 de março de 1837.

(46) *Ibid.*, 25 de abril de 1837.

(47) *Ibid.*, *postscriptum* junto a um ofício do Rio, de 25 de abril de 1837.

Drummond se havia portado inconvenientemente em relação à Cúria e devia suportar ser chamado de seu pôsto. Esta chamada devia significar, òbviamente, a intenção do govêrno brasileiro de acalmar a Cúria ([48]).

Acaiaba de Montezuma, nôvo ministro brasileiro dos Nenócios Estrangeiros, informou afinal, a Fabbrini, que pretendia chegar a um acôrdo; admitiu que seu govêrno havia cometido erros e pediu a tolerância do papa em relação ao Brasil, onde o clero era desmoralizado e a população desinteressada de matérias religiosas. Propôs também Montezuma que o Rio se tornasse um arcebispado. Segundo Daiser, Fabbrini ficou satisfeito, exceto quanto à proposta de um arcebispado fluminense, que recusou como impraticável ([49]). Daiser confirmou as declarações de Montezuma relativas às condições da Igreja. A Igreja Católica no Brasil estava agora ameaçada não só pelos seus inimigos, mas também pela negligência e indolência de seus amigos ([50]).

A sugestão de Montezuma de concluir uma concordata com Roma foi também firmemente recusada pelo representante da Santa Sé. A opinião das duas partes, em relação à função de um bispo e o direito de apresentação, eram contraditórias demais para se poder criar uma atmosfera favorável às negociações. Fabbrini reconheceu o direito consuetudinário de nomeação do Imperador, mas segundo a lei canônica, recusou-se a aceitar candidatos heréticos pelo fato de serem habilitados. Montezuma, apesar da lei canônica, insistia no direito de nomeação do Imperador, sem depender das qualificações pessoais dos candidatos. Contudo o govêrno brasileiro cedeu à posição de Roma em relação à consagração canônica de Moura, mas pediu à Cúria a nomeação de Moura como bispo *in partibus infidelium* e prometeu fazê-lo desistir do bispado do Rio ([51]).

Em 1837 o Brasil teve de vencer uma grave crise política. Daiser informou: "É uma luta de morte para acabar com a regência" ([52]). Depois de combater a oposição por muitos meses, Feijó afinal renunciou e retirou-se para uma fazenda

(48) *Ibid.*, Roma: ofício de Roma, de 11 de março de 1838.

(49) *Ibid.*, Brasil: ofício do Rio, de 26 de junho de 1837.

(50) *Ibid.*

(51) *Ibid.*, 14 de setembro de 1837.

(52) Florian KIENZL, *Kaiser von Brasilien, Herrschaft und Sturz Pedros I und Pedros II*, Berlim, 1942, pp. 225-9; 241-5.

na fértil província do Rio, a fim de recuperar-se do esgotamento da vida política ([53]) (*).

A política de Pedro de Araújo Lima [mais tarde marquês de Olinda], sucessor de Feijó, permitiu a solução final do conflito com Roma ([54]). O chanceler Metternich defendeu a atitude conciliatória do nôvo regente em relação a Roma e, imediatamente após a sucessão, recomendou a Daiser que persuadisse Lima a efetuar uma reconciliação com o papa ([55]).

Logo ao receber as instruções de Viena, Daiser sugeriu a reconciliação com Roma ([56]). Narrou então a Metternich que o nôvo Enviado Brasileiro em Roma tinha deixado Lisboa em direção a Roma e que o Brasil esperava a elevação do Rio a arcebispado e a criação de dois novos bispados no Rio Grande do Sul ([57]) e o Maranhão ([58]). Os candidatos a essas novas vagas já estavam escolhidos. Pouco depois, porém, Daiser lamentou que os esforços do nôvo govêrno não fôssem suficientes e que ainda faltavam boa vontade e energia ([59]).

Em 22 de janeiro de 1839 Daiser comunicou confidencialmente que Frei Pedro [de Santa Mariana], aio do jovem Imperador, tinha sido escolhido para bispo do Rio. Parecia isto boa notícia para Daiser, que acreditava que o nôvo bispo defenderia os interêsses da Igreja na Côrte brasileira ([60]). Em março Daiser comunicou que havia sido assegurado a êle pelo regente que o govêrno estava agora sèriamente empenhado numa reconciliação com a Cúria. Daiser atribuiu esta inclinação à boa vontade do nôvo regente, que nunca deixou de informar o representante da Áustria a respeito das dificuldades relativas às nomeações para as sés do Rio e de Mariana, dificuldades que surgiram com a desistência de Feijó e com o fato de recusar-se o aio do Imperador à posição que lhe ofereciam ([61]).

---

(53) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 21 de novembro de 1836.

(*) Feijó não se retirou para uma fazenda na província do Rio, mas para uma quinta no Andaraí, que ainda é cidade do Rio, e não província.

(54) *Ibid.,* 14 de outubro de 1837.

(55) *Ibid.,* despachos para o Rio, de 20 de dezembro de 1837.

(56) *Ibid.,* 21 de dezembro de 1837.

(57) Fundado em 1848.

(58) Isto parece um engano. O bispado do Maranhão fôra criado em 1677.

(59) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 11 de março de 1838.

(60) *Ibid.,* 21 de novembro de 1838.

(61) *Ibid.,* 23 de março de 1839.

A reconciliação com Roma efetuou-se em 1840. Na presença do jovem Imperador e das duas princesas D. Januária e D. Francisca, a solene sagração do bispo, monsenhor Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, realizou-se a 24 de abril de 1840. O nôvo bispo entrou solenemente em sua sede, vacante havia sete anos (62). Dentro do sistema político de Metternich, a Igreja representava um elemento de ordem. Êle queria, assim, colocar a Igreja do Brasil numa posição que lhe permitisse tornar-se um elemento de ordem dentro do Estado. Metternich ficou, por isso, altamente satisfeito e se sentiu, em parte, artífice da reconciliação entre o Rio e Roma (63).

No comêço do govêrno de D. Pedro II, as relações entre Roma e Rio eram amistosas. Como seu pai, o jovem Imperador evitava conflitos com o papa. As relações entre a Legação da Áustria no Rio e a Nunciatura permaneceram extremamente íntimas durante os anos seguintes. Fabrini morreu pouco depois da solução pacífica do conflito com Roma, e Daiser informou que sua morte ocorreu em 11 de janeiro de 1841 (64). O oferecimento do representante da Áustria para pôr sob sua guarda o sêlo e os arquivos da Nunciatura e da chancelaria, chegou tarde. Poucas horas antes de morrer Fabbrini havia entregue as chaves a seu amigo Alboate (*), representante da Sardenha. José Dias [da Cruz Lima] (**), Cônsul Geral de Roma e brasileiro de nascimento, também se oferecera voluntàriamente para o mesmo serviço (65). A nomeação de Dias representara um êrro da parte da diplomacia do Vaticano; um brasileiro não deveria ser Cônsul Geral de uma potência estrangeira no Brasil. Metternich criticou fortemente esta prática (66).

Para se inteirar dos detalhes contidos na correspondência entre a Cúria e a Nunciatura ao tempo da contenda a propósito da diocese do Rio, Aureliano [Coutinho], então ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros encarregou Dias da administração temporária da Nunciatura e seus arquivos.

---

(62) *Ibid.*, 22 de maio de 1840.

(63) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 2 de agôsto de 1840.

(64) *Ibid.*, ofício do Rio, de 11 de fevereiro de 1841.

(*) O nome do representante da Sardenha no Rio na obra de Raul A. Campos é Alexandre *Allouat* e não *Alboate*.

(**) José Dias da Cruz Lima foi nomeado Encarregado de Negócios em Montevidéu em 1841.

(65) *Ibid.*, 7 de julho de 1841.

(66) *Ibid.*, Roma: despachos para Roma, de 8 de maio de 1841.

Não foi pedida permissão a Roma. Daiser recusou-se a receber Dias em suas novas funções e negou-se a tomar conhecimento da designação. Além disso, Daiser passou uma nota a Aureliano declarando que era incompatível com os usos diplomáticos que um cônsul substituísse um embaixador ([67]). Para disfarçar a apreensão dos arquivos da Nunciatura, os jornais brasileiros noticiaram que Dias havia recebido instruções do cardeal Secretário de Estado que o havia incumbido dos negócios políticos e civis da Legação no Rio até a chegada de um Internúncio ([68]).

A morte de Fabbrini em breve tornou-se sabida em Roma Os jornais ali a noticiaram a 26 de março de 1841, e a mensagem a ela relativa, comunicando as notícias ao cardeal Secretário de Estado através de Lützow chegou tarde demais ([69]). A Cúria imediatamente nomeou nôvo Internúncio. Lützow comunicou que o Núncio em Turim, Monsenhor Campodonico, havia sido escolhido para o pôsto. Lützow descreveu Campodonico como "un ecclésiastique dont la conduite a toujours été irréprochable, analogue à l'austerité de l'habit qu'il porte" (um eclesiástico cujo comportamento tem sido sempre irrepreensível, análogo ao hábito austero que ostenta). Friquelmont, representante austríaco em São Petersburgo, conhecia bem Campodonico e sugeriu que Metternich recomendasse o nôvo Internúncio a Daiser ([70]).

O cardeal Lambruschini ficou muito grato pela informação contida no ofício de Daiser, de 11 de fevereiro, a respeito da usurpação e administração da Nunciatura do Rio ([71]). O relato de Daiser foi tomado em Roma como uma acusação contra Dias, "rendant un juste tribut d'éloges à la sagesse et la rectitude de principes de l'envoyé d'Autriche", tal como Lambruschini narrou a Lützow ([72]).

Depois de Lambruschini ter recebido o ofício confidencial de 7 de julho, disse a Lützow que a notícia dos jornais brasileiros relativa à designação oficial de Dias pela Cúria era falsa: Dias jamais fôra encarregado daquela missão. Sua ação representava, pois, uma usurpação que servira de instru-

(67) *Ibid.*, Brasil: ofício do Rio, de 7 de julho de 1841.

(68) *Ibid.*

(69) *Ibid.*, Roma: ofício de Roma, de 7 de abril de 1841.

(70) *Ibid.*, despachos para Roma, de 27 de março de 1841.

(71) V. nota 69.

(72) *Ibid.*, ofício de Roma, de 22 de maio de 1841.

mento para o govêrno brasileiro conhecer as intimidades das comunicações da nunciatura no Rio (73).

A chegada de Campodonico tornou-se assunto de importância secundária porque coincidiu com a coroação do jovem Imperador D. Pedro II. Daiser informou que Dias [da Cruz Lima], que havia sido enviado a Montevidéu pelo seu govêrno, fôra sucedido por Rouen, representante da França, na guarda da Nunciatura (74). A descrição feita por Daiser das dificuldades que tiveram de ser vencidas pelo nôvo Núncio constituem um quadro melancólico: a população brasileira não era muito religiosa e eram necessários imensos esforços para erguer o nível moral; a educação da mocidade tinha de ser melhorada. As môças, especialmente, deviam ser educadas em instituições especializadas. Daiser teve a franqueza de dizer que as condições religiosas e morais dos países derivados da colonização espanhola eram muito superiores. Êle sugeriu a ampliação da Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro e que posteriormente fôsse criada nova Nunciatura seja no Chile, seja na Venezuela (75). Lützow comunicou essas sugestões confidenciais a Lambruschini que duvidava da possibilidade de serem postas em prática (76).

Campodonico chegou no Rio a 4 de setembro de 1841, tendo dificuldade em tomar posse dos arquivos. Após longas conferências, o representante francês entregou sòmente as pastas que ostentavam o sêlo francês intacto. Metternich já agora se inteirava dos fins remotos da custódia francesa dos arquivos. Lambruschini narrou a Lützow que a Embaixada Francesa em Roma, sabendo da usurpação de Dias, sugeriu que sua representação no Rio fôsse incumbida da custódia dos arquivos da Nunciatura. A Cúria não pôde agir até a chegada de Campodonico ao Rio (77).

A chegada de Campodonico causou imediatamente alguns ajustamentos dentro do corpo diplomático do Rio. Desde o Congresso de Viena tinha o representante do papa, por costume internacional, conservado a posição de decano do corpo diplomático. Após a morte de Fabbrini, esta posição fôra ocupada por Hamilton-Hamilton [Hamilton Charles Jacques

(73) *Ibid.*, 23 de outubro de 1841.

(74) *Ibid.*, Brasil: ofício do Rio, de 7 de agôsto de 1841.

(75) *Ibid.*

(76) *Ibid.*, Roma: ofício de Roma, de 20 de novembro de 1841.

(77) *Ibid.*

Hamilton], representante britânico, então o de maior categoria. Depois da chegada de Campodonico, Hamilton-Hamilton demonstrou um tato adequado, cedendo-lhe a função (78). A ascensão de D. Pedro II ao trono, afrouxou a tensão das relações diplomáticas entre Roma e Rio. O incidente relativo aos arquivos após a morte de Fabbrini foi considerado sòmente como uma seqüela da luta principal relativa ao bispado do Rio.

O jovem Imperador, plenamente alertado de que a educação e a colonização eram problemas que tinham de ser resolvidos, fêz expedir uma lei em 1843 que permitia a admissão de missionários capuchinhos italianos para a conversão das tribos selvagens. Esta lei, contudo, custou a Campodonico sua posição de Núncio no Brasil. O govêrno brasileiro, ainda alimentando pensamentos de uma Igreja nacional, reivindicou o direito *(placetum regium)* de transferir e chamar tais missionários. Êsses assuntos haviam ficado anteriormente sob a fiscalização do Núncio (79). Roma desgostou-se com a usurpação pelo Brasil das prerrogativas do Núncio e, em conseqüência, convocou o Núncio.

As relações amistosas entre a Nunciatura e a Embaixada Austríaca se intensificaram durante o período de ação do nôvo Internúncio, Monsenhor Bedini. Bedini conquistou a confiança particular do Enviado da Áustria, Rechberg, e dos austríacos que viviam no Brasil, especialmente dos tiroleses, colonos em Petrópolis, aos quais dedicava especial carinho. Bedini, que sabia alemão, visitou Petrópolis na Páscoa de 1846 e deu assistência religiosa aos austríacos que não tinham um sacerdote de língua germânica em sua cidade (80). O Internúncio enviou, sem utilidade, um memorando ao govêrno brasileiro a respeito da lamentável situação em Petrópolis, mas êsse documento, revelando verdades incômodas, feriu as suscetibilidades dos brasileiros (81). O público começou a culpar Bedini de proselitismo entre os protestantes germânicos, e como seus predecessores, Bedini foi derrotado pela intriga e forçado a deixar o país.

Durante sua longa estada no Brasil, Sonnleithner, representante da Áustria no Brasil, ganhou um excelente conheci-

(78) *Ibid.*, Brasil: ofício do Rio, de 12 de setembro de 1841.

(79) *Ibid.*, 20 de junho de 1843.

(80) *Ibid.*, 12 de setembro de 1846.

(81) *Ibid.*

mento do país e da população. Surpreendeu-se com a imensa extensão das formalidades inúteis de que dependia a Igreja do Brasil, e do longo alcance da influência do racionalismo e do voltaireanismo. Não existia hierarquia eclesiástica; os cuidados pastorais da população eram assaz insuficientes porque os padres não eram convenientes para a sociedade e cada padre tinha a seu cargo de 5.000 a 7.000 almas. Só existiam 1.086 paróquias para cobrir uma área de 120.000 quilômetros quadrados. De costume um padre devia visitar uma vila só uma vez em quatro ou cinco anos, e mesmo então só poderia realizar as funções mais necessárias. Havia muita ignorância religiosa e indiferença na população, e imensa falta de moralidade entre os padres. Sonnleithner comunicou uma vez que só um grande influxo de imigrantes europeus poderia melhorar a situação ([82]).

Em 1858 o govêrno brasileiro manifestou o desejo de firmar uma concordata com o Vaticano, com esperança de ganhar mais poder sôbre a Igreja ([83]). O ministro da Justiça propôs um acôrdo permitindo o casamento civil para os casais de religiões diferentes. Escusado dizer que a concordata nunca foi concluída. Era evidente que nem mesmo o ministério conservador nomeado em 1858 poderia evitar que a Igreja se tornasse cada vez mais subordinada ao Estado.

Na década de 60 a influência direta da Áustria na política brasileira cessou. A Áustria estava ocupada demais com os seus próprios problemas para misturar-se com assuntos transatlânticos.

Por ordem pessoal do Imperador em 1884, o govêrno começou a transformar as propriedades de conventos e mosteiros em propriedades inalienáveis do govêrno ([84]). Mas a separação final entre a Igreja e o Estado só veio depois da queda da dinastia de Bragança.

O conflito entre a Igreja e o Estado no Brasil, durante o século XIX, seguiu o modêlo dos conflitos semelhantes que se espalharam pela Europa no mesmo período. As concessões que o govêrno brasileiro exigia de Roma eram a rotina das concessões que as monarquias européias tinham obtido mediante lutas similares. Os diplomatas austríacos conservadores durante êsse período tentaram alinhar-se do lado da Igreja,

---

(82) *Ibid.*, 7 de janeiro de 1859.

(83) *Ibid.*, 14 de maio de 1858.

(84) *Ibid.*, 30 de abril de 1884.

mas através de hábil manobra, revelaram a familiaridade com o problema surgido entre a Igreja e o Estado, problema que tinha suas raízes na Idade Média mas ainda continuava a afetar os governos organizados segundo o modêlo aceito, tentando conciliar Igreja e Estado. A êsse respeito o Brasil refletiu fielmente sua origem européia.

A influência direta do Estado sôbre a Igreja no Brasil cessou na parte final do século XIX. A Áustria seguiu caminhos políticos diversos e o tempo da Igreja oficial está passado. A política exterior da Áustria não mais seguia o sistema do tempo de Metternich. A Áustria estava muito ocupada com seus próprios problemas. A luta da Áustria pela ordem dentro da União dos Estados Dinásticos e a posição dessa União dentro da Europa tornou impossível aos secretários de Negócios Estrangeiros dedicarem-se aos problemas transatlânticos, exceto no que se referia ao comércio e à emigração.

VIII

Emigração austríaca para o Brasil(*)

A emigração da Europa durante o século XIX foi em parte causada pelo aumento da população depois de 1800. Desde o século XIII até o século XVIII, a população da Europa não havia variado em grande extensão. O tamanho das cidades permaneceu mais ou menos o mesmo até cêrca de 1800, quando o aumento da população teve como resultado a expansão da maior parte das cidades européias. Êste crescimento precedeu a emigração de grande número de povos para outros continentes. A Casa d'Áustria, governando o grande domínio dos Habsburgos e os países de sua sucessão, não competiu com os Habsburgos espanhóis e seus sucessores Bourbons na procura de novas terras. A parte da Áustria, depois que o tempo das grandes descobertas havia passado e os novos continentes tinham sido distribuídos entre as potências européias, consistia sòmente num pequeno estabelecimento fundado em 1777 em baía de Delagoa no Oceano Índico (1). Porém as aspirações da Áustria não eram por novas terras mas por uma exploração econômica intensa de suas próprias terras. O ideal era fazer as próprias terras "ricas em povo e em recursos" e os economistas do tempo exprimiam isto com ênfase no desenvolvimento do comércio, indústria e agricultura (2). Os Habsbur-

(*) A história da colonização no Brasil pode ser estudada no capítulo "Imigração e colonização", do grande *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico brasileiro,* I, 291, Rio, 1922; Joaquim da Silva ROCHA, *História da Colonização do Brasil,* Rio, 1919; e J. Fernando CARNEIRO, *Imigração e colonização do Brasil,* Rio, Universidade do Brasil, 1950. O melhor estudo sôbre o sistema da parceria no Brasil é o de Sérgio Buarque de HOLANDA, no prefácio às *Memórias de um colono no Brasil,* de Tomás DAVATZ, S. Paulo, 1941.

(1) Richard SCHROFT, *Die österreichisch-ungarische überseeische Kulturarbeit und Auswanderung,* Viena, 1894.

(2) A respeito do problema da população na política austríaca no século XVIII, cf. Louise SOMMER, *Die österreichischen Kameralisten, Studien zur Sozial und Wirtschaftsgeschichte,* Viena, 1920, n.os 12 e 13; Wolfgang GERLOFF, *Die Staatstheorie und Staatspraxis des Kameralistischen Verwaltungsstaates, Adhandlungen aus dem Staats — und Verwaltungsrecht.* Breslau, 1937, n.º 56.

gos da Áustria estavam convencidos de que a população era a verdadeira riqueza de uma nação. Portanto, aumentar a população austríaca era reforçar e revigorar a posição da Áustria dentro do concêrto das grandes potências européias. Esta crença, baseada em necessidades políticas, levou o Imperador José II a expedir um Edito sôbre a emigração ([3]) que, de fato, a proibia. O artigo IV rezava em um trecho: "A ninguém é permitido emigrar nem enviar a países estrangeiros seus filhos ou pessoas sob a sua proteção e cuidado" ([4]).

Êste edito também definiu as várias atividades que poderiam ser consideradas como emigração, tais como: partida sem a intenção de volta aos limites dos domínios austro-húngaros; ausência longa; alistamento em exército estrangeiro ou serviço civil, entrada em ordem religiosa ou casamento no estrangeiro ([5]). A emigração era também considerada uma ofensa à lei do Serviço Militar, considerando-se o emigrante como fugindo à conscrição. As próprias viagens culturais, que eram consideradas um imperativo dos jovens pertencentes à nobreza, não eram totalmente aprovadas por José II. Êle só permitia aos jovens aristocratas viajar pelo estrangeiro depois de dezoito anos ([6]). Para impedir a emigração de trabalhadores e mecânicos o edito estabelecia o seguinte:

> O pretexto da falta de rendas é sempre uma das melhores desculpas para a emigração; portanto, tôdas as repartições regionais, as comunidades rurais, os proprietários de terras e prefeitos, têm a recomendação de fornecer e facilitar tanto quanto possível a tôdas as pessoas que queiram trabalhar, e fazer com que os vadios trabalhem, mesmo que seja pela fôrça, se fôr necessário, de modo a fazer com que tenham um nível de vida digno (7).

A perda dos direitos civis, da propriedade e da herança eram as penas prescritas se acaso fracassassem no arranjo de um emprêgo.

A atitude negativa de José II em relação à emigração foi também seguida pelo Imperador Francisco I que expediu outro edito sôbre a emigração a 24 de março de 1832. Diferia do primeiro sòmente em que era permitida emigração legal e

---

(3) *Handbuch aller unter der Regierung Kaiser Joseph II für die K. K. Erbländer ergangenen Verordnungen und Gesetze,* Viena, 1876, vol. VI, pp. 235-55.

(4) *Ibid.,* p. 237.

(5) *Ibid.,* p. 236.

(6) *Ibid.,* p. 239.

(7) *Ibid.,* p. 238.

especificavam-se as restrições da ausência sem autorização da monarquia:

Capítulo II: *Da emigração legal*

§ 2: Quem quiser emigrar deve obter, através das autoridades locais, uma dispensa da cidadania austríaca.

§ 3: O requerimento deve conter:

A — Prova de que o requerente é independente e livre para tomar as decisões. O requerimento deve ser apresentado por um representante legal.

B — Se o requerente tem uma família que pretenda levar consigo, deve fornecer tôdas as informações a respeito.

C — Prova de que o requerente e os membros da família que querem acompanhá-lo cumpriram as obrigações do serviço militar ([8]).

As definições da emigração ilegal eram transcritas sem alteração do edito de José II, exceto que um período de cinco anos de ausência era considerado suficiente para causar a perda da cidadania austríaca ([9]). Só havia uma exceção a esta regra quanto às nações com que a Áustria mantinha tratados de livre trânsito ([10]).

Em conseqüência dessas leis muito poucos emigrantes da Áustria chegaram ao Brasil antes de 1800 e, em geral, a emigração de europeus ficou restrita a portuguêses. No século XIX os italianos tiveram considerável influência cultural no Brasil. Emigraram para lá artistas italianos e lá obtiveram refúgio emigrados políticos. Em 1836 fundou-se na província de Santa Catarina uma colônia chamada *Nuova Italia*, e a imigração italiana aumentou enormemente durante a década de setenta([11]). Estatísticas fidedignas mostram que, entre 1820 e 1920, 2.777.762 italianos, 2.116.108 portuguêses, 1.021.028 espanhóis e 262.882 alemães emigraram para o Brasil ([12]). É de notar-se o grande número de italianos, mas alguns dêles podem ter sido súditos da Áustria, como também muitos dos alemães.

---

(8) *Seiner K. K. Majestät Franz des Ersten politische Gesetze und Verordnungen fur sämtliche Provinzen des österreichischen Kaiser-staates mit Ausnahme von Ungarn und Sieben bürgen*, Viena, 1834, vol. 60, n.º 34, pp. 71-90.

(9) *Ibid.*, p. 74. Aí se encontra uma coleção de leis a respeito.

(10) *Ibid.*, p. 77.

(11) Fontes exatas e bom sumário encontram-se na *Enciclopedia Italiana*, vol. VII, pp. 742-3.

(12) *Ibid.*, p. 725.

A emigração austríaca para a América começou depois de 1850. Entre 1850 e 1868, 57.726 pessoas emigraram através dos serviços austro-húngaros. Da Boêmia partiram 43.645; outros emigrantes foram da região costeira e do Tirol meridional ([13]). Os alemães e tchecos emigraram para os Estados Unidos da América, enquanto os latinos para a América do Sul. A emigração para o Brasil de um largo número de povos de língua germânica começou em pleno após-guerras napoleônicas, quando o Brasil aceitou os veteranos europeus em seu exército e também ofereceu asilo político a muitos refugiados. De 1819 a 1825 fundaram-se alguns estabelecimentos alemães: Nova-Friburgo, Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus, na Bahia; São Leopoldo, Três Forquilhas e Tôrres, no Rio Grande do Sul ([14]). Êstes estabelecimentos oferecem a vários pequenos Estados alemães a oportunidade de colocar seus condenados, já que o Brasil lhes oferecia refúgio. Por exemplo, Mecklemburgo enviou certo número de prisioneiros da prisão de Güstrow para o Brasil.

A princípio, a situação econômica dos colonos não parece ter sido muito favorável. Os brasileiros consideravam os trabalhadores brancos livres como uma séria ameaça ao trabalho escravo em que a maior parte da economia brasileira estava baseada. A economia das províncias do Norte dependia da escravidão enquanto as províncias do Sul dependiam do trabalho livre; por isso as últimas ofereciam condições econômicas melhores para os europeus recém-chegados. Por felicidade o clima do Sul era também mais agradável para os recém-vindos.

A emigração para o Brasil era baseada no princípio conhecido como sistema da parceria. Os imigrantes eram pagos da passagem e um adiantamento pelo proprietário da terra em cujas fazendas êles deviam trabalhar na colheita. Aos chegados eram dadas: terra para limpar, sementes para plantar e tinham direito a metade da colheita. Deviam permanecer até indenizar o proprietário de tôdas as despesas feitas com êles. Poderiam então permanecer como assalariados ou estabelecer-se alhures. É óbvio que a própria natureza dos acôrdos entre o imigrante e o fazendeiro tenderia a colocar o último em posição mais favorável, e os pleitos entre fazen-

---

(13) MISCHLER-ULBRICHT, *Österreichisches Staatsworterbuch*, Viena, 1909, vol. I, p. 378.

(14) Florian KIENZL, *Kaiser von Brasilien, Herrschaft und Sturz Pedros I und Pedros II*, Berlim, 1942, p. 172.

deiros e imigrantes eram em geral decididos em favor dos senhores. A aversão dos brasileiros em relação aos estrangeiros chegou a revelar-se na legislação que não continha nenhuma disposição que impedisse a exploração dos imigrantes pelos fazendeiros ou contra a denegação ou êrro de justiça ([15]).

Contudo, depois de 1840 uma forte elevação da população européia provocou certa insatisfação com as condições políticas, ao passo que a diminuição do trabalho escravo contribuiu para o aumento da emigração da Europa. A diminuição do trabalho escravo, produzida pela pressão inglêsa, foi contudo o fator principal da superação da suspeita em relação a estrangeiros e do início do recrutamento de colonos. O Banco Delrue, de Dunquerque, atuou como agente do Brasil na Europa (*). Em 1844 a província do Rio de Janeiro fêz um contrato com êsse banco para recrutar e remeter 6.000 trabalhadores especializados ou não das regiões superpovoadas da Alemanha e Itália. Não foram dadas garantias legais aos imigrantes, fato que o representante da Áustria Rechberg logo comunicou ([16]).

No ano seguinte os colonos alemães foram recrutados para a construção de estradas. Quando êsse trabalho foi interrompido, os alemães construíram uma pequena e simples aldeia, Petrópolis(**), que depois de uma década de fadigas se tornou afinal a residência de verão do Imperador e um recurso saudável para a sociedade do Rio. Contudo, no começo, só pela energia do major Koeler, que tinha conseguido obter auxílios financeiros do govêrno, a subsistência dos colonos foi asse-

---

(15) *Ibid.*, pp. 191, 288. Cf. *Die Reise der österreichischen Fregatte Novara um die Erde in den Jahren 1857, 1858, 1859, unter dem Befehl des Commodore Bernhard von Wüllerstorf-Urbair,* Viena, 1874, vol. I, p. 153.

(*) O contrato da casa Delrue & Cia., de Dunquerque, foi lavrado a 17 de junho de 1844. Quem o negociou no Brasil foi o agente Eugène Pisani. Com interpretações amplas, os propagandistas na Europa remeteram para o Brasil um número de colonos muito maior do que esperava a província do Rio de Janeiro. Daí precipitou-se a criação da colônia de Petrópolis para acolher os colonos. (V. H. RAFFARD: "Jubileu de Petrópolis", *Revista do Instituto Histórico,* tomo LVIII, 2.ª ed., 1896, p. 59.)

(**) A criação de um Palácio Imperial, com uma povoação anexa, já estava determinada por decreto do Imperador de 16 de março de 1843 e as obras já estavam iniciadas. A chegada dos colonos apressou a criação de uma colônia anexa. Tanto a direção das obras do palácio, como a da colônia estavam nas mãos de Koeler. Não foram os alemães que "construíram uma pequena e simples aldeia", portanto. Êles fizeram a colônia. A povoação nada tinha de simples. Eram palacetes ocupados pelas maiores figuras da côrte, em tôrno do palácio. (V. Americo Jacobina LACOMBE: *Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis,* Petrópolis, 1939.)

(16) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 3 de julho de 1846.

gurada. Koeler era um líder agressivo e dirigia seus compatriotas com mão de ferro. O Núncio, monsenhor Bedini, que visitou Petrópolis na Páscoa de 1846 para dar assistência religiosa aos católicos entre os alemães da população, faz poucos elogios de Koeler ([17]). Bedini falava alemão e soube que Koeler, que era favorito do poderoso mordomo Barbosa [da Silva], havia contratado um pastor protestante e um professor protestante para a cidade, pôsto que a maioria dos habitantes fôsse de católicos. Foi feita pressão junto aos católicos a fim de terem seus filhos ensinados pelo professor protestante. Bedini queixou-se abertamente ao govêrno brasileiro (*). Conseguiu mesmo interessar o bispo do Rio que enviou uma pastoral aos católicos animando-os a manterem-se em sua fé. Afinal os esforços reunidos de Bedini e do clero brasileiro fizeram com que fôsse nomeado um padre alemão para a comunidade católica. O padre José Reis servira outrora à Casa de Leuchtenberg e viera para o Brasil com a Imperatriz Amélia, quando esta se casara com D. Pedro I ([18]). Apesar dos esforços de Koeler, Petrópolis sofreu anos de tribulações. Só pelos anos de 50 o Imperador descobriu o clima extremamente saudável e fêz ali sua residência, desenvolvendo-se a colônia tão favoràvelmente como está descrito na narrativa da expedição da *Novara* ([19]).

As minuciosas comunicações de Rechberg a respeito dos acontecimentos de Petrópolis e da visita de Bedini ali, fizeram com que Metternich comunicasse a Rechberg a 2 de março de 1847 que se havia inteirado do ofício e que o Ministério do Interior da Áustria tinha sido avisado que alertasse todos os súditos austríacos para não emigrarem para o

---

(17) *Ibid.*, 24 de abril de 1846.

(*) À visita de Bedini a Petrópolis refere-se o próprio mordomo Paulo Barbosa, em comunicação à imprensa, com muita má vontade (A. J. LACOMBE, *op. cit.*, p. 18). Os colonos viviam queixosos de Koeler, que interceptava as notícias deprimentes que êles costumavam mandar para a Europa. Daí as reclamações que devem ter sido feitas a Mons. Bedini. É falso, porém, que Koeler tivesse impôsto um pastor protestante a uma maioria católica. Quando foi encomendado o cura protestante, já existia na colônia um padre alemão católico, como vigário encomendado. Tanto que uma das condições do contrato de pastor era "evitar contestações com o padre alemão que já ali existe". (V. ofício de Aureliano Coutinho a Paulo Barbosa — de 13 de outubro de 1846 — LACOMBE, *op. cit.*, p. 27.) Êste padre alemão deve ter saído, porque em 12 de novembro, o mesmo presidente da província pediu o contrato de um cura católico. Êste foi o Pe. Weber, de Estrasburgo, que exerceu livremente seu ministério.

(18) *Ibid.*, 12 de setembro de 1846.

(19) *Die Reise der österreichischen Fregatte Novara um die Erde in den Jahren 1857, 1858, 1859*, *op. cit.*, p. 148. Também KIENZL, *op. cit.*, p. 303.

Brasil [20]. Esta medida tornou-se necessária porque o banco Delrue ainda continuava a recrutar emigrantes baseado em promessas irreais apesar do óbvio malôgro de Petrópolis [21].

Outro problema, o *status* legal dos austríacos vivendo no Brasil, tornou-se objeto de negociação. Em 1847 Rechberg queixou-se repetidamente da conscrição dos súditos austríacos para a Marinha Imperial do Brasil. Eram especialmente atingidos os marinheiros da marinha mercante austríaca, e mais particularmente os austríacos de origem italiana, cuja língua era afim da portuguêsa [22]. Em face da esperada guerra contra Rosas, Holanda Cavalcanti, ministro brasileiro da Marinha, expediu uma lei permitindo a convocação de estrangeiros para a Marinha Imperial. Só portuguêses espanhóis e italianos eram em geral alistados. Rechberg protestou junto a Saturnino [de Sousa e Oliveira], ministro dos Negócios Estrangeiros, contra tais violações e recebeu uma promessa formal que as conscrições iriam cessar [23]. Afinal as notas de protesto das várias potências fizeram com que a lei fôsse anulada. Os governos estrangeiros pediram que os estrangeiros residentes no Brasil fôssem tratados em pé de igualdade com os cidadãos franceses, já que a França era a nação mais privilegiada. Cedeu finalmente às notas de protesto o govêrno brasileiro e expediu uma lei de conscrição que continha numerosas cláusulas para a proteção dos estrangeiros [24].

Tomou, porém, Saturnino [de Sousa e Oliveira] uma atitude muito mais amistosa em relação aos países estrangeiros que seus predecessores. Estava inclinado a garantir aos súditos de todos os países estrangeiros tratamento em pé de igualdade com os franceses [25]; mas Cavalcanti, que não estava interessado nas relações com os países estrangeiros e sustentava pontos de vista opostos aos de Saturnino, forçou a expedição da lei de conscrição que permitia à Marinha Brasileira aumentar à custa de conscrição forçada de estrangeiros. Pouco antes de dar sua demissão, em março de 1848, Metternich recomendou a Rechberg que fizesse cessar o recrutamento de súditos austríacos para a Marinha Brasileira [26].

---

(20) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 2 de março de 1847.

(21) *Ibid.*, ofício do Rio, de 12 de maio de 1849.

(22) *Ibid.*, 17 de março de 1847.

(23) *Ibid.*, 2 de junho de 1847.

(24) *Gesandtschaftsarchiv Brasilien.* Ofício do Rio, de 4 de outubro de 1847.

(25) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 4 de outubro de 1847; 9 de fevereiro e 20 de março de 1848.

(26) *Ibid.* Despachos para o Rio, de março de 1848.

Na sua nota de 3 de julho de 1848 a Sousa Franco, Sonnleithner, que sucedera a Rechberg como enviado austríaco no Rio, fêz o seguinte protesto contra a ordem de recrutamento brasileira de 19 de novembro de 1847:

> Os súditos austríacos servindo como marinheiros mercantes a bordo de navios austríacos não podem ser recrutados pela Marinha Imperial do Brasil. De fato, os súditos austríacos em geral não podem ser forçados a servir em fôrças estrangeiras de terra ou mar. A Áustria não pode reconhecer a vigência das disposições do Govêrno Imperial Brasileiro que não tomam conhecimento do direito de recurso dos súditos austríacos aos bons ofícios do govêrno dêles. O Govêrno Imperial da Áustria espera uma resposta satisfatória, de modo que fique habilitado a anunciar aos súditos austríacos que êles estão livres de qualquer serviço militar no Exército ou na Marinha do Império do Brasil (27).

Sousa Franco acusou o recebimento da nota e afirmou a Sonnleithner que:

> (...) em virtude das leis existentes, nenhum estrangeiro, de qualquer nação que seja, jamais será forçado a servir no exército ou na armada, uma vez que prove cabalmente a sua nacionalidade; tal é a regra que aqui sempre se tem seguido a semelhante respeito (28).

Em 1848 foi elaborado um projeto de lei de imigração segundo o modêlo da lei norte-americana, para dar aos colonos no Brasil as necessárias garantias legais; mas as negociações em tôrno dêsse projeto foram prolongadas. Sonnleithner informou em maio de 1849 que não se fizera nenhum progresso porque o govêrno estava extremamente negligente nessa matéria (29).

Entrementes o primeiro contrato que ofereceu condições aceitáveis aos imigrantes europeus foi iniciado pelo príncipe de Joinville, membro da Casa Imperial do Brasil, como marido de D. Francisca. Apresentou êle ao Parlamento um projeto no qual propunha um contrato com o Banco Schröder, de Hamburgo, para estabelecer colonos alemães nas fazendas da princesa em Santa Catarina. Sonnleithner informou que o projeto era muito promissor, apesar da aversão dos brasileiros por estrangeiros, e o Ministério era capaz de conseguir da oposição a sua aprovação (30). A Câmara dos Deputados apro-

---

(27) *Gesandtschaftsarchiv.* Ofício do Rio, de 4 de agôsto de 1848.

(28) Nota de Sousa Franco a Sonnleithner, de 17 de julho de 1848, anexa ao ofício de 4 de agôsto de 1848.

(29) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 12 de maio de 1849.

(30) *Ibid.,* ofício do Rio, de 14 de janeiro de 1850.

vou uma resolução permitindo a criação da colônia de Joinville. O govêrno permitiu aos imigrantes até importarem, livres de impostos, seus pertences, incluindo gado e ferramentas. Êste contrato com o Banco Schröder era válido por cinco anos, com possibilidades de renovação depois dêsse período.

Não foram sòmente as razões de ordem humana que contribuíram para a fundação do nôvo estabelecimento. Pesou mais fortemente o fato de que a vinda de colonos era a única maneira de fazer um emprêgo útil da propriedade da princesa. Como foi dito:

> Compreende-se que essas condições não podem tornar-se regra geral para privilégios assegurados a colonos estrangeiros pelo govêrno, mas devem ser tomadas como medidas especiais para que as fazendas de uma princesa brasileira se tornem proveitosas. O Imperador está pessoalmente interessado no empreendimento e no seu bom êxito e o povo brasileiro, assim, aprovou o projeto (31).

A nova fundação de fato não desapontou as esperanças de seus fundadores. Tornou-se um centro de cultura estrangeira que foi de valiosa influência para o Brasil (32).

As condições excepcionalmente favoráveis que predominaram em Petrópolis e Joinville, não puderam, porém, desfazer a espectativa melancólica das colônias estrangeiras no Brasil. Muitas colônias lutavam ainda com enormes dificuldades financeiras. Aproveitadores inescrupulosos e vorazes trouxeram repetidamente imigrantes para o Brasil sem ter promovido os necessários acôrdos para garantir-lhes os direitos. Os agentes brasileiros de imigração na Áustria não tiveram muita oportunidade de promover o recrutamento porque a lei austríaca, especialmente o Decreto de 16 de abril de 1833, do Imperador Francisco I, restringia as possibilidades dos agentes darem conselhos e informações a respeito de imigração aos súditos austríacos (33). Os maiores interêsses do Brasil estavam voltados para a Alemanha e a Itália. Ambas essas nações estavam superpovoadas e mais interessadas na emigração.

Em 1848 o Brasil adquiriu o navio *Confederación Argentina,* que tinha sido construído em Trieste. O navio demonstrou ser satisfatório a todos os respeitos e provocou no Brasil um movimento no sentido da construção naval. Em vista disso

---

(31) *Ibid.,* 27 de julho de 1850.

(32) Kienzl, *op. cit.,* p. 301.

(33) *Seiner K. K. Majestät Kaiser Franz des Ersten politische Gesetze und Verordnungen,* Viena, 1835, vol. 61, n.º 59, pp. 106-9.

peritos em construção naval de Pola e de Trieste tornaram-se o alvo predileto dos agentes de imigração brasileiros. Os artífices austríacos, contudo, tiveram dificuldade em emigrar (34).

Sonnleithner escreveu em 1853 que o número de súditos austríacos que haviam emigrado para o Brasil era muito pequeno (35). Pouco depois os agentes brasileiros de emigração estenderam suas atividades à Boêmia, à Silésia, à Áustria setentrional e ao Tirol, porque a Prússia não simpatizou com suas intenções. A economia brasileira necessitava urgentemente de trabalho estrangeiro desde que o trabalho escravo tinha quase cessado por causa da pressão inglêsa sôbre o govêrno brasileiro. Os navios com carregamento de escravos partiam de pontos secretos da costa africana e desembarcavam em portos secretos da costa leste do Brasil, mas o tráfico ilegal era insuficiente para servir à demanda de trabalho.

A supressão oficial do tráfico de escravos não foi a causa única da diminuição da oferta de trabalho. Durante a maior parte do ano, as epidemias ceifavam numerosas vítimas entre os imigrantes prêtos e brancos por tôda a costa e nos grandes portos de mar. A febre amarela, muito provàvelmente trazida em navios estrangeiros da costa da África, apareceu pela primeira vez em 1849-1850. Por muitos anos fêz terríveis estragos na população, especialmente entre os marinheiros de navios estrangeiros. Fêz também muitas vítimas entre diplomatas no Rio (36). Durante êsses anos os ofícios de Sonnleithner sôbre as condições de vida dos brasileiros não eram muito esperançosos. Aborrecia-se com as atividades dos agentes de imigração brasileiros na Europa e pela triste realidade que aguardava os imigrantes no Brasil. Êle talvez tenha descrito a situação demasiadamente melancólica, mas suas informações ainda assim parecem críveis e imparciais.

Em 1854 Sonnleithner soube que o visconde de Barbacena (*), presidente da Associação de Criação de Bichos-da-

---

(34) *Gesandtschaftsarchiv Brasilien.* Ofício do Rio de 14 de maio de 1853.

(35) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 14 de maio de 1853.

(36) Minuciosas informações sôbre o aparecimento de surtos epidêmicos encontram-se nos seguintes ofícios: *Ibid.,* 22 de março, 3 de abril, 20 de junho, 16 de dezembro de 1850; 3 de maio de 1851; 14 de maio de 1852; 13 de janeiro, 13 de abril, 14 de maio de 1853; 13 de agôsto, 13 de setembro, 15 de outubro de 1855; 13 de junho de 1857; 13 de fevereiro de 1858.

(*) O visconde de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), 1802-1906, era filho do marquês de Barbacena. Foi deputado, diplomata e presidente da província do Rio de Janeiro.

sêda do Rio, procurava induzir alguns criadores de bichos-da-sêda e tecelões de sêda da Lombardia a emigrarem para o Brasil. O intermediário de Barbacena era o irmão do Cônsul Geral em Gênova. Fé [d'Ostiani], representante da Sardenha (*), que defendia êsse plano, enviou cartas de recomendação a várias personagens de seu país. Sonnleithner informou que êsse projeto era de vantagem ùnicamente para o Brasil, que ia assim obter operários qualificados para suas tecelagens de sêda em Itaguaí. O govêrno brasileiro, contudo, não dava nenhuma garantia aos imigrantes. Se surgisse qualquer dificuldade, os imigrantes ficariam dependendo ùnicamente de processos judiciários, e a experiência ensinava que êles não teriam seus direitos reconhecidos. Por serem imigrantes, êles não poderiam ter, em qualquer circunstância, a proteção consular.

> Freqüentes experiências com operários de tecelagem de sêda, que viram seus direitos contratuais denegados em Itaguaí, fazem com que seja altamente desejável que a conclusão de contratos de trabalho para o Brasil com agentes particulares sejam proibidos no interêsse dos súditos de Sua Majestade (37).

Os pedidos reiterados de Sonnleithner para estrita proibição da emigração foram algumas vêzes atendidos. Em uma ocasião a Companhia Mucuri, agência brasileira de imigração (**), projetou a instalação de 120 famílias de camponeses da Lombardia, em certo trecho de terra do rio Mucuri (38). Sonnleithner deu as seguintes razões pelas quais a emigração das famílias italianas deveria ser desaprovada:

> O Brasil, terra que possui escravos, pretende substituir o trabalho negro por operários livres, não quer oferecer suficientes garantias aos imigrantes que, não dispondo de terra ou de direitos civis, ficam sujeitos a decepções que freqüentemente significam a ruína do homem branco (39).

Nem mesmo o apoio total do govêrno brasileiro ao esquema Mucuri pôde modificar a decisão de Sonnleithner. Foi

---

(*) O conde Alexandre Fé d'Ostiani, Encarregado de Negócios da Sardenha em 1858. Em 1864 voltou como Ministro Residente da Itália, passando em 1867 a Plenipotenciário. Casou-se com brasileira. (V. João Hermes Pereira de ARAÚJO: *A ordem de Malta e o Brasil Imperial,* Anuário do Museu Imperial, vol. XVIII, Petrópolis, 1957.)

(37) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 8 de fevereiro de 1854.

(**) A Companhia do Mucuri era uma emprêsa particular depois incorporada ao Govêrno. Organizou-se em 1852 sob a direção de Teófilo Ottoni.

(38) *Ibid.*, 8 de junho de 1855.

(39) *Ibid.*

inútil uma nota (28 de abril de 1855), na qual o govêrno declarava que a Companhia Mucuri estava legalmente reconhecida e que o govêrno da província de Minas Gerais era seu principal acionista (40). Sonnleithner era cético demais para acreditar que a Companhia do Mucuri estivesse apta a desempenhar-se de seus compromissos para com os imigrantes.

Em sua Fala de abertura das Câmaras, o Imperador declarou que os problemas econômicos do Brasil, especialmente a falta de trabalhadores do campo, exigiam solução rápida (41) (*). Mas Sonnleithner era de opinião de que o Brasil estava sòmente tentando obter os trabalhadores de que precisava, sem pretender dar-lhes garantias. Segundo Sonnleithner, a colonização significava para o Brasil:

> (...) não a instalação de gente branca e livre, que possa gozar dos direitos civis e, após alguns anos, receber tratamento igual ao da população nativa livre, ficar apta a adquirir terras, ser protegida pela lei e, por fim, encontrar nôvo lar neste país. Ao contrário, colonização para o Brasil significa a obtenção de uma classe de trabalhadores que viva em cativeiro, e cujos contratos, redigidos de forma a parecerem promissores por hábeis agentes, os transformará em devedores a seus senhores, a quem ficarão devendo as passagens marítimas. Significa gente que cultivará o solo dos outros, com dependência cega, e dará metade da colheita ao proprietário que lhe cedeu a terra. Significa gente cuja morte não quer dizer perda de capital para o brasileiro (como se dá com o negro, cuja vida não deve ser desperdiçada); significa gente que tem de ganhar a vida sem ser protegida pelo direito civil ou estatutos que, em caso de pleito, são sempre interpretados em favor dos brasileiros (42).

Os brasileiros, ainda que não quisessem cultivar pessoalmente suas terras, estavam sempre com mêdo dos imigrantes. Eram incapazes de compreender que tinham de repartir a terra com os estrangeiros e que êsses estrangeiros deveriam ser livres e ter iguais direitos. Por isso falharam as tentativas de obtenção de trabalhadores dos Estados Unidos da América e da China.

Os relatórios de Sonnleithner relativos à exploração dos imigrantes austríacos pelos brasileiros mostram, no entanto,

---

(40) *Ibid.*, nota do visconde de Abaeté a Sonnleithner anexa ao ofício do Rio, de 5 de junho de 1855.

(41) *Ibid.*, ofício do Rio, de 14 de maio de 1856.

(*) O trecho da Fala do Trono é êste: "O meu govêrno prossegue com particular solicitude no empenho de promover a colonização, da qual tão essencialmente depende o futuro do país. Conto que não serão infrutíferos os seus esforços, auxiliados, como sempre o têm sido, por vossas luzes, e mediante o concurso de todos os brasileiros". — *Falas do trono*, Rio de Janeiro, 1889, p. 492.

(42) *Ibid.*, ofício do Rio, de 14 de maio de 1856.

claramente que em alguns casos certos imigrantes no Brasil haviam adquirido propriedades, estavam empregados como peritos, independentemente de contratos comprometedores, e possuíam terras que lhes haviam sido entregues nos primeiros tempos. Êsses imigrantes estavam naturalmente satisfeitos. A preocupação de Sonnleithner referia-se especialmente aos imigrantes que haviam deixado a Europa sem nenhuma capacidade de independência, chegando ao Brasil submissos aos proprietários, a quem ficavam devendo as passagens e obediência, de acôrdo com o Sistema da Parceria. Pois êste era exatamente o tipo de imigrante desejado pelo Brasil. Não lhe era dada nenhuma garantia de aquisição da terra, nem proteção legal quanto à religião, educação, ou casamento. A conclusão de um dos muitos relatórios de Sonnleithner acêrca da falta de proteção legal aos imigrantes assim reza:

> Mesmo que houvesse leis, o Brasil seria incapaz de pô-las em vigor. Esta a razão porque mesmo promessas de boa fé não se materializam Para os estrangeiros, as leis brasileiras são pedaços de papel. Ouvem-se todos os anos nas Câmaras grande número de discursos bombásticos sôbre o assunto, de modo que o público pode acreditar que se está dando atenção sèriamente à matéria, mas o resultado é nulo (43).

Apesar dessas melancólicas declarações, Sonnleithner esperava que o Brasil se tornasse em poucos anos um El-Dorado para os imigrantes germânicos. Suas declarações sôbre as perspectivas futuras para os imigrantes germânicos soam muito otimìsticamente e não estão livres de certo orgulho nacional assaz surpreendente num Enviado Austríaco. Sonnleithner sabia, por experiência própria, que os imigrantes germânicos não se misturariam aos elementos latinos do país. Não havia, assim, perigo de serem absorvidos pela população nativa, como se dava nos Estados Unidos da América, onde eram consangüíneos dos anglo-saxões. Esperava que ao menos os protestantes entre os imigrantes da Alemanha setentrional, preservariam o substrato nacional e não se misturariam com os católicos brasileiros.

O govêrno brasileiro resolveu-se, afinal, a ajudar os imigrantes europeus e o Parlamento reservou 6.000 contos (cêrca de 32.000 dólares norte-americanos) para êsse fim. Entendeu Sonnleithner que essa medida era sòmente um gesto cuja finalidade era atrair novos imigrantes, servindo assim aos pro-

---

(43) *Ibid.*

pósitos brasileiros (44). Mas o govêrno brasileiro tomava realmente a iniciativa em matéria de imigração. Até então havia apenas autorizado certas companhias a recrutar imigrantes. Em 1857, decidiu permitir a imigração de 50.000 alemães. Para promover a imigração foi criada uma missão especial brasileira na Alemanha, tendo como chefe João Alves Loureiro, secretário da Legação Brasileira em Paris. Esta missão devia manter simultâneamente diversos representantes em Munique, Stuttgart e várias outras cidades da Alemanha. Sonnleithner não levou muito a sério êsses novos representantes brasileiros "que estão representando o papel de agentes de imigração disfarçados de diplomatas, para induzir os alemães não prevenidos das condições desfavoráveis que os aguarda no Brasil" (45).

O govêrno brasileiro havia, de fato, concluído um contrato com a Associação Central para a Colonização, a 26 de março de 1857, para a introdução de 50.000 colonos (46). Nesse contrato em que Sonnleithner via sòmente um meio de obter os trabalhadores de campo urgentemente necessários para a agricultura brasileira, o govêrno prometia consideráveis lotes de terra para distribuição entre os imigrantes. O govêrno aprovara o Sistema da Parceria costumeiro e incluíra o fornecimento de terras, porque era êsse o único meio de obter colonos:

> O fato de o govêrno brasileiro temer que os colonos estrangeiros possam sobrepujar os preguiçosos e desinteressados brasileiros explica as meias medidas tomadas. Eis porque o Brasil não dará imediatamente a terra aos imigrantes e porque não lhes promete a nacionalidade brasileira. Cria uma classe entre o escravo e o cidadão, não sendo nem uma coisa nem outra, classe dentro da qual é impossível até tornar-se proprietário cidadão independente, com direito de voto (47).

Além do velho Sistema da Parceria, o govêrno tomou, na opinião de Sonnleithner, outra meia-medida. Pôsto que garantindo a proteção oficial e o financiamento com dinheiro público, a iniciativa era deixada em mãos dos particulares. A agência oficial de imigração tornou-se matéria de especulação financeira. Não se prometia proteção para o imigrante, o qual, desde que tivesse assinado seu contrato, tornava-se devedor

(44) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 13 de abril de 1857.

(45) *Ibid.*

(46) *Ibid.* Há uma tradução alemã dêsse contrato em anexo ao ofício do Rio, de 25 de maio de 1857.

(47) *Ibid.*

vitalício do agente de emigração. O projeto desgostou profundamente as nações das quais o Brasil esperava receber colonos porque a Agência Brasileira de Imigração recrutava principalmente camponeses de que essas nações muito necessitavam. Temia Sonnleithner que os agentes procurassem estender suas atividades aos países austríacos, especialmente à Boêmia, Silésia e o Tirol, onde as condições de vida dos pequenos lavradores não eram boas. Recomendou especialmente a Buol a urgente necessidade de mobilizar a imprensa contra o recrutamento pelos agentes chamando-lhes a atenção para o edito de 1833 do Imperador Francisco I. Ao fazer o seu relatório a respeito, disse êle:

> Ouso acrescentar que estou convencido de que o govêrno da Prússia está bem informado da situação. Deixo ao juízo de V. Ex.ª se esta questão, tão importante para tôdas as nações germânicas, e de que já tratei em meu relatório de 14 de maio de 1856, é digna de consideração e se não é prudente estudar medidas para solucionar a situação ([48]).

Buol submeteu o relatório de Sonnleithner a Bach, Ministro do Interior ([49]), e deixou ao critério de Bach decidir se se deviam adotar medidas contra as tentações da emigração que ameaçavam os súditos austríacos; Buol, contudo, pediu que estas medidas fôssem tomadas discretamente, sem chocar o govêrno brasileiro. Respondeu Bach:

> No contrato que o govêrno do Império do Brasil minutou com uma companhia destinada a introduzir ao menos 50.000 colonos, podem ocorrer certos descaminhos aos súditos austríacos. O único meio de evitar enganos aos possíveis emigrantes é fazer publicar na imprensa local as condições desvantajosas do Brasil. Além disso, os governos locais, especialmente os de nossos domínios reais, que são os mais atingidos pela emigração, deveriam ser discretamente informados a respeito dêsse projeto, de modo a estarem armados para agir contra o ilícito recrutamento pelas agências estrangeiras de emigração as quais deve-se esperar que revelem um aumento de atividade em face dêsse esquema. Para êsses fins, o material extremamente precioso que se contém no relatório de Sua Excelência o Ministro Residente no Rio de Janeiro seria de grande utilidade ([50]).

Para não revelar que Sonnleithner era a fonte das informações a respeito das intenções da Agência Brasileira de Imigração sugeriu Bach:

---

(48) *Ibid.*, 25 de maio de 1857.

(49) *Ibid.*, XXX (Internacional), nota de Buol a Bach, de 25 de julho de 1857.

(50) *Ibid.*, nota do Ministério do Interior ao dos Negócios Estrangeiros, de 6 de agôsto de 1857.

(...) que o problema seja primeiro discutido por alguns jornais alemães adequados, tomando por base as notas do Ministro Residente Imperial (51).

Acompanhando a publicação de jornais alemães, os jornais austríacos poderiam publicar artigos semelhantes sem o perigo de comprometer Sonnleithner.

As operações de recrutamento pelos brasileiros nas terras austríacas nunca foram inteiramente bem sucedidas. Em 1858 um grupo de 250 tiroleses dispôs-se a partir para o Brasil (52), mas a polícia austríaca teve ôlho vivo nas atividades dos agentes. Kempen von Fichtenstamm, chefe de polícia, informou a Buol, a 29 de maio de 1858 que o artigo "A caçada de homens no Brasil", do *Leipziger Illustrierte Zeitung,* de 1.º de maio (n.º 774), havia-o induzido a investigar as atividades do famoso capitão Nörmayr. Êste austríaco do Norte tinha servido como oficial do exército austríaco até 1849, quando foi demitido por covardia. Agregou-se então ao 11.º Batalhão de Voluntários, do Schleswig-Holstein. Terminada a guerra do Schleswig-Holstein, êle, como muitos veteranos no tempo, entrou para o Exército Imperial do Brasil. Depois de 1857 voltou a Viena onde promoveu recrutamento para o exército brasileiro. Aos olhos da Polícia do Estado, Hörmayr estava desacreditado. Kempen considerava-o um radical, com a reputação de ser um "devedor habitual e um caloteiro" (53).

O Tirol era a área de ação para o recrutamento de Johann Parzager, que conseguiu recrutar um número não especificado de tiroleses. Partiram êstes tão depressa para o Brasil que as autoridades austríacas não conseguiram impedi-los (54). Só depois que êles chegaram no Brasil o arquiduque governador do Tirol pediu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que recomendasse ao enviado no Rio que se interessasse pela sorte dos imigrantes e os ajudasse, se tivessem necessidade (55). Êste

---

(51) *Ibid.* Isto consta de uma nota escrita a lápis, à margem, sugerida pela comissão de imprensa.

(52) *Ibid. Politisches Archiv,* VII. Brasil: relatório de Hamburgo, de 10 de maio de 1858.

(53) *Ibid. Administrative Registratur,* F. 15. Nota da Suprema Direção da Polícia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, pasta 1, de 29 de maio de 1858.

(54) *Ibid. Administrative Registratur,* XVIII. Brasil: relatório de Hamburgo, de 29 de março de 1861.

(55) *Ibid. Politisches Archiv,* XXX. Nota de Buol a Kempen von Fichtenstamm, minuta de Vesque-Püttlingen. Nota marginal de Buol: "Não posso deixar de remeter a V. Ex.ª alguns relatórios há tempos submetidos ao Ministério do Interior pelo Ministro Residente da Áustria no Rio de Janeiro. Nesses relatórios

pedido era supérfluo porque Sonnleithner de fato fizera mais do que o simples dever. Mas Buol cedeu à ordem do arquiduque e recomendou a Sonnleithner que ajudasse os tiroleses quanto possível se não conseguisse dissuadi-los da louca aventura. Se fôsse impossível evitar-lhes a triste sorte, que ao menos essa experiência servisse de aviso a outros compatriotas (56).

Notou Sonnleithner que a Suíça e diversos governos da Alemanha do Norte haviam expedido avisos oficiais aos agentes de imigração. Sugeriu que os padres fôssem prevenidos a fim de que alertassem suas comunidades a respeito da sorte dos emigrantes que haviam partido. Sonnleithner referiu-se aos seus relatórios anteriores que tinham sido confirmados por triste experiência dos imigrantes e pelo seu profundo conhecimento do Brasil. Se tivesse de haver emigração, o Brasil não seria a terra para tais projetos. Também se deviam tomar medidas enérgicas contra o recrutamento pelas autoridades competentes porque o govêrno brasileiro mantinha, como se sabia,

(...) um grupo de jornalistas em Berlim, Hamburgo e outras cidades alemãs, que deviam refutar cabalmente tôdas as publicações sôbre a imigração no Brasil, distorcendo fatos e elogiando o Brasil, e estão promovendo uma corrente de emigrantes naquela direção (57).

Sonnleithner também informou ao periódico oficial *Wiener Zeitung*:

(...) que tivesse cuidado com as notícias do Brasil e que, mantendo tôda benevolência para com o govêrno brasileiro, não elogiasse o clima, a agricultura, o comércio e as condições políticas do Brasil, já que isso poderia desencaminhar os camponeses e criar grandes equívocos (58).

A emigração do Tirol foi, porém, uma grande surprêsa para as autoridades austríacas. Testa, o representante da Áustria em Hamburgo, comunicou a 10 de maio de 1858 que um grupo de 234 tiroleses do baixo vale do Inn, tinha chegado

---

a situação desalentadora dos imigrantes no Brasil está excelentemente descrita e propõe-se alertar os súditos austríacos pùblicamente que não emigrem para o Brasil". Nota marginal a lápis: "Devemos correr o perigo de sermos *justamente acusados de não ter tomado conhecimento* dos avisos de Sonnleithner, se não apresentamos seus relatórios ?".

(56) *Staatskanzlei.* Brasil: despachos para o Rio, de 23 de maio de 1858.

(57) *Ibid.*, ofício do Rio, de 13 de abril de 1858.

(58) *Ibid.*

a Hamburgo e pretendia embarcar para a província brasileira de Santa Catarina. Antes de partirem da Europa, 32 casais casaram-se na Igreja Católica de Hamburgo (59). A chegada dêsses emigrantes tiroleses confirmou o anúncio do *Augsburger Allgemeine Zeitung* de 5 de março de 1858, de que a emigração tirolesa, até então limitada ao Peru (60), estava-se estendendo ao Brasil (61).

Logo depois comunicou Sonnleithner a chegada de 250 tiroleses arribados ao Rio a bordo do *Gundela.* Os imigrantes fizeram um contrato com a firma construtora da estrada *União e Indústria,* segundo o qual deviam trabalhar na estrada ao Sul de Minas Gerais, e receber terras em Juiz de Fora. Os tiroleses concordaram em pagar a passagem marítima dentro do prazo de quatro anos. Depois de uma agradável travessia, os imigrantes, cheios de esperanças, entraram no Nôvo Continente, onde foram em breve enviados para um lugar perto de Petrópolis. O cônsul de Hamburgo informou a Sonnleithner que o grupo tinha sido bem tratado durante a viagem e não tinha apresentado nenhuma queixa.

O aumento da emigração criou novos problemas para os representantes da Áustria no estrangeiro. O edito do Imperador Francisco I revelou-se inadequado para o encaminhamento dos emigrantes através das repartições consulares no estrangeiro porque havia alguns cujos papéis não se achavam em ordem. Havia duas ordens de emigrantes: os que tinham assinado contrato com os agentes de emigração no pôrto de embarque, e os que não tinham feito tal. A condição do primeiro grupo era claramente de emigrante, e podia ser legalmente tratado como tal, porque havia entregue os documentos aos agentes antes do embarque. O segundo grupo havia pago as passagens e chegado ao Brasil sem recursos, sem planos nem perspectivas para o futuro. Pôsto que não tivessem intenção de voltar, os vistos consulares declaravam os propósitos das viagens: "trabalhar, visitar parentes, ou a negócio". Portanto o portador

---

(59) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv,* VII. Hamburgo: relatório de Hamburgo, de 10 de maio de 1858.

(60) SCHROFT, *op. cit.,* p. 43.

(61) *Augsburg Allgemeine Zeitung,* n.º 64, de 5 de março de 1858. Diz um editorial: "Para nossos emigrantes abriu-se nôvo El-Dorado—Brasil ! Todos os avisos são vãos; para os crédulos, as promessas de um futuro agradável são mais dignas de confiança que o velho ditado: "More em sua terra e será você alimentado". 900 emigrantes dizem que se inscreveram para o Peru e 400 para o Brasil; não podemos assegurar a exatidão dêsses algarismos; mas já é bastante mau se um décimo dêles forem exatos".

do passaporte parecia ser um viajante legal, conservando a nacionalidade austríaca. Em breve esta gente também passou a vir aos consulados para obter auxílio. Sonnleithner sabia por experiência própria que a maior parte dêles vinha pedir trabalho, auxílio financeiro ou pagamento da passagem de volta. As dificuldades para os funcionários austríacos nesses casos eram óbvias. Alguns imigrantes haviam cometido delitos puníveis segundo a lei brasileira. Êste fato igualmente levava a conflitos entre as autoridades brasileiras e os consulados austríacos. Em conseqüência os interêsses austríacos eram feridos. Os pedidos de trabalho não podiam ser atendidos com freqüência. Os apelos para auxílio financeiro ou para volta de graça representavam uma carga para o orçamento da Legação porque não havia verba para êsses casos. Sonnleithner ressaltava que o interêsse do Estado Austríaco não era auxiliar financeiramente os que haviam abandonado a União Austríaca, mas na maior parte dos casos a infelicidade dos imigrantes superava as considerações políticas. Agir humanamente era difícil. Particularmente difícil era encontrar passagem para repatriar, visto não haver linhas diretas entre o Brasil e os portos austríacos do Adriático. A volta em navios estrangeiros era muito custosa. Devido a tais complicações Sonnleithner solicitou ao ministro dos Negócios Estrangeiros que determinasse às autoridades expedidoras de passaportes que introduzissem "característicos especiais" nos passaportes dos emigrantes para a América ([62]).

Buol não concordou com a opinião de Sonnleithner, de que os austríacos, que eram òbviamente emigrantes, tendo-se em vista os seus passaportes, haviam renunciado à cidadania austríaca. A 25 de maio de 1859, recomendou Buol a Sonnleithner que, de acôrdo com o edito de Emigração de 1832, o simples estabelecimento num país estrangeiro não fôsse considerado como aceitação de uma cidadania estrangeira; nem a entrada em um exército ou num serviço civil estrangeiros, ou o ingresso numa ordem religiosa, deviam ser considerados como prova de intenção de emigrar. O procedimento contra a pessoa só devia ser iniciado se ela prolongasse a estadia por mais de cinco anos após a expiração do passaporte, ou se ela não respondesse a uma convocação na vigência do passaporte. O portador de um passaporte austríaco devia ser considerado súdito austríaco enquanto não fôsse legalmente can-

(62) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 5 de agôsto de 1858.

celado em face do *status* de emigrante (63). Nesse sentido transmitiu Buol a Sonnleithner a interpretação oficial das autoridades austríacas do edito de 1832. Esta interpretação era semelhante à instrução dada aos Consulados Imperiais de Marinha em 30 de novembro de 1840. Esta instrução tinha sido recebida na Legação do Rio a 24 de fevereiro de 1841.

O ministro austríaco no Rio continuou a avisar e prevenir. Em 27 de agôsto de 1858, o ministro do Interior do Brasil expediu uma ordem (publicada no Diário Oficial de 14 de setembro de 1858) aos consulados brasileiros no estrangeiro recomendando a êsses serviços que prevenissem os colonos, antes de partirem, a respeito das epidemias que freqüentemente apareciam no Brasil. Sonnleithner pediu a Buol que publicasse essa ordem nos jornais locais do Tirol conjuntamente com o seguinte comentário:

> Por êsse generoso decreto, o govêrno brasileiro reconhece que anualmente aparecem no Brasil epidemias. Essas epidemias ameaçam a vida dos estrangeiros recém-chegados. O govêrno brasileiro, contudo, não declara quando a febre amarela e outras doenças temíveis ocorrem geralmente. Isto parece ter sido deixado para ser esclarecido pelos cônsules brasileiros. É uma realidade que no Rio de Janeiro e nos portos a *febre amarela lavra durante o ano inteiro*. Durante a estação fria (de maio a setembro) ela diminui, mas nesse momento é que outras doenças como a disenteria, as febres perniciosas e o tifo tornam-se especialmente perigosas para os recém-chegados.
>
> Esta ordem humana, expedida pelo marquês de Olinda, foi apaixonadamente atacada. A imprensa reprovou-a violentamente por ter mal servido seu país *advertindo os imigrantes a respeito do clima brasileiro*, imigrantes de que tanto necessita o Brasil. Esta reprovação demonstra com evidência que o brasileiro não é dotado de sentimentos humanitários, mas sòmente de avidez, que está longe de levar em conta o bem-estar do imigrante alemão. É capaz de sacrificar a vida de milhares de imigrantes para não concordar em que o Brasil se tornou um túmulo aberto para os europeus (64).

Em novembro de 1858 Sonnleithner ainda não tinha conseguido informar-se a respeito da sorte dos tiroleses de Juiz de Fora, visto como êles nem direta nem indiretamente haviam procurado a Legação da Áustria. Mas soube por meio de rumôres ("nesta terra de maledicência e mentira") que êles não se haviam saído bem.

> Não lhes haviam dado a terra prometida no contrato logo que a construção estivesse pronta. Mesmo que a companhia de imigração esteja

---

(63) *Ibid.*, despacho para o Rio, de 25 de maio de 1859.

(64) *Ibid.* Apêndice ao ofício do Rio, de 5 de novembro de 1858. A respeito de epidemias v. também a nota n.º 36.

plenamente desejosa de cumprir o contrato, há de encontrar obstáculos insuperáveis. Os tiroleses recebem a comida costumeira, como a carne-sêca, mandioca, feijão, e outros ingredientes que, todos, ao menos no princípio, não são apetecíveis a europeus e que são freqüentemente objeto de queixas. Essas queixas não têm fundamento, porém, se a comida fôr adequada e boa. É óbvio que os imigrantes precisam adaptar-se ao clima tropical e à alimentação (65).

Sonnleithner estava especialmente preocupado com a distribuição de terras aos imigrantes e pediu aos diretores da União e Indústria que tomassem interêsse pelos tiroleses. Até então não procurou o ministro do Interior [do Império] porque temeu que isto resultasse em prejuízo para os imigrantes:

> Se eu tivesse agora de pedir informações ao govêrno brasileiro, receberia certamente um longo relatório feito por algum funcionário inferior subornado pela Companhia e que faria elogios exagerados da invejável sorte dos tiroleses, sendo tudo, no conjunto, um tecido de mentiras (66).

Viajar era extremamente difícil, e Sonnleithner não conseguiu visitar Juiz de Fora. Mas conseguiu induzir o dr. Touzet (67), médico francês que dera assistência médica aos tiroleses, após a chegada ao Rio, a lá ir (68). Touzet deixou o Rio em direção a Juiz de Fora em 19 de novembro de 1858 e voltou a 28. Informou que a Companhia havia cumprido suas promessas em tôda a extensão do possível, exceto no que se referia à distribuição das terras. De acôrdo com o contrato, a Companhia devia vender 20.000 jardas quadradas de terra a cada chefe de família. Sonnleithner e Touzet acreditaram que a Companhia provàvelmente tinha a intenção de cumprir as suas obrigações, mas os tiroleses estavam aborrecidos com a lentidão do processo. Os colonos estavam dependentes da União e Indústria para as provisões que a companhia vendia de seus próprios armazéns. Informou Touzet que o estado de saúde dos tiroleses era bom, mas que a maior parte dêles

---

(65) *Ibid.*, ofício do Rio, de 8 de novembro de 1858.

(66) *Ibid.*

(67) Sonnleithner pediu que o dr. Napoléon Touzet fôsse condecorado com o grau de cavaleiro da Ordem de Francisco José. Êste pedido consta do ofício do Rio, de 2 de janeiro de 1859. O dr. Touzet nasceu em Thor em 1805, graduou-se em medicina na Universidade de Montpellier e trabalhou como médico em Petrópolis, de 1850 até morrer. Tratava dos doentes da maneira mais desprendida. D. Pedro II concedeu-lhe a cruz de cavaleiro da Ordem de Cristo, o rei de Portugal condecorou-o com a Ordem da Conceição no grau de cavaleiro e o rei da Prússia também o fêz cavaleiro da Ordem da Águia Vermelha. Touzet recebeu os maiores elogios pela sua atuação junto aos tiroleses.

(68) *Ibid.*, ofício do Rio, de 8 de dezembro de 1858 e 5 de agôsto de 1859.

dizia que teria ficado em casa se soubesse o que os aguardava no Brasil ([69]). Havia pedido Sonnleithner a Touzet que dissesse aos tiroleses que a Legação ia tomar as medidas necessárias junto ao govêrno brasileiro, se fôssem apresentadas queixas em têrmos razoáveis.

Na nota de protesto de 6 de dezembro de 1858, a Olinda, ministro do Império, Sonnleithner pediu ao govêrno brasileiro que induzisse a Companhia União e Indústria a cumprir sua obrigação em relação aos tiroleses ([70]). Também pediu Sonnleithner que fôssem melhoradas as condições sanitárias de Juiz de Fora e que o marquês de Olinda tomasse os tiroleses sob sua proteção. Não tinha o ministro austríaco nenhuma esperança de que o govêrno brasileiro assumisse qualquer responsabilidade. Esperava sòmente receber excusas e vagas promessas. Conhecia êle, porém, uma saída para os germânicos: despertar o interêsse da Confederação dos Estados Germânicos. Informou êle:

> Se o govêrno brasileiro oferecer sòmente vagas promessas, farei saber a êle que isto me forçará a propor ao meu govêrno que, através da boa vontade da Presidência da Confederação Germânica, será firmado um convênio *entre todos os germânicos,* a fim de fazer cessar e proibir tôda emigração dos Estados germânicos para o Brasil.
>
> Minha declaração produzirá tal efeito que os olhos do govêrno brasileiro afinal se abrirão para seus deveres, especialmente porque são necessários imigrantes germânicos ao Brasil. Êste passo terá como resultado assegurar um futuro garantido, melhores condições e melhor bem-estar para os imigrantes — concessões que não poderemos obter de outro modo ([71]).

O plano de Sonnleithner, ainda que no interêsse de todos os futuros imigrantes germânicos, não era totalmente do agrado de Buol. Êste julgou-o impraticável, devido à rivalidade entre os vários Estados germânicos ([72]).

Pôsto que a nota do marquês de Olinda, em resposta à nota de Sonnleithner de 6 de dezembro, fôsse satisfatória, o ministro da Áustria teve de nôvo que procurar o ministro do Império [Teixeira de] Macedo, que sucedeu a Olinda, a respeito do mesmo assunto. Os tiroleses queixavam-se muito de

---

(69) *Ibid.,* 1.º de junho de 1859.

(70) *Ibid.,* despachos para o Rio, de 31 de janeiro de 1859.

(71) *Ibid.,* nota de Olinda a Sonnleithner, de 10 de dezembro de 1858; nota de Sonnleithner a Olinda, de 11 de janeiro de 1859. V. também o ofício do Rio, de 7 de janeiro de 1859.

(72) *Ibid.,* ofício do Rio, de 7 de janeiro de 1859.

falta de comida e pagamento irregular de seus salários (73), Sonnleithner pensou em fazer voltar os tiroleses para a Áustria a não ser que o govêrno brasileiro lhes melhorasse a situação. Estava profundamente penalizado por aquêle povo que caíra nas mãos dos agentes de Hamburgo. A Legação Permanente do Brasil em Hamburgo, êle o sabia, só servia para o recrutamento de trabalhadores, de modo a manter um tráfico de escravos brancos de acôrdo com algumas linhas de navegação hamburguesas.

> O govêrno brasileiro não quer fazer nada, ou procura nada fazer, porque a base moral da benevolência, do senso do dever, é aqui tão inexistente como a compreensão dos conceitos fundamentais de justiça. Num país de escravidão, o imigrante é sempre um mero substituto do trabalhador de côr, e é tratado como tal (74).

Queria Sonnleithner aplicar o Código Penal aos agentes, e pretendia que fôssem negados passaportes aos imigrantes. Queria também que a população da Áustria fôsse tôda informada das condições dêles no Brasil, de modo a fazer cessar a imigração. Nos pressupostos dos relatórios de Sonnleithner estavam as medidas proibitivas. Confiava êle particularmente nas sanções legais pela Confederação Germânica (75).

Concordou Buol com tôdas as propostas de Sonnleithner exceto o recurso à Confederação Germânica e recomendou-lhe: "(. . .) que tal recurso de minha parte seria não só impraticável, mas também quase ineficaz" (76). Buol tinha dúvidas quanto ao fundamento legal para uma tal proibição de emigração, visto como um dos direitos fundamentais do indivíduo é o direito de ir e vir (77). A proibição seria difícil de ser posta em prática já que os governos germânicos não poderiam impedir que os emigrantes embarcassem em portos estrangeiros (78). Remeteu Buol os relatórios de Sonnleithner ao ministro do Interior, mas declarou que a parte final, relativa ao recurso à Confederação deveria ser omitida, em caso de publicação (79).

---

(73) *Ibid.*, nota de Olinda a Sonnleithner, de 10 de dezembro de 1858; nota de Sonnleithner a Olinda, de 11 de janeiro de 1859. V. também ofício do Rio, de 7 de janeiro de 1859.

(74) *Ibid.*, ofício do Rio, de 7 de janeiro de 1859.

(75) *Ibid.*

(76) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 31 de janeiro de 1859.

(77) *Ibid.*

(78) *Ibid.*

(79) *Ibid.*

Apesar de Macedo afirmar a Sonnleithner que o govêrno brasileiro ia tomar providências a respeito dos tiroleses, o enviado austríaco insistiu, em minucioso ofício, no seu pedido de restrições legislativas para a emigração para o Brasil:

> O Brasil e seus agentes não deveriam estar autorizados a aliciar um alemão. A fim de chegar a êsse fim, todos os governos germânicos devem entrar em acôrdo. De que serve que vinte Estados germânicos proíbam a emigração para o Brasil se êste país puder atrair imigrantes dos demais Estados germânicos? O Brasil pouco se importa que os imigrantes venham do Hesse, do Holsteins, da Prússia ou do Tirol (80)

Recomendou Sonnleithner que a lei de proibição da emigração para o Brasil fôsse promulgada pela Confederação Germânica, mas que sua execução fôsse deixada aos vários Estados germânicos. Chegou mesmo a esboçar o seguinte plano:

1) Expulsão da Germânia da missão móvel brasileira. (A função de João Alves Loureiro, chefe da missão, consiste em organizar a emigração da Germânia, controlando os agentes, distribuindo folhetos, semeando descontentamento entre os mais crédulos, e contrabandeá-los nas mãos dos agentes sob a capa de uma instituição legal e de confiança.)
2) Firmar convênios com os governos da Holanda, Bélgica, França e Sardenha para devolver os imigrantes destinados ao Brasil.
3) Processar os agentes brasileiros de imigração. Os agentes são muitas vêzes viajantes comerciais, jornalistas ou proprietários de navios que vivem do comércio de escravos. Acusar êsses agentes de crimes de fraude e trapaça, propagação de descontentamento e de instigadores de hostilidade contra o ordem legal existente. Onde a lei não permitir tais processos, promulgar leis que resolvam a situação.
4) Proibir a emigração para o Brasil. Utilizar tôdas as restrições legais, tais como fôrças militares, retenção de menores, exigência de depósito em dinheiro para passagem, excesso de idade e outros motivos. Cobrar uma taxa de cada emigrante. O dinheiro recolhido seria utilizado para o pagamento das passagens de volta para os que devem voltar à custa do govêrno. Por êsses meios a emigração poderia ser limitada a uma escória da população. Algumas medidas temporárias, destinadas sòmente contra o Brasil, seriam aceitáveis, porque protegeriam a população contra uma horda de agentes traiçoeiros de um Estado que sustenta a escravidão.
5) Publicação de bons folhetos, escritos em linguagem popular, jornais ilustrados, livros calendários que descrevam com veracidade as condições dos emigrantes para o Brasil. Essas publicações devem ser discretamente financiadas pelo Estado e os editôres responsáveis devem ser pessoas bastante hábeis. No Tirol seriam convenientes exortações feitas nos púlpitos (81).

---

(80) *Ibid.,* ofício do Rio, de 7 de fevereiro de 1859.

(81) *Ibid.*

Esboçou Sonnleithner êstes planos quase irrealizáveis e sentimentais, plenamente conhecedor dos obstáculos contra êles derivados da rivalidade existente entre os Estados germânicos e as divergências das leis sôbre emigração. A expulsão da Missão ambulante brasileira do território da Confederação Germânica, levaria, sem dúvida, a um grave conflito diplomático entre o Brasil e a Confederação. O projeto de Sonnleithner não se realizou; as medidas proibitivas que êle recomendava não foram aprovadas por Buol, por causa do grande número delas e da sua diversidade. O objetivo de Sonnleithner era cessar a emigração para o Brasil por alguns anos, até que a falta de trabalhadores forçasse o govêrno brasileiro a oferecer condições aceitáveis a imigrantes, criando e executando leis convenientes. Acreditava êle que em cinco anos, mais ou menos, o Brasil seria um país desejável para a emigração germânica. Dentro dêsse período o Brasil deveria ter assegurado terras aos imigrantes e iguais direitos aos da população nativa:

Se isto acontcer, o elemento germânico terá um futuro e uma missão histórica no Brasil: a missão de infundir, de maneira pacífica, a civilização germânica e a capacidade de trabalho nesta flácida raça mestiça celto-romana e negra (82).

A Áustria, ao que parece, não tomou nenhum interêsse pelo problema da emigração. As medidas sugeridas por Sonnleithner, deveriam ser tomadas pela Confederação Germânica e não pela Áustria. Nesse momento, porém, a Áustria era ainda o poder que presidia os demais Estados da Confederação, e procurava manter sua posição em face de sua grande rival, a Prússia. Sonnleithner foi demasiado otimista quando não percebeu que a Áustria não mais poderia fazer aprovar tal resolução pelos podêres da Confederação.

Tinha recebido Sonnleithner a promessa do ministro do Império do Brasil de que o govêrno faria tudo que estava em seu poder para induzir a União e Indústria a cumprir o contrato com os colonos tiroleses (83). Incapaz de conseguir a aprovação de Buol às suas sugestões, continuou êle a acompanhar com grande interêsse tôdas as questões de emigração. Em abril de 1860 informou que as condições de vida dos tiroleses havia melhorado porque a Companhia havia começado a distribuir a terra. Os colonos tiroleses haviam cessado o

---

(82) *Ibid.*

(83) Nota de Macedo a Sonnleithner, de 7 de janeiro de 1859, anexa ao ofício do Rio, de 7 de fevereiro de 1859.

trabalho de construção de estrada; estavam agora habilitados a adquirir a moradia e a condição de saúde dêles era satisfatória. Não obstante um sexto dos 300 tiroleses havia caído vítima do clima e das condições dominantes no início. Um grupo de 150 dos mais qualificados colonos que estava agora lavrando o solo havia sobrevivido. Estavam contentes e só desejavam um padre de língua alemã ([84]).

Algum tempo depois a Suíça iniciou uma ação diplomática a propósito de emigração. Rumôres de desordens com colonos de língua alemã estabelecidos no Brasil (entre os quais havia cidadãos suíços) haviam chegado à Suíça e o Conselho Federal Suíço encarregou Johann Jacob von Tschudi, conhecido explorador, de investigar a condição dos colonos de língua germânica. As atividades de Sonnleithner foram, pois, novamente mobilizadas quando a 26 de fevereiro de 1860 Rechberg recomendou-lhe que desse assistência à missão especial de que estava incumbido Tschudi ([85]). Steiger, representante da Suíça em Viena, pedira a Rechberg que a missão Tschudi fôsse apoiada pela Legação da Áustria no Rio ([86]). O Conselho Federal Suíço imaginou os seguintes pontos como exigências para melhoramento das condições de vida dos colonos:

> O govêrno brasileiro se comprometeria a: 1) nomear sacerdotes de língua germânica e obter lugares para a devoção e cemitérios, sempre que fôsse exigido por número suficiente de colonos; 2) prover à educação para os filhos dos colonos, fornecendo salas e professôres; 3) fornecer assistência médica adequada e facilidades para os colonos; 4) nomear advogados onde o govêrno achar necessário, para orientar os colonos nos processos legais contra os proprietários; 5) estabelecer tribunais especiais e gratuitos, perante os quais se pudessem promover ações cíveis ou de polícia por parte ou contra os proprietários; 6) proibir que a função de subdelegado ou juiz municipal fôsse exercida por fazendeiros que tenham contratos com os colonos, ou por qualquer outra pessoa de qualquer modo ligada aos colonos ([87]).

Na opinião de Steiger essas concessões só poderiam ser obtidas do govêrno brasileiro se todos os governos interessados apoiassem o plano suíço. A Baviera, a Saxônia, o Wurtemberg e a Prússia já o haviam feito. Rechberg concordou com o pedido do Conselho Federal Suíço e escreveu uma carta de apre-

---

(84) *Ibid.*, ofício do Rio, de 7 de abril de 1860.

(85) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: despachos para o Rio, de 26 de fevereiro de 1860.

(86) *Ibid.*, nota do representante suíço em Viena, Steiger, a Rechberg; anexa ao despacho para o Rio, de 26 de fevereiro de 1860.

(87) *Ibid.*

sentação a Tschudi (26 de fevereiro de 1860), que foi enviado ao Brasil como "representante da Suíça com podêres oficiais". Rechberg recomendou que Tschudi "fôsse amàvelmente recebido e bem assistido em tôdas as matérias ligadas aos fins de sua missão" (88). Rechberg compreendeu as dificuldades que Tschudi teria com o govêrno brasileiro, particularmente com relação à exclusão das funções judiciais de tôdas as pessoas que participassem dos programas de colonização.

Em 7 de junho de 1860 Sonnleithner comunicou a chegada de Tschudi ao Rio (89). Logo depois partiu Tschudi para a província de São Paulo, a fim de se informar das condições de vida dos colonos germânicos. Em 6 de outubro de 1860 elaborou um relatório minucioso que submeteu ao exame de Sonnleithner (90). A fim de fornecer ao govêrno brasileiro um quadro nítido das condições dos colonos, Tschudi enviou um *memorandum* ao govêrno (91).

Sonnleithner dedicou-lhe um estudo geral nos seguintes pontos:

1) Os empréstimos para viagem excedem o que os mais ativos são capazes de pagar no prazo de cinco anos.
2) Os contratos são ambíguos e podem ser interpretados contra o colono.
3) Os cobradores de impostos, que lançam impostos até em instituições públicas, hospitais, igrejas e outros edifícios, não existem em nenhum outro lugar do Brasil.
4) Os juros dos empréstimos, comissões e alimentação são anormalmente elevados.
5) Os chefes das colônias perseguem e fraudam os colonos ainda mais que os proprietários.
6) As vantagens legais inadequadas custam mais do que um colono pode pagar.
7) Os colonos são freqüentemente vadios e depravados, como os que foram enviados para o Mucuri, saídos da cadeia de Potsdam.
8) Os fazendeiros não sabem como lidar com colonos livres e continuam pensando que um trabalhador branco pode substituir um escravo.
9) É dominante a falta de assistência religiosa.

Com certo ciúme profissional Sonnleithner chamou a atenção para o fato de já ter êle, em ofícios anteriores, sublinhado

(88) *Ibid.*

(89) *Ibid.*, ofício do Rio, de 7 de junho de 1860.

(90) *Ibid.* Há uma cópia do relatório de Tschudi, de 6 de outubro de 1860, anexa ao ofício do Rio, de 20 de novembro de 1861.

(91) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 6 de novembro de 1860.

a maior parte dêsses pontos, e que dependia da boa-vontade e dos esforços do govêrno brasileiro a continuação da vinda de imigrantes para o Brasil. Não cria no êxito da missão de Tschudi:

> Tschudi conta visìvelmente com a boa-vontade do govêrno brasileiro, e parece esperar que êle seguirá seus fundados conselhos, como se êle estivesse sendo informado pela primeira vez dos defeitos da colonização do país e dos meios de obviar a essas deficiências (92).

A fim de obter uma impressão exata das condições, havia Tschudi visitado as colônias de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

O govêrno brasileiro, compreendendo que a imigração futura dependeria dos relatórios de Tschudi, colaborou bastante. A fim de conseguir o apoio do público europeu para a emigração, o Brasil fêz algumas concessões. Depois da missão Tschudi, o costume de fazer com que todos os membros da família ficassem responsáveis pelos compromissos assumidos pelo chefe, não foi pôsto em prática; os imigrantes que viviam isolados no interior desde a chegada, tiveram permissão para entrar em contato com os respectivos consulados; seriam designados responsáveis pelos órfãos; e as famílias receberiam facilidades financeiras do Estado. O govêrno brasileiro concordou também em transferir e substituir por localizações mais adequadas algumas colônias inconvenientemente localizadas em vista da pobreza do solo, do clima ou da falta de comunicações.

A missão Tschudi foi bem sucedida na obtenção de um acôrdo mas o Conselho Federal Suíço recusou-se a ratificar a convenção consular entre a Suíça e o Brasil. Ao que parece Tschudi não obedecera estritamente às instruções recebidas. Quando a ratificação foi recusada pelo govêrno de Berna, Tschudi fêz correr uma petição, por êle redigida, entre os cidadãos suíços no Brasil, pedindo a ratificação da convenção(93). Mas isso pareceu excessivo a Berna e, logo depois, Tschudi foi chamado ao seu país.

Meusebach, nôvo Enviado Prussiano, seguiu os passos de Tschudi (94). Pouco tempo depois de sua chegada, fêz várias

---

(92) *Ibid.*

(93) *Ibid.*, 3 de novembro de 1861.

(94) *Ministerium des Aeusseren. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 7 de setembro de 1860. Meusebach apresentou credenciais a 4 de setembro de 1860.

viagens de inspeção a diversas colônias de imigrantes e apresentou uma nota ao Ministério do Exterior da Áustria requerendo que se tomassem medidas imediatas contra os agentes de imigração (95). Depois de certo tempo Meusebach tornou-se impopular no Brasil. Comunicou ao govêrno brasileiro as condições desfavoráveis que havia observado nas colônias e publicou essas condições no jornal dos colonos de Petrópolis, chamado *Brasília*. Nessas publicações atacou violentamente vários proprietários de fazendas. Quando um dos fazendeiros fêz observações ofensivas contra Meusebach, o representante prussiano desafiou-o para um duelo e ameaçou interromper as relações diplomáticas entre a Prússia e o Brasil se não obtivesse satisfações. O govêrno prussiano, procurando evitar complicações diplomáticas entre a Prússia e o Brasil, aproveitou o pretexto da morte do rei Frederico Guilherme IV, em 1861, para chamar à Europa Meusebach, já que as credenciais expiravam com a morte do monarca (96).

D. Pedro II enfadou-se com o procedimento de Meusebach. Recebeu, contudo, Eichmann, nôvo representante prussiano; assegurou-lhe que o govêrno faria esforços para melhorar as condições dos colonos alemães, mas não escondeu sua desaprovação do comportamento de Meusebach (97).

A emigração da Áustria para o Brasil diminuiu consideràvelmente na década de 70, por causa das suas condições desvantajosas. Os emigrantes da Áustria-Hungria dirigiram-se antes para o Uruguai e Argentina (98). Até a queda da monarquia no Brasil, havia proximadamente 20.000 tiroleses do Sul morando nas províncias meridionais do Brasil, onde haviam encontrado condições aceitáveis de vida (99). Uma emigração considerável da Áustria para o Brasil recomeçou sòmente na era de 90, quando o próprio Brasil tomou a iniciativa e criou novas bases para a imigração (100).

Os documentos austríacos pertinentes à emigração para o Brasil não apresentam um quadro imparcial das condições

---

(95) *Ibid. Administrative Registratur*, F. 15. Nota passada ao Ministério dos Estrangeiros da Áustria pelo representante da Prússia em Viena, em 19 de fevereiro de 1861.

(96) *Ibid. Politisches Archiv*, XXXVI. Brasil: ofício do Rio, de 7 de março de 1861.

(97) *Ibid.*, 10 de julho de 1862.

(98) *Ibid.*, 15 de maio de 1875.

(99) *Ibid.*, 25 de julho de 1884.

(100) SCHROFT, *op. cit.*, p. 46.

que aguardavam os imigrantes no Nôvo Mundo. Em primeiro lugar, a política nacional era ferozmente oposta a qualquer emigração. Por isso tôda a correspondência oficial tende a defender a política interna. Em segundo lugar, os emigrantes austríacos partiam de um país altamente desenvolvido em matéria cultural, para um país comparativamente subdesenvolvido, onde o padrão de vida e a manèira de viver não se podiam comparar aos da Europa Central. Apesar das dívidas e dos salários baixos, os imigrantes livres no Brasil gozaram sem dúvida de um padrão de vida mais alto que o da maioria dos súditos brasileiros.

IX

Relações comerciais

As relações amigáveis diplomáticas e culturais entre a Áustria e o Brasil durante o século XIX poderiam levar a crer que êsses países também desenvolveram extensas relações comerciais. Mas infelizmente tal não se deu. Ambos os países esforçaram-se em ampliar as relações comerciais, mas certos elementos limitativos permaneceram irremovìvelmente como obstáculos, apesar de tôdas as tentativas e acôrdos mercantis.

Êsses obstáculos, surgidos desde os primeiros entendimentos mercantis com o Brasil, permaneceram como entrave aos futuros desenvolvimentos. O mercado austríaco, a êsse tempo primacialmente interno, não podia orientar-se para as transações transatlânticas. Outros importantes obstáculos eram a falta de área para navios, de capital e interêsses em empreendimentos comerciais.

Tentando formular uma política que aumentasse o comércio com o Brasil, o Imperial Conselho de Comércio da Áustria expediu instruções para orientação dos possíveis comerciantes. A Áustria anteviu substanciais possibilidades de comércio não só com o Brasil como com a América Espanhola. A palavra oficial foi dada ao representante no Rio:

> Um dos objetivos principais, na abertura de relações comerciais permanentes com o Rio de Janeiro, é estabelecer um centro que sirva de base para as nações vizinhas. A maior parte delas é ricamente dotada pela natureza e pode proporcionar excelente escoamento para produtos produzidos no Império Austro-Húngaro. Devem ser indicados agentes comerciais para a maior parte dos portos de mar da América do Sul (1).

O Imperial Conselho de Comércio e o Ministério das Finanças planejaram cuidadosamente em 1816 os primeiros embarques de exportação para o Brasil. Não sendo as condições

---

(1) *Staatskanzlei*. Brasil: despacho para o Rio, de 12 de junho de 1820.

específicas do mercado brasileiro conhecidas na Áustria, os arranjos iniciais exigiram um planejamento preliminar extenso [2]. Os círculos comerciais foram informados do projeto; os governos regionais de Milão, Veneza e Trieste foram solicitados a enviar propostas de comércio. Um comerciante vienense que passara dois anos no Brasil foi incumbido de preparar um catálogo de mercadorias vendáveis. A Legação de Portugal foi interrogada sôbre a mercadoria desejada no mercado brasileiro.

Além da Câmara de Comércio de Trieste, que demonstrou grande interêsse, um bom número de firmas independentes participaram grandemente do empreendimento [3]. Um comerciante de Trieste chamado Perez, propôs que três navios de guerra austríacos, com uma tripulação de marinha mercante, carregados de mercadorias, fôssem mandados para o Brasil sob a proteção de uma escolta portuguêsa. Chegou-se afinal a uma solução: dois navios austríacos, o *Austria* e o *Augusta,* foram carregados fartamente com sortimento de produtos e mercadorias austríacos [4]. Êstes navios deviam fazer parte do comboio de casamento, que devia levar D. Leopoldina ao encontro de D. Pedro no Brasil.

Como o Conselho de Comércio previa futuros acôrdos comerciais e o estabelecimento de repartições consulares no Brasil, recomendou que um perito em assuntos de comércio seguisse para o Brasil, para estudar as exigências do mercado e obter informações exatas em que se pudesse basear a futura política comercial da Áustria. O govêrno concordou e foi contratado Wenzel Bergner, comerciante de Rumburg, na Boêmia, para acompanhar o comboio [5].

Depois de uma travessia tempestuosa que prejudicou a carga, o *Austria* e o *Augusta* chegaram ao Rio. Os comer-

---

(2) *Ibid.,* notas administrativas do Imperial Conselho de Comércio, de 11 de novembro de 1816, na pasta de Relações Comerciais, 1816.

(3) *Ibid.,* nota do Imperial Conselho de Comércio ao Ministério de Negócios Estrangeiros, de 30 de novembro de 1816.

(4) *Ibid.*

(5) *Ibid.,* nota para o Imperial Conselho de Comércio, de 6 de dezembro de 1816, e relatório do Rio, de 31 de março de 1821. Os relatórios de Wenzel Bergner foram dados a um técnico em importação no Rio. Verificou-se que eram completamente sem valor, visto como Bergner não estava habilitado a dar uma informação autêntica das condições do mercado. Êle confundiu os preços do retalho e do grosso, não fêz distinção entre as várias qualidades de mercadorias, falhou em não levar em conta a influência do clima e várias outras coisas. Dispunha de boa vontade e de diligência, mas, segundo o representante da Áustria era de todo incompetente.

ciantes austríacos ficaram imediatamente desapontados. Uma taxa de importação, de 24 por cento *ad valorem* sôbre a mercadoria, fêz adiar a vendagem da carga até depois de janeiro de 1818 quando a taxa foi afinal suspensa (6). A situação, porém, não melhorou muito. As mercadorias austríacas não correspondiam às necessidades do mercado brasileiro; os preços eram elevados demais e o mercado estava inundado de similares franceses e inglêses. Após muitas dificuldades, a carga foi trocada por açúcar, café e couros. A primeira tentativa, foi, assim, quase um malôgro completo.

Mas já agora os comerciantes austríacos tinham um quadro mais exato das dificuldades e exigências do mercado. Os relatórios econômicos da Embaixada Austríaca no Rio, ressaltavam os principais obstáculos:

1) No momento, e por muito tempo ainda, o comércio europeu com o Brasil será muito limitado. A razão principal está na pequena população brasileira (...).
2) O mercado brasileiro já está inundado de produtos franceses e inglêses (...).
3) Os direitos de importação são enormes. Montam geralmente a 24 %, enquanto o comércio britânico é favorecido com o pagamento de sòmente 15 %. Além disso as mercadorias austríacas levam mais um mês para cruzar o oceano; portanto estão fora da competição (7).

Os primeiros relatórios produziram, pois, sòmente desestímulo em Viena. O conde Stahl, presidente do Imperial Conselho de Comércio, ordenou à Embaixada Austríaca no Rio que procurasse obter um convênio com o Brasil que permitisse a importação de mercadorias austríacas sob as mesmas condições e regulamentos concedidos aos inglêses. A despeito disso a Áustria teria ainda de competir com os inglêses com dificuldade, visto que ambas as nações procuravam vender aproximadamente a mesma mercadoria ao mesmo mercado. Se a Áustria quisesse ter negociações comerciais bem sucedidas com o Brasil, era preciso firmar um tratado comercial (8).

As negociações subseqüentes, contudo, continuaram más. O rei D. João VI de Portugal, ainda que no fundo nada tivesse contra um acôrdo comercial, teve de levar em conta a opinião das associações comerciais do Rio e de Lisboa, ambas

---

(6) *Ibid.*, ofício do Rio, de 19 de janeiro de 1818.
(7) *Ibid.*, 19 de janeiro de 1818.
(8) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 16 de março de 1818.

as quais remanchavam o assunto por muitos meses. Enquanto a Associação do Rio se inclinava ligeiramente para uma decisão favorável à Áustria, a de Lisboa, naturalmente, queria só ganhar tempo, esperando que, com a volta do rei, o Brasil pudesse ser impelido a uma situação de colônia, deixando o comércio exterior inteiramente nas mãos dos portuguêses. Então começou um verdadeiro cabo-de-guerra para realização de um tratado de comércio com a Áustria.

Em outubro de 1818, depois de um jôgo de empurra de uma autoridade para outra, surgiu alguma esperança de que, ao menos, uma tarifa provisória fôsse aprovada para Áustria e Inglaterra. A Associação Comercial do Rio apresentou seu parecer em dezembro de 1818. Mas o parecer de Lisboa foi retido. As negociações permaneceram bloqueadas durante 1819. Em abril dêsse ano, o enviado austríaco barão de Neveu informou:

> O rei está muito inclinado a apoiar os esforços do nosso comércio e sua atitude em relação à Áustria é realmente a mais do que favorável. Mas há porém quem esteja intrigando na surdina, procurando impedir qualquer contato mais íntimo com o comércio brasileiro. De modo que todos os fatos levam à conclusão que muito tempo ainda se pode passar até que esta nação se digne dar séria consideração a nossos desejos (9).

No fim de 1819, estando a Inglaterra negociando nôvo tratado comercial com o Brasil, o enviado austríaco entendeu que era tempo apropriado para solicitar de nôvo um tratado austríaco. Que êle tinha poucas esperanças de alcançar o seu fim deduz-se destas palavras que escreveu nessa ocasião:

> Creio que a idéia de um tratado comercial entre a Áustria e o Brasil deve ser completamente abandonada. A Inglaterra jamais consentirá que um govêrno, em que ela influencia tão profundamente, possa proceder de maneira tão contrária a seus interêsses comerciais (10).

Chegou-se assim a um impasse que, juntamente com a confusão política dos anos que se seguiram, quase fêz cessar todo o comércio entre os dois países.

Quando as negociações foram afinal retomadas sob auspícios já tão diversos, a Áustria se encontrava em posição mais favorável. Pôsto que os relatórios de Wenzel Bergner se tivessem revelado totalmente inúteis, — o quadro que esboçara

---

(9) *Ibid.*, ofício do Rio, de 18 de abril de 1819.

(10) *Ibid.*, 10 de abril de 1820.

do mercado brasileiro estava completamente deformado e não correspondia à situação verdadeira, — um outro grupo capaz tinha-se tornado conhecedor do mercado brasileiro e havia formado planos fundamentais, dignos de consideração. Se uma síntese dêsses planos tivesse sido feita e executada, teria conduzido ao estabelecimento de relações firmes e rendosas com o Brasil. O tema central dêsses planos era a formação de uma Companhia de Comércio Austro-Brasileira, que seria ligada ao Serviço Consular Austríaco, que estava para ser completamente reorganizado. Muitas vêzes foram êsses planos refeitos, mas não se elaborou nenhum plano principal para ser submetido ao govêrno.

Um relatório pelo barão de Walther, que estava incumbido do comércio por parte do govêrno da Áustria, é notável não sòmente por sua apresentação clara do problema como por sua tentativa de propor um remédio:

O comércio brasileiro está nas mãos dos inglêses, aos quais foram dadas imensas vantagens pelo Tratado de Comércio de 19 de fevereiro de 1810. Nem mesmo a Coroa Portuguêsa goza de tais vantagens: Nove por cento a menos de direitos a favor da bandeira inglêsa, vastos recursos financeiros que permitem amplo tempo para esperar o momento melhor para as transações comerciais, fazem dos inglêses o mais sério rival. Os inglêses realizaram uma espécie de monopólio, situação que êles pretendem defender por todos os meios (...). A Áustria jamais poderá tornar-se uma potência marítima de importância que lhe permita estabelecer um comércio marítimo extenso. Está colocada fora da rota principal do comércio do Norte, e por isso nunca participou, em nenhuma extensão, do comércio internacional. Seus comerciantes nem estão acostumados a transações de vulto, nem estão habilitados a estabelecer contatos proveitosos com o mundo transatlântico dos negócios. Os negociantes austríacos não poderão ver nenhuma perspectiva favorável, e por isso não ousam comerciar com o Brasil. As várias casas comerciais têm fundos insuficientes; não podem desenvolver a confiança essencial para grandes empreendimentos.

Os obstáculos acima provam a extrema dificuldade de relações comerciais proveitosas entre a Áustria e o Brasil, especialmente se Trieste tiver de ser o único pôrto de embarque. O govêrno deverá agir como elemento mantenedor e dirigente na matéria. A fim de que a Áustria possa gozar do comércio com o Brasil, as seguintes medidas terão de ser tomadas:

1) Será fundada, por uma associação de negociantes, uma Companhia de Comércio Austro-Brasileira, sustentada pelo govêrno e gozando de todos os necessários privilégios.

2) O pôrto de embarque de tôdas as mercadorias vindas da Hungria, Estíria e Caríntia será Trieste; Veneza será o pôrto para as mercadorias da Lombardia, e Hamburgo deverá ser o pôrto para as mercadorias da Boêmia, Morávia e Áustria.

3) Os armazéns austríacos deverão ser dotados de amostras e artigos pedidos pelo mercado brasileiro, que devem ser fabricados com a *maior perfeição*.
4) Devem ser estabelecidos armazéns austro-brasileiros no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Devem estar em contato íntimo com os armazéns de Trieste, Hamburgo e Veneza.
5) Portugal deve ser incluído nos tratados planejados com o Brasil para o comércio (11).

Nova dificuldade surgiu com a publicação da Declaração da Independência do Brasil a 7 de setembro de 1822, visto como qualquer tratado teria de ser adiado até que a Áustria tivesse reconhecido o govêrno brasileiro, reconhecimento que só foi concedido em 1826.

Por êsse tempo a Áustria recomeçou as discussões para a conclusão de um tratado de comércio e um acôrdo sôbre navegação, já tendo o Brasil firmado tratados de comércio com várias nações. A Áustria autorizou o seu representante a negociar e concluir uma convenção preliminar de comércio e navegação, a fim de apresentar um plano semelhante ao tratado com a Inglaterra. Ainda que êsse tratado não tenha sido ratificado pela Inglaterra, as novas possibilidades de tal tratado estavam evidentes. O representante austríaco foi autorizado a discutir a redação de vários parágrafos. Estava determinado a defender o princípio da reciprocidade, isto é, igual tratamento com os nacionais do Brasil em relação à navegação, e reconhecimento de nação mais favorecida. Na base dêsses princípios, as negociações foram recomeçadas em maio de 1826.

Os traços mais importantes dêsse tratado preliminar eram: 1) reconhecimento de nação mais favorecida; 2) todos os privilégios atuais e futuros assegurados a outras nações seriam automàticamente considerados aplicáveis à Áustria. A chamada cláusula portuguêsa, deveria ser incluída no esquema. Assim rezava ela: "(...) com exceção de Portugal, nenhuma outra nação será mais favorecida do que a Áustria no que se refere ao comércio" (12).

Em 30 de junho de 1826, os princípios esboçados na convenção preliminar de comércio e navegação entre a Áustria e o Brasil, tornaram-se efetivos (13). Deviam êles servir de base

---

(11) *Ibid.*, 2 de outubro de 1820.

(12) Original do tratado no *Haus-Hof-und Staatsarchiv.* Viena.

(13) *Ibid.*

para um tratado definitivo e deveriam ser postos em prática até o momento em que um tratado definitivo fôsse concluído. Mas essa convenção nunca foi ratificada. Em vez disso, foi substituída pelo tratado de Comércio e Navegação entre Francisco I e D. Pedro I, finalmente concluído em Viena a 16 de junho de 1827. Os artigos 1 — 4, 6 — 16 do tratado preliminar eram os mesmos artigos 1 — 15 do tratado final de 1827. O artigo 5.º do esbôço de 1826, que determinava que os navios brasileiros que chegassem aos portos austríacos deveriam pagar as mesmas taxas que os navios austríacos, foi omitido no tratado de 1827. Esta cláusula, porém, estava contida na fórmula de nação mais favorecida.

O nôvo tratado era o primeiro ato oficial internacional entre a Áustria e o Brasil e deveria vigorar durante seis anos após a ratificação. Os seus princípios mais importantes eram:

Art. VI — Tôdas as mercadorias de produção austríaca despachadas de portos austríacos podem ser livremente importadas em todos os portos do Império do Brasil, sem estarem submetidas a direitos de importação diferentes ou maiores dos que são atualmente pagos pelos súditos das nações mais favorecidas.

Art. XI — As altas partes contratantes concordam em que seus súditos gozarão, nos seus territórios e respectivos Estados, de tôdas as franquezas, privilégios e isenções que sejam concedidos para o comércio e navegação de qualquer outra nação. Deve ser entendido que essas condições favoráveis serão asseguradas recìprocamente, independente de qualquer estipulação, como se estivessem expressamente declaradas no presente tratado.

Art. XIII — Cada uma das altas partes contratantes terá o direito de nomear cônsules gerais, cônsules e vice-cônsules que protegerão o comércio nos portos ou cidades dos outros Estados (14).

O tratado foi ratificado em 28 de fevereiro de 1828 por Francisco I da Áustria e a 29 de novembro de 1827 por D. Pedro I do Brasil. Nas minutas das trocas de ratificação Metternich protestou contra o original brasileiro, escrito sòmente em português em vez de francês, como fôra combinado. Observou Metternich:

Observo que a cópia do tratado da Côrte do Rio de Janeiro continha sòmente a tradução portuguêsa em vez do texto escrito e assinado em francês. Em conseqüência disso o Plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador da Áustria julgou de seu dever observar nas presentes minutas

---

(14) Do original do tratado, existente nos arquivos de Estado da Áustria. Edições impressas: Novo MARTENS: *Recueil géneral des traités*, Göttingen, 1843, vol. VII, p. 225; Leopold NEUMANN: *Recueil des traités et conventions conclus par l'Autriche avec les puissances étrangères depuis 1763*, Leipzig, 1855, vol. IV, p. 121.

uma reserva especial contra a quebra do costume e contra as conseqüências que podem decorrer no futuro. Havia sido convencionado que, em caso de dúvida ou diversidade de interpretação, o texto francês do primitivo original seria o único a servir de guia e norma (15).

Uma vez aprovado o tratado, sua aplicação tranqüila tornou-se vital. Como primeiro passo, foram estabelecidas facilidades para o funcionamento dos consulados, especialmente nos pontos centrais que eram a Bahia e o Rio de Janeiro. O representante austríaco foi autorizado a nomear Franz Scheiner, cônsul-geral interino no Rio, ao mesmo passo que Karl Buschek, da casa comercial de Trieste, Buschek & Cia., era nomeado diretamente de Viena para o mesmo pôsto na Bahia (16). Foi mais tarde autorizado a designar serviços consulares suplementares (17), essenciais para manutenção dos privilégios assegurados à Áustria pelo tratado comercial (18).

Uma ordem do govêrno brasileiro em breve eliminou muitas dificuldades que surgiram de interpretações divergentes. De acôrdo com esta ordem, expedida a 11 de novembro de 1828, os direitos de importação no Brasil de tôdas as mercadorias e artigos manufaturados seriam iguais para tôdas as nações e deviam montar a 15% (19).

O tratado resultou numa notável animação do comércio com o Brasil. Em julho de 1828, foi publicado um folheto em Viena, em alemão e italiano, relativo à fundação da Companhia de Comércio Austro-Brasileira. Revendo as relações comerciais, êste folheto compreendia os algarismos de exportação e importação para o pôrto de Trieste, bastante esclarecedores:

No último ano foram importadas do Brasil mercadorias a bordo de 68 navios: 31 do Rio de Janeiro, 25 da Bahia, 12 de Pernambuco. Sessenta dêsses navios navegavam com bandeira sueca e um com a russa... O valor total dos bens importados sobe a sete milhões de guldens. O

---

(15) Das minutas originais de ratificação. Aditamento ao Tratado de 16 de junho de 1827, nos Arquivos de Estado da Áustria.

(16) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 22 de julho de 1828. V. também despachos para o Rio, de 15 de maio de 1828. A ordem ao cônsul-geral Scheiner (8 de dezembro de 1828) continha instruções específicas para servir de base para instruções aos demais cônsules.

(17) Despachos para o Rio, de 15 de maio de 1828. O enviado austríaco Mareschal pediu a nomeação de Nikolaus Otto Bieber como vice-cônsul em Pernambuco, segundo os ofícios do Rio, de 28 de setembro de 1829. Depois foram nomeados cônsules para Santos e Pôrto Alegre.

(18) *Ibid.*, ofício do Rio, de 22 de setembro de 1828.

(19) *Ibid.*, 15 de novembro de 1828.

valor dos produtos austríacos subiu sòmente a um milhão de guldens, porque Trieste enviou só dez navios ao Rio de Janeiro e três à Bahia, carregados com mercadorias de menor valor (20).

Para melhorar esta balança desfavorável, o autor do folheto sugeria uma companhia de capital misto, com um capital original de um milhão de florins (mais ou menos 500.000 dólares norte-americanos). A Companhia teria sua sede em Trieste e teria escritórios separados no Rio, Bahia e Pernambuco. Os comerciantes austríacos, porém, não tiveram nem a iniciativa nem a coragem necessária para a realização dêsse plano.

Os serviços consulares austríacos no Brasil, responsáveis perante a Direção da Marinha Imperial em Trieste, sugeriram repetidamente vários planos de comércio surgidos das experiências no Brasil. O cônsul Mühlbauer (21), na Bahia, que substituiu Buschek, e o cônsul-geral Scheiner no Rio (22), enviaram longos *memoranda* e pareceres ao conde Nadasdy, presidente do Conselho Imperial de Comércio em Viena. Mühlbauer e Scheiner recomendaram uma companhia de comércio apoiada em capital vultoso, promovida pelo Estado e que não dependesse de lucro imediato. Foi isso considerado a única solução para um comércio progressivo e frutuoso com o Brasil. O representante austríaco Daiser, utilizando as opiniões técnicas de Mühlbauer, Scheiner e outros, concluiu seu relatório para Viena desta maneira:

> O bom êxito do comércio austríaco com o Brasil depende ùnicamente da diligência e atividade de nossos comerciantes e homens de negócios e sua capacidade de assumirem riscos e de preparo para estudar as condições vantajosas. Encontrarão uma situação um tanto difícil porque terão de enfrentar os vários competidores que já estão estabelecidos no mercado brasileiro. A Inglaterra detém a posição-chave, mas Portugal, a América do Norte, a França, Hamburgo, a Antuérpia, a Dinamarca e a Suécia, algumas vêzes Gênova, e agora até Nápoles também entram no esquema (23).

---

(20) O pequeno folheto (que não possui mais título) foi escrito por M. H. Weikersheim. impresso em coluna dupla e publicado por Strauss'sche Druckerei, Viena, em alemão e italiano, s. d.

(21) Em 1829 Hofkonzipist Mühlbauer foi nomeado cônsul interino na Bahia em lugar de Buschek. Enviou um minucioso relatório em novembro de 1830 ao Conselho I. de Comércio relativo às possibilidades de comércio com o Brasil. Voltou à Áustria em 1831 por motivo de saúde e a firma de Buschek foi de nôvo incumbida do escritório na Bahia. *Staatskanzlei.* Brasil: ordem de 5 de dezembro de 1829, no ofício do Rio, de 30 de novembro de 1830.

(22) *Ibid.*, 27 de novembro de 1830.

(23) *Ibid.*, 30 de novembro de 1830. Nesse relatório Daiser criticou a Marinha Mercante Austríaca por sua falta de experiência que a tornava incapaz de com-

Daiser ressaltava a necessidade de desenvolver relações comerciais extensas com outros países sul-americanos onde se encontrariam menos competidores, ponto êsse extremamente ressaltado num relatório do cônsul-geral Scheiner, que tinha vinte anos de experiência de comércio com o Peru e o Chile.

A instabilidade da situação política no Brasil durante os anos de 1830 e 1831, dificultou o comércio exterior. Ainda que as condições houvessem melhorado durante os anos seguintes, nunca se atingiu um equilíbrio na balança de exportação e importação. Em 1836 a proporção era ainda de um para cinco ([24]).

Quando em 1834 o tratado de 1827 estava para expirar, Viena mandou urgentemente a Daiser uma autorização sob a forma de nova minuta para um nôvo acôrdo. As novas negociações pensava-se que se limitariam a restabelecer o tratado primitivo, mas esperava-se igualmente que dariam oportunidade para as necessárias modificações de poucos parágrafos. As cidades hanseáticas tinham realizado um convênio comercial muito vantajoso, e a Áustria queria obter um acôrdo semelhante. A situação política, porém, não era favorável às negociações. O Brasil julgava-se prejudicado e sobrecarregado com os muitos privilégios comerciais concedidos a várias nações. Em princípio a Câmara dos Deputados recusou-se a entrar em novos acôrdos comerciais e refugou a renovação dos que já haviam expirado:

> (...) porque êles são de vantagem para os estrangeiros sòmente; porque uma nação livre não deve estar peada por nenhum contrato, qualquer que êle seja (...) e outras semelhantes tolices neoliberais ([25]).

A Inglaterra mantinha a supremacia no comércio brasileiro, e o Brasil não podia, de pronto, garantir exceções similares a outras nações; em conseqüência a Áustria não conseguiu obter mais do que as vantagens ordinárias. Ainda assim Daiser acreditava que mais importante que as palavras de qualquer tratado eram:

---

petir com os outros navios mercantes. No Mediterrâneo os marinheiros austríacos estavam à vontade e eram insuperáveis em pagamentos e privilégios, mas ao passar Gibraltar, surgiam complexos de inferioridade em relação aos demais marinheiros. Havia também falta de disciplina nas tripulações e muitos desertavam para navios de outras nações. Daiser sugeria o envio de navios de guerra a êsses mares com mais freqüência, de modo a proteger e auxiliar o comércio mais efetivamente.

(24) *Ibid.*, 11 de novembro de 1836.

(25) *Ibid.*, 8 de junho de 1834.

1) o estabelecimento de consulados ao longo de tôda a costa da América do Sul;

2) a fundação de agências de comércio austríacas. (Buschek e Breisky, na Bahia, a única firma dêsse tipo existente, era muito fraca para sustentar o comércio com tôda a América do Sul.) ([26]).

Depois de muitas conferências durante os anos de 1834 e 1835, Daiser conseguiu obter um tratado assinado a 27 de junho de 1835 ([27]) (*). O parágrafo VI era o mais importante do nôvo tratado:

Com relação ao pagamento dos direitos de importação e exportação e taxas aduaneiras em todos os portos e depósitos do Brasil, o govêrno brasileiro tratará com igualdade e sem exceção:

1) Tôdas as mercadorias austríacas, tais como produtos naturais, artigos manufaturados e obras de arte que forem exportados para o Brasil dos portos austríacos. Não se fará diferença com relação à nacionalidade do navio transportador das peças para o Brasil.

2) Todos os bens importados para o Brasil a bordo de navios austríacos, e vindos de portos austríacos ou de portos de nações favorecidas por acôrdos especiais: todos os produtos exportados do Brasil a bordo de navios austríacos e destinados a portos austríacos, ou a portos de nações favorecidas com contratos relativos ao comércio com o Brasil.

Desta vez o tratado foi escrito em alemão, português e francês, sendo o texto francês o oficial. O tratado foi limitado a oito anos porque o tratado com a Inglaterra deveria expirar em 1842 e não era do agrado do govêrno brasileiro. As obrigações além dessa data não eram consideradas desejáveis ([28]).

O parágrafo IX dava à Áustria as seguintes vantagens:

Ambas as partes contratantes procurarão dar aos nacionais da outra tôdas as franquias, privilégios e exceções possíveis de serem dadas por um país em relação ao comércio e à navegação. Note-se que as franquias, privilégios e exceções devem ser dados imediatamente por direito, independentemente de estipulações, como fica evidente por êste tratado... Em qualquer caso, tôdas as vantagens que possam ser dadas a outras nações serão também dadas pelas partes contratantes.

---

(26) *Ibid.*

(27) O tratado original está no Arquivo de Estado da Áustria. Compreende o tratado de comércio e navegação entre o Imperador Ferdinando I e o Imperador do Brasil, três originais não ratificados em alemão, português e francês, juntamente com os podêres conferidos ao representante austríaco de 21 de janeiro de 1834, e uma cópia sem data e sem assinatura da ratificação.

(*) O Tratado de Comércio e Navegação com a Áustria foi assinado no Rio de Janeiro a 27 de junho de 1835. Apresentado à Câmara dos Deputados, foi por ela aprovado, não o sendo, porém, pelo Senado.

(28) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 13 de julho de 1835.

Foi fixado o prazo de dez meses para as ratificações.

Apenas assinado, foi o tratado alvo de violentos ataques no Parlamento brasileiro, especialmente por causa dos artigos seis e sete. Apesar de a Câmara dos Deputados finalmente aceitá-lo, depois de extensos debates, o Senado, que se opunha ao Ministério existente, abandonou-o e adiou-o até a sessão de 1836. O representante da Áustria, bem informado relativamente ao progresso das negociações, previu a dificuldade do govêrno em fazer prosseguir a discussão do tratado na sessão seguinte. Em vista das circunstâncias pareceu-lhe mais acertado retirar o tratado a fim de evitar sua derrota pelo Parlamento.

As negociações prosseguiram por todo o inverno e Viena ainda esperava a ratificação. A situação tornou-se ainda mais complicada quando os portuguêses procuraram obter um tratado vantajoso com o Brasil, despendendo enormes quantias em subôrno, o que provocou um comentário malicioso de um membro do Parlamento brasileiro: "Êste tratado português não é tanto um tratado de comércio, como um comércio de um tratado" ([29]).

No rasto do tratado com Portugal, o tratado austríaco foi de repente bloqueado pela chamada "cláusula portuguêsa", que teria assegurado à Áustria os mesmos privilégios que Portugal. No tratado de 1835 a cláusula foi omitida. No nôvo tratado com Portugal, o Brasil pretendia garantir aos portuguêses o privilégio de um têrço de redução de direitos alfandegários, privilégio não compartilhado pelas outras nações. A data do debate final do tratado austríaco de 27 de junho de 1835 era 12 de julho de 1836, mas o ministro dos Negócios Estrangeiros, que havia prometido defender o ponto de vista austríaco, estêve ausente e o tratado foi afinal rejeitado. Foi assim que o tratado português provocou a derrota do tratado austríaco.

Mas o tratado português, tão furtivamente elaborado, também se malogrou pela esperteza dos franceses (*). A França estava naturalmente interessada em evitar os privilégios de Portugal, concedidos pelo tratado. A Legação Francesa publicou um artigo no jornal brasileiro *O Tempo,* de 20 de maio de 1836, no qual declarava que Portugal já havia prometido

---

(29) *Ibid.*, 29 de setembro e 9 de novembro de 1835; 11 de janeiro de 1836.

(*) O tratado com Portugal foi encaminhado à Câmara em 1836 e rejeitado no mesmo ano, após cerradas discussões, por 45 votos contra 37. V. J. P. CALÓGERAS, *A política exterior do Império,* vol. III, S. Paulo. 1933, p. 382.

à Inglaterra observar o princípio da reciprocidade em todos os tratados e não conceder exceções a nenhuma nação. Portugal não podia assim ter possibilidade de reclamar nenhum privilégio para si próprio, mesmo aquêles que o govêrno brasileiro estava disposto a conceder-lhe (30).

Parecia Viena desejosa de ratificar o tratado de 1835, como se prova pela minuta sem data e a ratificação sem execução anexa ao original. Não parecia provável que nôvo tratado fôsse feito em futuro próximo; sugeriu portanto que fôsse obtida uma promessa por via administrativa do Ministério, de que aos súditos austríacos seriam dadas as mesmas garantias de até então e que o govêrno austríaco faria o mesmo, por sua vez. O Brasil aceitou essa solução administrativa que se tornou a base para tôdas as tratativas comerciais e que de fato resultou numa prorrogação tácita do velho tratado de 1827, e como tal foi interpretado pela Áustria (31). De acôrdo com o parecer do Conselho Imperial de Comércio de Viena, a retomada de novas negociações devia ser adiada até o advento de D. Pedro II ao trono (*).

A fim de dar uma firme organização ao comércio que se desenvolvia gradualmente apesar de tôdas as dificuldades, propôs Daiser uma ampla expansão das agências consulares no Brasil. Segundo sua opinião, não deviam os cônsules ser funcionários do govêrno. Seria suficiente nomear na qualidade de cônsules honorários, comerciantes experimentados. Isto reduziria de muito as despesas. Acreditava Daiser que não-austríacos competentes podiam ser nomeados, já que havia poucos austríacos com qualificações para aquelas posições vivendo na América do Sul. Achava que os portuguêses eram especialmente convenientes porque haviam perdido tôda influência política no Brasil e não comerciavam com outra nação a não ser o Brasil. Eram também conhecedores do país e sua língua e, portanto, deviam inclinar-se a enviar mercadorias nos navios austríacos de torna-viagem, em face da falta de navios

---

(30) *Ibid.*, 11 e 31 de agôsto de 1836.

(31) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 14 de fevereiro de 1836; ofício do Rio, de 15 de setembro de 1836.

(*) Realmente, em 1836, pelas notas reversais de 13 e 18 de setembro, trocadas entre o ministro de Negócios Estrangeiros Limpo de Abreu e a Legação da Áustria se declarou que, enquanto não houvesse nôvo ajuste regulando a situação dos respectivos súditos, "continuariam os mesmos a gozar provisòriamente dos favores concedidos ao comércio e aos súditos de outros Estados pelas leis do Império em geral e pelo Direito das Gentes". (V. J. M. Cardoso de OLIVEIRA, *Atos diplomáticos do Brasil,* Rio de Janeiro, 1912, I, 118 e 121).

portuguêses. Estavam os súditos de outras nacionalidades menos qualificados, já que tinham interêsse no comércio em benefício de seus próprios países e difìcilmente podiam conseguir as qualificações exigidas para o comércio austríaco.

O serviço consular devia ser estendido a todos os países da América do Sul e suas principais cidades, tais como Chile, Peru, Buenos Aires, Montevidéu e Bolívia que tinham necessidade de mercadorias manufaturadas e que dispunham de matérias-primas desejadas pela Áustria. Os consulados ao longo da costa deveriam estar ìntimamente ligados à Legação do Rio, porque eram trabalhosos os canais até a autoridade superior do *Gubernium* da Marinha Imperial, em Trieste, muito distante para as transações rápidas. O *Gubernium* deveria ser a repartição central nacional, mas tôdas as matérias que obedecessem às leis nacionais e exigissem ação rápida deviam ser encaminhadas à Legação do Rio. Como ressaltava Daiser, não era isto senão uma cópia do sistema de serviços consulares, bem sucedido, nas operações do Levante, onde ficavam subordinados ao delegado de Constantinopla. Em vez de um salário real, os honorários dos cônsules seriam representados por pequenos adiantamentos para despesas. Apesar disso a função deveria ser bastante desejada, consideradas as vantagens de que gozam as pessoas com o *status* diplomático e as informações favoráveis que poderiam ganhar em todos os negócios comerciais. Viena concordou plenamente com o plano de Daiser (32). Por causa das ditas vantagens não houve falta de candidatos competentes, e Daiser imediatamente estabeleceu consulados honorários nos portos do Rio, Bahia, Pernambuco, Santos e Pôrto Alegre; já havia candidatos capazes para os consulados do Pará e no Maranhão (33). Deviam passar a consulados regulares logo que as transações com o Brasil atingissem maior vulto. No entanto o sistema de cônsules honorários e semi-oficiais foi mantido e os consulados regulares infelizmente nunca se instalaram. Era o plano adiantado para o tempo de Daiser; mas no curso do meio século que se seguiu, o sistema provisório devia ter recebido forma definitiva para realmente facilitar o comércio.

Não foram programados contatos comerciais com outros países da América do Sul (34). Essas reuniões não se destinavam

---

(32) *Ibid.*, despachos para o Rio de 22 de março de 1836.

(33) *Ibid.*, ofício do Rio, de 13 de julho de 1835.

(34) *Ibid.*, 28 de junho de 1837.

a princípio a ter como conseqüência tratados formais, já que os Estados interessados não tinham ainda sido oficialmente reconhecidos pela Áustria. Só seriam desejáveis tratados comerciais quando ambas as partes pudessem conceder garantias recíprocas relativas a iguais direitos, privilégios, concessões e proteção, e fôssem concedidas vantagens de nações favorecidas. Contudo, as negociações revelaram-se difíceis. As novas repúblicas mudavam freqüentemente de govêrno; poucos governos mantinham representantes acreditados no Rio. As novas nações pediam o reconhecimento da Independência pela Áustria antes de entabular qualquer discussão.

Arrastavam-se assim as negociações por anos a fio ([35]). Em 1842 Daiser teve a recomendação de entrar em entendimento com vários países, mesmo à custa de um reconhecimento indireto da Independência. Apesar de a Espanha e outros Estados europeus terem já reconhecido a Independência da maior parte dos países sul-americanos, a Côrte de Viena ainda não os considerava dignos da alta distinção, quando menos por causa da forma republicana e das constituições democráticas. As instruções de Metternich a Daiser em 1842 ressaltavam particularmente a cuidadosa seleção dos Estados com os quais a Côrte austríaca pudesse entrar em contato sem se comprometer ([36]).

Pela mesma correspondência é Daiser autorizado a retomar as negociações relativas ao tratado de comércio austro-brasileiro que tinham sido abandonados desde 1836. Nesse ínterim a exportação de trigo da Áustria para o Brasil havia aumentado consideràvelmente. Desejava-se nôvo aumento e era êle realmente necessário para a economia do Império. A maior parte do grão vinha agora dos pampas da Argentina e era moído nos moinhos do Norte da Itália. Além disso êsse comércio podia ser usado como uma alavanca para obter um tratado permanente com o Brasil. Daiser recebeu instruções, porém, para dar menos atenção a isso nas novas negociações ([37]).

Chegaram ordens ao Rio depois de Daiser ter caído sèriamente doente ([38]). Ao restabelecer-se teve de voltar à Europa.

---

(35) *Ibid.*, 15 de janeiro de 1841.

(36) *Ibid.*, despachos para o Rio, de 13 de março e 13 de julho de 1842.

(37) *Ibid.*, 31 de dezembro de 1842.

(38) *Ibid.*, comunicado pelo funcionário da Legação Giorgi, em 10 de novembro de 1842.

As negociações foram mais uma vez suspensas, já que só podiam ser conduzidas por um diplomata traquejado bastante conhecedor da situação.

O sucessor de Daiser, conde de Rechberg, dedicou sòmente tempo limitado aos negócios de ordem comercial, mas quando o tratado entre o Brasil e a Inglaterra expirou, a necessidade de um tratado formal austro-brasileiro tornou-se urgente. O Brasil começou a tratar os súditos da monarquia austríaca menos favoràvelmente. Em dada ocasião o conde de Rechberg apelou enfàticamente para as declarações trocadas pelos dois países em 1836. Respondeu à nota o barão de Cairu, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil (*):

> A razão pela qual a Áustria foi tratada como nação mais privilegiada até a expiração do tratado comercial com a Inglaterra não resultou de acôrdos formais, mas da política anterior do Brasil: isto é, tratar tôdas as potências estrangeiras igualmente. Os acôrdos administrativos não tinham valor prático devido à sua própria natureza informal. Foram trocados sòmente para confirmar perante a Côrte de Viena a atitude favorável da Côrte do Brasil (39).

Era esta interpretação naturalmente muito desagradável à Áustria, que desejava, por todos os modos possíveis, manter o seu *status* de nação privilegiada. Isto poderia ser conseguido seja pela retomada das negociações do tratado com o representante do Brasil em Viena, [Heixeira de] Macedo, seja pela direta intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil no Rio, onde se apresentaria um protesto contra a interpretação brasileira das declarações dos ministérios em 1836.

Considerando a atitude assumida pelo Ministério Brasileiro e o Senado em relação aos tratados com as potências estrangeiras, a Áustria não podia esperar que um nôvo tratado pudesse ser aceito. Manter o *status* de 1836, portanto, era mais importante até que as negociações para a elaboração do nôvo tratado pudessem ser retomadas. Era preciso negociar no Rio.

A opinião predominante do gabinete do Rio de Janeiro era diretamente contrária à conclusão de qualquer nôvo tratado e, de fato, o ministro brasileiro de Negócios Estrangeiros, Holanda Cavalcanti, procurou isolar o Brasil de qualquer

---

(*) O barão de Cairu era, no momento ministro dos Negócios Estrangeiros.

(39) *Ibid.*, ofício do Rio, de 11 de janeiro de 1847 e nota do chanceler brasileiro, de 12 de dezembro de 1846, anexa ao dito ofício.

influência inglêsa (*). Imediatamente após a expiração do tratado comercial inglês, Holanda Cavalcanti procurou modificar os *Articles Perpétuels,* que outorgavam à França prerrogativas especiais aos cidadãos franceses no Brasil. Bem sucedido nesse ponto, Holanda Cavalcanti expediu uma série de ordens violentas tais como a de conscrição de austríacos para a Marinha do Brasil, taxas suplementares para o emprêgo de mais de um estrangeiro, e limitação dos direitos da Legação, o que tudo tornou mais difícil a situação dos súditos austríacos. A Legação da Áustria, apelando para as declarações de 1836, protestava constantemente contra tais ordens, pedindo direitos iguais para os seus súditos aos de nação mais favorecida (França, no caso), e conseguiu, ao menos, uma aprovação tácita. Tais debates prosseguiram em Viena, apesar de os julgarem sem esperança.

No seu relatório anual ao Parlamento brasileiro o barão de Cairu interpretou as declarações de 1836 da seguinte maneira: Elas não podiam ter a fôrça nem o efeito de um tratado porque: 1) pela sua natureza informal; 2) ao tempo que foram expedidas o Imperador D. Pedro II era ainda menor; e 3) o govêrno brasileiro não estava autorizado a concluir nenhum tratado sem autorização do Parlamento. As declarações foram assim pùblicamente declaradas nulas e vãs (40). Enquanto a nota de protesto da Áustria a essa declaração oficial estava sendo redigida, caiu Cairu (41) e subiu ao Ministério dos Estrangeiros Saturnino [de Sousa de Oliveira]. Saturnino adiou qualquer decisão definitiva alegando que não tinha tempo para estudar a questão.

No entanto estava Saturnino inclinado a concluir tratados com as potências estrangeiras e restabelecer boas relações com outros Estados, propósitos ambos não manifestados durante os últimos anos. Os seguintes princípios deviam constar da elaboração de todos os tratados brasileiros:

1) Tratamento semelhante a tôdas as potências estrangeiras, desde que se estabeleça o princípio da completa reciprocidade.
2) Livre ação para o comércio e a navegação.
3) Exclusão dos privilégios especiais.

(*) Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Albuquerque, era um nacionalista ardente. Era ministro da Fazenda e da Marinha no Gabinete de 2 de março de 1846 e gozava das prerrogativas de autêntico chefe de Gabinete.

(40) *Ibid.,* 17 de março e 4 de maio de 1847.

(41) *Ibid.,* 9 de julho de 1849.

4) Tôdas as matérias relativas às legacias e nacionalidades que eram outrora motivos de freqüentes irritações entre o Brasil e os outros países, seriam agora reguladas por convênios especiais. Êstes convênios deviam determinar a posição e os direitos dos estrangeiros e dos funcionários consulares no Brasil, de acôrdo com os princípios estabelecidos no tratado entre Portugal e Espanha, concluído em Lisboa a 26 de junho de 1845 (42).

Saturnino muito de propósito recusou-se a fixar sua posição em face das declarações de 1836, feitas pelos Ministérios, a fim de manter tôdas as possibilidades de negociação. E como estava determinado a conduzir pessoalmente tôdas as negociações, as discussões em Viena mais uma vez foram interrompidas (43).

A implacável oposição dos membros do Conselho aos tratados com os países estrangeiros continuou a impedir o Brasil de estabelecer relações regulares internacionais com os outros países. O tratado inglês não se consubstanciou por causa da questão da escravidão. De fato a questão se agravara violentamente devido ao *bill* do Parlamento inglês permitindo a captura dos navios negreiros do Brasil. À França ofereceu-se um nôvo contrato, assaz limitado, na esperança de que ela se conformaria em abandonar, ou ao menos modificar os *Articles Perpétuels;* à Áustria se concedia tàcitamente o *status* de nação mais privilegiada, sem receber nenhuma declaração oficial a respeito. A posição de Saturnino era incrìvelmente difícil. No momento em que êle assumiu a pasta, a oposição implacável do Conselho aos tratados estrangeiros impedia o Brasil de estabelecer relações internacionais com outros países sem receber uma declaração oficial a êsse respeito. Saturnino queria honestamente acabar com essa situação anárquica, firmando tratados regulares. Impossibilitado de fazê-lo procurou, ao menos, concluir convenções especiais entre o Brasil e outras nações.

O Enviado Austríaco Rechberg assim se exprimiu:

Não há senão pequena esperança de que Saturnino de Sousa e Oliveira conserve seu pôsto por mais tempo que seus antecessores, e ainda menos esperança de que seu sucessor seja tão favorável quanto êle aos

---

(42) *Ibid.*, comunicado por Sonnleithner, de 7 de agôsto de 1847.

(43) A continuação das negociações foi comunicada a Viena em *Ibid.*, 11 de julho de 1847. Devido à assistência da chancelaria as negociações foram agora consideradas prejudicadas (cf. ofício do Rio de 4 de outubro de 1847). Afinal tôdas as negociações foram adiadas por tempo indefinido (cf. despacho para o Rio, de 3 de agôsto de 1849). Os acontecimentos internos da Áustria em 1848 devem ter concorrido para êsse adiamento.

nossos interêsses. Se não aproveitarmos o provável tão curto prazo de que êle ainda dispõe na presente posição, nós no Brasil corremos o risco de sermos deixados por um longo período a vir na mesma posição desfavorável em que agora estamos. Seria altamente desejável conseguirmos um tratado formal de comércio e navegação imediatamente. Considerando as circunstâncias adversas do presente, a convenção especial proposta por Saturnino seria de grande vantagem para nós. A respeito de tarifas tôdas as nações são agora tratadas igualmente; quanto à navegação, os estrangeiros estão agora gozando dos mesmos direitos que os nacionais; quanto ao *status* de estrangeiro vivendo no Brasil, só os franceses gozam de privilégios exclusivos de acôrdo com os *Articles Perpétuels* do tratado com a França. Saturnino pretende: *a)* negociar com o govêrno francês para o fim de modificar os *Articles Perpétuels; b)* assegurar a todos os estrangeiros privilégios idênticos aos desfrutados pelos franceses (44).

Sonnleithner, que sucedeu a von Rechberg no Rio, procurou concluir a convenção especial. Acreditava êle que tal convenção seria um instrumento capaz de neutralizar os efeitos adversos ao comércio austríaco nas anunciadas tarifas diferenciais. A 1.º de outubro de 1847 o decreto a respeito das tarifas diferenciais foi publicado e em 4 de outubro a Áustria recebeu a notificação oficial, da maneira seguinte:

Que, efetivamente, de 1.º de julho de 1848 em diante, as potências que não chegaram ainda a um acôrdo com o Brasil terão de pagar pelos seus navios um têrço a mais pelo direito de ancoragem; terão de pagar os direitos aduaneiros um têrço a mais dos que os fixados a 12 de agôsto de 1844 pelas mercadorias importadas para o Brasil (45).

Mas:

O artigo IV do decreto isenta das novas tarifas tôdas as nações que assegurem aos navios brasileiros os mesmos direitos que asseguram aos próprios, mesmo que nenhum convênio tenha sido firmado até 1.º de julho de 1848, em relação à duração dos direitos mencionados acima. Esta isenção será anulada imediatamente se aos navios brasileiros foram negados tais direitos; além disso o govêrno reserva-se o direito de cancelar a isenção quando julgue conveniente (46).

Êste decreto sôbre tarifas teria tido efeito nefasto sôbre o comércio austríaco. A Áustria não estava tão interessada nos direitos de importação, pois a êste respeito ela estava sendo tratada em base igual aos nacionais; mas o direito de ancoragem criava uma grave situação. De acôrdo com o regulamento n.º 26.930, expedido a 8 de novembro pelo govêrno

---

(44) *Ibid.*, ofício do Rio, de 7 de agôsto de 1847.
(45) *Ibid.*, 4 de outubro de 1847.
(46) *Ibid.*

regional de Trieste, os navios austríacos pagavam direito de ancoragem mais baixo que os de nações estrangeiras, inclusive os do Brasil. Desde que o decreto das tarifas incluía os navios brasileiros, a Áustria, cuja marinha mercante estava começando a se desenvolver, sofreu um grande entrave nas suas negociações relativas aos direitos de ancoragem do Brasil.

Mas não se conseguiu nenhuma convenção especial. No comêço de 1848 Saturnino demitiu-se porque o ministro da Fazenda, bem como o Senado, opunham-se constantemente à conclusão de tratados com as potências estrangeiras. Conseqüentemente as negociações em Viena para o nôvo tratado foram adiadas para um tempo indefinido.

A questão vital do decreto era saber se se manteria ou não o princípio de que a bandeira cobre a carga, o que afetaria indiretamente o comércio em extensão menor, ou se fôra expedido exatamente para eliminar esta regra. A redação não era clara a êsse respeito. A Inglaterra opôs-se violentamente ao decreto por causa de suas relações comerciais indiretas extensas. A princípio ela conseguiu um adiamento da vigência até 1.º de janeiro de 1850. O decreto da tarifa diferencial foi afinal completamente revogado pelo decreto n.º 608, de 4 de maio de 1849, que reconheceu que a reciprocidade perfeita no comércio com os países estrangeiros deveria servir de princípio básico ([47]).

Apesar disso, chegou-se a um acôrdo. A 23 de janeiro de 1848 o Brasil notificou o govêrno austríaco. A 25 de março a Áustria respondeu para efeito de que ela assegurava completa reciprocidade a todos os navios brasileiros nos portos austríacos.

O Brasil respondeu a 27 de março de 1848:

O abaixo assinado, do Conselho de S. M. o Imperador, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, acusa o recebimento da nota, datada de 25 do mês corrente, que lhe dirigiu o Sr. Sonnleithner, Encarregado de Negócios de S. M. I. e R. Apostólica, em que, de ordem do seu govêrno, declara que os navios brasileiros e mercadorias nêles importadas são tratados nos portos da Áustria no mesmo pé de igualdade que os navios nacionais e seus carregamentos quanto a pagamento de direitos.

À vista da declaração supra referida que faz o Sr. Sonnleithner, em nome do seu govêrno — de que os navios brasileiros gozarão na Áustria, pelo que diz respeito à navegação e comércio, de igualdade de tratamento,

---

(47) *Ibid.*, 9 de junho de 1849. O decreto n.º 608, de 4 de maio de 1849, foi revogado, e uma emenda ao decreto n.º 536, de outubro de 1847, estabeleceu direitos diferenciais.

tem a honra de participar-lhe o abaixo-assinado, em resposta à mencionada nota, e em nome do Govêrno Imperial, que do mesmo modo serão tratados no Império os navios austríacos e seus carregamentos, não se cobrando dêles outros direitos de navegação ou de alfândega, a que não estiverem sujeitos os próprios nacionais, conforme o disposto no decreto de 1.º de outubro último.

O abaixo-assinado tem a honra de comunicar ao Sr. Sonnleithner que, em conseqüência dêste acôrdo, expediu nesta mesma data ordem à Repartição da Marinha, para que os navios austríacos paguem desde já ali pelos seus passaportes o mesmo que pagam os navios nacionais, ficando dêste modo a êles equiparados nessa parte.

O abaixo-assinado aproveita esta ocasião para renovar ao Sr. Sonnleithner as expressões da sua estima e consideração.

Antônio Paulino Limpo de Abreu (48)

No relatório anual do ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil de 1.º de maio de 1848, o texto dessas notas foi publicado. Com isso as relações comerciais entre os dois países foram restabelecidas. Isso permaneceu a base para o futuro. De acôrdo com êsse convênio e das novas leis publicadas pelo Brasil a respeito de economia, o comportamento do comércio austríaco com o Brasil foi baseado nos princípios da completa reciprocidade e dos maiores privilégios. Um tratado formal nunca foi firmado (49).

Os anos seguintes não trouxeram melhoria à situação. A missão *Novara* em 1857 (50) publicou extenso relatório em que as estatísticas comerciais levavam a seguinte explicação a respeito do desenvolvimento inadequado do comércio austríaco com o Brasil: as manufaturas austríacas não teriam ajustado as suas produções aos gostos e necessidades dos brasileiros. A expedição de 1816 descrevera em linhas gerais a mesma situação, e agora, 41 anos mais tarde, os comerciantes austríacos ainda não haviam tomado conhecimento do mercado brasileiro.

O comércio austro-brasileiro poderia ter florescido se uma coleção dos artigos mais usualmente usados no Brasil tivesse

---

(48) Ludwig Bittner, *Chronologisches Verzeichnis der Österreichischen Staatsverträge,* Viena, 1911, vol. III, n.os 2.746 e 2.747. Bittner fornece também as edições dos tratados pertinentes. A nota original está no *Staatskanzlei,* ofício do Rio, de 1.º de abril de 1848. [Texto original transcrito do *Relatório do Minist. de Neg. Extrangeiros,* 7-I-1850. p. 89.]

(49) Não se fixou tempo para expiração das notas trocadas, e ambas as partes mantiveram o acôrdo até que o govêrno brasileiro revogou-o em 1876.

(50) *Die reise der österreichischen fregatte* Novara *um die Erde in den Jahren 1857, 1858, 1859,* Viena, 1874, vol. I, pp. 33-114.

sido enviada à Áustria para familiarizar os produtores austríacos com o mercado brasileiro e com as necessidades do freguês brasileiro. Em 1857 o Conselho Imperial de Comércio enviou uma coleção de artigos de exportação a bordo da corveta *Carolina* para ser exibida no Rio. Esta expedição confirmou a crítica anterior da *Novara* e provou que não se haviam escolhido modelos para corresponder às necessidades do comprador brasileiro; as amostras de roupa não tinham sido selecionadas para o clima e grande número de outros fatôres de que dependia o êxito do comércio, tinham sido desprezados ([51]). Na opinião de Sonnleithner, a feira foi um malôgro; êle criticou severamente os erros em seu *memorandum* ao Imperial Conselho de Comércio ([52]). Não era possível limitar-se à oferta de artigos sem levar em conta as necessidades específicas e as necessidades do mercado. Não havia nenhuma necessidade de oferecer foices, cachimbos e coisas que para os brasileiros não têm utilidade. Semelhantemente, artigos de lã grossa, mantas, material de amostra e cristais fora da moda e sem utilidade, não se devia esperar que fôssem vendidos.

Os comerciantes austríacos simplesmente não dispunham de estudo sério e profundo das condições do mercado brasileiro. Outras nações, como a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e a Alemanha, estavam bem informadas a respeito do mercado. Mantinham não sòmente casas de comércio no Brasil, mas agentes permanentes por tôda a Europa, que compravam sistemàticamente os artigos desejados e não repousavam na sorte. Não é pois surpreendente que levassem a dianteira sôbre os vendedores austríacos, não por causa da superior qualidade da mercadoria, mas devido a uma correta informação das condições do mercado. As dificuldades, aumentadas pela falta de regras permanentes para a navegação, nunca foram superadas pela Áustria. Mesmo os melhores *memoranda* e os melhores pareceres falharam porque não eram estudados com atenção. É assim que o comércio da Áustria com o Brasil nunca se desenvolveu dentro da maior possibilidade.

Não logrando intensificar o comércio com o Brasil, a Áustria tentou compensar essa falta desenvolvendo intensamente as relações comerciais com outros países da América do Sul. De nôvo manifestou oficialmente o desejo de concluir

---

(51) *Staatskanzlei.* Brasil: ofício do Rio, de 10 de janeiro de 1858.

(52) *Ibid.*, o *memorandum* sôbre a extensão e os fundamentos das relações comerciais entre a Áustria e o Brasil está anexo.

tratados de comércio e navegação com o Chile, Argentina, Peru e Uruguai. Já ao tempo da expedição *Novara,* Wüllerstorf, comandante da expedição, foi autorizado pelo Ministério do Exterior, que o havia munido de minutas para vários tipos de convênios de comércio, a concluir tratados de comércio com êsses países ([53]). Mas a fragata foi chamada de volta de repente, e as negociações nunca foram iniciadas ([54]).

Já anteriormente tinham-se feito tentativas, na década de 30, mas só em 10 de maio de 1851 foram trocadas notas entre o Chile e os Ministérios austríacos que finalmente resultaram em um convênio de reciprocidade de taxas de cais e navegação para navios mercantes ([55]). Em 1858 o Uruguai tomou a iniciativa de propor fôssem entabuladas negociações entre as duas nações ([56]). Como resultado o Conselho Imperial de Comércio enviou uma nota ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pedindo o reconhecimento oficial do Chile e do Uruguai. Uma decisão negativa do Ministério dos Estrangeiros, contudo, fêz com que fôssem adiadas as negociações. No caso do Uruguai, a retomada das tratativas ocorreu no Rio, em 1864, a pedido do conde de Rechberg ([57]).

Entrementes eram estabelecidas relações diplomáticas com a maior parte dos Estados da América do Sul a cujos funcionários consulares foram dados mùtuamente o *exequatur.* As minutas, preparadas outrora para a expedição da *Novara,* serviram então de base para as negociações iniciadas por Sonnleithner em 1865. Ainda que, em princípio, a conclusão dos tratados fôsse o reconhecimento recíproco da independência, as minutas de 1865 ainda não continham a cláusula específica: "*(...) considérant l'indépendance politique des deux états respectifs*" ([58]). Foi preciso algum tempo, pois, para se chegar a ponto de firmar os tratados. Mas em 1870 quatro dêles foram assinados: com o Peru, a 2 de maio, em Lima; com o Chile, a 14 de junho, em Santiago; com a Argentina, a 27 de

---

(53) Minuta dos tratados para uso de Wüllerstorf ocorrem no *Ministerium des Aeusseren. Administrative Registratur,* F. 44, pasta 30.

(54) O rompimento da guerra com a Lombardia em 1859 obrigou o govêrno a chamar a fragata imediatamente. Ela voltou sem escalas de Valparaíso a Trieste.

(55) BITTNER, *op. cit.,* n.º 2.489.

(56) *Staatskanzlei,* Brasil: ofício do Rio, de 14 de maio de 1858.

(57) *Ministerium des Aeusseren. Administrative Registratur,* F. 34, notas administrativas n.ºs 12.097 e 12.160, 1859, pasta 30.

(58) *Gesandschaftsarchiv Brasilien,* ofício do Rio, de 6 de janeiro de 1866. Aditamento ao despacho para o Rio, de 29 de setembro de 1865.

outubro, em Buenos Aires; e com o Uruguai, a 7 de dezembro, em Montevidéu (59).

Enquanto não conquistava o comércio do Brasil durante a década de 60, a Áustria contudo continuou pensando neste mercado. Já em 1848, o princípio da reciprocidade absoluta tinha sido decidido entre a Áustria e o Brasil. Na década de 60 êste princípio foi tomado como base das discussões. Assim, por exemplo, o govêrno austríaco pediu que as isenções de taxas para o *exequatur* fôssem concedidas aos funcionários consulares austríacos. Por troca de notas de 8 e 9 de agôsto de 1867, o Brasil aceitou êsse princípio, na base da estrita reciprocidade (60).

A despeito da instabilidade das relações entre a Áustria e o Brasil, o Brasil participou da Feira Internacional de Viena em 1873, e de maneira grandiosa. Uma comissão especial brasileira para a exposição foi incumbida das operações. O presidente da comissão era o príncipe Luís Augusto Eudes [duque de Saxe-Coburgo-Gota] (*), e o enviado à Côrte de Viena barão Varnhagen de Pôrto Seguro (**) foi nomeado vice-presidente. Um nutrido folheto intitulado *O Império do Brasil na Feira Internacional de Viena de 1873* foi publicado para propaganda do Brasil e para servir de uma espécie de guia do Brasil, o país, sua população, suas instituições e condições gerais. O folheto contém um parágrafo que é provàvelmente a justificativa principal da participação do Brasil na feira:

> Quanto à futura emigração para o Império do Brasil, aproveitamos a oportunidade apresentada pela feira de Viena para reproduzir o Breve Sumário que consta da publicação feita em 1867, por ocasião da exposição de Paris (61).

Mas só dois anos depois, nova alteração ocorreu entre os dois governos. A 13 de dezembro de 1875, o govêrno brasileiro

---

(59) BITTNER, *op. cit.*, n.os 3.829, 3.831, 3.851 e 3.855. Textos dos tratados em Ferdinand ATTLMAYER: *Die elemente des Internationalen Seerechtes*, Viena, 1873, vol. II. Tratado com a Argentina, vol. II, p. 3; Chile, vol. II, p. 30; Peru, vol. II, p. 434; Uruguai, vol. II, p. 605. Assinou pela Áustria o vice-almirante barão von Petz. Com relação ao tratado com a Argentina, v. comunicações e pastas de 1874 no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Viena.

(60) BITTNER, *op. cit.*, n.os 3.699 e 3.700. A troca de notas ocorre em NEUMANN, *op. cit.*, vol. XI, p. 226.

(*) O príncipe Luís de Saxe-Coburgo-Gota era genro do Imperador D. Pedro II, casado com sua segunda filha D. Leopoldina.

(**) Francisco Adolfo de Varnhagen, barão e visconde de Pôrto-Seguro era o Ministro do Brasil em Viena.

(61) *Das Kaiserrreich Brasilien auf der Wiener Weltausstellung von 1873*, Rio de Janeiro, 1873, 408 páginas.

decretou que uma taxa de faróis deveria ser paga pelos navios estrangeiros. A 21 de julho de 1876, o barão de Schreiner, Enviado Austríaco no Brasil, requereu ao govêrno brasileiro que concedesse aos navios austríacos os mesmos direitos que aos navios brasileiros, como era costume, e que devolvesse as taxas a mais que já haviam sido pagas. Apelando para a troca de notas de 1848, declarou que elas só poderiam ser alteradas por entendimento recíproco. Em resposta, dois meses depois, o ministro brasileiro dos Estrangeiros, o barão de Cotegipe, declarava que o Brasil não mais se considerava adstrito às notas em causa e que se sentia livre para exigir novas tarifas diferenciais. A nota tratava do problema das notas de 1848 em conjunto, e declarava que elas não podiam ser consideradas como um convênio recíproco como pretendia a Áustria. Em sua resposta, de 4 de fevereiro de 1877, o barão de Schreiner declarava:

> O govêrno declara não mais válida a prática seguida desde a troca de notas de 1848 até o presente, segundo a qual os navios mercantes brasileiros foram tratados na mesma base que os navios nacionais nos portos do Império Austro-Húngaro (62).

Ao receber a resposta de Schreiner, o govêrno austríaco enviou uma nota ao *Gubernium* da Marinha em Trieste, para que, a partir de 22 de março de 1877, a reciprocidade dos navios brasileiros com os austríacos fôsse considerada cancelada. Não era pois uma base para a expansão do comércio no Brasil.

O ano de 1877 é talvez o verdadeiro ano decisivo nas relações comerciais entre os dois países; depois dêsse ano, os esforços da Áustria concentravam-se crescentemente nos Estados da América do Sul, enquanto decresciam no Brasil. Não ocorreu nenhum renascimento. As missões futuras, ainda que ressaltassem as antigas dificuldades e sugerissem modificações, aceitaram a ruptura entre a Áustria e o Brasil como fato consumado. Os relatórios comerciais da fragata *Donau,* na viagem de 1883-1884 (63), observam que o único produto austríaco ainda permanecendo no mercado da Bahia era o trigo de Trieste. A corveta *Aurora,* numa expedição em 1884-1885 (64), parou no Brasil; informou o comandante que o comércio com

---

(62) Neumann, *op. cit.,* vol. xvi, p. 30.

(63) *Die transatlantische Reise S. M. Corvette* Donau *in den Jahren 1883-1884.* Publicado pelo Serviço Imperial Hidrográfico, Viena, 1884, 120 páginas.

(64) *Die Reise S. M. Corvette* Aurora *nach Brasilien und den La Plata Staaten in den Jahren 1884-1885,* Pola, 1885, p. 10.

o Brasil estava em declínio enquanto que com o Rio da Prata estava em ascensão. A *Aurora,* enviada especìficamente ao Brasil e Rio da Prata para verificar as condições comerciais locais, examinou os portos da Bahia, Rio, Santos, Florianópolis e Pernambuco. Às velhas queixas de falta de navios e de representação adequada, foi acrescentada uma terceira: quando os produtos da Áustria eram freqüentemente desejados, eram embarcados através de varejistas de outras nações. Por exemplo, mobílias da firma Thonet, de Viena, eram importadas através de uma firma alemã, de Hamburgo; a cerveja chamada *Wiener Dreher,* encontrava-se em cervejarias alemãs, mas abusavam da marca austríaca. Ainda que a queixa tivesse sido atenuada por uma declaração austro-brasileira de proteção recíproca das marcas registradas (65), as firmas não obedeciam a nenhuma regra. Diz a respeito um relatório da *Aurora:*

Como é sabido, não é só o Brasil que se queixa de nossa falta de adaptabilidade; é, por isso, surpreendente que não se tenha ainda entendido que os produtores têm de se conformar aos consumidores e não vice-versa (...). Sabe-se muito pouco, do outro lado do oceano, a respeito da capacidade de nossa indústria; não é de admirar-se que haja pouco interêsse por ela. Um de nossos erros mais sérios é o de não ter representantes comerciais nos principais postos de comércio, deixamos, assim, entregue à boa vontade dos estrangeiros o comprarem, ou não, nossas mercadorias.

São necessárias as seguintes condições para aumentar o comércio:

1) estabelecimento de linhas regulares de vapôres;
2) reorganização do comércio com o Brasil através de delegações e instalações de grupos nacionais;
3) fundação de um banco destinado a manter as transações comerciais;
4) reorganização do sistema consular (66).

Depois de referir-se às decepcionantes experiências anteriores, acrescenta o relatório:

Considerando as inúmeras ocasiões em que as providências acima referidas, imperativas para qualquer comércio marítimo, foram sugeridas, quase que se pode desistir, e considerar que é sina da Áustria não tomar em consideração qualquer conselho ou aviso (67).

Quase idênticas às conclusões da *Aurora* são as minuciosas conclusões do capitão Müldner, relativas à sua viagem de

---

(65) BITTNER, *op. cit.,* n.º 4.486.

(66) *Die Reise S. M. Corvette* Aurora, *op. cit.,* pp. 32-47-52.

(67) *Ibid.,* p. 52.

1885-1886 a bordo do *Albatroz*, que passou por Pernambuco, Bahia, Rio, Paranaguá, Antonina, Santos e Florianópolis [68]. O destino implacável da Áustria era não realizar nunca plenamente as exigências especiais do comércio ultramarino. Eternamente havia de "parar a meio caminho, empregando, sòmente, metade de suas possibilidades" [69].

Enquanto durou o Império Brasileiro, a Áustria não conseguiu, nem utilizar suas relações de família, nem explorar suas relações favoráveis na política. Como ficou exposto acima, as razões do malôgro estavam na estrutura do comércio austríaco, que não conseguia livrar-se dos limites continentais e ficava assim incapaz de alcançar um mercado além do vasto horizonte [70]. É interessante, porém, estudar as tentativas da Áustria de estender suas relações de família e de política ao Brasil, de modo a realizar um intercâmbio comercial proveitoso e abrir as portas do Nôvo Mundo. O esquema dos fatos puros e simples da experiência, forma o quadro real das relações da Áustria com o Brasil. As relações comerciais realmente estabelecidas revelam claramente a distância entre as intenções e suas realizações, entre a vontade e a capacidade, e é, assim, um verdadeiro espelho das relações entre os dois países.

---

(68) Jerolim BERKO, *Reise Seiner Majestät Schiff* Albatros *nach Südamerik, dem Caplande und Westafrika 1883-1886*, Pola, 1889, pp. 59-154.

(69) É o caso de citar-se o famoso verso do grande poeta austríaco GRILLPARZER: "É o costume de nossa Nobre Casa percorrer hesitantemente meios caminhos, realizar meios feitos por meios instrumentos". *Conflito da Casa de Habsburgo,* segundo ato, Viena, 1872.

(70) Cf. Adolf BEER: *Die österreichische handelpolitik im neuzehnten Jahrundert,* Viena, 1891, vol. x, 618 páginas.

X

Conclusão

Êste estudo das relações entre a Áustria e o Brasil de 1822 a 1889 leva a certas conclusões principais. A razão pela qual as duas nações não atingiram um grau bastante elevado de intercâmbio talvez se encontre na posição geográfica dos dois impérios. Não poderiam ser aliados naturais em face da enorme distância que os separava. Êste obstáculo tornava-se particularmente grave pelo fato de nenhum dos dois países dispor de marinha mercante considerável. Outro fator importante que contribuiu para o malôgro da realização de relações proveitosas entre os dois países era a diferença ideológica, apesar de adotarem ambos a forma monárquica.

A Áustria era uma velha monarquia com tradições conservadoras. O Brasil era um jovem Império, de origem colonial, nascido de uma revolução, demasiadamente liberal e democrática para o govêrno reacionário da Áustria. Metternich, por exemplo, nunca foi a favor da declaração da independência em relação a Portugal, e reclamava constantemente a eliminação dos elementos revolucionários no Brasil. Esta diferença ideológica tornou-se mais aguda pela tendência dos funcionários austríacos em olhar com desprêzo para o nível cultural demonstrado pelos brasileiros.

O Brasil surgia como um Estado independente entre as potências num momento em que a Áustria era uma das nações líderes do mundo e Metternich, seu chanceler, o estadista mais notável da Europa. Empenharam-se os funcionários austríacos em recolher as provas de que a côrte brasileira era uma instituição selvagem comparada ao alto nível de cultura revelado pela Família Imperial Austríaca. Os diplomatas austríacos eram meticulosos, reservados e profundamente enfronhados das regras diplomáticas e costumes. Eram diplomatas de carreira, cônscios da importância da Áustria nos negócios internacionais e animados pelo govêrno a difundir a influência

austríaca, enquanto os diplomatas brasileiros não tinham tradição e estavam tolhidos completamente por uma política isolacionista. A inabilidade da côrte do Brasil em dominar a complexidade do govêrno, especialmente nos anos de formação, fêz com que a côrte austríaca perdesse a confiança nela e assumisse o papel de conselheira da nova monarquia.

A Áustria sempre limitou a sua ajuda a uma orientação dada livremente. A côrte de Viena encorajava insistentemente a côrte do Rio a alcançar o ideal de govêrno encarnado no imperador Francisco I e seu chanceler Metternich. Tal tipo de govêrno, aconselhava Viena, só seria capaz de sobreviver, se tôdas as revoltas fôssem ràpidamente abafadas por fôrça militar. Não é difícil imaginar que a côrte do Rio em breve se cansou dêsses conselhos infindáveis dados sem o apoio material necessário.

A base mais significativa da aliança austro-brasileira foi sem dúvida a solidariedade dinástica resultante do casamento de D. Leopoldina com o príncipe D. Pedro. O casamento abriu a porta às relações diplomáticas, econômicas e culturais, que provàvelmente não teriam ocorrido, se tais laços de família não se tivessem estabelecido. Polìticamente D. Leopoldina pôde intervir em Viena em favor do reconhecimento do nôvo Estado, e Metternich pôde dirigir e modificar a política brasileira em relação a Portugal, particularmente na tentativa de reconciliação em D. Pedro e D. Miguel. A morte prematura de D. Leopoldina encerrou efetivamente as ligações entre as nações. Se ela tivesse sobrevivido, teria incontestàvelmente conseguido reforçar os laços de família entre os dois impérios e, em conseqüência, as relações diplomáticas teriam sido de maior significação. Sua morte, tão cedo, contribuiu ainda para esfriar as relações, particularmente porque foi amplamente sabido que ela não conseguira encontrar felicidade completa com D. Pedro, que se inclinava a dar importância demasiada à sua amante.

Anos depois, quando D. Pedro autorizou seu sogro em Viena a obter-lhe uma segunda mulher, ficou provado que a publicidade a respeito da amante de D. Pedro tinha sido forte demais e que, em conseqüência, era impossível encontrar uma princesa da Europa que quisesse casar com o jovem Imperador. O malôgro de Viena em obter uma mulher para D. Pedro contribuiu para diminuir o intercâmbio diplomático.

O nôvo malôgro de Viena em obter mulher para D. Pedro II, não sòmente significou o fim das relações íntimas entre

a Áustria e o Brasil mas azedou a côrte do Rio contra sua amiga e aliada na Europa. A influência austríaca no Brasil declinou e, daí por diante, tornou-se a Áustria uma simples espectadora dos negócios do Brasil, que ela era incapaz de dirigir ou influenciar. A simples memória de D. Leopoldina provou ser insuficiente para sustentar uma profunda amizade e cooperação entre os dois impérios. A Áustria foi incapaz de manter ou substituir os laços dinásticos por elementos mais duráveis. O elemento germânico no Brasil nunca cessou seus esforços para cultuar a memória de D. Leopoldina, mas seus esforços foram insuficientes para influenciar a ação dos podêres competentes.

Em matéria de relações culturais, permanecem resultados dos esforços dos exploradores austríacos no Brasil durante o princípio do século XIX. A exposição de peças de história natural do Brasil em Viena ficou sendo a exposição mais popular durante o século. A publicação dos trabalhos dos exploradores é ainda lida e serve de estímulo para o estudo do hemisfério ocidental na Áustria; e ainda que sejam familiares o Brasil e suas instituições a muitos austríacos, muito poucos têm conhecimento dos outros países ibéricos da América. O museu de História Natural de Viena ainda registra o Brasil como uma de suas maiores atrações. Em Munique, Alemanha, a exposição das peças obtidas por Spix e Martius foi exibida igualmente com predomínio através de anos.

A emigração da Áustria para o Brasil foi insignificante durante êsse período porque os Habsburgos estavam convencidos de que a população era a verdadeira riqueza de uma nação, e o ideal dêles era aumentá-la em vez de diminuí-la, a fim de reforçar e fortificar a posição de seu Império dentro do concêrto das grandes potências européias. Por outro lado, o Brasil não estava ansioso por aumentar a população branca dentro de suas fronteiras. O que êle queria era obter trabalhadores brancos a fim de se ver livre dos escravos, mas temia obter trabalhadores brancos em quantidade demasiada, com mêdo de pôr em risco o tráfico de escravos em que se baseava a economia do país. A diminuição do trabalho escravo produzido pela pressão inglêsa, porém, foi o fator principal que levou o Brasil a vencer suas suspeitas em relação aos estrangeiros e começar a recrutar colonos.

Como a aspiração básica nacional da Áustria era aumentar a população, todos os relatórios austríacos relativos à emi-

gração tendem a defender os pontos de vista da política nacional; assim, por exemplo, os jornalistas exploravam as histórias dos agentes de recrutamento e narravam as doenças, a falta de alimentação, o baixo nível de vida no Brasil para os emigrantes. Com todo o respeito aos pontos de vista da Áustria, em relação aos seus emigrantes para o Brasil, um exame imparcial demonstraria provàvelmente que o emigrante austríaco estava em condições superiores às dos habitantes do Brasil, mesmo que não estivessem em condições superiores às da sua pátria nativa.

As relações comerciais entre as duas nações malograram-se na maior parte porque o mercado da Áustria, por natureza fechado, não podia orientar-se para os negócios transoceânicos. As mercadorias austríacas nunca foram capazes de competir com as inglêsas e francesas no Brasil. Os inglêses tinham logo obtido concessões comerciais e eram, pois, a nação mais favorecida. O relatório do barão von Walther sôbre a situação do comércio entre a Áustria e o Brasil (acima referido) contém uma excelente exposição do assunto. Seu relatório sôbre o momento aplica-se exatamente tanto ao fim do século quanto à data de 1820 em que foi apresentado.

Assim, nesse estudo, descrevendo as simples relações diplomáticas e culturais entre uma antiga e grande potência da Europa e um jovem e animoso Estado do Nôvo Mundo, tentei dar um quadro exato dos laços tecidos entre os dois Impérios.

TÁBUA I

REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS DA ÁUSTRIA NO BRASIL

1817	Josef, barão de Neveu [von Windschläg]	Encarregado de Negócios
1817	Conde Wrbna	Enviado Especial de Francisco I, incumbido de participar dos desposórios do príncipe D. Pedro
1817	Emmanuel Josef, conde von Eltz	Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
1818	Josef, baron von Neveu von Windschläg	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (faleceu no Rio, 1819)
1819	Philip Leopold Wenzel, baron von Mareschall	Encarregado de Negócios
1820	Bartholomäus, barão von Stürmer	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1822-1825	Philip Leopold Wenzel, barão von Mareschall	Agente
1826	Philip Leopold Wenzel, barão von Mareschall	Encarregado de Negócios
1827-1830	Philip Leopold Wenzel, baron von Mareschall	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1830	Leopold, barão von Daiser zu Sylbach	Encarregado de Negócios
1839	Leopold, barão von Daiser zu Sylbach	Ministro Residente
1841	Leopold, barão von Daiser zu Sylbach	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1844	Bernhard, conde von Rechberg-Rothenlöwen	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1847	Hippolyt von Sonnleithner	Encarregado de Negócios *ad interim*
1855	Hippolyt von Sonnleithner	Ministro Residente
1868	Emmanuel, conde von Ludolf	Ministro Residente
1870	Emmanuel, conde von Ludolf	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1873	Hippolyt, barão von Sonnleithner	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1875	Gustav, barão von Schreiner	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1882	Alois, barão von Seiller	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1889	Rudolf, conde von Welsersheimb	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário

TÁBUA II

REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS DO BRASIL NA ÁUSTRIA

Representante	Cargo
1817 — Rodrigo Navarro de Andrade, depois barão de Vila Sêca	Encarregado de Negócios
1820 — Rodrigo Navarro de Andrade, depois barão de Vila Sêca	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1823 — Antônio Teles da Silva Caminha, visconde e marquês de Resende	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial
1824 — Antônio Teles da Silva Caminha, visconde e marquês de Resende	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1827 — Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, visconde e marquês de Barbacena	Embaixador Extraordinário *ad hoc.*
1828 — D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, marquês de Maceió	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1830 — Isidoro da Costa e Oliveira	Encarregado de Negócios
1831 — Amaro Guedes Pinto	Encarregado de Negócios
1831 — João Alves de Brito	Encarregado de Negócios
1833 — Eustáquio Adolfo de Melo e Matos	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1836 — Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes (recusou, depois de nomeado)	Ministro Residente
1836 — João Alves de Brito	Encarregado de Negocios *ad interim*
1836 — João Antônio Pereira da Cunha	Ministro Residente
1841 — Bento da Silva Lisboa, depois barão de Cairu	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1843 — Cândido Batista de Oliveira	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1844 — Sérgio Teixeira de Macedo	Ministro Residente
1847 — Sérgio Teixeira de Macedo	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1848 — Paulo Barbosa da Silva	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1851 — Antônio José Lisboa	Encarregado de Negócios
1856 — Antônio José Lisboa	Ministro Residente
1859 — Domingos José Gonçalves de Magalhães, depois visconde de Araguaia	Ministro Residente
1867 — Antônio José Duarte de Araújo Gondim, depois barão de Araújo Gondim	Ministro Residente
1870 — Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro	Ministro Residente
1871 — Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (falecido em Viena, 1878)
1878 — Francisco Xavier da Costa de Aguiar d'Andrada, barão de Aguiar d'Andrada	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1881 — Antônio Pedro de Carvalho Borges, barão de Carvalho Borges	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
1884 — Júlio Henrique de Melo e Alvim	Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário

Bibliografia

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivos de Estado da Áustria

As fontes principais para elaboração desta dissertação foram o *Haus-Hof-und Staatsarchiv* (Arquivo da Casa, da Côrte e do Estado) da Áustria e seus vários departamentos. Cada pasta utilizada neste estudo leva a data e o nome exatos e o departamento onde foi consultado. Foram consultados os seguintes departamentos do dito arquivo:

1) *Staatenabteilungen* (Departamento de Estado) — 1815-1848 — Pastas do Brasil, Inglaterra, França, Portugal e Roma.
2) *Staatskanzlei* (Chancelaria de Estado) — *Indicae,* 1815-1848 — *Interiora* (Negócios interiores). Contém as circulares, instruções, relatórios e informações pessoais.
3) *Ministerium des Aeusseren* (Ministério dos Negócios Estrangeiros) — *Politisches Archiv* (Arquivos políticos) — de 1848-1889 quanto ao Brasil, Inglaterra, França, Hamburgo e Portugal. Contém circulares, relatórios, trocas de notas e serviço de informações. — *Administrative Registratur* (Pastas de Administração) n.os F. 2, F. 4, F. 5. As pastas relativas ao comércio e política social entre 1830-1870 foram retiradas das administrativas e constituem hoje a pasta n.o 30 do *Staatenabteilung Brasilien.*
4) *Gesandtschaftsarchiv Brasilien* (Arquivos da embaixada no Brasil).
5) *Familienarchiv* (Arquivo da Família) — *Familienkorrespondenz* (Correspondência da Família) — *Ministerium des kaiserlichen Hauses* (Ministério da Casa Imperial) — *Verehelichungen* (Casamentos).
6) *Urkunden* (Provisões).
7) *Kabinettsarchiv* (Arquivo do Gabinete) — *Geheimakten* (Pastas secretas).
8) *Hofarchiv* (Arquivo da Côrte) — *Obersthofmeisteramt* (Cerimonial da Côrte) — *Oberstkämmereramt* (Camaristas do Imperador).

Para uma vista geral, cf. *Complete Inventory of the Vienna Haus-Hof-und Staatsarchiv,* vol. 1-5, Viena, 1936-1940.

Dicionários e enciclopédias

Allgemeine Deutsche Biographie, vol. XXXVIII, Leipzig, 1894.

ATTLMAYER, Ferdinand: *Die Elemente des Internationalen Seerechtes,* vol. II, Viena, 1873.

BECKER, Thieme: *Allgemeines Lexikon der bildenden Künste,* vol. XII, Leipzig, 1928.

BEER, Adolf: *Die österreichische Handelspolitik im neunzehnten Jahrundert,* vol. X, Viena, 1891.

BEHR, Karl von: *Die Genealogie der in Europa regierenden Fürstenhäuser,* 2.a ed., Leipzig, 1870.

BITTNER, Ludwig: *Chronologisches Verzeichnis der österreichischen Staatsverträge,* vols. II e III, Viena, 1848-1911.

BUCHBERGER, Michael: *Kirchliches Handlexikon,* vols. I e II, Munique, 1907.

CZIKAM, J. J., e F. GRAEFFLE: *Österreichische Nationalenzyklopädie,* Viena, 1836.

Enciclopedia Italiana, vols. VII. XXVIII, Roma, 1939.

FITZINGER, Joseph Leopold: *Geschichte des K. K. Hof-naturalien-Kabinetts zu Wien,* vol. III, Viena, 1868.

GUIMARÃES, Argeu Segadas Machado: *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional,* Rio de Janeiro, 1938.

HORMAYR, Freiherr Josef von: *Der österreichische Plutarch oder Leben und Bildniesse: aller Regenten und der berühmten Feldherren, Staatsmänner, Gelehrten und Künstler des österreichischen Kaiserstaates,* vol. XX, Viena, 1814.

1.100 Jahre österreichische und europäische Geschichte in Urkunden und Dokumenten des Haus-Hof-und Staatsarchiv, Viena, 1949.

MARTENS, G. F. von: *Nouveau recueil général des traités,* 2.ª série, vol. VII, Göttingen, 1843.

MAYR, Joseph Karl: *Geschichte der österreichischen Staatskanzlei im Zeitalter des Fürsten Metternich, Inventare österreichischer staatlicher Archive,* vol. III, Viena, 1935.

MISCHLER-ULBRICH: *Österreichisches Staatswörterbuch,* vols. I, IV, Viena, 1909.

Nationalenzyklopädie österreichische hgg von Gräffer-Czikam, vols. I, VI, Viena, 1835.

NEUMANN, Leopold: *Recueil des traités et conventions conclus par l'Autriche avec les puissances étrangères depuis 1763,* vol. IV, Leipzig, 1855.

WURZBACH, Constantin von: *Biographisches Lexikon des Kaisertums Österreich,* vols. XVI, XXV, XLIV, Viena, 1891.

Leis e documentos oficiais

Handbuch aller unter der Regierung Kaiser Josef II für die K. K. Erbländer ergangenen Verordnungen und Gesetze, vol. VI, Viena, 1876.

Reichsgesetzblatt der im Reichsrat vertretenen Königreiche und Länder, Viena, 1884.

Sachsenspiegel-Land-und Lehensrecht, ed. de Karl August Eckhardt, Hanôver, 1933.

Seiner K. K. Majestät Franz des Ersten politische Gesetze und Verordnungen für sämtliche Provinzen des österreichischen Kaiserstaaten mit Ausnahme von Ungarn und Siebenbürgen, vol. LX, n.º 34, Viena, 1834.

Seiner K. K. Majestät Kaiser Franz des Ersten politische Gesetze und Verordnungen, vol. LXI, n.º 59, Viena, 1835.

Memória

METTERNICH, Prince C. L.: *Nachgelassene Papiere.* Coligidos por Richard Metternich, filho do autor, 2 vols. (in *Haus-Hof-und Staatsarchiv,* Viena).

Descrições e viagens

POHL, Johann Emmanuel: *Reise im innern von Brasilien,* 3 vols., Viena, 1832-1837. [Tradução brasileira, João Emanuel POHL: *Viagem no Interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821 por ...,* traduzido por Teodoro Cabral. Edição do Instituto Nacional do Livro, Rio, 1951, 2 vols.]

Die Reise der österreichischen Fregatte Novara *um die Erde in den Jahren 1857, 1858, 1859, unter dem Befehl des Commodore Bernhardt von Wüllerstorf-Urbair,* 21 vols., Viena, 1874.

Die Reise S. M. Corvette Aurora *nach Brasilien und den La Plata Staaten in den Jahren 1884-1885,* Pola, 1885.

SANDLER, Michael: *Plantarum Brasiliae Icones et Descriptiones hactenus ineditae*, 2 vols., Viena, 1927.

SCHREIBERS, Director von: *Nachrichten von den Kaiserlich österreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit*, Viena, 1820.

SCHROFT, Richard: *Die österreichisch-ungarische überseeische Kulturarbeit und Auswanderung*, Viena, 1894.

SPIX, Johann von, e Carl F. Ph. von MARTIUS: *Historia Naturalis Palmarum*, 3 vols., Munique, 1892.

SPIX, Johann von, Carl F. Ph. von MARTIUS e outros: *Flora brasiliensis*, 40 vols., Munique, 1906.

Die Transatlantische Reise S. M. Corvette Donau *in den Jahren 1883-1884*, Viena, 1884.

WIED-NEUWIED, Príncipe Max von: *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817*, 2 vols., Frankfurt, 1820. [Tradução brasileira: MAXIMILIANO (Príncipe de Wied-Neuwied), *Viagem ao Brasil*. Trad. de Edgar Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo, 2.ª ed., refundida e anotada por Olivério Pinto, Brasiliana, S. Paulo, 1958.]

Relatório

Leo Association: *Die katholische Kirche unserer Zeit*, vol. III, Viena, 1902.

FONTES SECUNDÁRIAS

Jornais e periódicos

Ausburger Allgemeine Zeitung, n.º 64, 5 de março de 1858. [Editorial sôbre a imigração para o Brasil.]

Deutsche Rio-Zeitung, n.º de 12 de dezembro de 1926. [Editorial a respeito do primeiro centenário da morte de D. Leopoldina.]

Isis, IV publicação, 17.º ano, Viena, 1833. [Artigo do diretor von Schreibers sôbre a organização e composição do Museu Brasileiro de Viena.]

Isis, VI publicação, 17.º ano, Viena, 1833. [Publicação de um discurso de Joseph Natterer.]

Isis, VII publicação, 17.º ano, Viena, 1833. [Comentários acêrca da viagem de Johann Natterer.]

Der Kaiserreich Brasilien auf der Wiener Weltausstellung von 1873, Rio de Janeiro, 1873.

Atas da Imperial Academia de Ciências, Secção de Matemática e Ciências Naturais, vol. XX, Viena, 1856. [Dois ensaios escritos por A. Pelseln sôbre a ornitologia do Brasil.]

Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte, vol. XXXVII, Berna, 1916. [Ilustração de Hans Fehr sob o título de *Die Staatsauffassung*, Eikes von Regpau.]

Wiener Zeitschrift, n.º 145, Viena, 1821. [Gravuras de botocudos do Brasil.]

Trabalhos gerais

ANDLAW, F. von: *Erinnerungsblätter aus den Papieren eines Diplomaten*, Viena, 1857.

BEIDTEL, Ignaz: *Geschichte der Österreichischen Staatsverwaltung*, Innsbruck, 1889.

BERKO, Jerolim: *Reise Seiner Majestät Schiff* Albatros *nach Südamerika, dem Caplande und Westafrika, 1883-1886*, Pola, 1889.

BIBL, Viktor: *Kaiser Franz und sein Erbe*, Viena, 1922.

BIBL, Viktor: *Kaiser Franz,* Leipzig, 1938.

BORÖDAJKEWICZ, Taras: "Die Kirche in Österreich" von Nadler-Srbik: *Österreiche Erbe und Sendung,* Viena, 1936.

BOTELHO, A. Roberto de Arruda: *Le Brésil et ses relations extérieures,* Paris, 1935.

BRANDENBURGER, Josef: *Ein Blatt aus der Kirchengeschichte Brasiliens. Zeitschrift für Katholische Theologie,* n.º 37, Innsbruck, 1913.

BRUNNER, Otto: *Adeliges Landleben und europäischer Geist,* Salzburgo, 1949.

BRYCE, James: *The Holy Roman Empire,* Londres, 1921.

BUCHER, W.: *Grillparzers Verhaeltniss zu der Politik seiner Zeit,* Marburgo, 1913.

CALÓGERAS, João Pandiá: *A política exterior do Império,* 3 vols., Rio e S. Paulo, 1927-1933.

CHARMATZ, Richard: *Geschichte der auswärtigen Politik Österreichs im 19 Jahrundert,* vols. I, II, Leipzig, 1912.

CORTI Egon Caesar: *Maximilian und Charlotte von Mexico,* vols. I, II, Zurique, 1924.

CORTI, Egon Caesar: *Vom Kind zum Kaiser,* Viena, 1950.

COSTA, Sérgio Correia da: *Pareceres do Conselho de Estado e do consultor do Ministério dos Negócios estrangeiros 1842-1849,* editado por ..., Rio de Janeiro, 1942.

EGER, Joseph: *Geschichte Tirols,* 4 vols., Innsbruck, 1880.

ENGEL-JANOSI, Friedrich von: *Der Freiherr von Hübner 1811-1892,* Österreichische Institut für Geschichteforschung, Innsbruck, 1933.

ENGEL-JANOSI, Friedrich von: *Graf Rechberg Vier Kapitel zu zeiner und Österreichs Geschichte,* Munique, 1927.

ENGEL-JANOSI, Friedrich von: *Über die Entwicklung der sozialen und staatsrechilichen Verhältnisse im Deutschen Österreich, 1815-1848.* Vierteljahresschrift für Sozial-und Wirtschaftsgeschichte, vol. XVII, Berlim, 1924.

ENGEL-JANOSI, Friedrich von: *Zur Genesis der Revolution von 1848. Zeitschrift fur öffentliches Recht III,* Viena, 1922.

FEHR, Hans: *Das Recht im Bild, Kunst und Recht,* vol. I, Berna, 1923.

FOURNIER, August: *Kollowrat und die österreichische Staatskonferenz. Österreichische Rundschau 34,* Viena, 1907.

FRIEDJUNG, Heinrich: *Österreich von 1848 bis 1860,* Stuttgart, 1908.

GERLOFF, Wolfgang: *Die Staatstheorie und Staatspraxis des kameralistischen Verwaltungsstaates. Abhandlungen aus dem Staats-und Verwaltungsrecht,* n.º 56, Breslau, 1937.

GONZAGUE, Louis de: *Une page de l'histoire du Brésil, Mgr. Vital* (Antônio Gonçalves de Oliveira), Archives franciscaines 6, Paris, 1912.

GRANDERATH, Theodor: *Geschichte des Vatikanische Konzils,* vol. I, Friburgo, 1920.

GRILLPARZER, Franz: *A quarrel in the House of Habsburg,* Viena, 1872.

HARTUNG, Fritz: *Die Krone als Symbol der monarchischen Herrschaft im ausgehenden Mittelalter. Abhandlungen der preussischen Akademie der Wissenschaften,* Berlim, 1940.

HERGENRÖTHER, Kardinal: *Handbuch der allgemeinen Kirchengeschichte,* vol. IV, Friburgo, 1924.

HINSCHIUS, Paul: *Das Kirchenrecht der Katholiken unter Protestanten,* vol. I, Berlim, 1869.

HUSSAREK, Max: *Die Krise und die Lösung des Konkordats vom August 18, 1855,* Archiv fur österreichische Geschichte 112, Viena, 1932.

Imperatriz Leopoldina, o centenário de sua morte. Traços biográficos da primeira Imperatriz do Brasil, Rio de Janeiro, 1927.

JAMES, Hermann J.: *Brazil after a Century of independence,* Nova York, 1925.

JAMES, Hermann J.: *The Constitutional System of Brazil,* Washington, D. C., 1923.

JANNSSEN, Johannes: *Geschichte des Deutschen Volkes,* Friburgo, 1897.

KIENZL, Florian: *Kaiser von Brasilien, Herrschaft und Sturz Pedros I und Pedros* II, Berlim, 1942.

KISZLING, Rudolf: *Die Revolution im Kaisertum Österreich 1848-1849,* vols. I, II, Viena, 1948.

KNABE, Lotte: *Die Gelasianische Zweigewaltenlehre bis zum investiturstreit,* n.º 292, Berlim, 1936.

LÉGER, Louis: *Histoire de l'Autriche-Hongrie,* Paris, 1920.

LETURIA, Padre: *Razón y fé,* Madri, 1924.

LHOTSKY, Alphons: *Die Baugeschichte der Museen und der neuen Hofburg,* Viena, 1941.

LHOTSKY, Alphons: *Festschrift des Kunsthistorischen Museums in Wien. Die Geschichte der Sammlungen,* Viena, 1945.

LIMA, Manuel de Oliveira: *Dom João VI no Brasil, 1808-1821,* Rio de Janeiro, 1908.

LIMA, Manuel de Oliveira: *The evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America,* Stanford, Califórnia, 1914.

LIMA, Manuel de Oliveira: *História diplomática do Brasil* [O reconhecimento do Império], 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1902.

MAYER, F. M., e H. PIERCHEGGER: *Geschichte und Kulturleben Deutsch-Österreichs,* Viena, 1888.

MAYR, Joseph Karl: *Metternichs geheimer Biefdienst, Postlogen und Postkurse,* Viena, 1935.

MAYRHOFER, Ernst: *Handbuch für den politischen Verwaltungsdienst,* vol. II, Viena, 1896.

MEISTER, Richard: *Geschichte der Akademie der Wissenschaften in Wien,* Viena, 1947.

MENDONÇA, Renato: *História da política exterior do Brasil,* vol. I, México, 1945.

MISCHLER, Ernst, e Josef ULBRICHT: *Österreichisches Staatslexikon,* vol. I, Viena, 1905.

PEEZ, A.: *Die österreichische Handelspolitik der wichtigeren Kultursstaaten in den letzten 25 Jahre. Schriften des Vereins für Sozialpolitik,* vols. I, III, Leipzig, 1892.

REDLICH, Joseph: *Kaiser Franz Josef von Österreich,* Berlim, 1928.

REDLICH, Joseph: *Das österreichische Staats-und Reichsproblem,* vols. I, II, Leipzig, 1920.

SCHMIDLIN, Josef: *Papstgeshichte der neuesten Zeit,* 2.ª ed., vol. I, Munique, 1933.

SCHMIDT, Maria Junqueira: *Amélia de Leuchtenberg,* São Paulo, 1937.

SILVA, João Manuel Pereira da: *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais,* Paris, 1856.

SOMMER, Louise: *Die österreichischen Kameralisten, Studien zur Sozial-und Wirtschaftesgeschichte,* n.ºs 12, 13, Viena, 1920.

SRBIK, Heinrich von: *Der Ideengehalt des Metternichschen Systems,* Munique, 1925.

SRBIK, Henrich von: *Metternich, der Staatsmann und der Mensch,* 2 vols., Munique, 1925.

SRBIK, Heinrich von: *Österreich im Heiligen Reich und im Deutschen Bund, 1521-1866,* Viena, 1926.

SRBIK, Heinrich von: *Staat und Kirche in Österreich während des Mittelalters, Forschungen zur inneren Geschichte Österreichs,* vol. I, Viena, 1903.

TELLENBACH, Gerd.: *Libertas, Kirche und Weltordnung im Zeitalter des Investiturstreites, Forschungen zur Kirchen und Geistesgeschichte,* vol. VII, Tübingen, 1936.

TEMPERLEY, H.: *The Foreign Policy of Canning, 1822-1827,* Londres, 1925.

THIEME, Becker: *Allgemeines Lexikon der bildenden Kunste,* vol. XX, Leipzig, 1928.

ULMANN, Walther: *Medieval Papalis. The Political Theories of the Medieval Canonists,* Londres, 1949.

VOLKER, Karl: *Grillparzers Stellung zu Religion und Kirche, Jahrbuch der Grillparzer Gesellschaft,* vol. XXIX, Viena, 1930.

VOLKER, Karl: *Metternichs Kirchenpolitik, Zeitschrift für Kirchengeschichte,* nova série, 49, Tübingen, 1930.

WALLASCHEK, Richard: *Das K. K. Hofoperntheater. Die Theater Wiens,* vol. IV, Viena, 1909.

ZIMMERMANN, Heinrich, Anton HANDLIRSCH e Ottokar SMITAL: *Die Beiden Hofmuseen und die Hofbibliothek,* Viena, 1920.

ZOLLNER, Erich: *Aus unbekannten Diploma ten briefen an den Freiherrn Franz Binder von Kriegelstein, Festschrift zur 200 Jahrfeier des Haus-Hof-und Staatsarchivs,* Viena, 1949.

Índice onomástico

UNIVERSIDADE DE STANFORD

Certificamos que lemos esta tese e que, em nossa opinião, é plenamente satisfatória, tanto no fundo quanto na forma, como dissertação para a obtenção do grau de doutor em filosofia.

Ronald Hilton
David Harris
A. R. Sokol

Aprovado pela Comissão
de Estudos

Ernest R. Hilgard

COLEÇÃO BRASILIANA

Últimos volumes publicados:

IVAN LINS:
História do Positivismo no Brasil (2.ª edição, revista)

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO:
História da Alimentação no Brasil (1.º vol.)

G. G. MANIZER:
A Expedição do Acadêmico Langsdorff ao Brasil

JACQUES LAMBERT:
Os Dois Brasis (3.ª edição)

HELIO VIANNA:
Vultos do Império

JOAQUIM VERISSIMO SERRÃO:
Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640

JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES:
Os Construtores do Império

No prelo:

AROLDO DE AZEVEDO:
Arnolfo Azevedo, Parlamentar da Primeira República

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA:
Visão do Paraíso (2.ª edição, revista)

CHARLES BOXER:
A Idade de Ouro do Brasil (2.ª edição, revista)

LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA:
Cartas ao Irmão (Intr. e Notas de J. C. de Oliveira Torres)

J. F. DE ALMEIDA PRADO:
D. João VI e o Início da Classe Dirigente do Brasil

JOSÉ FERREIRA CARRATO:
Igreja, Iluminismo e Escolas Coloniais Mineiras

edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

SÃO PAULO 2, SP